

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

CADERNO DE RESUMOS

Maria Aparecida Lima dos Santos
Emanuele Croza Martins
Gustavo Machado Rosin João
Samilly Kettlen de Albuquerque de Souza
Orgs.

REALIZAÇÃO



APOIO



XIV ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA
Trânsitos no ensino de História: Conexões, Saberes e Espaços
16 a 18 de outubro de 2025
Evento on line

CADERNO DE RESUMOS

ISBN 978-65-02-37918-9

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH)

2026

Diretoria da ABEH (2024 – 2025)

Presidenta: Maria Aparecida Lima dos Santos (UFMS)
Vice-presidenta: Raquel Alvarenga Sena Venera (UNIVILLE)
Tesoureira: Vitória Azevedo Fonseca (UFVJM)
Segundo Tesoureiro: Augusto Ridson de Araújo Miranda (SEDUC-CE)
Secretário: Fernando de Araújo Penna (UFF)
Segundo Secretário: Henrique Safady Maffei (Rede Municipal- Porto Alegre-RS)

Conselho Consultivo ABEH (2024 – 2025)

Flávia Eloisa Caimi (UPF)
Marcus Leonardo Bomfim Martins (UFJF)
Caroline Pacievitch (UFRGS)
Adriana Soares Rolejo (UFABC)
Arnaldo Pinto Junior (UNICAMP)
Wiliam Junior Bonete (UFPEl)
Graça Viviane Pereira Santos Pereira (Rede Estadual de Educação - Bahia)
André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (UERN)
Elaine Lourenço (UNIFESP)
Arnaldo Martin Szlachta Junior (UFPE)

Comissão Organizadora XIV Perspectivas

Maria Aparecida Lima dos Santos (UFMS)
(coordenação geral)
Andréa Camila de Faria Fernandes (SEEDUC/RJ)
Augusto Ridson de Araújo Miranda (SEDUC/CE)
Aurélio Inácio Faria (SEDUC/GO)
Claudia Patricia de Oliveira Costa (SEEDUC/RJ)
Dante Gabriel Lima dos Santos (GEPEH/UFMS)
Emanuele Croza Martins (UFMS)
Henrique Safady Maffei (SME/POA e ABEH)
Flávia Pereira Machado (IFG)
Giuvane de Souza Klüppel (ABEH)
Gustavo Machado Rosin João (UFMS)
Lucinei Pereira da Silva (SEE-MG)
Márcia Santos Severino (SEEDF/UFMG)
Maria Auriene Cardoso (SEDUC/CE)
Maria Juliana de Freitas Almeida (SEME/Parangatu)
Patrícia Maria Jesus da Silva (SME/Goiânia)
Rebeka Francis Santos e Santos (GEPEH/UFMS)
Samilly Kettlen de Albuquerque de Souza (UFMS)
Sandra Regina Mendes (UNEB)
Suzana Lopes Salgado Ribeiro (Unitau/SP)
Thiago de Faria e Silva (IFB / FORDHIFs)
Vera Lúcia Silva Vieira (UFCAT)
Vitória Azevedo da Fonseca (UFVJM)

Comissão Científica XIV Perspectivas

Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro - UFRJ
Arnaldo Pinto Junior - Unicamp
Carmen Teresa Gabriel - UFRJ
Célia Santana da Silva - UNEB
Cristiane de Assis Portela - UnB
Cristiani Bereta da Silva - UDESC
Cristiano Nicolini - UFG
Éder Mendes de Paula - UFJ

Erinaldo Cavalcanti - UFPA
 Fabiane Costa Oliveira - IFG/Goiânia
 Flávia Eloisa Caimi - UPF
 Flávia Pereira Machado - IFG
 Henrique Safady Maffei - SME/POA e ABEH
 Iara Toscano Correia - UFU
 José Ricardo Oriá Fernandes - ABEH
 Juliana Alves de Andrade - UFRPE
 Léo Carrer Nogueira - UEG
 Luciana Borgerth Vial Correa - PUC/RJ
 Marcella Albaine Farias da Costa - UFRR
 Marcus Leonardo Bomfim Martins - UFJF
 Maria Aparecida Lima dos Santos - UFMS - ABEH
 Mauro Cezar Coelho - UnB/UFPA
 Rafael Gonçalves Borges - IFG/Goiânia
 Sandra Ferreira de Oliveira - UEL
 Sandra Regina Mendes - UNEB
 Vanessa Spinosa - UFRN
 Wilma de Nazaré Baía Coelho - UFPA

Editoração

Emanuele Croza Martins
 Gustavo Machado Rosin João
 Samilly Kettlen de Albuquerque de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

XIV Encontro Nacional Perspectivas do Ensino
 de História (10. : 2025 : Campo Grande, MS)
 Caderno de resumos do XIV Encontro Nacional
 Perspectivas do Ensino de História [livro eletrônico]
 : trânsitos no ensino de história : conexões, saberes
 e espaços / Maria Aparecida Lima dos Santos ...
 [et al.] org. -- Campo Grande, MS : Ed. dos Autores,
 2026.

PDF

Vários autores

Outros organizadores: Emanuele Croza Martins,
 Gustavo Machado Rosin João, Samilly Ketlen de
 Albuquerque de Souza

ISBN 978-65-02-37918-9

1. Educação - Finalidades e objetivos
 2. Fronteiras 3. História - Estudo e ensino
 4. Professores - Formação I. Santos, Maria Aparecida
 Lima dos. II. Martins, Manuele Croz. III. João,
 Gustavo Machado Rosin. IV. Souza, Samilly Ketlen de
 Albuquerque de. V. Título.

26-397485.0

CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Estudo e ensino 907

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
GRD 1 - Educação democrática e Ensino de História: saberes, trânsitos e espaços	7
GRD 2 - Trânsitos no Ensino de História: conexões, saberes e espaços em perspectiva decolonial e intercultural	17
GRD 3 - Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental	29
GRD 4 - O trabalho educativo na sala de aula: diálogos sobre ensino de História, currículos, práticas docentes e materiais didáticos	34
GRD 5 - Ensino de História e suas interfaces com os Museus e o Patrimônio Cultural	50
GRD 6 - As fontes no ensino, na pesquisa e na extensão: múltiplos olhares e diversas perspectivas para a produção do conhecimento histórico	56
GRD 7 - Os usos políticos do passado: desafios para o ensino e a pesquisa em história	71
GRD 8 - Materiais didáticos e uso de tecnologias digitais para a promoção da história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil	84
GRD 9 - Avaliação no ensino de História: entre tradições e traduções docentes e discentes	88
GRD 10 - Ensino de História e afeto: invenção, saber e imaginação	95
GRD 11 - Ensino de História, História Pública e o Mundo Digital	103
GRD 12 - O Patrimônio Cultural nas aulas de História: conectando saberes, espaços e práticas	112
GRD 13 - Antirracismo e antissexismo no ensino de história	121
GRD 14 - Compreensão leitora nas aulas de história: meios e modos de ler e escrever, do impresso ao digital	130
GRD 16 - Experiências e Pesquisas em Didática da História: abordagens e perspectivas	134
GRD 18 - Autoria docente e cultura escolar: saberes, práticas e materiais	144
GRD 19 - Políticas educacionais e ensino de história: reformas, currículo e práticas pedagógicas	152
GRD 21 - Reflexões contemporâneas sobre a formação docente e o ensino de história: políticas, materiais didáticos e tecnologias digitais	162
GRD 22 - Ensino de História e Anos Iniciais: desafios e possibilidades entre História e Pedagogia	
GRD 24 - O Ensino de História e o Protagonismo Discente na Produção de Narrativas Históricas	179

APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo e senso de compromisso político, ético e pedagógico que a Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) apresenta o **Caderno de Resumos do XIV Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História**. Concebida sob o tema “**Trânsitos no Ensino de História: conexões, saberes e espaços**”, esta edição reafirma a trajetória de um dos encontros mais fundamentais para a consolidação e a contínua renovação do Ensino de História enquanto campo de pesquisa, formação e prática social no Brasil.

Desde a sua primeira edição, idealizada pela Profa. Dra. Elza Nadai na Faculdade de Educação da USP em 1988, o *Perspectivas* carrega em seu DNA o encontro dialógico e horizontal entre a universidade e a Educação Básica. Ao longo de quase quatro décadas — transitando por diferentes estados e instituições públicas de ensino superior e técnico —, o evento tem sido palco privilegiado para disputar o currículo, valorizar a autoria docente e defender a formação cidadã e democrática.

Nesta edição, a noção de “trânsitos” ganha centralidade teórica e empírica: não se trata apenas de deslocamentos geográficos ou institucionais, mas do alargamento e da contaminação recíproca de fazeres e saberes. O ensino de História transita, tensiona e se reinventa para além das salas de aula convencionais e das fronteiras acadêmicas, ocupando arquivos, museus, patrimônios materiais e imateriais, ruas, comunidades quilombolas e indígenas, além das redes e plataformas da cibercultura e da história pública digital.

As pesquisas e relatos de experiência reunidos neste volume refletem com rigor as principais urgências e debates contemporâneos que atravessam a comunidade escolar e acadêmica. Os 135 trabalhos inscritos seguem distribuídos nos seguintes Grupos de Reflexão Docente (GRDs):

- **Defesa da Educação Democrática e Liberdade de Cátedra:** Investigações que enfrentam os impactos de ofensivas neoconservadoras, as perseguições à docência, a precarização das condições de trabalho e os desafios éticos da prática docente no tempo presente.
- **Perspectivas Decoloniais, Interculturais e Antirracistas:** Práticas e reflexões comprometidas com a efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, a positivação de memórias e epistemologias africanas e originárias, a emergência de pedagogias periféricas (como o rap e a cultura hip-hop) e o enfrentamento de racismos cotidianos e algorítmicos.
- **Gênero, Sexualidade e Diversidade:** Análises que visibilizam trajetórias femininas, identidades dissidentes e estudos de gênero em interface com recentes normativas legais (como a Lei nº 14.986/2024), tensionando visões patriarcais e hegemônicas.
- **O Ensino nos Anos Iniciais e EJA:** Experiências que destacam o papel da infância, da literatura infantil negra, da ludicidade e das narrativas de jovens e adultos como sujeitos produtores de conhecimento histórico.
- **Interfaces com o Patrimônio, Museus e Lugares de Memória:** Propostas que transformam o espaço urbano, monumentos, manifestações da cultura popular (como o jongo e as cavalladas) e o turismo pedagógico em fontes vivas de problematização.
- **Currículo, Materiais Didáticos e Cultura Digital:** Análises críticas em torno da BNCC, livros didáticos, produções paradiáticas e exames em larga escala (ENEM, vestibulares), lado a lado com investigações sobre metodologias ativas, jogos analógicos/digitais, podcasts e Inteligência Artificial.
- **Afeto, Imaginação e Sensibilidades:** Trabalhos que defendem a sala de aula como espaço de acolhimento, criação dramática/teatral, escuta sensível e exercício da utopia como “inédito viável”.

Mais do que um catálogo documental das sessões de trabalho, este Caderno de Resumos materializa a convicção da ABEH de que o(a) professor(a) da Educação Básica é um intelectual crítico, pesquisador de sua própria práxis e protagonista na produção do conhecimento histórico escolar.

Convidamos todas e todos a percorrerem estas páginas, estabelecendo novas pontes, diálogos e insurgências pedagógicas em prol de um ensino de História público, plural e comprometido com os Direitos Humanos e com a justiça social.

Boa leitura!

Comissão Organizadora e Diretoria da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH)

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Educação democrática e Ensino de História: saberes, trânsitos e espaços

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

7



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

DOCÊNCIA EM HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: COTIDIANO ESCOLAR E DESAFIOS PARA GARANTIR UM ENSINO DE HISTÓRIA DEMOCRÁTICO (2014-2024)

Samara Basílio de Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia)

basiliosamara06@gmail.com

Alexia Pádua Franco (Universidade Federal de Uberlândia)

alexia@ufu.br

A presente pesquisa tem como tema as ações de enfrentamento organizadas por docentes de História da Educação Básica em relação às perseguições e dificuldades laborais vivenciadas no espaço escolar. O seu problema é compreender como professores/as de História que atuam nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio lutaram contra violências sofridas no ambiente escolar, relacionadas ao cerceamento de sua liberdade de cátedra e à precarização das condições de trabalho e salário, entre os anos 2014-2024. Para cumprir com o objetivo proposto, serão realizados grupos focais com a participação de professoras e professores de História da rede pública e privada que atuam no município de Patos de Minas-MG. Como dimensão propositiva da pesquisa será elaborado um e-book destinado a docentes de História, com as experiências e proposições debatidas no grupo focal. Objetiva-se, assim, fortalecer professores/as para lutar pela valorização da docência, e por um ensino de História ético e democrático.

A EXPERIÊNCIA DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FRENTE À VIOLÊNCIA URBANA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DO BAIRRO JANGURUSSU EM FORTALEZA-CE (2008-2024)

Raimundo da Silva Paiva (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte)

raimundo20241002164@alu.uern.br

Silviana Fernandes Mariz (Universidade da Integração Internacional)

silviana_mariz@unilab.edu.br

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre o contexto de violência no entorno da escola localizada no bairro Jangurussu, em Fortaleza, Ceará. O principal objetivo desta investigação é compreender a situação de risco vivenciada na comunidade escolar, a qual impacta diretamente o convívio de alunos(as), professores(as), gestores(as) e funcionários(as). O trabalho fundamenta-se nas contribuições de especialistas de diferentes áreas que, por meio de suas investigações, têm colaborado com os estudos sobre a violência de forma geral e, especificamente, sobre a violência no ambiente escolar. Entre os autores que embasam a pesquisa, destacam-se: Gomes (2005), Abramovay (2015), Arendt (1969/1970), Agamben (2007), Foucault (1987), Bourdieu (1989), Vilote (2020), Paiva (2019), Vasconcelos (2023), Freire e Shor (2008) e André (1995/2013). Como objetivo central, a pesquisa busca discutir a percepção dos(as) profissionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Delma Hermínia acerca da violência urbana, por meio da realização de entrevistas e da formação de um grupo focal voltado à elaboração de um material didático-pedagógico que possa guiar os educadores na relação entre a violência urbana e a criação de uma cultura de paz, com foco nos ambientes escolares.

NEOCONSERVADORISMO, CURRÍCULO E O ATAQUE À ESCOLA COMO ESPAÇO PÚBLICO

Luciana Araújo Cavalcanti (Centro Universitário Osman Lins da Costa)
lucianaac.prof@gmail.com

O presente artigo, fruto de nossa tese de doutorado "Neoconservadorismo à brasileira e o Ataque à Escola enquanto Espaço Público", tem como objeto de pesquisa a ofensiva neoconservadora no Brasil e sua manifestação no campo educacional, com seus impactos na organização democrática da Escola e Sociedade. O estudo concentrou-se no período do governo de Jair Bolsonaro e nas dinâmicas políticas e sociais emergentes a partir de 2013, interpretando o ataque à escola como uma "guerra cultural" que visa dismantelar a educação enquanto espaço público e democrático.

Os objetivos de nossa pesquisa são analisar como o movimento neoconservador busca redefinir a função da escola, deslegitimando a pluralidade de ideias e o pensamento crítico. Percebemos que a acusação de "doutrinação" é um mecanismo para desautorizar a liberdade de cátedra e promover uma educação pautada em moralidade tradicional e disciplina.

A metodologia, interdisciplinar, combina as abordagens da História do Tempo Presente, para interpretar fenômenos em curso e da netnografia, utilizada para investigar a atuação de movimentos como o "Escola Sem Partido", a ANED (Associação Nacional de Educação Domiciliar) e a ABEMIL (Associação Brasileira de Educação Cívico-Militar) nas redes sociais e na internet.

Entre os resultados da pesquisa, destacamos que a ofensiva neoconservadora se traduz na defesa da "objeção de consciência", na proposta do homeschooling e na implementação de escolas cívico-militares. A tese conclui que essa ofensiva, aliada a um projeto neoliberal de austeridade, representa um retrocesso nas conquistas educacionais do país e uma ameaça à formação cidadã.

AS CONTRIBUIÇÕES DA OLIMPIÁDA NACIONAL EM HISTÓRIA DO BRASIL NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rebeca Nadine de Araújo Paiva (Docente da Educação Básica)
rebecanadine@gmail.com

O ensino em tempo integral passou a ser implementado em 2024 na Escola Municipal e Centro de Formação Joana Alves de Lima, em Parnamirim/RN, conforme a Lei 14.640/2023. Isso significou um aumento na jornada dos estudantes na escola, sendo acrescidas à sua formação disciplinas eletivas das distintas áreas de conhecimento e oficinas que visam ao entretenimento e formação de repertório cultural. Diante desse cenário, o nosso objetivo nesta apresentação será de analisar os impactos da implementação da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB), no cotidiano dos estudantes dessa instituição. Para tanto, trataremos primeiramente sobre as contribuições dessa competição para o princípio de educar de forma integral (Guará, 2006), bem como de sua colaboração para um Ensino de História pautado na criticidade, construindo a formação cidadã preconizada pela Lei 9394/96 a partir do exercício da Consciência Histórica (Rüsen, 2017). No segundo momento, analisaremos a experiência de participação na 17ª ONHB, ocorrida no ano letivo de 2025, tendo sido o objeto central de uma das disciplinas eletivas ofertadas para a turma de 9º ano da referida escola. Desde a primeira semana de aula, os alunos foram instigados a retomar temas da história brasileira a partir de questões das edições anteriores, como forma de preparação para o concurso online, que aconteceu entre os meses de maio e junho. Após seis semanas de desafios, uma das equipes foi convocada para a final presencial na cidade de Campinas/SP, o que demandou mais preparações e discussões coletivas sobre o tema proposto: "O impacto da tecnologia sobre a produção e difusão de conhecimento e informação

ao longo da história”. Por fim, traremos a avaliação desses estudantes a respeito dessa participação, a partir de questionários aplicados ao término das vivências.

ATRAVESSAMENTOS INTERSECCIONAIS NAS DINÂMICAS DE SOCIABILIDADE E NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA DE ESTUDANTES DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

Bárbara Araújo Machado (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

araujombarbara@gmail.com

Sabrina Asuçena Ferreira Duarte (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

isabrinaduarte@gmail.com

Livia Nascimento Mello Bittencourt (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

liviabittencourt.uerj@gmail.com

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa em andamento intitulada “Impactos das relações de gênero, raça, classe e sexualidade na aprendizagem histórica de adolescentes”, que consiste em um estudo de caso etnográfico em duas turmas de 1º ano do ensino médio do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-Uerj). A pesquisa tem como objetivo geral compreender de que forma as relações sociais mencionadas influenciam dinâmicas de sociabilidade, visões de mundo e aprendizagens históricas diferenciadas entre os estudantes, além de buscar construir estratégias para a promoção de uma cultura escolar marcada por respeito, diálogo e acolhimento diante da diversidade. Através da observação participante, da realização de questionários e da elaboração de atividades pedagógicas voltadas para a discussão de temáticas como masculinidades hegemônicas e dissidentes, pertencimento e identidade, foi possível identificar particularidades instigantes nas formas como raça, gênero, sexualidade, classe social e território se expressam nas dinâmicas e narrativas entre os estudantes, bem como alguns desafios importantes com relação a formas de discriminação e violência. Como aportes teóricos principais da pesquisa, destacam-se os conceitos de interseccionalidade de Patricia Hill Collins, de consciência histórica e identidades razoáveis de Luís Fernando Cerri e a noção de educação democrática conforme mobilizada por Fernando Penna e Fernando Seffner.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA

Cristiano Rodrigues Rabelo (Docente da Educação Básica)

rabelocr@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo investigar a inserção da área de Ciências Humanas, especificamente do componente curricular de História, na formação de professores no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic/Paic Integral). Busca-se compreender o funcionamento dessa formação, especialmente as concepções e práticas elaboradas na organização voltada ao fomento do ensino de História no Estado do Ceará, com foco nos anos finais do Ensino Fundamental. O programa integra a política de colaboração entre o Estado do Ceará e seus 184 municípios, oferecendo apoio financeiro, técnico e pedagógico. A formação de professores constitui um dos principais eixos da iniciativa, sendo desenvolvida por meio de uma rede que envolve a Secretaria da Educação, por meio da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios para o Desenvolvimento da Aprendizagem na Idade Certa (COPEM), as 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e os municípios. Em 2024, cerca de 58 mil profissionais da educação participaram das formações, sendo 2.036 apenas do componente de Ciências Humanas nos anos finais do Ensino Fundamental. Assim, conforme Marcelo (2009), compreende-se a política de

formação no âmbito do Mais Paic/Paic Integral como parte do desenvolvimento profissional, no qual os docentes, ao longo de sua formação inicial e continuada, têm oportunidades de reflexão que promovem seu aprimoramento como educadores. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o programa, bem como a análise de documentos oficiais, tais como diretrizes, normativas, ementas e avaliações do processo formativo. Verificou-se, com essa investigação, que a formação de professores de História foi bem recebida pelos profissionais da área, contribuindo para suprir uma lacuna existente no campo da formação docente no Ceará. Ademais, observou-se a ampla capilaridade da política pública no fomento a reflexões e temáticas voltadas ao ensino de História. Contudo, identificou-se também uma dificuldade persistente em concentrar-se exclusivamente nesse componente, uma vez que muitos profissionais ainda atuam de forma compartilhada entre as disciplinas de História e Geografia no Ensino Fundamental.

DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA PROFESSORES: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES NO SUL DO BRASIL

Júlia Souza Franco (Universidade Regional de Blumenau)

jsfranco@furb.br

Cíntia Régia Rodrigues (Universidade Regional de Blumenau)

crrodrigues@furb.br

O presente trabalho tem o objetivo de mapear e analisar os estudos realizados em Programas de Pós-Graduação dos três estados que compõem a região Sul do Brasil sobre a temática dos discursos de ódio contra professores. Esta pesquisa parte do questionamento: o que dizem as dissertações e teses defendidas na região Sul do Brasil sobre os discursos de ódio contra professores? A pesquisa seguiu o método de revisão bibliográfica, que “coloca o pesquisador em contato direto com aquilo que já foi realizado relativamente ao seu tema em outros trabalhos já empreendidos” (BARROS, 2011, p. 110). Adotando um recorte temporal entre anos de 2018 e 2025, a consulta foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios das universidades que fazem parte do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), com os descritores “Ensino de História e discursos de ódio”; “ódio aos professores” e “Escola sem Partido”. Na BDTD, foram localizadas quatro dissertações e uma tese, enquanto a consulta nas oito instituições participantes do PROFHISTÓRIA do Sul do país, apontou para cinco dissertações relacionadas ao tema da pesquisa, sendo duas em Santa Catarina, pela UFSC, duas no Paraná, pela UEM e pela UEPG e uma no Rio Grande do Sul pela UFRGS. Uma das dissertações se repete nos dois repositórios, totalizando, assim, nove trabalhos analisados. Os resultados indicam que as pesquisas sobre os discursos de ódio contra professores vêm crescendo nos últimos anos, havendo predominância de trabalhos que centram suas discussões em torno do Movimento Escola sem Partido. O movimento em questão é apontado como ferramenta de controle e cerceamento de professores. A partir das pesquisas analisadas, a compreensão é de que as ações de perseguição e descredibilização do trabalho docente adquirem manifestações mais amplas que o Escola sem Partido e que carecem de mais estudos direcionados a essa questão. Dessa forma, os trabalhos evidenciam não só a centralidade do tema para o ensino de história e para a formação docente, como também a necessidade de discussões e pesquisas acerca dos discursos de ódio no cenário contemporâneo.

DO CARÁTER EXEMPLAR DO PASSADO: RESSIGNIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E DIMENSÃO ÉTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Vânia do Carmo Rocha (Docente da Educação Básica)

vaniadocarmorocha@gmail.com

Este trabalho propõe uma discussão bibliográfica sobre a dimensão ética do ensino de história em tempos de revisionismos e negacionismos. O objetivo é discutir em que sentido o caráter exemplar da história foi de fato superado, ou mesmo reconfigurado e atualizado. De acordo com Reinhart Koselleck a emergência da história moderna na passagem do século XVIII para o século XIX dissolveu os topos da História Magistral Vitae, e o caráter exemplar do passado deu lugar a perspectiva em que o passado aponta para o futuro, para o inédito. A proposta aqui é promover um debate sobre a reconfiguração ou atualização desse caráter exemplar, questionando sua dissolução a luz da emergência de questões que não só atravessam, mas tem configurado o ensino de história, tais como os revisionismos e negacionismos a respeito de temas sensíveis – como a escravidão, e nosso passado autárquico recente – em meio ao cenário em que algoritmos exercem mais influência na opinião pública sobre o passado, busca-se aqui indagar e mesmo destacar o papel do professor de história em meio a vozes incautas e dissimulações de teor político. A metodologia empregada é a da discussão bibliográfica, sobretudo a partir de autores brasileiros, como João Ohara, Sérgio da Matta, Valei L. de Araújo, e Estevão Martins. Como resultado vê-se a necessidade de refletir a dimensão ética do ensino de história, e como a prática do professor de história figura-se como a primeira linha de frente no confronto que o campo disciplinar vem se deparando diante de usos políticos do passado que são configurados por uma dita “revisão” e mesmo negação de nossas dores pretéritas.

MULHERES E GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LEI 14.986/2024

Rachel Pulcino (Docente da Educação Básica)
rachelpulcino@gmail.com

O presente trabalho propõe uma reflexão teórica das possibilidades e desafios acerca da nova lei 14.986/2024, que institui como obrigatório o ensino de trajetórias e experiências femininas no ensino fundamental e médio da Educação Básica, instituindo ainda a “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História”. A nova lei abre alas para a discussão sobre a inclusão das temáticas das mulheres e de gênero no ensino de história face aos movimentos de silenciamento produzidos no contexto educacional nacional liderado por grupos políticos-religiosos e organizações da sociedade civil contra a inserção das temáticas de gênero e sexualidade na educação. Trata-se de uma investigação que pautada na reflexão analítica a partir da problematização foucaultiana buscando apontar como a lei 14.986/2024 abre portas para tensionar os movimentos de entrada e saída das temáticas de gênero dos textos e documentos de políticas públicas educacionais no cenário político brasileiro como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Novo Ensino Médio. Desse modo, este trabalho propõe uma discussão da nova lei abrindo espaços para as potencialidades presentes na inclusão das temáticas de mulheres e de gênero na educação, bem como, sobre os possíveis desafios para a construção curricular e no cotidiano escolar.

NA ANTESSALA DA QUEDA: CRISE DEMOCRÁTICA NOS CONTEXTOS DA COMISSÃO ESPECIAL DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Lucas Magalhães Costa (Universidade Federal de Minas Gerais)
lc.ara@hotmail.com

A proposta desta submissão quer discutir formas didaticamente adaptadas e eficientemente aproveitáveis para inserir educação política, democrática e autocrítica na formação de jovens e adultos dentro e fora da educação formal. Este trabalho é fruto de iniciativas universitárias. Por um lado, inspira-se no trabalho de extensão universitária fomentado e executado na Universidade Federal de Alfenas-MG (Câmpus Varginha-MG) que tem levado, há cinco anos, formação acadêmica em política a toda comunidade interessada. Neste tempo de trabalho, buscou-se na interdisciplinaridade e no

trabalho coletivo de vários professores focar na discussão democrática na história e nos impasses sociais brasileiros.

Por outro lado e por consequência, esta proposta é resultado também do projeto de pesquisa a nível de doutorado que vem sendo desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) cujo título é: Na antessala da queda: Crise democrática nos contextos da Comissão Especial de Impeachment de Dilma Rousseff.

O IMPACTO DO VÍNCULO TRABALHISTA NA VULNERABILIDADE A PERSEGUIÇÃO CONTRA PROFESSORES DE HISTÓRIA

Laís Moreira Neves (Universidade Federal Fluminense)

laismn@id.uff.br

A precarização do trabalho docente no Brasil configura-se como um processo histórico já consolidado. A sobrecarga de jornadas, a desvalorização salarial e as condições precárias das redes de ensino (IFRJ, 2021, p.11) integram um cenário marcado por diversas formas de violência contra os professores. Esta pesquisa visa evidenciar uma modalidade específica dessa violência, associada ao fortalecimento do discurso conservador, o qual se intensificou com a rearticulação da direita brasileira na década de 2010 (Miguel, 2018) e ampliou a vulnerabilidade da categoria docente: a perseguição aos educadores. A atual pesquisa tem como objetivo principal investigar como o vínculo trabalhista do professor impacta na vulnerabilidade à perseguição. O recorte temporal escolhido justifica-se pela reemergência da direita brasileira em 2010 (Miguel, 2018), que converteu a perseguição aos educadores em uma ação de caráter político (Penna; Aquino; Moura, 2024, p.13), consolidando um fenômeno que se mantém até o presente ano de 2025. Com isso em vista, usaremos como base duas entrevistas de história oral produzidas com professoras de história do estado do Rio de Janeiro. As hipóteses deste trabalho são duas. A primeira compreende que a perseguição afeta os professores de formas diferentes a depender dos marcadores sociais que ele carrega consigo. A segunda entende que, ao utilizarmos a ferramenta analítica da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021), o vínculo trabalhista se torna uma característica essencial para investigarmos como a perseguição impacta os educadores. A investigação sobre a perseguição a educadores(as) revela-se fundamental para compreender tanto o fenômeno, quanto suas características particulares. Por se tratar de uma tentativa de conceituação recente, observa-se a dificuldade de produção científica e a escassez de estudos especializados sobre o tema (Penna, Aquino; Moura, 2024, p.7). A análise dessas especificidades, que constitui o foco desta pesquisa, é crucial para dimensionar as consequências práticas da perseguição e iniciar reflexões sobre estratégias de enfrentamento.

O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DO FASCISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2013-2025): UMA ANÁLISE A PARTIR DA AÇÃO DE APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

Carolina Tucci de Carvalho (Universidade Federal de Santa Catarina)

carvalho.tucci@gmail.com

Vicente Neves da Silva Ribeiro (Universidade Federal da Fronteira Sul)

vicente@uffs.edu.br

A pesquisa, ainda em fase inicial, propõe-se a investigar o lugar do ensino de História no Brasil contemporâneo no contexto da ascensão do fascismo. A ascensão da extrema-direita de forma geral, e do fascismo em particular, colocou em evidência a importância dos chamados aparelhos privados de hegemonia na difusão de discursos negacionistas sobre a História. Iniciativas como o Movimento Escola Sem Partido, ataques a professores e a censura a conteúdos curriculares expressam como o

espaço escolar se enfatizou como terreno estratégico nesse contexto. A ofensiva se amplia para além das salas de aula, com a produção de conteúdos promovidos por intelectuais orgânicos como Olavo de Carvalho, e por aparelhos privados de hegemonia como o Brasil Paralelo, que atuam diretamente na disputa pelo consenso e servem como subsídio ideológico para a ascensão do fascismo contemporâneo. O problema de pesquisa que orienta este projeto pode ser sintetizado nas seguintes questões: qual é o lugar do ensino de História no contexto da ascensão do fascismo no Brasil contemporâneo? De que maneira a aula de História e a prática do professor de história se constituem como objeto de vigilância? Como o passado é mobilizado por aparelhos privados de hegemonia para formar consensos e legitimar o avanço das pautas do fascismo? Busca-se analisar o papel do ensino de História na disputa ideológica contemporânea diante da ascensão do fascismo no Brasil. Para isso, propomos mapear os usos do passado na ação dos aparelhos privados de hegemonia; identificar os temas históricos centrais apropriados por tais grupos na disputa de consensos; e propor uma intervenção didática voltada ao desenvolvimento do olhar crítico dos estudantes para pensar os usos políticos do passado. O referencial teórico-metodológico apoia-se sobretudo nas formulações de Gramsci sobre hegemonia, consenso e intelectuais, articulando-as com os trabalhos de Lúcia Neves, que analisam a atuação de aparelhos privados de hegemonia e a dinâmica do capital no Brasil. Também serão mobilizadas as contribuições de Flávio Casimiro, que identificou quatro entidades fundamentais para a construção da nova direita no país: o Instituto Mises Brasil, o Instituto Millenium, o Estudantes pela Liberdade (que deu origem ao Movimento Brasil Livre) e o Brasil Paralelo.

REFLEXÕES SOBRE O DESCONHECIMENTO DOS TERMOS "ESQUERDA" E "DIREITA" EM SALA DE AULA

Anália Bescia Martins de Barros (Docente da Educação Básica)
analiamartins8@gmail.com

O presente trabalho, em andamento, analisa um episódio pedagógico vivenciado em uma escola pública da periferia de Porto Alegre/RS, no qual uma estudante do 9º ano revelou desconhecer o significado político dos termos "esquerda" e "direita". Tal confissão, ocorrida durante a exibição do filme Olga, foi interpretada como situação-limite à luz do conceito freireano de inédito-viável, compreendido como possibilidade de transformar o "não-saber" em disparador de novos saberes. O objetivo é refletir sobre as implicações desse desconhecimento em um cenário marcado por polarização, desinformação e disputa de narrativas históricas. A metodologia adotada é qualitativa, fundamentada em relato de prática pedagógica e análise bibliográfica de autores como Freire (1996), Stanley (2025), Bobbio (1995), Chauí (2006), Kuenzer (2005) e Frigotto (2017), que permitem compreender a historicidade e a fluidez das categorias políticas. A discussão aponta que, embora tais conceitos tenham origem na Revolução Francesa, seus significados se reconfiguram ao longo do tempo, permanecendo centrais para a democracia. Os resultados preliminares revelam que o episódio não expressa apenas uma lacuna curricular, mas também os efeitos da pandemia, das enchentes recentes e da juventude dos estudantes, que, em meio a desinformação, não se apropriam de noções políticas fundamentais. Conclui-se que práticas docentes que assumem o diálogo e a problematização como eixo possibilitam ampliar a consciência crítica e formar sujeitos capazes de se posicionar de modo reflexivo diante da vida social e política contemporânea.

TRABALHANDO NAS BRECHAS: DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Talita Rodrigues Siqueira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
talitarsiqueira@gmail.com

A partir do trabalho desenvolvido com turmas de sétimo ano do ensino fundamental de uma escola

municipal do Rio de Janeiro, no bairro da Taquara, o presente trabalho traz reflexões acerca do ensino de história e suas abordagens pedagógicas. Estudar História não está relacionado apenas com o passado, mas diretamente conectado às questões do presente e às expectativas para o futuro. Nesse sentido, o professor tem um compromisso ético e político dentro de sala, que envolve desde a seleção de recursos didáticos, até a condução do debate de modo a contemplar a diversidade de narrativas, apesar de um currículo euro centrado. Acredito que os estereótipos negativos que reforçamos, involuntariamente, ao reproduzir planos de aula que reduzem histórias dos povos originários dos continentes americano e africano à poucas aulas, enquanto o restante do tempo trata da cultura, política e economia europeia e de seu impacto em nosso continente / país, são de grande relevância no não reconhecimento discente dentro dos processos históricos, ou, ainda pior, o reconhecimento apenas por um viés negativo, que o subalterniza de alguma maneira. Ao trazer uma diferente perspectiva acerca do estudo da História, avaliando principalmente as escolhas curriculares, o histórico da disciplina em suas trajetórias escolares e os estereótipos construídos ao longo de suas vidas, não apenas na escola, mas também fora dela, incentivamos a reflexão crítica, considerando a faixa etária, que os leva a perceberem-se como parte importante no debate, e não apenas parte submissa dentro do processo educacional.

"LIÇÕES DEMOCRÁTICA DAS COISAS": EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS EM MUSEUS NA AMÉRICA LATINA

Carina Martins Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

martinsgaruda@gmail.com

O trabalho apresentado faz parte do projeto em andamento intitulado "Lições das coisas na América Latina: boas práticas e insurgências pedagógicas" (UERJ/FAPERJ), que visa mapear as práticas educativas de museus e patrimônios selecionadas pelo Programa Ibermuseus, que desde 2014 distingue ações pedagógicas na América Latina. Pretende analisar as concepções teórico-metodológicas sobre memória, história e educação presentes nas exposições e materiais pedagógicos dos museus premiados no eixo de "Direitos Humanos e Democracia". O recorte cronológico enfatizou a última década, o que permitirá compreender os impactos recentes do giro ético-político na produção de novas formas de leitura e apropriação do patrimônio. A metodologia envolveu a produção de planilhas de dados com as práticas, a categorização, produção de fichas temáticas e análise dos materiais pedagógicos. caráter central das demandas memoriais no espaço político contemporâneo deu novo valor à memória, propiciando sua transformação em um autêntico "capital memorial", mobilizado na defesa da lembrança e da reparação de injustiças (ROUSSO, 1998). Tal esforço parece repercutir em toda América Latina, principalmente no contexto pós-ditatorial, no qual projetos silenciados de memória de grupo foram fortalecidos em prol da pluralidade das histórias nacionais de diversos países e da democratização de suas sociedades (GONZALEZ, MUÑOZ, 2021).

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.

Odair de Souza (Docente da Educação Básica)

professorodair2014@gmail.com

Elison Antonio Paim (Universidade Federal de Santa Catarina)

elison0406@gmail.com

A presente Comunicação Oral tem a intenção de apresentar parte da pesquisa de doutorado com o título: "Memórias e experiências de estudantes quilombolas da comunidade Toca/Santa Cruz, no município de Paulo Lopes/SC em uma escola de educação básica em interface com a educação para

as relações étnico-raciais”, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir da perspectiva benjaminiana de “memórias e experiências” com fundamentação teórica nos pressupostos decoloniais e interculturais, a presente tese investiga por meio de narrativas orais como foi o percurso formativo (do ensino fundamental ao ensino médio) de oito jovens negros/negras e quilombolas na escola de ensino regular formal EEB Frederico Santos neste município, com destaque para as relações raciais vividas neste espaço (o escolar) bem como verifica se as histórias e culturas quilombolas se encontravam presentes nos diversos níveis e componentes curriculares do docentes em conexão com a lei nº 10.639/2003 bem como as resolução nº 1 de 17 de junho de 2004 e o parecer nº 003/2004 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana assim como a resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Trânsitos no Ensino de História: conexões, saberes e espaços em perspectiva decolonial e intercultural

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

17



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

AMÉRICA LATINA EM SALA DE AULA: ANÁLISE DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS E INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO MÉDIO

Larissa Accioly Chometon dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

larissa.chometon@gmail.com

Helena Maria Marques de Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

helenamaraujo@gmail.com

A partir das inquietações do cotidiano em sala de aula, como docente percebo o desconhecimento e um distanciamento da América Latina, tanto por parte dos estudantes, como dos livros didáticos e currículos. Desta forma, tenho como objetivo pesquisar e analisar os conteúdos das Histórias da América Latina nos livros didáticos para o Ensino Médio - mais especificamente as coleções didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PLND de 2021 -, analisando presenças e ausências daqueles. Para aprofundar minha investigação, me ancorarei no pensamento decolonial, através de importantes conceitos, como: eurocentrismo, modernidade e colonialidade, dentre outros. Além disso, apresento sugestões e possibilidades de caminhos teórico-metodológicos para a construção de histórias outras, através de importantes conceitos, são eles: interculturalidade crítica e brechas decoloniais. Também analiso as experiências/ vivências e trabalhos feitos com os estudantes em sala de aula, que nos permitiram a construção de tais propostas pedagógicas. Para finalizar, elaboro intervenções pedagógicas - uma sequência didática e um caderno didático de apoio - para o ensino das Histórias da América Latina, especialmente para o Ensino Médio.

A GUERRA DO ÓPIO E UMA MOLDURA HISTÓRICA CHAMADA COLONIZAÇÃO

Francisco Gouvea de Sousa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

francisco.sousa@uerj.br

Cada história recebe uma moldura que a relaciona com outras histórias. São em aulas e textos de história que ouvimos falar em "revoluções", "guerras", "crises" e, certamente não menos importante, "colonizações". A partir daí podemos nomear outras experiências pelas mesmas molduras ou, quando for o caso, imaginar futuros a partir delas. A presente reflexão lida justamente com esta última moldura histórica, a colonização. Sua intenção é ampliar as experiências que usualmente aparecem como histórias das colonizações indicando que, ao se considerar a guerra do ópio como experiência colonial, o sentido da forma (o conceito colonização) se altera. O interesse dessa alteração é falar sobre o quanto o comércio internacional de armas e de substâncias cotidianamente nomeadas de "drogas" participaram e construíram uma forma própria de colonização que ainda ecoa. Se há um cuidado teórico em refletir sobre as relações entre linguagem e ensino, e o papel do ensino de história em uma relação crítica com a linguagem, o centro é o quanto a diferença forma e conteúdo não é possível na história, no sentido em que as experiências que narramos alteram as ferramentas das quais dispomos para narrar. Incluir a guerra do ópio, uma história do imperialismo inglês sobre a China, amplia nossa compreensão sobre a colonização oitocentista e, mais importante, sua presença no contemporâneo, o que tem sido chamado de necropolítica (Mbembe, 2017). Ajuda, também, a desfazer a imagem de um suposto protagonismo inglês na luta antiescravista. A proposta é apresentar um conjunto diverso de fontes sobre o evento, assim como de bibliografias, para que cada docente, caso ache pertinente, monte suas próprias aulas ou oficinas sobre este evento. Uma postura intercultural é central para que o olhar lançado sobre este evento implique encontro e reconhecimento na diferença e diversidade. Para isso, é central observar esta história pelas diferenças de olhares entre: colonizadores; colonos; e colonizados; sem esquecer do nosso próprio olhar.

BRASIL AFRICANO: REPRESENTAÇÕES A PARTIR DE ESTUDANTES

Edson Willian da Costa (Universidade Estadual do Paraná)

edson.costa@ies.unespar.edu.br

Este resumo teve como objetivo analisar as representações da cultura afro-brasileira a partir de estudantes de uma escola pública localizada na região centro-sul do Paraná. A investigação se fundamentou nos aportes teóricos e metodológicos da Didática da História, no conceito de representação de Roger Chartier e na perspectiva decolonial, com foco na presença e nas manifestações culturais africanas no Brasil. A pesquisa problematizou especialmente as representações construídas pelos estudantes sobre os processos de resistência e sobre as religiões de matriz africana. Amparada pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história africana e afro-brasileira nas instituições educacionais do país, a metodologia adotada envolveu a aplicação de um questionário composto por treze questões, abertas e fechadas, com o intuito de identificar as representações dos estudantes em relação à temática. Dentre essas, quatro questões foram selecionadas para análise neste trabalho. Os resultados indicam que, apesar de avanços institucionais e do desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira, ainda persistem visões marcadamente eurocentradas e reducionistas. Verificou-se uma representação limitada das religiões de matriz africana, frequentemente reduzidas à umbanda e ao candomblé, desconsiderando a diversidade e complexidade das práticas religiosas de origem africana presentes no Brasil. Além disso, a escravidão surge como o aspecto mais lembrado pelos estudantes, o que pode evidenciar a cristalização de ideias e a ausência de problematizações históricas sobre a multiplicidade das culturas africanas. Conclui-se, portanto, que é urgente intensificar ações educativas que promovam a superação dessas visões estereotipadas, possibilitando uma abordagem crítica, plural e decolonial da história de África e cultura afro-brasileira no ambiente escolar.

BRASIL E COLÔMBIA: PROJETOS NACIONAIS, CURRÍCULOS PRESCRITOS E CURRÍCULOS EDITADOS DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (2002-2025)

Jean Carlos Moreno (Universidade Estadual de Maringá)

jeanmoreno09@gmail.com

A presente comunicação apresenta resultados incipientes de projeto que prospecta, analisa e compara as prescrições curriculares e os livros didáticos contemporâneos de História e Ciências Sociais do Brasil e da Colômbia. Investiga-se a construção dos currículos e sua apropriação pelos livros didáticos a partir da narrativa-mestra, da definição da "norma" nacional e de humanidade, bem como das tentativas de inclusão de outros sujeitos e outras histórias no relato padrão do Ocidente. Procedeu-se, a partir dos estudos comparativos entre a situação dos dois países, o apontamento das similitudes e diferenças encontradas nas respostas ao desafio da interculturalidade ante o ensino de História e Ciências Sociais.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E ERER: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES E ESCOLAS NÃO QUILOMBOLAS

Odair de Souza (Docente da Educação Básica)

professorodair2014@gmail.com

A presente comunicação: " Educação Quilombola e ERER: formação continuada para docentes e escolas não quilombolas", foi um subprojeto vinculado a um projeto maior " Vozes decoloniais na escola: saberes interculturais para a transformação social" sob a Coordenação da Prof Drª Adriana Angelita da Conceição (UFSC/SC). O projeto integrou o Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-graduação: PROEXT-PG-CAPES/SESU e contou com o financiamento do edital nº 3/2024/PROPG/PROEX/PROEXT-PG/2024/UFSC. O projeto foi desenvolvido na EEB Frederico Santos, sob a responsabilidade do Doutorando (Educação/UFSC) Prof. Odair de Souza. Foi uma proposta formativa em forma de oficinas, que contou com a parceria de membros da Comunidade Quilombola Toca/Santa Cruz. Esta proposta formativa, já concluída, constituiu-se de 05 encontros presenciais e teve como Objetivo Geral: discutir e desenvolver práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais por meio de oficinas destinada aos docentes e às docentes da Escola de Educação Básica Frederico Santos com o intuito de promover vínculos afetivos, educacionais pedagógicos e éticos com a Comunidade Quilombola Toca/Santa Cruz de modo a contribuir com uma educação que pautar os Direitos Humanos e a formação para a cidadania. Teve entre seus Objetivos Específicos: articular práticas para a educação das relações étnico-raciais do ponto de vista político, pedagógico e epistêmico; estabelecer vínculos mais afetivos e efetivos entre a EEB Frederico Santos e a Comunidade Quilombola Toca/Santa Cruz e por fim, vivenciar um processo de formação/imersão/trocas e diálogos entre os saberes/fazeres, conhecimentos e ciências da Comunidade Quilombola Toca/Santa Cruz e a EEB Frederico Santos. Espera-se ao final das formações/oficinas que os docentes possam se sensibilizar de modo pedagógico, didático e epistêmico e comprometidos com a necessidade real e legal da implementação da lei nº 10.639/2003 e com uma efetiva educação para as relações étnico-raciais na escola em interface gradativa e constante com crianças, adolescentes e jovens da Comunidade Quilombola Toca/Santa Cruz com o objetivo de combater o racismo que, historicamente afeta a vida de pessoas negras e quilombolas em nosso país.

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA AS SENSIBILIDADES A PARTIR DE INVENTÁRIO AFETIVO

Giselli Maria Araújo de Souza Pereira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
gisellicrispi@gmail.com

O ensino de História, tradicionalmente marcado por uma narrativa linear e cronológica que privilegia acontecimentos e documentos oficiais, ainda tende a invisibilizar memórias locais e histórias de vida, reforçando temporalidades hegemônicas e uma visão evolutiva do passado desconectada do passado vivido. Em contraposição, defendemos que o ensino de História deve partir da problematização de questões atuais, educando para as sensibilidades por meio da observação, da comparação e do reconhecimento de relações que evocam e provocam interpretações do vivido. Nessa perspectiva, o currículo se constitui em espaço dinâmico, aberto a reinvenções, capaz de articular conteúdos programáticos e experiências cotidianas, permitindo que sujeitos e memórias subalternizadas ocupem centralidade no processo educativo. É nesse cenário que a cidade emerge com inúmeras possibilidades capazes de apresentar o ensino de História como prática sociocultural, incorporando elementos da vida cotidiana fornecendo subsídios para a construção do conhecimento histórico escolar. Diante disso, a pesquisa intitulada Ensino de História e educação para as sensibilidades a partir de inventário afetivo tem como tema as memórias sociais e afetivas vinculadas aos espaços da cidade. Pretende-se mapear as lembranças, vivências e afetos que a comunidade escolar associa à localidade em que está inserida, em busca da compreensão de como ocorrem os atravessamentos de múltiplas memórias em diferentes gerações. A pesquisa propõe, portanto, o uso de inventários afetivos como uma ferramenta metodológica para a construção de uma cartografia social e afetiva. Os inventários têm como objetivo identificar as experiências subjetivas e pessoais, e registrar as memórias e os afetos que os indivíduos associam a certas localidades da cidade. Isso inclui as histórias de vida, as tradições, as interações cotidianas e as lembranças compartilhadas que atravessam gerações e possibilitam recuperar, segundo os rastros deixados pelo tempo, a historicidade dos lugares e das sensibilidades. Além disso, através de histórias relacionadas ao ordinário da vida

urbana, os inventários afetivos nos permitem pensar nas potencialidades das narrativas construídas pelos sujeitos escolares em diálogo com a comunidade.

ENSINO DE HISTÓRIA E TEATRO-IMAGEM: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES NO COMBATE À COLONIALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR.

Mauro Roberto Fonseca Dias (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

prof.maurodias@gmail.com

Helena Maria Marques Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

helenamaraujo2023@gmail.com

Este trabalho integra uma proposta de pesquisa e intervenção didática inseridas em projeto de dissertação de mestrado, com mesmo tema, tendo como foco o ensino de história, em perspectiva intercultural, articulado à metodologia do Teatro do Oprimido, concebido por Augusto Boal — com ênfase na aplicação de oficinas de Teatro-Imagem direcionadas à educandos e educandas do 9º ano do ensino fundamental. A investigação parte da premissa de que o ensino de história, quando mobilizado por metodologias participativas e críticas, pode potencializar a formação de estudantes historicamente conscientes e socialmente engajados. Assim, busca-se promover práticas pedagógicas que estimulem a reflexão dos e das discentes sobre seu lugar no mundo e sua condição de agentes históricos, capazes de interpretar e transformar a realidade na qual estão inseridos e inseridas. O Teatro-Imagem, como prática estética e política, contribui significativamente para esse processo ao proporcionar espaços de expressão, interação, escuta e problematização de vivências e narrativas diversas. Para tanto, esta proposta ancora-se na convicção de que o ensino de história constitui um instrumento essencial para o desenvolvimento da consciência crítica e cidadã, ao passo que favorece a análise crítica de estruturas sociais que perpassam o tempo presente. Essas estruturas se materializam na persistência da colonialidade, manifestada em múltiplas formas de opressão, tais como as desigualdades sociais e de gênero, o racismo estrutural e a exploração do trabalho. Ao evidenciar tais problemáticas, o ensino de história contribui não apenas para a compreensão dos legados do passado, mas, também, para a problematização e desenvolvimento de alternativas que visam contribuir para o rompimento e superação das colonialidades do poder, do ser e do saber que continuam a moldar a sociedade brasileira contemporânea.

ENSINO DE HISTÓRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A HISTÓRIA LOCAL NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Marli Batista Basseto (Docente da Educação Básica)

marli.basseto@escola.pr.gov.br

Cyntia Simioni França (Universidade Estadual do Paraná)

cyntiasimioni@yahoo.com.br

Partilhamos uma experiência docente na educação básica do Paraná como possibilidade de atuação no campo do ensino de História. Desenvolvemos durante a pesquisa do programa de mestrado em História Pública na UNESPAR – Campus de Campo Mourão, práticas artesanais que entrecruzaram os saberes e fazeres dos discentes ampliando para além dos muros da escola. Propomos no transcorrer das aulas, refletir sobre as experiências vividas pelos estudantes na relação com o lugar onde vivem pela via da rememoração, tendo como mote de reflexão a História Local, fundamentada no aporte teórico metodológico de Walter Benjamin (1985). Buscamos ouvir os estudantes do Colégio Estadual do Campo Almirante Tamandaré, localizado no Distrito de Aparecida do Oeste, em uma região rural para conhecer seus saberes e práticas culturais do cotidiano. Essa leitura da cidade pode ser vista

como afirmação de identidade (s) na (re) construção da história local, social, cultural e econômica de uma comunidade, respeitando a pluralidade sociocultural no espaço escolar. Nesse sentido, investimos numa metodologia composta por movimentos reflexivos que entrecruzam experiências vividas e história local por meio das memórias dos estudantes expressas em narrativas escritas e iconográficas, tecidas por relações dialógicas, coletivas e colaborativas. Apresentamos este relato, pois entendemos a sala de aula como um espaço potente para desenvolver práticas na produção de conhecimento que valorize as manifestações culturais e saberes de estudantes do campo, que têm suas vozes emudecidas e à margem da sociedade. É nesse sentido que trabalhamos numa perspectiva decolonial (Ballestrin, 2013; Paim; Araújo, 2024; Walsh, 2019) para trazer à tona saberes e narrativas outras a contrapelo das tendências dominantes.

HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A PERIODIZAÇÃO “PRÉ-HISTÓRICA” ADOTADA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES: POR UMA HISTÓRIA ANTIGA DA AMÉRICA

Wellida Cristina Pereira (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)
profwellida@gmail.com

O presente trabalho problematiza o ensino da “pré-história” sob a perspectiva do Ensino de História Antiga da América, a fim de contribuir na prática docente dos professores de História do Ensino Básico. A metodologia utilizada é a realização de levantamento bibliográfico e documental. Assim, será debatido o ensino da história antiga da América a partir do desenvolvimento de pesquisas científicas no campo abordado e reflexões acerca da ideia de tempo histórico para o Ensino de História.

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: NA PERSPECTIVA DO BEHAVIORISMO RADICAL DE SKINNER

Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz (Docente da Educação Básica)
moura_leandra@hotmail.com

Esse trabalho tem como finalidade refletir sobre o Behaviorismo radical de Skinner e as similaridades desse método nos Colégios Militares do Estado de Goiás, evidenciando-se pela cobrança da disciplina de forma exacerbada, pelo medo e coação gerados dentro desses colégios e que por meio da parceria entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, os militares, foram autorizados a assumir a gestão e administração de um crescente número de escolas públicas do Estado. Sob o olhar de autores como Foucault quando apresenta suas contribuições para entendermos melhor sobre a disciplina, Gloria Anzaldúa quando ressalta o conceito de fronteira nos levando a novos ângulos de visão sobre essas escolas militarizadas e Burrhus F. Skinner, em relação ao processo de ensino e aprendizagem, estímulo, reforço e resposta do comportamento humano. Sendo assim esse trabalho propõe uma discussão com base na bibliografia, no Regimento Disciplinar dos Colégios Militares.

O COMPONENTE CURRICULAR DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (CAP-UFRGS): UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA

Edson Antoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
professor.antoni@gmail.com

Ao analisarmos currículos escolares brasileiros, nas diferentes áreas das Ciências Humanas, é possível identificar algumas características comuns no tratamento dispensado às diferentes comunidades latino-americanas. A manutenção de um caráter eurocentrado na organização dos currículos, nos materiais didáticos, ou mesmo, como elemento definidor dos padrões de produção do conhecimento, são uma expressão manifesta daquilo que podemos definir como colonialidade do saber. A partir desta perspectiva as histórias e os saberes dos povos originários e afrodescendentes tornam-se vítimas de um verdadeiro epistemicídio. Mesmo a legislação tendo tornado obrigatória a presença destes conteúdos, ainda é possível identificar, em diferentes realidades brasileiras, a manutenção de narrativas e práticas que privilegiam o modelo eurocentrado de produção de conhecimento. Buscando atuar em um processo de decolonialidade do saber, bem como, contribuir para o desenvolvimento de uma educação crítica, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp-UFRGS), no ano de 2015, implementou o componente curricular de Estudos Latino-americanos. Com um programa previsto para ser desenvolvido nos dois últimos anos do Ensino Fundamental, com base em um referencial teórico estruturado a partir do pensamento decolonial e contando com o exercício de uma docência compartilhada, Estudos Latino-americanos busca romper uma perspectiva colonizada do saber e, consequentemente, apresentar alternativas aos modelos de narrativas e práticas pedagógicas eurocentradas. Dentro desta perspectiva, as histórias e os saberes de povos originários e afrodescendentes não são abordados apenas como um apêndice da história latino-americana. Ao analisar os diferentes eixos temáticos que caracterizam os conteúdos abordados pelo componente curricular em cada um dos trimestres do ano letivo, é possível perceber o protagonismo assumido por estas comunidades. Neste trabalho, ao apresentarmos o plano de ensino do componente curricular de Estudos Latino-americanos, bem como, alguns dos materiais e práticas docentes, buscamos evidenciar o papel que o Colégio de Aplicação da UFRGS vem desenvolvendo para o estabelecimento de uma educação das relações étnico-raciais desde a Educação Básica.

O CURRÍCULO VIGIADO DO ESTADO DO PARANÁ E A AMÉRICA LATINA

Wilian Carlos Cipriani Barom (Universidade Federal do Paraná)
wilianbarom@ufpr.br

Desde 2018, o Estado do Paraná implementa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio do Currículo da Rede Estadual Paranaense (2019) e do Caderno Currículo Priorizado da Rede Estadual de Ensino (2020), hoje oficial segundo a Secretaria de Educação. Elaborado com base nas necessidades da rede, esse currículo é transmitido aos professores por um ecossistema tecnocrático, conceituado aqui como Currículo Vigiado. O presente artigo busca problematizar a presença (ou ausência) da história da América, da América Latina e da regionalidade nos conteúdos voltados aos Anos Finais do Ensino Fundamental. A análise discute as possibilidades de construção de uma identidade regional entre os estudantes paranaenses, com base na teoria crítica do currículo — que o entende como campo de disputas — e na perspectiva decolonial, que alerta para os riscos de currículos generalizantes e universalizantes.

O PAPEL SOCIAL DO ENSINO DE HISTÓRIA NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO ALGORÍTMICO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL.

Daiane Oliveira Teixeira (Universidade Federal de Uberlândia)
daianeteixeiraptu@gmail.com
Aléxia Pádua Franco (Universidade Federal de Uberlândia)
alexia@ufu.br

Neste trabalho, apresentaremos uma pesquisa de mestrado em andamento no Profhistória/UFU. Seu objetivo é, a partir de uma perspectiva historiográfica e decolonial, problematizar o racismo algorítmico, compreender suas manifestações nas redes digitais, e como o ensino de História pode contribuir para seu enfrentamento. Na sociedade contemporânea, na maior parte do nosso tempo, estamos conectados à Internet, especialmente nas redes sociais digitais. Durante o acesso às plataformas digitais programadas no norte global, os algoritmos entram em ação, da simples recomendação da Netflix aos sistemas de monitoramento de reconhecimento facial. O racismo que antes era sofrido presencialmente, no espaço público e privado, agora também ocorre nas redes digitais. Neste contexto, esse trabalho é fruto da inquietação docente sobre como promover uma educação antirracista e decolonial numa sociedade que acredita na neutralidade das redes digitais que, por sua vez, produzem vieses raciais. A metodologia utilizada neste estudo é a qualitativa do tipo documental, cuja fonte de pesquisa é a linha do tempo criada pelo pesquisador Tarcízio Silva, no seu blog, para registrar manifestações de racismo algorítmico no Brasil e no mundo, desde 2010. Sua fundamentação teórica dialoga com autoras e autores que versam sobre temas como colonialidade e decolonialidade, educação antirracista, ensino de História, colonialismo digital e racismo algorítmico. As primeiras análises e interpretações demonstram a necessidade de pesquisas na área do ensino de História que dialoguem com as demandas da sociedade contemporânea, uma vez que o racismo estrutural se manifesta também nos ambientes digitais. Esperamos que a ação reflexiva e propositiva inerente ao desenvolvimento desta pesquisa sensibilize professoras e estudantes a problematizar sua presença nos espaços digitais, desnaturalizar a neutralidade tecnológica e a pensarem em alternativas para a construção de práticas antirracistas online e offline.

PEDAGOGIA MANO BROWN: POR UMA APRENDIZAGEM ANTIRRACISTA DECOLONIAL POR MEIO DO RAP

Lurian Endo Gonzaga (Universidade Federal de Santa Catarina)
endolurian@gmail.com

O presente projeto de tese está em andamento, tem como foco um olhar para a periferia como um lugar de produção de conhecimento, um lugar onde existem pedagogias decoloniais, principalmente por meio do rap de contestação, que por vezes estão presente nas salas de aulas das regiões periféricas brasileiras. Pretende-se analisar como o rap é usado tanto na formação docente e no seu letramento racial, como são práticas pedagógicas já utilizadas em sala de aula. Mostrar como o fazer-se professor/a pode ser atravessado por essas músicas, como elas podem influenciar e formar docentes das diversas áreas educacionais e como elas ocorrem no seu cotidiano. O objetivo geral desta pesquisa é explorar a possibilidade do rap como uma ferramenta na formação dos/as professores/as da educação básica, defendendo a tese de uma Pedagogia Mano Brown, baseada no referencial decolonial de pedagogia. Para tanto, metodologicamente, serão entrevistados docentes de origem periférica que tenham influência do rap em suas vidas pessoais e profissionais, analisando seus processos de interação com esse estilo musical, dentro da metodologia monadológica. Propõe-se, para isso, o referencial teórico da Decolonialidade através de seu viés educativo que é a interculturalidade crítica. Com o destaque para o pensamento de Walsh (2002;2009) e os conceitos de memória e experiência de Walter Benjamin (1987).

RACIONAIS MC'S E AS DEMANDAS SOCIAIS DA PERIFERIA

Lucas Vinicius Ribeiro dos Anjos (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
lucasdosanjos@edu.unirio.br

Este trabalho é parte de uma dissertação defendida e aprovada no ano de 2025 e se propõe a realizar um estudo de caso sobre as produções do Racionais MC's de forma a analisar o conceito dos álbuns e o contexto da época de seu lançamento e identificar fragmentos de demandas sociais por parte da periferia ao longo dos anos. O grupo Racionais MC's é formado por Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KJ 118 e se mantém ativos e populares desde 1988. Ao longo de mais de 30 anos de carreira o grupo lançou os álbuns *Holocausto Urbano* (1990), o EP *Escolha seu Caminho* (1992), além dos álbuns *Raio X do Brasil* (1993), *Sobrevivendo no Inferno* (1997), *Nada como um Dia após o Outro Dia* (2002) e o mais recente *Cores e Valores* (2014). É possível perceber a trajetória do grupo através do lançamento de seus álbuns e os principais enfoques de cada trabalho, de tal forma que a primeira fase do Racionais MC's se destaca a partir da ênfase na "denúncia periférica" constantemente presente em *Holocausto Urbano* (1990), *Escolha Seu Caminho* (1992) e *Raio X do Brasil* (1993) e a exposição do racismo em diferentes esferas, além da constatação de um genocídio negro nas periferias e a necropolítica (Mbembe, 2016). A segunda fase observa a "Sobrevivência do Sujeito Negro-Periférico", amplamente discutido no álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e a ascensão de uma perspectiva mais coletiva do grupo, que se reflete em um tom mais dialógico com os ouvintes e difundiu saberes voltados para a sobrevivência de pessoas negras e periféricas às opressões da colonialidade do poder (Quijano, 2000) e a terceira fase se pauta na "Busca por viver a vida", demarcado em *Nada como um dia após o outro dia* (2002) e *Cores & Valores* (2014) e na construção de uma perspectiva pensada não mais apenas em denunciar à colonialidade, ou sobreviver a ela, mas sim em ser capaz de viver e ser feliz, ao passo que preocupa-se fortalecer a autoestima negra, ressaltar conquistas e alegrias e ao direito ao bem viver (Acosta, 2012). Conclui-se que ao analisar os diferentes álbuns do grupo Racionais MC's, é notável o surgimento de diferentes perspectivas presente em suas músicas e que o surgimento constante de reflexões e ênfases temáticas ao longo do tempo demarcam fragmentos de reivindicações sociais da periferia.

TEMPORALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS NA PRIMEIRA TURMA DO PROFHISTÓRIA

Kerollainy Rosa Schütz (Docente da Educação Básica)
hstkeroll@gmail.com

Este trabalho propõe uma análise das pesquisas desenvolvidas pelos professores pesquisadores da primeira turma ingressante do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) do Brasil, no ano de 2012. O objetivo é compreender quais são as cronologias e temporalidades presentes nas pesquisas que se propuseram a investigar a temática indígena e Lei 11.645/2008 no contexto do ensino de história da educação básica. O PROFHISTÓRIA é um programa de pós-graduação organizado em rede, e está presente em universidades de todas as regiões do Brasil, desde sua primeira turma, no ano de 2012, mas que vêm expandindo o seu alcance desde então. Nesse sentido, as produções acadêmicas construídas no programa possibilitam buscar um olhar mais amplo, em território nacional, a partir do que vêm sendo feito pelos professores de História no Brasil. Assim, as escolhas feitas por esses professores, no que fiz respeito aos recortes temporais específicos para o estudo dos povos indígenas no Brasil refletem percursos históricos marcados por rupturas e permanências no estudo da História. Perguntas como: quais são os marcadores cronológicos presentes nas pesquisas em que o principal tema de estudo são os povos indígenas? Quais as bases teóricas escolhidas pelos professores e qual a sua relação com essas cronologias? Esses são alguns dos questionamentos que demarcam o percurso deste trabalho. A análise aqui desenvolvida parte de um olhar teórico para as produções acadêmicas desses professores, através da leitura e análise dessas pesquisas. Este olhar teórico tem como ponto de partida principalmente o campo da História Indígena e das recentes reflexões desenvolvidas no ensino de história a partir da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo dos povos indígenas no Brasil e, com isso, fortaleceu a importância dessa base na educação brasileira. Veremos, ao longo das reflexões desenvolvidas aqui, que as pesquisas dos professores propõem uma crítica necessária às demarcações cronológicas que historicamente limitam a agência indígena a períodos específicos da História do Brasil. Todavia, refletiremos também sobre

como os próprios professores se propõem a fazer isso em suas pesquisas, na prática, para além da crítica que estabelecem na teoria.

TEMPOS HISTÓRICOS REDISCUTIDOS NA ESCOLA

Bibiana Werle (Docente da Educação Básica)

bibiwerle@gmail.com

Refletido de maneira filosófica por historiadores no decorrer de um processo de objetivação disciplinar, o tempo foi naturalizado e utilizado como "instrumento taxonômico" na historiografia Certeau (1987, p. 89). A partir das reflexões filosóficas proporcionadas pelos estudos de Paul Ricoeur em Tempo e Narrativa (RICOEUR, 2010), novas discussões passaram a pensar o tempo como grandeza que se humaniza através da narrativa - e a narrativa historiográfica é uma das construtoras de sentidos humanos. Mais recentemente, no entanto, diferentes percepções de tempo, como a indígena, vêm possibilitando novas reflexões que divergem da hegemonia temporal eurocêntrica/ocidental a partir de estudos decoloniais no ensino de História (SILVESTRE, COMPANHONI, 2021). A escola, sendo um espaço onde diferentes culturas se encontram, requer este tipo de reflexão na medida em se se pretenda um ensino de História que passe pelos afetos (PEREIRA; TORELLY, 2023). Através de uma atividade que envolve a pintura de linhas temporais nas paredes de uma escola pública catarinense, este relato de experiência problematiza estas questões.

VALORIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA NO COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO NO PARANÁ

Ilda Aparecida de Souza (Universidade Estadual do Paraná)

ilda.souza@escola.pr.gov.br

A inclusão das religiões de matriz africana no contexto educacional, sobretudo por meio da Lei 10.639/03, revela uma tensão histórica com o Ensino Religioso, que tradicionalmente esteve a serviço da manutenção de uma lógica de colonialismo religioso. Historicamente moldado pelos valores e práticas do cristianismo, principalmente o catolicismo, o Ensino Religioso no Brasil foi estruturado de maneira a relegar outras crenças a um espaço de marginalização, sustentando o processo de apagamento cultural e religioso trazido pela colonização. Essa hegemonia serviu como ferramenta ideológica que naturalizou a superioridade das religiões eurocêntricas, enquanto deslegitimava e demonizava práticas afro-religiosas, classificando-as como elementos "não civilizados" ou "folclóricos". Por outro lado, o ensino de história, ao integrar a valorização das contribuições culturais e religiosas afrodescendentes, atua como um instrumento poderoso de resistência a esse apagamento cultural e ideológico. Por meio do ensino de história, os estudantes têm acesso ao conhecimento das raízes históricas do racismo religioso, compreendendo o impacto da colonização na marginalização das religiões afro-brasileiras e desmistificando preconceitos enraizados. Ao refletirmos sobre as religiões afro-brasileiras no currículo escolar, evidencia-se o confronto direto com essa herança colonial. Incorporar o pluralismo religioso e valorizar as tradições afrodescendentes no ensino é um ato de resistência que busca descolonizar a educação e combater o racismo religioso. Contudo, o Ensino Religioso ainda apresenta desafios nesse cenário, pois persiste como um campo frequentemente dominado por narrativas cristãs, muitas vezes ignorando o caráter laico do Estado brasileiro e dificultando a plena integração da diversidade religiosa. Dessa forma, valorizar as religiões de matriz africana no ensino religioso e no ensino de história exige não apenas uma revisão crítica das práticas pedagógicas, mas também um engajamento político e social em favor da equidade, desconstruindo a hierarquia religiosa imposta pela colonização.

RACISMOS E ANTIRRACISMOS: EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS - SC

Elison Antonio Paim (Universidade Federal de Santa Catarina)

elison0406@gmail.com

Esta comunicação compõe o projeto de pesquisa em andamento Racismos e antirracismos: memórias e experiências de professores/as de História em escolas da Rede Municipal de Educação de Florianópolis – SC. O projeto é financiado pelo CNPq como Bolsa de Produtividade Científica. Objetivamos identificar as memórias e experiências de docentes, em Escolas Públicas da Rede Municipal de Educação de Florianópolis - SC, para efetivar práticas pedagógicas direcionadas ao alcance da equidade racial por meio da Educação Para as Relações Étnico-raciais. Propomos investigar os espaços que as Relações Étnicorraciais ocupam no Projeto Político Pedagógico, no currículo e nas práticas pedagógicas de professores e as relações e ações racistas ou antirracistas experienciadas nas escolas. Buscamos entender qual a dinâmica da Educação das Relações Étnico-raciais está presente na produção dos conhecimentos e saberes escolares numa perspectiva de combate aos racismos e construção de sujeitos antirracistas. Ressaltamos que as escolas atendem estudantes de diferentes comunidades quer sejam em locais que moram populações majoritariamente negras, majoritariamente brancas ou quilombolas. Estamos construindo um inventário da realidade como ponto de partida ao elencar trabalhos acadêmicos já produzidos; documentos e ações institucionais. Numa etapa posterior entrevistaremos professores buscando práticas e relações cotidianas que expressem problematizações e/ou silenciamentos quanto a manifestações de racismo e discriminação para com os estudantes, professores e funcionários no interior das escolas. Trabalharemos apoiados em autores que trabalham com educação para as relações étnico-raciais, memórias e experiências e Pedagogias Decoloniais.

PROJETO INTERAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DIFERENTES CONTEXTOS CULTURAIS (1982-1986): RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE NAS AÇÕES EDUCATIVAS DA ESCOLA LUCIA MAYVORNE EM FLORIANÓPOLIS/SC

Juliana Geraldi Yamaguti (Universidade Federal de Santa Catarina)

julianageraldi2003@yahoo.com.br

Elison Antonio Paim (Universidade Federal de Santa Catarina)

elison0406@gmail.com

A presente pesquisa sintetiza o estágio atual da construção de uma tese no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina na Linha Sociologia e História da Educação. O tema de investigação é a relação entre escola e comunidade no contexto do Projeto Interação entre a Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais existentes no país desenvolvido pelo Ministério da Educação e Cultura entre 1982 e 1986. O objetivo do Interação visava sustentar ações marcadas pela participação de estudantes, professores e comunidade em todo o processo educacional. O Interação possuía iniciativas baseadas nas dinâmicas culturais locais, com a finalidade de reafirmar a pluralidade e a diversidade, diminuindo a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos estudantes. Os projetos educativos provinham de prefeituras, secretarias de educação, universidades e entidades da sociedade civil. As experiências eram aprovadas desde que propusessem trabalhos desenvolvidos pelas escolas com a presença das referências culturais da comunidade. Em Santa Catarina totalizaram dez projetos financiados pela Interação. Essa pesquisa investiga a relação entre escola e comunidade nas ações educativas e sua promoção na elaboração do currículo escolar, introdução de novas metodologias de ensino e elaboração de materiais didáticos. Realizamos leituras para a formação das bases teóricas fundamentadas em autores como Carlos Rodrigues Brandão, Paulo

Freire e João Demarchi. Para compreender o funcionamento dos projetos e ações educativas efetivadas pelo Interação na escola Lucia Mayvorne foi realizada pesquisa no Arquivo Central do Iphan em Brasília, onde encontramos relatórios técnicos, materiais didáticos e fotografias. Entrevistamos ex-professoras, ex-estudantes e ex-coordenadores participantes do Interação. A pesquisa permitirá avançar o conhecimento na área da educação e verificar como o Interação contribuiu para a construção de relações entre a escola e a comunidade, localizada no Mont Serrat, em Florianópolis/SC.

RÉGUA DE ESCALA: HISTÓRIA AMBIENTAL GLOBAL PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Ana Paula Cardoso Gutierrez (Universidade Federal de Santa Catarina) anagut@gmail.com

O artigo busca refletir sobre de que modo a História Ambiental Global pode contribuir na elaboração, pelos estudantes, de um sentido alternativo à História como um todo que vá além da "história da civilização ocidental". Para a aprendizagem ser significativa, duradoura e intencional, ela precisa ser estruturada levando em conta esquemas mentais preexistentes (subsúrgores). No caso específico do ensino de história, a História Ambiental Global pode oferecer alternativas que dão sentido aos fenômenos históricos para além da dicotomia colonial/decolonial dominante.

"TRADICIONAL PARA QUEM?": A INVENÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO E O APAGAMENTO DAS DISSIDÊNCIAS NA HISTORIOGRAFIA OCIDENTAL

Eduardo Luis Klein (Universidade Federal de Santa Mar)
eduardo.klein@acad.ufsm.br

O trabalho, vinculado ao ProfHistória/UFSM, busca analisar como os chamados "papéis tradicionais de gênero" foram historicamente construídos e naturalizados nas narrativas sobre a Antiguidade, mostrando que tais papéis não são universais nem atemporais, mas fruto de escolhas historiográficas e religiosas específicas. O recorte parte de casos emblemáticos da Antiguidade, como Hatshepsut, Livia e Adriano, para evidenciar experiências de gênero dissidentes que foram apagadas, distorcidas ou moralizadas ao longo do tempo. A investigação destaca ainda como o cristianismo institucionalizado exerceu papel central ao selecionar quais textos seriam preservados, reforçando uma visão patriarcal, e como a historiografia moderna, especialmente no século XIX, reconfigurou esse passado em chave moralizante. O objetivo é demonstrar que a noção de tradição, apropriada hoje por discursos neoconservadores que reinventam o passado para consolidar projetos políticos excludentes, resulta de operações de apagamento histórico que continuam a influenciar o ensino. A metodologia é qualitativa, com base na História Cultural, nos Estudos de Gênero e na crítica historiográfica, articulando análise de fontes primárias da Antiguidade (inscrições egípcias, textos greco-romanos, escritos cristãos e apócrifos) com leitura crítica da historiografia moderna que consolidou interpretações hegemônicas. O referencial teórico mobiliza autoras e autores como Joan Scott, Judith Butler, Mary Beard, Kara Cooney, Gerda Lerner, Michelle Perrot, Eric Hobsbawm, Michel de Certeau e E. P. Thompson. Como produto educacional, será desenvolvido um site de história pública, intitulado "Tradicional para quem?", que reunirá traduções comentadas de fontes, propostas de sequências didáticas e textos de apoio para professores, em linguagem acessível e alinhada à BNCC. A proposta busca democratizar o acesso a fontes e debates historiográficos, oferecer ferramentas pedagógicas para problematizar tradições inventadas e promover práticas de ensino que evidenciam a pluralidade das experiências de gênero no passado, em contraposição à narrativa homogênea e excludente ainda dominante.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

29



A FORMAÇÃO INICIAL E A INDUÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS

Wallace Souza da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

wallacecequeimaodos@gmail.com

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento, que tem investigado a formação docente e o impacto na prática pedagógica ao ensinar História nos Anos Iniciais. Nesse trabalho específico será discutido um recorte de toda pesquisa, que tem por objetivo discutir acerca da formação de professores para atuação nos Anos Iniciais, no que diz respeito ao preparo para efetivação da lei 10.639/03 nesta etapa escolar. Por isso, pensar a formação docente para atuar nos Anos Iniciais do ensino fundamental, como um processo, que envolve todo o percurso formativo num sentido contínuo e não apenas aquela obtida inicialmente nos cursos de graduação e/ou no curso normal, torna-se fundamental nesta discussão. Refletir a formação docente num sentido amplo, que se estende ao longo da carreira docente e da própria prática escolar, investigando-a como um processo contínuo e constante. Nesse sentido, pensar diretamente o processo de indução profissional desses professores em início de carreira, ou até mesmo a própria inserção profissional no magistério, torna-se fundamental para se pensar o impacto da formação como percurso na prática pedagógica de ensinar História na sala de aula nesta etapa escolar específica. Pensar também na mobilização do próprio saber histórico escolar, tanto na formação inicial como continuada de professores que atuam nos Anos Iniciais, repensando a prática pedagógica do ensino de História, no que diz respeito a desconstrução do discurso de colonialidade na abordagem dos diferentes sujeitos históricos na sala de aula, são aspectos imprescindíveis a serem abordados. Diante dessas questões iniciais aqui levantadas, nos indagamos a respeito da seguinte questão: Quais são os principais desafios enfrentados na formação de professores que atuam nos Anos Iniciais, para que de fato a lei 10.639/03 seja aplicada nesta etapa escolar? Buscando respostas a essa indagação, será apresentado a partir dos resultados de uma discussão teórica realizada, quatro desafios que envolvem diretamente a questão da formação de professores, são eles: formação inicial de professores, indução profissional docente, trajetória profissional na carreira docente, saberes e práticas docentes.

JOGOS ANTIRRACISTAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Andréa Giordanna Araujo da Silva (Universidade Federal da Paraíba)

agiordanna1@gmail.com

O estudo apresenta os resultados da experiência político-pedagógica de produção de jogos didáticos, elaborados como atividade de formação teórico-prática do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas (2017-2020). A prática teórico-metodológica teve por finalidade atender a determinação da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da educação básica. O dispositivo oficial se tornou um importante instrumento de indução da luta antirracista na formação inicial e continuada e, ainda, na atuação das (os) professoras (es). Assim, por meio da análise dos "relatórios de experiências pedagógicas", produzidos pelos/as graduandos/as do curso de Pedagogia, e dos jogos didáticos, elaborados com temáticas relacionadas às histórias dos negros e dos indígenas no Brasil, e produzidos na vivência da disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de História II, foi possível identificar e criar procedimentos de pesquisa e práticas pedagógicas que possibilitam a socialização dos conhecimentos antirracistas, do campo da História, nos anos iniciais do ensino fundamental e na EJA. O estudo constatou que a produção de recursos pedagógicos, como jogos didáticos, em condição de parceria universidade-escola, é uma contribuição política para o aperfeiçoamento do senso crítico do/a estudantes da educação básica e para a promoção da Pedagogia Antirracista no ambiente escolar.

ENSINO DE HISTÓRIA SOB A ÓTICA DO DIVERTIMENTO: O LAZER NO BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO EM PRINCÍPIOS DO NOVECENTOS

Maíra Cavalcanti (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

maykal681@gmail.com

O trabalho apresentado faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo no programa de pós graduação stricto sensu PROFHISTÓRIA UERJ, voltada para estudantes dos anos iniciais. Tendo em vista a escassez de textos acadêmicos que tratem da história do bairro de São Cristóvão sob a perspectiva do lazer, a ideia é investigar e mapear as práticas de divertimento e os espaços de lazer dessa localidade nas duas primeiras décadas do século XX. A partir da pesquisa desenvolvida, será construído um jogo de cartas, culminância de um percurso pedagógico que auxilie no desenvolvimento de alguns conceitos históricos como consciência histórica, mudanças e permanências. O interesse por essa temática se justifica pelo fato deste bairro abrigar o local onde atuo como docente. Esse conteúdo costuma ser abordado no terceiro ano do primeiro segmento e é muito importante para a construção do conhecimento histórico. O trabalho com o bairro nos anos iniciais a partir da perspectiva do lazer, além de se inserir dentro das habilidades propostas pela BNCC, permite trabalhar aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos de tempos pregressos.

HISTÓRIA LOCAL NAS SÉRIES INICIAIS DO MUNICÍPIO DE IRATI – PARANÁ.

Francielli Czelusniak Costa Chepluki (Universidade Estadual do Centro-Oeste)

franciellichepluki@gmail.com

A História Local tem sua importância em valorizar memórias coletivas e resgatar histórias que são esquecidas em detrimento de uma história oficial. Por muito tempo, as histórias aprendidas e perpetuadas eram somente dos dirigentes municipais, dos heróis; ou seja, os sujeitos comuns permaneceram silenciados. Com isso em mente, justifica-se o presente trabalho, fruto de um projeto de doutoramento em Educação, que está em sua fase inicial. Partindo de conceitos e problemáticas que dizem respeito à História Local, pretende-se compreender quais são as perspectivas de História Local presentes nos anos iniciais do ensino fundamental do município de Irati, Paraná. Neste trabalho, apresentaremos os pressupostos teóricos, visto que a pesquisa empírica ainda não foi iniciada. Para tanto, os autores que servirão de aporte teórico em História Local são: Pierre Goubert (1988), Raphael Samuel (1990) e José D' Assunção Barros (2005, 2010, 2022). Para tratar sobre o Ensino de História nos anos iniciais, apoiaremos em: Guimarães (2012), Bittencourt (2018), Luporini e Urban (2015), Cooper (2006, 2012) e Schmidt e Cainelli (2004). Acreditamos que essa proposta de estudo se torna importante na medida em que será útil para futuras pesquisas que busquem compreender onde a História Local se situa no ensino de história no município de Irati e como os docentes ensinam e compreendem essa proposta de ensino.

OS CURSOS DE MAGISTÉRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E ESTUDOS SOCIAIS NAS SÉRIES INICIAIS (1971-1996): DISCIPLINAS, CURRÍCULOS E MEMÓRIAS

Fabio Ribeiro (Docente da Educação Básica)

fabiohist@usp.br

Entre as décadas de 1970 e 1990, os professores das séries iniciais do primeiro grau formavam-se, majoritariamente, em nível de 2º grau. Apesar da existência de graduações em Pedagogia, era na Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério e nos CEFAM's que muitos docentes se diplomavam. Esta comunicação expõe as conclusões parciais de uma pesquisa de doutoramento, em estágio final, que busca investigar como ocorria, na rede estadual paulista, o ensino de Estudos Sociais/História nas séries iniciais do 1º grau entre as décadas de 1970 e 1990. Ao refletir sobre a escola e os saberes escolares sob uma perspectiva histórica, apoia-se na concepção de saber docente proposta por Maurice Tardif, que toma o professor como protagonista de seu próprio conhecimento e construtor de sua prática. Assim, no recorte aqui apresentado, procura-se examinar de que maneira os cursos da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério (HEM) preparavam o futuro professor de 1ª a 4ª séries para o ensino de História e Estudos Sociais, na perspectiva dos saberes disciplinares e da formação profissional. Valendo-se da legislação e da documentação oficial expedida pelos órgãos educacionais para regulamentar estes cursos, busca-se identificar como estavam estruturados, se havia na grade curricular disciplinas voltadas ao preparo para o ensino de Ciências Humanas e a carga horária que ocupavam. Também analisam-se os currículos propostos para estas disciplinas, verificando as concepções metodológicas e pedagógicas que difundiam, bem como a bibliografia sobre História/Estudos Sociais que indicavam para a formação do futuro professor. Ancorado no instrumental da História Oral, confronta-se este contexto oficial com as memórias de professores de profissão que se formaram no período, a fim de captar a relação dos depoentes com sua qualificação inicial. Observa-se a permanência de disciplinas voltadas ao ensino de Ciências Humanas nos cursos de formação docente, embora com variações em nomenclatura e carga horária e que o Guia Curricular de Estudos Sociais da HEM visava instrumentalizar o professorando na utilização do currículo vigente. Quanto às memórias dos depoentes, nota-se a valorização da formação secundária, devido ao seu caráter prático, porém o preparo para o ensino de Ciências Humanas é considerado lacunar.

LITERATURA INFANTIL NEGRA E HISTÓRIAS QUE IMPORTAM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Andréa Giordanna Araujo da Silva (Universidade Federal da Paraíba)
agiordanna1@gmail.com

O estudo aborda a importância da Literatura Infantil Negra na constituição de práticas pedagógicas antidiscriminatórias e antirracistas nos anos iniciais do ensino fundamental. De caráter documental, a investigação teve como procedimentos: levantamento, seleção, interpretação e análise de obras de literatura infantil negra. Foi também, realizada a revisão bibliográfica, em: teses, dissertações, artigos e relatos de experiências que abordavam as formas de usos da literatura infantil negra nas salas de aula, com a finalidade de identificar as obras literárias a serem utilizadas como documentos de pesquisa. Por conseguinte, optou-se por obras com autorias de pessoas negras brasileiras, atuantes nos campos das artes e/ou da produção científica. O objetivo da pesquisa foi demonstrar que o conhecimento histórico científico pode ter a produção literária como instrumento pedagógico para circulação de princípios e valores associados à promoção da representatividade, do respeito à diversidade e do combate ao racismo. Como resultado, observou-se que a produção literária negra e politicamente engajada para infância apresenta três movimentos de abordagens da história: a) identificação e confronto de narrativas racistas; b) produção de um conhecimento histórico originário positivo dos africanos e dos negros; c) apresentação das crianças e pessoas negras envolvidas em outras relações sociais associadas a questões políticas do tempo presente. Por fim, conclui-se que as obras literárias negras, utilizadas nas práticas pedagógicas escolares, têm como interesses principais: 1) colaborar com o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes do ensino fundamental e 2) contribuir para a promoção da estética afirmativa das identidades negras desde a infância.

"EVOLUÇÃO OU EXTINÇÃO": UMA PROPOSTA DE JOGO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DA EVOLUÇÃO HUMANA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Heitor Meira dos Santos (Universidade Federal de Uberlândia)

heitor.dos@ufu.br

André Luís Bertelli Duarte (Universidade Federal de Uberlândia)

andrebduarte@ufu.br

O ensino da evolução e da ancestralidade dos seres humanos para crianças e adolescentes é desafiador, na medida em que mobiliza conceitos abstratos e temporalidades amplas para um público que ainda não consolidou estas noções. O jogo "Evolução ou extinção?" foi desenvolvido no âmbito das atividades do PIBID/UFU como uma proposta lúdica que, além de favorecer o interesse dos estudantes, proporciona uma metodologia de aprendizado acerca dos principais ancestrais dos seres humanos, suas temporalidades e tecnologias. O objetivo geral do trabalho foi criar uma ferramenta lúdica para o ensino da história da evolução e da ancestralidade dos seres humanos para crianças e adolescentes. Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica para identificar os principais ancestrais dos seres humanos, seus achados arqueológicos, suas temporalidades e principais características, com foco em suas tecnologias. Esta pesquisa subsidiou o desenvolvimento de um jogo pedagógico no formato de trilha, onde os jogadores deveriam cumprir missões e quizzes de pergunta e resposta para avançar no tabuleiro. Utilizamos como referencial teórico artigos publicados em periódicos, reportagens e museus virtuais das áreas de paleontologia e arqueologia. Após a concepção e a confecção do jogo, realizamos uma atividade prática com os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU) para teste, avaliação e posteriores ajustes. Nesta etapa, os estudantes puderam sedimentar nomes, locais, tempos e processos que haviam estudado anteriormente em sala de aula por meio do jogo.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

O trabalho educativo na sala de aula: diálogos sobre ensino de História, currículos, práticas docentes e materiais didáticos

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

34



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Pablo de Oliveira Andrade (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)

prof.pablo.historia@gmail.com

Esta pesquisa analisa como as metodologias ativas de ensino podem contribuir para uma aprendizagem ativa e inovadora em História. Para isso, procura-se esclarecer as principais características, princípios e objetivos dessas metodologias, relacionando-as com as teorias da aprendizagem desenvolvidas por John Dewey, Paulo Freire e Lev Vygotsky. Além disso, examina-se o papel do professor e da sua práxis pedagógica na aplicação dessas metodologias. Sem a autonomia, sem o pensamento crítico, sem a motivação intrínseca para aprender e ensinar do professor, não há metodologia ativa que melhore as aulas de História.

REDUNDÂNCIA E O TELE ENSINO

Julio Cesar Junior Medeiros Peixoto (Universidade Federal de São Paulo)

familiajuliopeixoto@hotmail.com

Este resumo é o recorte de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História sobre o Novo Telecurso e o Ensino de História. Tem por objetivo investigar as representações e idealizações do Ensino de História pelo Campo da Comunicação. Os resultados parciais aqui apresentados são sobre a leitura e análise quantitativas das teleaulas do Novo Telecurso (2008), que identificou uma linguagem clara e uma “redundância inteligente” que reforçavam o conteúdo/mensagem para o aluno/telespectador, que a equipe de avaliação do Telecurso 2º Grau (1977) que norteou um padrão de roteiros para produção de tele aulas começando pelas disciplinas da área de exatas até as disciplinas de humanas – entre elas o Ensino de História. Ao longo tempo esse padrão de produção é incorporado nas edições subsequentes – 1 Grau, Telecurso 2000 e sua nova atualização que resultou no Novo Telecurso (2008). O uso do conceito de “redundância inteligente” revela a disputa que ocorria entre o campo da Comunicação e o da Educação acerca de um programa de educação supletiva como recurso didático para uma parcela significativa da sociedade excluída do sistema de ensino formal e corrigir a distorção idade/série. Essa disputa mostra a imposição do Campo da Comunicação como majoritário no sentido de informar o aluno/telespectador repetidamente de diversas formas sobre o conteúdo do que formar para pensar-se criticamente a realidade e de inter relacionar conhecimento.

(RE)DEFININDO "POLÍTICAS CURRICULARES" E REATIVANDO O CARÁTER POLÍTICO DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA

Hiago Gonçalves Dias do Nascimento (Universidade Federal de Juiz de Fora)

hiagu2222@gmail.com

Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado que se encontra em desenvolvimento. Seu objetivo é propor uma leitura alternativa para a categoria de “políticas curriculares” extrapolando, assim, o uso tradicional desse termo, que costumeiramente tem sido associado a documentos institucionais, elaborados pelo Estado ou por algum de seus aparatos, com o intuito de orientar as práticas educacionais. A partir das contribuições advindas dos estudos pós-fundacionais (Mouffe, 2015), assim como do próprio campo do Currículo (Gabriel, 2019; Lopes, Macedo, 2011), busca-se sugerir a mobilização da categoria de “políticas curriculares” para nomear qualquer manifestação

curricular inserida nas práticas educacionais ou direcionada a elas - isso inclui: livros didáticos; avaliações internas; Projetos Políticos Pedagógicos; avaliações internas; Diretrizes e Orientações educacionais; planos de aula; sequências didáticas; e, até mesmo, as próprias aulas. Tal proposição embasa-se na premissa de que, em maior ou menor grau, todas essas ações buscam estabelecer um certo ordenamento para o currículo, e por isso consistem em políticas curriculares. Defende-se, assim, que ao reconhecer a dimensão política dessas manifestações, reforça-se o caráter incontornavelmente político do currículo nas suas mais variadas versões e rompe-se com interpretações hierárquicas e dicotômicas desse significante, que tendem a distingui-lo entre "proposta" e "prática", concedendo um protagonismo consideravelmente exacerbado para os projetos, em detrimento da sua "implementação".

A CAIXA PEDAGÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SÉRIES INICIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jônatas Marques Caratti (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
jonatascaratti@gmail.com

Este trabalho é o resultado de uma prática de ensino realizado com turmas de Ensino de História, curso de Pedagogia, da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). É, portanto, uma experiência no âmbito da formação de professores. Ao longo do semestre letivo, a disciplina de Ensino de História busca desenvolver materiais didáticos e planejar atividades pedagógicas. Disso nasceu a proposta da caixa pedagógica, que se torna na disciplina tanto um instrumento de avaliação como uma ferramenta didática a ser aplicada na realidade. A dinâmica da caixa parte do princípio que o/a professor/a é o/a mediador/a entre os sujeitos aprendentes e os saberes históricos. A construção destes saberes se dá pela interação entre educador e educandos diante dos objetos/recursos, permitindo relacionar a percepção e experiência do estudante, do/a professor/a e sua didática, e também do campo do ensino de história. Os temas que se destacam foram: ensino de História na Educação Infantil, Séries Iniciais e EJA, educação patrimonial, povos da diáspora africana, positividade dos povos indígenas, estudos de gênero, direitos humanos e inclusão escolar. Cada grupo de estudantes desenvolveu recursos pedagógicos e um planejamento de atividades para cada caixa, partindo do seu protagonismo e experiência escolar. Portanto, pretendemos compartilhar com a comunidade acadêmica como se deu este processo de formação e refletir sobre a potencialidade dos recursos pedagógicos construídos para o campo do ensino de história.

A ESCOLA TEM ESPAÇO PARA A CANÇÃO CAIPIRA?

Marlon Peterlini Ferreira (Docente da Educação Básica)
marlon.peterlini@hotmail.com

O objetivo desse trabalho é discutir possibilidades de uso da canção caipira, como fonte histórica, em aulas de História. Essa reflexão deriva de dissertação já defendida no ProfHistória. A ausência de canções caipiras nos materiais didáticos foi o ponto de partida para a pesquisa, que terminou por apontar subsídios e ideias para o professor trabalhá-las em sala de aula como fonte histórica. A dissertação procurou discutir e evidenciar o potencial didático de canções caipiras como fontes para o ensino de História, essencialmente para o 9º ano do Ensino Fundamental, a partir dos conceitos norteadores de consciência histórica (Jörn Rüsen), literacia histórica (Peter Lee) e representação (Roger Chartier). Além de um breve histórico sobre música caipira, auxiliando professores com os contextos das canções caipiras, seus principais temas e artistas, apresentaremos a proposta de trabalho para os professores, a partir da análise dessas canções como fonte histórica, com incentivo a uma relação pedagógica de valorização do papel do estudante, sem enfraquecer o papel do professor.

Constatou-se que o grupo social caipira, derivado de populações do interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tão importantes na formação da população do centro-sul do Brasil, tem nas canções caipiras um instrumento de representação, onde essas canções expõem uma visão de mundo, de como enxergam o seu redor e de como querem serem vistos pelo mundo ao redor; portanto, são fontes significativas que podem auxiliar os estudantes a refletir panoramas e cenários de como estes caipiras estavam examinando os acontecimentos. Ainda, além de algumas canções apreciadas seguindo a proposição da análise de fontes proposta, a dissertação trouxe uma tabela com a sugestão de outras canções caipiras, junto de seus respectivos temas históricos, que podem ser trabalhadas em conjunto com as habilidades elencadas na BNCC para o ensino de História.

ARTICULANDO HISTÓRIA E MATEMÁTICA ATRAVÉS DE UMA VISITA VIRTUAL AO “TÚMULO DE WAHTI”

Giselle Paiva Rezende (Docente da Educação Básica)
gi.direito.gi@gmail.com

Este relato de experiência versa sobre um projeto desenvolvido numa escola pública de Minas Gerais, que objetivou integrar o ensino de História e Matemática por meio de tecnologias imersivas. Utilizando um passeio virtual 360º por uma tumba do Antigo Egito, buscou-se conectar o conhecimento histórico com conceitos matemáticos de ângulos e simetria. A abordagem tradicional do ensino, muitas vezes segmentada, pode dificultar a percepção dos estudantes sobre a interconexão do conhecimento. Este projeto foi criado para tornar o aprendizado mais dinâmico e significativo, usando um passeio virtual como ferramenta tecnológica para superar barreiras de acesso a locais históricos. A visita 3D permite analisar cenas das mastabas como fontes históricas primárias, oferecendo informações sobre a economia, a cultura, a alimentação, o cotidiano e a hierarquização da sociedade, além de conhecimentos em engenharia e arte. Ao contextualizar a matemática em cenários reais e históricos, como a construção das tumbas egípcias, a proposta estimulou uma compreensão mais profunda da relevância e aplicabilidade de ângulos e simetria. A metodologia dessa intervenção pedagógica resultou numa aula discursiva, dialogada e expositiva para revisitar o conteúdo sobre o Egito Antigo e abordar conceitos matemáticos. Toda discussão se deu com um passeio virtual em 360º por uma mastaba — um tipo de túmulo do Egito Antigo, que se acredita ter sido do escriba Wahti. A visita virtual, através de uma visão de 360 graus, permitiu os estudantes identificarem conceitos matemáticos como ângulos retos (90º) e o próprio conceito de 360º. Utilizando as ferramentas virtuais do site (planta da tumba e régua de medição), os alunos analisaram a simetria das esculturas e da estrutura, compreendendo a importância da simetria na geometria e na arte, ao conferir harmonia às formas. Os resultados demonstram que a experiência foi bem-sucedida em tornar o aprendizado mais contextualizado e ao conectar passado e presente por meio da tecnologia. O projeto se configura como uma estratégia eficaz para a interdisciplinaridade, promovendo uma percepção mais integrada e interessante do conhecimento.

AS AVENTURAS DE ANTIQUE PELA ANTIGUIDADE: A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUIR UM PARADIDÁTICO DE HISTÓRIA ANTIGA

Amanda Cristina Amorim Silva Neve (Docente da Educação Básica)
manda_crys@hotmail.com

A produção de paradidáticos constitui uma estratégia pedagógica que amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem, especialmente quando busca dialogar com a linguagem dos estudantes. Neste trabalho, compartilho a experiência da criação do paradidático As Aventuras de Antique pela Antiguidade, voltado para o ensino de História Antiga em uma perspectiva lúdica, crítica e acessível. A

obra combina tirinhas, narrativas, indicações culturais e atividades interativas, mediadas pelo personagem Antique, um jovem que conduz os leitores em viagens pela Antiguidade e por conexões com o presente. A proposta surgiu da necessidade de aproximar os conteúdos históricos da realidade escolar, valorizando recursos visuais, humor e circularidade cultural. Durante o processo de criação, desafios como a seleção de temas, a adaptação da linguagem e a articulação entre rigor. Assim, a experiência evidencia como a produção de materiais autorais pode se tornar um caminho potente para reinventar práticas de ensino de História.

AS CONCEPÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO NAS OBRAS DIDÁTICAS APROVADAS NO PNLD 2024

Arthur Alexandre Caetano Silva de Souza (Universidade Federal de Juiz de Fora)
arthurcaetano2009@hotmail.com

A proposta de comunicação a ser apresentada no XIV encontro do Perspectivas busca compartilhar com a comunidade de pesquisadores do ensino de História as conclusões parciais da pesquisa de mestrado em andamento desenvolvida no PPGH\UFJF sob a orientação da profa. Dra Carina Martins, intitulada: "As Concepções de Patrimônio em obras didáticas aprovadas no PNLD 2024". Nesse aspecto, a pesquisa busca atualizar o debate sobre as narrativas acerca do patrimônio no âmbito do ensino de história, tendo como objeto de análise as 14 obras do 6º ano aprovadas no âmbito do PNLD. Como proposta de apresentação, será discutido algumas das perspectivas levantadas pelos autores que colaboram para pensar alguns discursos sobre o patrimônio.

BAÚ DA MARIA CORREA: TESTAMENTOS DE MULHERES COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Isis Pimentel de Castro (Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais)
isiscastro@cefetmg.br

Gabrielle Soares de Freitas (Universidade Federal de Minas Gerais)
gabriellesoaresdefreitas64@gmail.com

Júlia Benício Vieira (Universidade Federal de Minas Gerais)
jbenicio.ufmg@gmail.com

Fernanda Cristiane Monteiro (Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais)
fernandacrisfml@gmail.com

A atividade "Baú da Maria Correa" integra o projeto de pesquisa "Heranças Insurgentes", coordenado pela Prof.^a. Isis Pimentel de Castro, com coordenação adjunta da Prof.^a. Maria Eliza de Campos Souza com participação dos bolsistas da FAPEMIG e do PIBID/UFMG. O projeto busca promover letramento histórico e uma abordagem crítica sobre a escravidão no Brasil com os estudantes da EPTNM do CEFET-MG. Apesar dos avanços trazidos pela Lei 10.639/03, a integração da perspectiva de gênero no ensino de História afro-brasileira carece de materiais didáticos com fontes diversificadas. Nesse sentido, o projeto transforma testamentos de mulheres negras libertas na comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais, no final do século XVIII, em recursos pedagógicos. Sua metodologia organiza-se em três etapas: capacitação em paleografia, transcrição e análise de fontes históricas, adaptação pedagógica e produção de sequências didáticas, com reuniões quinzenais de acompanhamento. O caso de Maria Correa, preta forra da Costa da Mina residente em Sabará, ilustra a proposta: sua trajetória marcada por disputas jurídicas — denúncia de incapacidade, curatela forçada, anulação de inventário e redação de testamento — revela estratégias de resistência e afirmação de autonomia em um contexto escravista. O Bau de Maria Correa é uma sequência didática feita a partir dos bens descritos em seu inventário, convidando estudantes a investigarem indícios de

sua vivência e a refletirem sobre liberdade, gênero, religiosidade e redes de sociabilidade, contribuindo para uma História plural e antirracista.

ENSINAR HISTÓRIA EM PERSPECTIVA INTERCULTURAL: EXPERIÊNCIAS ENTRE ESTUDANTES INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS EM SANTA CATARINA

Kátia Cristiani Nunes (Universidade do Estado de Santa Catarina)

katiacristianinunes@gmail.com

Este artigo apresenta um trabalho em andamento sobre práticas interculturais no ensino de História, desenvolvido a partir de ações educativas entre estudantes da EEB Dr. Frederico Rolla, de Atalanta, e da EIEB Vanhecu Patté, localizada na Terra Indígena Laklãnõ-Xokleng, em José Boiteux (SC). O objetivo central é investigar de que maneira atividades de aproximação entre estudantes indígenas e não indígenas contribuem para desconstruir estereótipos, promover respeito à diversidade cultural e ampliar a compreensão histórica sobre a presença indígena no Brasil. A metodologia baseia-se em relatos de experiência, observações de campo e registros reflexivos produzidos durante visitas à escola indígena realizadas nos anos de 2022 a 2025, em diferentes formatos de interação entre as turmas. A fundamentação teórica dialoga com a Nova História Indígena (Monteiro, 1994; Pacheco de Oliveira, 2016), que reconhece os indígenas como sujeitos históricos e agentes políticos, e com autores que discutem educação intercultural e bilinguismo (Gersen Baniwa, 2006; Munduruku, 2009). Os resultados parciais indicam que, embora haja resistência de parte da comunidade escolar e de algumas famílias, os estudantes participantes das ações ampliaram sua sensibilidade em relação às identidades indígenas, reconhecendo valores como a coletividade, o respeito à ancestralidade e a preservação da natureza. Conclui-se que a experiência intercultural favorece a reelaboração da consciência histórica e responde às demandas contemporâneas do ensino de História, em consonância com as reflexões propostas sobre currículo, práticas docentes e desafios éticos da disciplina.

ENSINO DE HISTÓRIA, GÊNERO E MERCADO: O ENSINO MÉDIO ENTRE DISCURSOS POLÍTICOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Suzana Lopes Salgado Ribeiro (Universidade de Taubaté)

suzana.ribeiro@falaescrita.com.br

Esta apresentação dialoga com percepções de professores sobre a implementação da Lei nº 13.415/17, propagandeada como “Novo” Ensino Médio (NEM), no estado de São Paulo, relacionando-a ao processo de expansão de políticas neoliberais no Brasil. Na pesquisa desenvolvida buscou-se compreender como esse movimento contrarreformatório refletiu a lógica de mercantilização da educação. A metodologia utilizada foi a de produção de narrativas por meio da história oral, destacando a partir de entrevistas, críticas, apagamentos e contradições presentes nas falas de docentes atuantes no Ensino Médio. Entre apagamentos e contradições emergem das narrativas a questão de gênero, vista como construção social, que evidencia relações de poder e diferenças. Foram entrevistados professores e alunos de ensino médio. Observou-se que as narrativas de professores do EM exclui o estudo aprofundado de gênero, especialmente na disciplina de História, limitando sua presença e reduzindo sua relevância no currículo escolar. Suas falas retomaram expressões como “ideologia de gênero” reforçando um enviesamento político, presente neste momento em nossa sociedade e alegaram evitar o tema por razões religiosas ou pessoais. Entrevistas com alunos e professores mostram resistência, preconceitos e a preocupação com o aumento das desigualdades advindas do modelo de ensino, marcado por uma lógica tecnicista e produtivista com a presença de plataformas digitais. De modo amplo, professores criticaram a impessoalidade do ensino e o uso de metodologias padronizadas. Os estudantes, por sua vez, reconhecem a importância de discutir

questões de gênero para uma formação integral e destacam a desigualdade de possibilidades de acesso para a continuidade dos estudos criados pela contrarreforma.

ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES: A ONHB COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira (Instituto Federal do Ceará)

amelia.oliveira@ifce.edu.br

Este trabalho investiga a participação de estudantes e docentes do Instituto Federal do Ceará (IFCE) na Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB), com o objetivo de analisar os impactos da competição na aprendizagem histórica no contexto do Ensino Médio Técnico Integrado. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, envolveu a aplicação de questionários com estudantes e professores, cujas respostas foram analisadas com o auxílio do software MAXQDA. Os dados revelam uma crescente adesão do IFCE à ONHB ao longo dos últimos anos, resultado do protagonismo docente, mesmo diante da escassez de políticas institucionais de incentivo. A partir dos referenciais teóricos de Jörn Rüsen e Maria Auxiliadora Schmidt, observou-se que a participação na ONHB contribui significativamente para o desenvolvimento de competências ligadas ao pensamento histórico, como evidência, interpretação e argumentação. Além disso, foram identificados impactos positivos na motivação estudantil, na atenção às aulas de História e na ampliação do repertório dos professores. Conclui-se que a ONHB se consolida como instrumento potente de formação histórica e de valorização da disciplina, sendo necessário que instituições como o IFCE fortaleçam políticas estruturadas de incentivo à participação em olimpíadas científicas.

ENTRE NARRATIVAS E SILENCIAMENTOS DO MUSEU IMPERIAL: UM OLHAR SOBRE DOM RATÃO E OS ALMANAQUES DE PETRÓPOLIS

Joyce de Souza Rodrigues da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

joycesrodrigues07@gmail.com

Carina Martins Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

cmartins@esdi.uerj.br

O presente trabalho é um recorte da pesquisa "Lições das Coisas: um estudo sobre os guias e materiais pedagógicos de museus históricos (1980-2010)", orientado pela Prof^a Dra. Carina Martins Costa, desenvolvida na UERJ, que analisa abordagens de memória, história e educação em museus. O foco está na narrativa histórica e visual presente em materiais pedagógicos do Museu Imperial, entendido como expressão de um projeto político de silenciamentos e fortalecimento da elite imperial. O que conhecemos hoje como Museu Imperial, localizado em Petrópolis, muito antes de configurar um museu, foi residência de veraneio da Família Real até seu banimento em 1889. Posteriormente, no período republicano, parte de um projeto político de conciliação de Estado de Getúlio Vargas que legitimou a memória de D. Pedro e o Império, a fim de preservar a memória e tradição como projeto de nação criando em 1940 o museu. Compreender o papel e a relação da historicidade de toda a constituição do Museu Imperial como motor da sua expressão enquanto instituição e espaço de educação não formal. Toda preservação, produção e seleção em prol de uma determinada narrativa também produz esquecimentos. Desse modo, investigar a forma como as instituições vêm desenvolvendo as mediações culturais através de materiais pedagógicos torna-se fundamental para refletir o compromisso de se dialogar com diferentes públicos, promovendo o acesso à política de memória da instituição e quais possíveis caminhos para potencializar tais transformações no âmbito educacional dos museus nacionais brasileiros. Nesse sentido, é possível compreender o ensino de História, presente nos materiais atravessado por disputas, o que dialoga com sua própria construção

ligada à formação do Estado-nação, servindo aos interesses nacionalistas que permaneceram mesmo após a redemocratização. Constatase a ausência ou o silenciamento da participação negra e indígena, enquanto prevalece uma narrativa eurocêntrica em obras como *Dom Rato: um rato brasileiro* (1999) e os *Almanaques de Petrópolis* (2008-2018). Esses materiais assumem papel central no campo educacional, pela capacidade de mediação com o público e difusão de concepções de história, memória e aprendizagem, o que evidencia a importância de sua investigação crítica.

LETRAMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: SENTIDOS EM DISPUTA NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Gustavo Machado Rosin João (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

gustavomachadorosinjoao2@gmail.com

Maria Aparecida Lima dos Santos (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

maria.lima-santos@ufms.br

Em um contexto em que se tenta estabelecer o consenso em torno da educação e da alfabetização como saídas dos problemas sociais, políticos e econômicos ainda não resolvidos em um âmbito nacional, podemos notar questões como a tecnificação da língua (Britto, 2003), assim como a subalternização e a exclusão em certos sentidos sobre o saber ler e escrever que reforçam relações de poder (Santos, 2017). Nesse escopo, o seguinte trabalho em andamento busca investigar os sentidos do significante letramento em artigos publicados em revistas de História, ensino de História, educação e linguagem de Qualis A1 para compreender seus usos, discussões e significados, observando como os mesmos fluem nesses diferentes contextos discursivos. A produção de um mapeamento de produções dentro de treze revistas e dezoito descritores nos campos de interesse foi feito seguindo as especificidades da metodologia de revisão bibliográfica do tipo estado da arte (Ferreira, 2002), resultando atualmente em um total de 542 artigos. Mesmo que a pesquisa tenha encerrado apenas sua 1ª fase, podemos tecer as primeiras impressões por meio do número de artigos retirados de cada campo. Desta forma podemos notar uma discrepância de produções dentro do campo do ensino de História em relação com as produções no campo da educação pelo processo dentro do campo da história ser recente em relação a longa trajetória do significante letramento na área da educação. Nessa comunicação, apresentaremos algumas das primeiras considerações tecidas com o início da 2ª fase do levantamento - a seleção a partir de critérios determinados pelos objetivos da investigação - a ser realizada de agosto de 2025 a agosto de 2026. No trabalho a ser desenvolvido, serão sistematizados dados sobre o objeto de estudo, os objetivos, o problema de pesquisa, a metodologia, as fontes e as principais conclusões dos/as autores/as, observando também que sentidos de letramento e letramento histórico essas produções mobilizam, identificando as disputas no campo do ensino de História.

MANUAL DIDÁTICO: A CULTURA MATERIAL ESCOLAR COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO DE HISTÓRIA DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ITAPICURU/BA

Ruy Moisés Araujo Bispo (Universidade Federal de Sergipe)

ruymoises25@gmail.com

O presente trabalho é resultado do manual didático educacional criado no mestrado Produto da minha dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFS) no ano de 2022, que tem como título "Itapicuru e sua história". O principal objetivo do manual foi proporcionar que professores/professoras de História pudessem utilizar desse material sobre a história local para fins educativos em sala de aula. A metodologia utilizada foi o uso da história local, permitindo que os estudantes se tornem sujeitos agentes na construção de sua própria história. A proposta desse

manual se deu pela falta de material referente aos estudos sobre a história local de Itapicuru/BA, desta forma o material que será utilizado pelos professores/ professoras em sala de aula fará com que os alunos potencializem o conhecimento significativo de determinados períodos histórico cronológico, tendo como perspectiva pensar o ensino de história por meio das relações destes indivíduos com o passado. A criação do manual didático aborda sobre locais históricos do município, apresenta possibilidades sobre o sentido real da história local materializada desde seu surgimento à sua transformação. O estudo está ancorado nos seguintes teóricos que contribuíram para que essa pesquisa fosse concluída: (Bitencourt, Cunha, Nadai, Rüsen, Schmidt e Souza) dentre outros que ajudaram na construção e finalização desse trabalho.

MATERIAL DIDÁTICO E ENSINO DE HISTÓRIA: O USO DE UM ÁLBUM DE FIGURINHAS COMO SUPORTE PARA O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DAS QUESTÕES SOCIALMENTE VIVAS

Daniel Nogueira Gimenez (Universidade Federal de São Paulo)

dngimenez@gmail.com

Baseado na experiência do autor, enquanto professor-pesquisador, o presente trabalho apresenta o caso da produção e emprego de um álbum de figurinhas realizado no intuito de servir de recurso metodológico lúdico voltado para mobilizar o ensino de conteúdos relacionados a traumas sociais coletivos que reverberam como questões consideradas “socialmente vivas” nas salas de aula. O trabalho tem como objetivo propor a reflexão acerca de como o uso de materiais didáticos pode ser explorado enquanto um caminho procedimental de mediação de conteúdos curriculares eficaz na abordagem dos chamados “temas sensíveis” em um processo de ensino e aprendizagem de história escolar alinhada à perspectiva pedagógica da Educação em Direitos Humanos, de forma a defender como o ensino e a aprendizagem de história, apoiado pelo uso de material didático adequado para este fim, se transforma em uma estratégia pedagógica potente para trabalhar os Direitos Humanos e incentivar a sua valorização na cultura escolar, de modo também a enfrentar os discursos negacionistas, intolerantes e antidemocráticos que vêm ganhando força nos últimos tempos e dificultam o reconhecimento de sua importância.

MEMÓRIAS SOBRE LIVROS DIDÁTICOS: PRESENCAS, AUSÊNCIAS E REINVENÇÕES NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Iranilson Buriti de Oliveira (Universidade Federal de Campina Grande)

iburiti@yahoo.com.br

Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre o papel simbólico e pedagógico do livro didático na formação de sujeitos em contextos de vulnerabilidade social no Brasil. A partir de memórias vividas — da infância sem livros à atuação como avaliador do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) — traço um percurso em quatro estações que destacam a presença do livro como artefato político, pedagógico e afetivo. Trata-se de uma viagem por memórias que atravessam o tempo e o espaço da educação no semiárido nordestino, tendo como fio condutor o livro didático — ora ausente, ora protagonista. Montei o texto estruturando-o em quatro estações narrativas que perpassam momentos distintos de minha vida como aluno, como professor e como avaliador de livros didáticos de História no PNLD. Por meio de uma escrita reflexiva, percorro os itinerários formativos de sujeitos moldados pela escassez, pela resistência e pela paixão pelos livros. O estudo ancora-se em autores como Chartier (1990), Certeau (1994) e Raj (2015), e integra discussões sobre memória, história da educação, materiais pedagógicos e circulação de conhecimentos. O livro didático é tratado como personagem central, cujo protagonismo emerge nos contextos de escassez e nas práticas de resistência pedagógica. Além de um objeto a ser analisado, o livro didático é compreendido como um

personagem simbólico, cujas presenças e ausências marcam as infâncias, os projetos e os sonhos pedagógicos de gerações.

NARRATIVAS CIENTÍFICAS ACERCA DA ELABORAÇÃO DA BNCC: QUAIS SIGNIFICADOS FORAM ATRIBUÍDOS AO SER PROFESSOR DE HISTÓRIA?

Felipe Dias de Oliveira Silva (Docente da Educação Básica)

felipediastrabalho@gmail.com

Arnaldo Pinto Júnior (Universidade Estadual de Campinas)

apjfe@unicamp.br

Após a homologação da BNCC em 20 de dezembro de 2017, diferentes iniciativas têm operado no sentido de fazer desse documento uma contingência central nas experiências curriculares da Educação Básica. A partir de suas especificidades prescritivas, foram desencadeados procedimentos que vão desde a parametrização de materiais didáticos e avaliações externas em larga escala, até o monitoramento de instituições educativas, formação docente e trabalho pedagógico. Frente ao cenário deslindado, objetivamos refletir acerca dos significados imputados ao ser professor de História. Para tanto, nos aproximamos do problema em uma concepção ontológica. As lentes em questão possibilitaram decompor analiticamente a educação escolar em categorias, processuais e relacionais, que se interpenetram e guardam relativa autonomia. Compreendemos que tais movimentos podem ser analisados à luz dos significados construídos historicamente sobre currículo e docência. Nesta comunicação, apresentamos o recorte de uma pesquisa acerca de experiências da comunidade disciplinar do Ensino de História durante a formulação de políticas curriculares na década de 2010. Nos pautamos por um corpus documental de 14 textos, compreendidos como narrativas científicas sobre o processo de elaboração da BNCC. A análise das fontes salienta perspectivas heterogêneas e contradições no campo do Ensino de História acerca da Base e, por conseguinte, do ser professor. Marcas da produção e circulação dos escritos analisados assinalam vínculos íntimos entre posições epistemológicas e sentidos socioculturais conferidos às categorias ontológicas em pauta. Quem enuncia os discursos pedagógicos, com quais motivações e em quais circunstâncias um código se torna legítimo depende de posições hierárquicas ocupadas por sujeitos e grupos na conformação da História enquanto disciplina escolar. Assim, nas disputas pela construção da Base, entre indivíduos, grupos e frações de classe, foi eclipsada a condição do docente produtor ativo e autônomo de conhecimento.

O CURRÍCULO ESCOLAR EM JOINVILLE-SC: O DISCURSO DOS MAPAS DE PROGRESSÃO DA APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA E DO CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOINVILLE

Vitor Augusto Joenk (Univille)

vitorjoenk@yahoo.com.br

Raquel Alvarenga Sena Venera (Univille)

raquelsenavenera@gmail.com

Este artigo propõe analisar o uso dos Mapas de Progressão de Aprendizagem (MAPAs) na disciplina História, no 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no primeiro e segundo trimestres de 2025, na Rede Municipal de Ensino de Joinville. Busca-se nessa análise compreender a articulação dos MAPAs com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Municipal de Ensino de Joinville. Amparado nas Teorias do Currículo em Silva (2016) e na Análise do Discurso em Pêcheux (2011) se evidencia o funcionamento dos discursos a partir de quais conteúdos e habilidades da BNCC foram

priorizados nos MAPAs municipais, e sua adequação aos documentos oficiais. Destaca-se o silêncio de conteúdos históricos relacionados à população indígena, afro-brasileira, direitos humanos e aqueles voltados às experiências democráticas no Brasil republicano.

O HOLOCENO COMO EIXO INTEGRADOR DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

André Luis Bertelli Duarte (Universidade Federal de Uberlândia)

andrebduarte@ufu.br

Apresentação do trabalho: em andamento. Os temas do currículo de História do 6º ano do Ensino Fundamental são particularmente desafiadores para os professores, pois é o momento em que a criança começa a ampliar o seu repertório cognitivo para abarcar processos históricos recuados há milhares de anos no tempo. Temas como a evolução humana, o surgimento da linguagem, a sedentarização das sociedades humanas, o povoamento das Américas, e as primeiras “civilizações” do Mundo Antigo exigem uma abstração abrangente e um esforço especial dos professores para fazer a mediação entre estes temas e a realidade dos estudantes. Esta pesquisa desenvolve o conceito de “Holoceno” como eixo integrador dos temas do currículo do 6º ano como uma contribuição específica da disciplina de História para o debate contemporâneo a respeito das mudanças climáticas e da relação dos seres humanos com a natureza. Objetivos: O objetivo geral do trabalho é pensar a integração de temas diversos do currículo de História do 6º ano à luz do debate ambiental contemporâneo, a partir do conceito de “Holoceno”. Metodologia: Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica para compreender o conceito de “Holoceno”, suas características, e como ele se aplica para a compreensão de diversos processos históricos. Em seguida, identificamos as possibilidades de seu uso em temas específicos do currículo de História do 6º ano do Ensino Fundamental. Por fim, desenvolvemos sequências didáticas com as turmas do 6º ano do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU). Resultados: O conceito de “Holoceno” permitiu a compreensão integrada de temas aparentemente desconectados historicamente, tais como o povoamento das Américas e as sociedades mesopotâmicas, por exemplo. O conceito se mostrou eficaz em sala de aula para a compreensão dos processos estudados, bem como para a compreensão das questões climáticas atuais, como o Antropoceno e o aquecimento global.

O OCULTAMENTO DA AMAZÔNIA E DO AMAPÁ: ANÁLISES DE LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS

Bruno Rafael Machado Nascimento (UNIFAP)

professorbrunohistoria8@gmail.com

Cecília Maria Chaves Brito Bastos (Universidade Federal do Amapá)

ceciliamaria@unifap.br

Esta comunicação faz parte do projeto de pesquisa de doutorado intitulado “o ensino de História do ‘Amapá’ colonial existe/ (re)existe? Proposta de livro didático para ensinar História Local” que está em andamento no PROFHISTÓRIA – Universidade Federal do Amapá. O objetivo desta apresentação é discutir como livros didáticos brasileiros de História aprovados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) representam a Amazônia e o Amapá. Para tanto, analisamos 2 coleções do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental que foram aprovadas e distribuídas às escolas públicas do país em 2024, assim como, utilizamos como categorias de análises o conteúdo histórico, as abordagens pedagógicas e as representações presentes/ausentes. Na compreensão do que é um livro didático e suas características, apoiamos-nos em Circe Bittencourt (2008) e Cuesta Fernandez (1998) para identificar este objeto como parte fundamental do “código disciplinar” do Componente

Curricular História. Os principais resultados parciais foram: o apagamento da História da Amazônia e seus sujeitos.

O TEXTO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO GÊNERO DO DISCURSO: LEITURA CRÍTICA DOS LIVROS DE HISTÓRIA MAIS DISTRIBUÍDOS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM AMBAS AS EDIÇÕES DO PNLD DE 2005 E 2025

Rafael Feldens Maiztegui (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

rafaelxmf@yahoo.com.br

Os Livros Didáticos (LDs) têm sido objeto comum nas análises da área de pesquisa em Ensino de História desde sua formação até a atualidade. Em minha prática docente na educação básica (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), a estrutura textual dos LDs provoca tensão, causando descontentamento entre estudantes e dificuldades nos planejamentos. Da necessidade de objetivar a análise da estrutura textual dos LDs surge o diálogo com os filósofos da linguagem do Círculo de Bakhtin em seu entendimento dos Enunciados, da Enunciação e dos Gêneros do Discurso. A presente pesquisa, então, se diferencia das que procuram analisar abordagem que os LDs tem de temas ou conceitos específicos, apesar de considerá-las complementares para a proposta deste trabalho. No decorrer da pesquisa procurarei responder: O que os enunciados contidos nos livros didáticos, como constituintes de um Gênero do Discurso, revelam sobre a forma que o ensino de história é concebido nestes textos? Qual as suas relações com a prática docente? Ao propor uma Análise Dialógica do Discurso (ADD) em diálogo com o Círculo de Bakhtin é importante levar em consideração: os sujeitos em diálogo, o processo de enunciação e a situação recorrente pela qual se constitui um Gênero do Discurso. Para o entendimento da autoria e da formação histórica dos LDs no Brasil a pesquisa estabelecerá diálogo com as obra de Erinaldo Vicente Cavalcanti e Circe Bittencourt. Documentos oficiais referentes ao PNLD serão considerados como parte importante do processo de enunciação, assim como análise dos LDs enquanto mercadoria proposta por Kazumi Munakata. Para a melhor compreensão da situação da prática docente no Brasil serão considerados dados do Censo Escolar promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e minha própria prática docente enquanto tensionadora. Os livros didáticos analisados serão as duas coleções mais distribuídas, nos anos de 2005 e 2025, considerando a frequência dos discursos na constituição de um gênero. A pesquisa está em fase de constituição teórico-metodológica e bibliográfica, em vistas de discutir a ADD no estudo de LDs no Ensino de História, bem como complexificar a análise para a melhor definição do processo de pesquisa.

SABERES E MEMÓRIAS KARAJÁ DO NORTE: A VALORIZAÇÃO DAS BONECAS RITXÒKÒ COMO PROPOSTA DE UM ENSINO DE HISTÓRIA DECOLONIAL

Lorhana Soares Batista Ramos (Universidade Federal do Norte do Tocantins)

lorhana.ramos@ufnt.edu.br

Este trabalho tem como tema "Saberes e Memórias Karajá do Norte: A valorização das bonecas Ritxòkò como proposta de um ensino de História decolonial". O trabalho ainda está em trajetória e busca compreender como a inserção da História e da Cultura do povo Karajá do Norte, especialmente por meio da valorização das bonecas Ritxòkò, pode contribuir para a construção de um ensino de História que diverge das perspectivas eurocêntricas e promova o protagonismo indígena no Colégio Estadual Marechal Ribas Júnior, localizado em Axixá do Tocantins. A relevância deste tema se justifica

por seu potencial de contribuir para um ensino de História comprometido com a justiça social, com a valorização da diversidade cultural e com a construção de uma educação mais inclusiva e crítica. O objetivo geral é desenvolver práticas pedagógicas que integrem a História e a Cultura do povo Karajá do Norte ao ensino de História no Colégio Estadual Marechal Ribas Júnior, promovendo o reconhecimento das epistemologias indígenas como legítimas. Como base teórica, este estudo dialogará com autores como José Petrúcio (2013), Thais Fonseca (2006), Quijano (2005), Paul Thompson (2002) e Aléxia Pádua (2013). Espera-se que o resultado desse trabalho seja possa a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às realidades indígenas, fortalecendo a valorização da memória, da identidade e dos saberes tradicionais do povo Karajá do Norte no espaço escolar.

SERENOU CLARA NUNES NAS SALAS DE AULA DE HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA FEMININA NO ESPAÇO ESCOLAR

Andréa Macena do Nascimento (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

andreamacena@gmail.com

Ao aprofundar o estudo da biografia de Clara Nunes, percebe-se que sua trajetória extrapola os limites do universo musical, tornando-se um potente instrumento pedagógico para a promoção de uma educação antirracista e reflexiva sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Clara, ao afirmar sua identidade e raízes, abriu caminhos para debates acerca dos desafios enfrentados pelas mulheres negras em uma sociedade marcada por desigualdades de raça e gênero. Sua voz e postura pública desafiaram não apenas o domínio masculino no samba, mas também as narrativas tradicionais e eurocêntricas, trazendo à tona uma perspectiva singular e necessária sobre a história da música popular brasileira. A proposta pedagógica, ancorada na metodologia biográfica, visa não só transmitir conhecimento, mas criar um espaço de afetividade e identificação entre estudantes e a trajetória de Clara Nunes. Ao analisar suas experiências, lutas e conquistas, os alunos têm a oportunidade de desenvolver uma compreensão mais sensível dos impactos do racismo e do sexismo, fazendo do Ensino de História um processo vivo, atual e transformador. Assim, a biografia de Clara Nunes revela-se uma valiosa ferramenta didática, capaz de dialogar diretamente com o estudo da mulher no samba e fomentar debates sobre representatividade, equidade e justiça social. A construção deste projeto se dá como uma ação de intervenção crítica no ambiente escolar, por meio da criação de oficinas que valorizem o protagonismo do feminino negro no samba — expressão cultural reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil. Dessa forma, o trabalho não apenas amplia o repertório cultural dos estudantes, mas também contribui para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes e engajados com a luta por respeito e igualdade. Ao lançar mão de novas abordagens e conexões, o projeto propõe-se a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais plural e significativo tanto para quem ensina quanto para quem aprende.

UTOPIAS E TEMPORALIDADES: SOBRE POSSIBILIDADES DE PENSAR O CURRÍCULO E A AULA DE HISTÓRIA

Ricardo Vicente da Cunha Junior (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

junior.ricardojf@gmail.com

O presente trabalho é uma reflexão teórica que parte de alguns resultados de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo enfoque está nas formas de pensar o tempo e o espaço no processo de aprendizagem em história. Objetiva-se, assim, pensar a aula de história como acontecimento enunciativo marcado pela autoria, o que reverbera em modos de pensar a construção de um currículo marcado pelos enunciados desse tempo-espaço. Desse modo, diferente de uma construção verticalizada, buscamos apontar o lugar da multitemporalidade no currículo de história, desafiando,

assim, a construção hegemônica da temporalidade moderna. Com isso, partimos da hipótese de que esse lugar de autoria dota a sala de aula um lócus privilegiado de produção historiográfica, tendo a utopia como princípio discursivo voltado à construção de temporalidades possíveis que desafiam o fazer historiográfico escolar marcado por princípios epistêmicos eurocentrados, ainda ancorados em princípios da racionalidade e linearidade modernas. Para o desenvolvimento deste trabalho, portanto, buscaremos nos apoiar no conceito de enunciado, tal qual é proposto na arquitetura discursiva da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, bem como na forma como Paulo Freire defende o lugar da utopia enquanto construção do inédito viável. Tais escolhas teóricas nos permitem defender a temporalidade na sala de aula e no currículo de história enquanto construções enunciativas, apostando no papel da escola enquanto um espaço-tempo dotado de uma temporalidade própria, em que utopias, enquanto produto de uma agência temporal, possam ser construídas.

VALORES, NORMAS E ATITUDES: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES SOBRE CONTEÚDOS ATITUDINAIS NO SABER HISTÓRICO ESCOLAR

Thalita da Silva Alves (Docente da Educação Básica)

thalitas.alves130@gmail.com

André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)

andreseal@uern.br

Esse trabalho busca compreender as representações dos docentes de História sobre os conteúdos atitudinais no saber histórico escolar. O conceito de representações utilizado faz parte das noções de história cultural elaboradas por Roger Chartier (1988). Como referencial metodológico foi escolhida a abordagem qualitativa. Usamos como ferramenta para o tratamento dos dados a análise de conteúdo. Para isso, seguimos as orientações de Laurence Bardin (1977). O campo de pesquisa foi constituído por docentes do ProfHistória-UERN, dentre os quais selecionamos sete sujeitos. Tivemos a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Primeiramente, realizamos uma reflexão sobre a historicidade dos conteúdos atitudinais no ensino de história, do período Imperial até o presente, com base numa ampla bibliografia. Ao abordar as entrevistas, buscamos conhecer cada sujeito integralmente, passando por sua história pessoal e trajetórias acadêmica e profissional. Também exploramos suas representações sobre a prática docente em toda sua complexidade. Por fim, analisamos as representações sobre os conteúdos atitudinais nos saberes históricos escolares. Isso foi feito a partir da discussão acerca de determinados temas e conteúdos. Os resultados da pesquisa são: os docentes não designam a dimensão ética dos saberes como "conteúdos", denominação que reservam aos fatos e conceitos. Mesmo assim, todos apresentam o ensino de valores e de atitudes como aquilo que orienta seu fazer profissional e para que os conhecimentos comunicados devem contribuir.

"CORACÃO DO MUNDO, PÁTRIA DO EVANGELHO": APROPRIAÇÕES DO LIVRO PSICOGRAFADO POR CHICO XAVIER DURANTE O ESTADO NOVO (1938-1945)

André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)

andreseal@uern.br

Mairon Escorsi Valério (Universidade de São Paulo)

mairon.valerio@usp.br

Essa pesquisa busca analisar as apropriações do livro "Brasil, Coração do Mundo e Pátria do Evangelho" psicografado pelo médium Chico Xavier presentes em artigos publicados nas revistas O Reformador durante o Estado Novo brasileiro nos anos de 1938 e 1945. O Espiritismo nele será

abordado como fenômeno editorial. É sob tal perspectiva que a investigação se inscreve nas fileiras de uma História cultural do livro e da leitura. Neste sentido, analisaremos a utilização do livro, Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho no reposicionamento do movimento espírita brasileiro frente ao período de vigência da ditadura Vargas. A obra teve uma importância central na definição de uma auto imagem religiosa e brasileira para os espíritistas, possuindo diversos usos desta pela Federação Espírita no Brasil (FEB) ao longo do século XX. Contudo, carecemos ainda de estudos históricos para possibilitar a compreensão sobre como essa instituição realizaram apropriações e estabeleceram interlocuções com essa produção literária ancorada fortemente em uma narrativa histórica escolar. Nossas inquietações voltam-se assim para as operações de apropriação através da leitura postas em funcionamento por leitores integrantes dessa instituição espírita. Teremos assim como fontes privilegiadas para o nosso exercício analítico a revista Reformador, consideradas enquanto órgãos oficiais de divulgação doutrinária da dita federação. Nesta pesquisa focaremos nos dispositivos do texto materializados em artigos publicados sobre o livro Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho na revista. Essa questão representa justamente nossa pergunta central: Quais as apropriações da desta obra psicografada por Xavier foram implementadas pelos articulistas das Revistas Reformador? Nós voltaremos, desta forma, para os aspectos das esferas da recepção e apropriações do livro, por meio das leituras realizadas pelos articulistas brasileiros.

INDIGNAÇÃO E TOMADA DE POSIÇÃO DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: QUAL O LUGAR DO PENSAR HISTORICAMENTE?

Caroline Pacievitch (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

00249750@ufrgs.br

Amanda Dornelles de Oliveira (Docente da Educação Básica)

amanda-oliveira10@educar.rs.gov.br

Fernanda Quevedo Rolim (Docente da Educação Básica)

fernandarolim@yahoo.com.br

Pensar historicamente, na concepção do intelectual marxista Pierre Vilar, significa lançar mão de modos de pensar característicos de historiadoras(es) para questionar, compreender, interpretar e transformar o mundo social e os dilemas temporais que atravessam a vida. O pensar historicamente envolve ações como situar, datar, comparar, contextualizar, problematizar, explicar, entre outras, realizadas por pessoas que estão permeadas por contingências e vontades, que emitem julgamentos e que se posicionam diante das circunstâncias. Para os canadenses Peter Seixas e Tom Morton – preocupados especificamente com o ensino de História nas escolas – o pensamento histórico (historical thinking) é um conjunto de seis habilidades derivadas da pesquisa historiográfica acadêmica cujo domínio deve garantir o exercício da cidadania bem informada e equilibrada. Assim, a aplicação adequada das habilidades do pensamento histórico teria a pretensão de alcançar avaliações justas sobre os acontecimentos do passado independentemente das contradições, marcadores sociais e projeções de futuro dos sujeitos envolvidos e dos afetos produzidos nessas relações. O Grupo de Pesquisa A Aula Inacabada tem realizado pesquisas sobre os pensamentos de estudantes de escolas públicas sobre histórias da democracia, buscando compreender como se articulam as aprendizagens sobre História com seus posicionamentos políticos e utópicos. Entendemos como "posicionamento" a forma pela qual os(as) estudantes interpretam e elaboram julgamentos sobre os processos históricos, notadamente envolvendo conteúdos que mobilizam desigualdades e injustiças. Além disso, ao posicionar-se, os(as) estudantes levam em consideração seus próprios marcadores sociais e não apenas os posicionamentos dos sujeitos do passado, de maneira semelhante à concepção de "leitura de mundo" de Paulo Freire, com vistas à intervenção social. Nesse sentido, a indignação, inspirada em Augusto Boal, é nossa aposta para promover a reflexão histórica e a ação transformadora. Entendemos a aula de História, portanto, como campo de reflexão e mudança, onde os estudantes são conduzidos a pensar historicamente, a indignar-se com o passado e, a partir disso, a produzir novos horizontes possíveis.

"VEJA! NÃO DIGA QUE A CANÇÃO ESTÁ PERDIDA": UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DESAFIOS DO USO DA CANÇÃO-DOCUMENTO A PARTIR DO ROCK COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Geison Marcelino Barbosa (Universidade Federal de Pernambuco)

geisonbarbosa20@gmail.com

O uso da canção como suporte para o ensino não é novidade alguma, mas propor o uso da música nas aulas de história e pensar a canção como um documento histórico cuja abordagem deve ir além da letra, isso pode se apresentar como uma metodologia inovadora. Uma questão a se considerar é que, mesmo com uma vasta literatura sobre a canção popular no ensino de História, ela tem sido ignorada e esquecida em sua abordagem, quase não são encontrados exemplos de atividades ou sequências didáticas que utilizem as canções de rock. Nossa pesquisa, em andamento, pretende contribuir para o preenchimento desta lacuna, por acreditar no potencial educativo do rock. O uso das canções de rock possibilita ativar sentimentos, mobilizar e construir narrativas históricas, focando a canção-documento como uma ponte para o ensino de História. Analisar o impacto da utilização de canções históricas na formação do pensamento crítico dos alunos, investigando como essa abordagem pode enriquecer a compreensão dos contextos históricos e contribuir para a construção de um conhecimento mais profundo e crítico. Entre os teóricos garimpados que endossam o tratamento didático do uso da canção destacamos Paul Friedlander (2002), Edilson Aparecido Chaves (2010) e a pesquisadora Miriam Hermeto (2012). Nossos esforços se concentram em pensar a canção-documento explorando as "chaves de interpretações" com suas várias possibilidades, organizadas por HERMETO (2012) em cinco estruturas: dimensão material, dimensão descritiva, dimensão explicativa, dimensão dialógica e a dimensão sensível.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Ensino de História e suas interfaces com os Museus e o Patrimônio Cultural

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

50



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ESCAMAS DO TEMPO – DO FLÂNEUR AO ZAPPEUR: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA COM O MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS

Nivaldo Jorge da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)

271127@profe.sed.sc.gov.br

A proposta faz parte da dissertação produzida no curso do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que apresenta uma proposta de Educação Patrimonial para o Ensino de História, estruturada em uma educação para o sensível a partir das percepções sobre a cidade e suas camadas de tempo, chamadas metaforicamente de “escamas”, para interrogar e desvendar as camadas de história presentes no Mercado Público Municipal de Florianópolis. O trabalho com esse marco urbano pode levar ao reconhecimento de outras temporalidades e possibilitar a criação de mecanismos para que os estudantes e a população em geral construam conhecimentos acerca do espaço, reconhecendo as suas transformações e os seus diferentes sujeitos e práticas sociais e culturais. Como Dimensão Propositiva, foi desenvolvido o site pedagógico denominado de “Escamas do Tempo” (www.historiamercadopublico.com.br), que traz a proposta de diferentes percursos dentro do Mercado que possibilitam o trabalho do flâneur, aquele que caminha sem rumo pela cidade, mas é alguém consciente das mudanças e procura analisá-las e entendê-las; e do zappeur, aquele que caminha pela cidade sem um roteiro pré-definido, preferindo guiar-se por aquilo que mais lhes chama a atenção no momento. Baseado no “paradigma indiciário” proposto por Carlo Ginzburg, a pesquisa bibliográfica, as fontes oficiais e as notícias de jornais são utilizadas como pistas ou “escamas” do passado, por meio das quais os estudantes buscam indícios para reconstruir e/ou interpretar histórias, usando a metodologia de investigação que considera a dúvida como parte integrante do processo de conhecer. Destinado principalmente aos estudantes e professores do Ensino Básico, o roteiro proposto desenvolve uma proposta de Ensino de História que contempla diferentes narrativas sobre a história da cidade a partir dos pressupostos da Educação Patrimonial a partir da história do Mercado.

FAZER DEFEITOS NAS MEMÓRIAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LONDRINA E SEUS MONUMENTOS

Ruhama Ariella Sabião Batista (Universidade Estadual de Londrina)

ruhama.sabiao@uel.br

Os espaços públicos de uma cidade são permeados por lugares e monumentos que suscitam memórias e contam narrativas por meio das quais os cidadãos compreendem a construção da história local. Por meio do capítulo de livro “Carne contra pedra” (Meneguello, 2022), foi discutido com estudantes do terceiro ano do Ensino Médio, no Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina, como os monumentos de Londrina podem ser desconstruídos e reconstruídos sob narrativas outras que também integram a história da cidade, mas foram invisibilizadas. Foi proposto como atividade o desenvolvimento de projetos de intervenção nos espaços públicos de Londrina, que buscassem “fazer defeitos” nas memórias estabelecidas, por meio de conceitos das disciplinas de História e Geografia, como antimonumento, contra monumento, arquitetura hostil, não-lugar, entre outros. Para isso, foi construído um instrumento avaliativo em formato de projeto que foi realizado em três etapas: 1ª discussão teórica e fundamentação do projeto; 2ª escrita do projeto e descrição da metodologia de trabalho; 3ª execução do projeto de forma prática ou demonstrativa. A fundamentação teórica perpassou os pressupostos da memória, patrimônio, história pública e ensino de história (Meneguello, 2022; Mauad; Almeida, 2016; Albuquerque Júnior, 2012). Como resultados foram apresentados projetos que evidenciaram narrativas dos povos indígenas kaingang, migrantes e imigrantes, pessoas em situação de vulnerabilidade social, perseguidos na ditadura militar, além de discussões sobre a

questão urbana, ambiental, social e cultural da cidade. Posteriormente à atividade houve uma síntese de todos os trabalhos em sala de aula, em que os estudantes compartilharam suas ideias, desafios na construção do projeto e percepções sobre a proposta e seus desdobramentos.

HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA PELAS RUAS DA CIDADE

Merylin Ricieli dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

merylinricieli5@gmail.com

O trabalho em questão busca apresentar o projeto Rota Preta PG, bem como suas principais características, perspectivas e expectativas. O projeto, de natureza extensionista, foi criado em 2024 pelo Museu Campos Gerais e está em andamento. Foi pensado diante da proposta de elaborar um roteiro histórico e turístico que contemple indivíduo(s) negro(s) e suas experiências de liberdade como principais agentes e agências das narrativas históricas apresentadas ao longo dos percursos trilhados. No que tange aos objetivos específicos, almeja-se propor reflexões sobre o papel da cidade/espço urbano no processo de construção de um letramento racial crítico (Ferreira, 2014; Guinier, 2004), bem como sinalizar para a possibilidade de compreender os patrimônios culturais materiais e imateriais visitados, na ótica da racialização. Busca-se, ainda, validar o impacto do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação, sobretudo no campo do Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na região, evidenciando a conexão entre educação patrimonial e uma educação patrimonial antirracista. Reconhecendo a importância do processo de curricularização da extensão nas universidades, o Projeto Rota Preta PG se inscreve no campo da História Pública (Santhiago, 2016; Mauad, 2018), pois se consolida por intermédio de múltiplas relações dialógicas e (compartilhadas, buscando, enquanto uma atitude historiadora, estreitar distâncias entre o universo acadêmico e diferentes públicos. Para a realização do projeto apresentado, recorreu-se à diferentes metodologias, dentre elas a análise documental (Pimentel, 2001), história oral (Portelli, 2016; 1997) e pesquisas bibliográficas (Gil, 1999). Até o momento, as contribuições do Projeto Rota Preta PG incluem a construção de uma nova perspectiva sobre a cidade, a partir de uma ótica negro-centrada, que permite aos participantes vivenciar e compreender os espaços urbanos por meio da história e cultura afro-brasileira.

NA CARONA E NAS TRILHAS DO TURISMO PEDAGÓGICO: ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA A PARTIR DO PATRIMÔNIO NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS EM FEIRA DE SANTANA-BA NO ANO DE 2014.

Juliano Mota Campos (Docente da Educação Básica)

juliano.campos@ifal.edu.br

Este trabalho tem como objetivo identificar como ocorre no 2º e 3º anos do ensino fundamental o ensino e aprendizagem da história a partir do patrimônio, utilizando-se para isso o turismo pedagógico desenvolvido por duas empresas em Feira de Santana-Ba: Na Carona do Conhecimento e Trilheiros nativos. Essa pesquisa que está em andamento refere-se ao primeiro capítulo da tese de doutorado, tem como período de análise o ano de 2014, foi realizada em dois colégios da rede privada a partir dos serviços disponibilizados pelas duas maiores empresas da cidade. Utilizamos como fontes: portfólios digitais e materiais pedagógicos das empresas desse turismo especializado onde constam as propostas/roteiros, ações pedagógicas e histórias que embasaram narrativas do patrimônio local, além de entrevistas dos monitores que fizeram essas atividades em campo a fim de compreender as perspectivas construídas juntos aos estudantes do ensino fundamental anos iniciais. Ainda no campo da história oral trouxemos entrevistas concedidas pelos professores das duas escolas da rede privada

e a partir de estudos etnográficos, coletamos narrativas de experiências discentes nas viagens pedagógicas realizadas em Feira de Santana. No que diz respeito à documentação escolar, tivemos analisamos quatro planos de aula, dois Projetos didáticos sobre Feira de Santana realizados nas turmas do 2º e 3º ano do ensino fundamental e atividades avaliativas realizadas pelos discentes no decorrer do projeto, além das produções expostas na culminância dos projetos como fruto das vivências realizadas com o turismo pedagógico. Como pilares teóricos trataremos sobre Turismo Pedagógico e a relação com ensino de história a partir das discussões propostas por Janete Flor de Maio e Franciele de Lima. Para discutir educação e patrimônio cultural, nos aproximamos das discussões de Fernando Siviero. Metodologicamente o uso da história oral é imprescindível no nosso trabalho, assim, nomes como o de Verena Alberti e Marieta Moraes Ferreira e seus manuais de história oral, nos ajudaram na montagem das entrevistas. Usamos referenciais teóricos para a história local, proposto por Maria Schmidt e Marlene Cainelli. Discutimos patrimônio a partir dos escritos de Márcia Chuva, Françoise Choay, o debate entre ensino de história e educação patrimonial promovido por Carmem Vargas, Átila Tolentino, João Demarchi e Simone Scifoni.

OS LUGARES DE MEMÓRIA DE ALEGRETE: RELATOS DE UM PROJETO DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Paula Vanessa Paz Ribeiro (Docente da Educação Básica)
profapaularibeiro@gmail.com

Nas cidades do interior, as praças públicas são os principais lugares de passagem e interação dos moradores da zona urbana e rural. Ao observar seu movimento, constatamos que os monumentos que nelas habitam passam despercebidos pela maioria da população. Em razão disso, identificou-se a necessidade de desenvolver um ensino de História articulado com a Educação Patrimonial, com o objetivo de estimular a interpretação da historicidade dos monumentos e do seu significado. O público deste projeto de ensino foram os/as estudantes do Ensino Médio da EMEB Murillo Nunes de Oliveira, que residem no interior do município de Alegrete-RS e que, assim como grande parte da população, não percebem os monumentos. Empregou-se o método dialógico e os pressupostos da didática da História, com o intuito de promover a construção de um conhecimento histórico significativo. Este foi realizado em três etapas: a primeira consistiu na identificação do conhecimento prévio dos/as estudantes, na problematização e significação dos conceitos de memória, história, patrimônio e identidade, que foi realizada a partir do estudo teórico e da análise crítica do filme "Narradores de Javé" (2003). Na segunda etapa foi realizada a saída de campo, a observação e registro fotográfico de alguns monumentos das praças da cidade. Por fim, os/as estudantes aprofundaram o estudo por meio de um roteiro, que buscou estimular a problematização e interpretação do monumento como documento. Através destas atividades, perceberam a dimensão política dos patrimônios tutelados, ao verificar que a memória e o esquecimento são produtos sociais e recursos do poder. A realização deste projeto mostrou que a articulação entre ensino de História e Educação Patrimonial apresenta muitos benefícios, estimula a identificação das mudanças e permanências sociais e colabora na democratização da construção do conhecimento histórico.

OS MUSEUS NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O PROGRAMA ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL EM MINAS GERAIS

Luís Otávio Glória de Almeida Soares (Docente da Educação Básica)
luis.gloriaas@gmail.com

O Programa ICMS Patrimônio Cultural é uma política pública de preservação de grande destaque no país. Desenvolvido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

(Iepha-MG), o programa tem por objetivo incentivar os municípios mineiros a preservar seus bens culturais e desenvolver estruturas de gestão do patrimônio local, através de repasses financeiros vindos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Anualmente os municípios desenvolvem ações, as documentam e enviam ao Iepha-MG que as converte em pontos e, posteriormente, em verba para os municípios. Para muitos municípios, esta verba é de extrema importância para as gestões municipais, ao se tratar de ações patrimoniais. Um dos critérios do programa é referente à educação patrimonial, fazendo com que os municípios mineiros desenvolvam todos os anos, atividades educativas com o patrimônio, alcançando um grande número de trabalhos, com frequência e continuidade. O critério educativo é relativamente mais acessível a todos os municípios participantes do programa, de menor custo, podendo ser desenvolvido em distintos contextos e de grande envolvimento entre o patrimônio e a população que o detêm. Um dos espaços que deve receber ações educativas com o patrimônio cultural são as escolas, outro dos espaços são os espaços museus locais. Assim, eles são muito utilizados para a produção do trabalho educativo. A proposta deste trabalho é analisar como vêm sendo trabalhados a educação patrimonial, que por muitas vezes é confundida ou se mistura com o ensino de história nas documentações enviadas pelos municípios para o programa. Se sustentam narrativas, se apresentam um trabalho crítico e quais são as possibilidades desses espaços para as ações educativas. Para isso, serão analisadas as documentações de quatro municípios: Caetanópolis, Canápolis, Ibiá e Santa Bárbara. Municípios que apresentam características patrimoniais distintas e diferentes possibilidades para o trabalho educativo. Também serão analisadas as deliberações normativas feitas pelo Iepha-MG para observar o que a instituição espera dos espaços museológicos na educação patrimonial local dos municípios. O recorte temporal se estende de 2005 a 2019.

POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO HISTÓRICO EMOCIONAL NO MUSEU COMUNITÁRIO VIVO OLHO DO TEMPO/PB

Victor Batista de Souza (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

victor.ba@hotmail.com

Juliana Alves de Andrade (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

juliana.alvesandrade@ufrpe.br

Os museus comunitários, embora também abertos para visitas externas, são museus democratizantes pensados para o público da comunidade, que aprendem sobre si, percebendo suas semelhanças e diferenças, favorecendo o seu desenvolvimento e assumindo o papel de ferramenta de mobilização. O Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, localizado em João Pessoa, na Paraíba, abrange não somente o espaço que ocupa em duas salas da Escola Viva Olho do Tempo, mas também todo entorno da escola, incluindo uma grande área verde de Mata Atlântica, o rio Gramame, o cantinho da memória e os quintais dos mestres. A sua exposição não está centrada na informação, mas sim na sensibilização e na reflexão sobre os problemas da comunidade. Percebemos o papel do museu na sensibilização da comunidade, de modo afetivo e amoroso, buscando apontar caminhos para lutar de modo mais efetivo contra a poluição do rio, apontado como um dos grandes problemas do território. Tendo os autores Antônio Damasio, Michael Foucault, Juan Casassus, Joan Pagès, Paulina Latapí Escalante, Jaqueline Zarbato como principais referenciais teóricos, esta comunicação tem como objetivo apresentar que emoções as ações desenvolvidas pelo Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo despertam nos estudantes e como a partir da História, da Memória e do Patrimônio Afetivo podemos desenvolver o Pensamento Histórico Emocional, ou seja, à capacidade de, a partir da interpretação do passado, mediado pelo Ensino de História, desenvolver a compreensão de si e do outro como sujeitos históricos emocionais, ou seja, reconhecer o papel do passado e da ancestralidade na formação de identidades e compreender que as emoções também são resultado de um processo histórico, sendo possível mobilizá-las para desenvolver a alteridade, a empatia e ações voltadas para o enfrentamento de problemas da realidade dos sujeitos.

POTENCIALIDADES, LIMITES E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS MUSEUS HISTÓRICOS

Lucinei Pereira da Silva (Docente da Educação Básica)

lucinei.pereira28@gmail.com

O objetivo deste estudo é compreender quais as potencialidades, limites e a produção do conhecimento estão presentes nas exposições do Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV) e do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) em Belo Horizonte/MG. A fim de alcançar o objetivo central desta pesquisa, decidimos adotar uma perspectiva teórico-metodológica, associando pressupostos das pesquisas qualitativas e utilizando como método, a entrevista caminhante com professores de História. Em suma, esse procedimento será uma opção metodológica que poderá permitir ao docente uma situação de experiência em diálogo com o pesquisador. Sendo assim, o/a professor/a realizará um percurso dialogando com os diferentes cenários expositivos dos museus enquanto a entrevista ocorre. Vale ponderar que este estudo é um desdobramento da tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) cujo problema de pesquisa é compreender quais experiências pedagógicas e de sensibilidades emergem das relações entre os professores de História, o MCGV e o MHAB. Os resultados desta investigação evidenciaram que os museus históricos podem ser importantes espaços que instigam o ato de ensinar e aprender a fazer História com os objetos e, na medida em que a experiência docente passa a ser tratada como fonte de conhecimento, abre infinitas possibilidades expositivas, pedagógicas e de enriquecimento para o Ensino de História.

QUESTÕES SOCIALMENTE VIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA – UMA PROPOSTA A PARTIR DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Carolina Barcellos Ferreira (Docente da Educação Básica)

carolinahist@gmail.com

O presente trabalho é uma reflexão inicial sobre o potencial pedagógico das visitas de estudantes do Ensino Fundamental II às exposições de arte/história nos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro à luz do campo das questões socialmente vivas no ensino de História, denunciando os negacionismo e silenciamentos e valorizando a diversidade nos seus mais variados aspectos. Dentro deste âmbito, nossa pesquisa se divide em três objetivos: investigar as relações entre história, museus e artes visuais; analisar as motivações e trabalhos desenvolvidos pelos professores nas visitas escolares a museus e centros culturais e, por último, elaborar um álbum de figurinhas a partir dos desenhos, colagens, fotografias e textos dos alunos. A metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa se divide em análise da bibliografia teórica; estudo da arte das pesquisas referentes à patrimônio dentro do programa do Profhistória; entrevista com professores participantes do projeto relacionado ao patrimônio na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro; além da visita, mediação e proposta de atividades para os estudantes, relacionando as exposições visitadas ao Ensino de História e às questões socialmente vivas. Fundamentando nossa proposta, recorreremos às noções de Michel-Rolph Trouillot sobre a produção da história, apontando a importância dos museus nas narrativas históricas e o papel dos grupos sociais nessa construção. Também utilizamos as análises do professor Karl Schurster para conceituar as questões socialmente vivas e sua relação com o Ensino de História e recorreremos também aos textos da professora Soraia Dutra para debater as relações entre escola e museus.

XIV PERSPECTIVAS

DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

As fontes no ensino, na
pesquisa e na extensão:
múltiplos olhares e
diversas perspectivas para
a produção do
conhecimento histórico

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

56



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ANGOLA JANGA, UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA SOBRE O QUILOMBO DOS PALMARES

Larissa Ceroni de Moraes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

larissaceronimoraes@gmail.com

Marcello Paniz Giacomoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

marcello.giacomoni@gmail.com

Antônio da Silva Kaercher (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

antoniokaercher@gmail.com

No ano de 2024, no Colégio de Aplicação da UFRGS, um grupo de sete pessoas iniciou a estruturação de um jogo sobre o Quilombo dos Palmares, voltado para tratar, a partir da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), uma série de conteúdos e disciplinas. Em mais de um ano de trabalho, o projeto integra os campos da história, da matemática, da língua portuguesa, da geografia, das artes visuais e das artes cênicas que movem-se sobre uma história e vivências de resistência. A lógica do sistema escravista brasileiro estava presente em todas as esferas envolvendo o âmbito econômico, político, cultural, científico, religioso e social, com isso as documentações salvaguardadas do período foram confeccionadas pelas forças coloniais, mantendo as suas intenções e perspectivas. Viotti (2017) pontuou sobre o modo como os habitantes de Angola Janga eram representados e posicionados nas fontes, sendo uma grande ameaça, violenta, perigosa e que deveria ser combatida, destruída e, se possível, voltar ao mercado escravista. A historiografia brasileira seguiu a logística documental, inicialmente voltada a um levantamento de dados e um viés mais quantitativo e depois buscou compreender as dinâmicas vigentes por outro ponto de vista. O controle de um grupo sobre os demais também depende dos silêncios incentivados e estruturados (Castells, 2015) e no contexto de um Estado racializado a ausência da compreensão dos habitantes da Angola Janga é, também, um apagamento. Para o desenvolvimento do jogo um dos nossos alicerces é o compromisso histórico, com as documentações, os contextos e dinâmicas presentes, desse modo, nos debruçamos sobre a historiografia e a plataforma “Documenta Palmares” com o objetivo de compreender as informações ou as suas faltas e o quanto isso diz. Nosso coletivo escolheu abordar sobre aspectos políticos, militares, comerciais e religiosos, interseccionando com as fontes e os diversos conteúdos.

A ABORDAGEM DE PROCESSOS CRIMES NAS AULAS DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

Priscila Kuhn Veríssimo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

prikverissimo@gmail.com

O presente trabalho é um recorte da dissertação que está sendo produzida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, na UFRGS e busca compreender a abordagem dos processos crimes em sala de aula. Enquanto professora da rede pública de ensino no município de Triunfo/RS, há muito me inquieta determinadas narrativas sobre a história da cidade, enfatizando a herança açoriana, e, ao mesmo tempo, excluindo do imaginário e da memória coletiva dos munícipes a presença de outros grupos, como negros e indígenas e suas influências para a construção e desenvolvimento locais. Buscando fissurar essa história única (Chimamanda, 2019) e os silêncios produzidos (Trouillot, 2016) acerca da história de Triunfo/RS me deparei com a necessidade de buscar fontes que possibilitaram ampliar a compreensão sobre a história do município. Diante de uma produção bibliográfica composta, majoritariamente, de obras produzidas por memorialistas e que

reafirmam a história única local, busquei no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, processos crimes de escravizados a fim de desenvolver situações de aprendizagens junto aos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio com o intuito de discutir questões como resistência negra (Moreira, 2006), protagonismo negro e possibilitar discussões sobre sujeitos históricos que foram silenciados por tantos anos na história local. A discussão sobre a utilização dos processos crimes enquanto fontes história se embasam nos estudos de André Rosemberg e Luís Antônio Francisco de Souza (2009); Cláudia Mauch (2013); Luís Carboni Junior (2020).

A NATUREZA QUE NOS AFETA: POR OUTRAS SENSIBILIDADES NO ENSINAR HISTÓRIA

Marcella Albaine Farias da Costa (Universidade Federal de Roraima)

marcellaalbaine@gmail.com

Dáisy Caldas Ramos (Universidade Federal de Roraima)

daisyhist@gmail.com

Esta apresentação parte da formulação de uma experiência articulada entre o curso de História da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), executada como uma oficina formativa com licenciandos da UFRR intitulada “Ensino e Natureza”, realizada em julho de 2025 no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) articulado ao Laboratório de Ensino de História e Humanidades Digitais (LBEHD/UFRR). Essa ação sobre/com/na Natureza teve por intuito possibilitar uma vivência da temática ambiental na interface com o Ensino de História (e outras áreas) sob uma perspectiva ancestral. Acreditamos que esse contato com o mundo natural, reconhecendo-nos como parte dele, mas indo além de nós mesmas/os, pode proporcionar outras formas de sentir, pensar e exercitar o ofício da docência em História e áreas afins. A mesma foi dividida em três momentos: (1) Caminhada ao ar livre com registros fotográficos dos elementos naturais que chamassem a atenção no bioma presente e a postagem das fotos nas redes sociais dos discentes que desejassem com a menção aos perfis @labehd_ufr e @herbario.ufr; (2) Roda de conversa a partir de frases sorteadas sobre o tema central da oficina com referências que discutem sobre ancestralidade (Krenak, 2022; Munduruku, 2017; Trudruá, 2022; Xakriabá, 2021), plantas medicinais na escola (Brandão, 2011), História Ambiental (Capellini, 2021; Pádua, 2010, 2021; Sedrez, 2023), meio ambiente na aula de História (Malta, 2021; Kettle, 2017), a importância da terra (Bispo, 2023; Han, 2022) e sobre o olhar botânico (Mancuso, 2019; Salatino & Buckeridge, 2016; Santos, 2024, 2025); (3) Fazer artístico envolvendo a relação com a Natureza em que os participantes foram convidados a contribuir para um desenho coletivo em uma folha grande comum. A partir dessa vivência, esta comunicação tem por objetivo defender a potência dos biomas brasileiros como fonte histórica, como espaços inspiradores de formas mais sensíveis de ensinar e aprender e como o meio natural pode nos afetar em nossos caminhos iniciais da docência (Amorim & Monteiro, 2019), provocando outras formas de atuar politicamente na formação de professores e no trabalho nas escolas de educação básica. Entendemos também que a arte é uma forma criativa e dinâmica para trabalharmos com o ensino de História e a natureza, ampliando o nosso conhecimento.

APRENDENDO ATRAVÉS DO OLHAR: O USO DA ICONOGRAFIA NO ENSINO DA HISTÓRIA INDÍGENA

Daviana Granjeiro da Silva (Docente da Educação Básica)

davianags@hotmail.com

Este trabalho apresenta reflexões teórico-metodológicas acerca do uso da iconografia para o ensino da história indígena, a partir de uma experiência de projeto de intervenção pedagógica com uma turma

do 7º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental de uma escola pública em João Pessoa/PB, cujo currículo para o respectivo ano destaca os conteúdos de trajetórias dos Povos Indígenas antes da chegada dos portugueses no território brasileiro, seus modos de vida, técnicas, saberes e formas de resistências durante o processo de Colonização do Brasil. Neste sentido e em consonância com a Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena, buscou-se utilizar a iconografia como recurso didático e fonte histórica para promover uma compreensão mais crítica e plural sobre a cultura, a organização social e as resistências dos povos indígenas, superando visões estereotipadas. No tocante à fundamentação teórica, destacam-se os referenciais de Rosemeire de Oliveira Souza (2023) e Sônia da Silva Rodrigues (2023), pesquisadoras dos estudos indígenas no Brasil; Circe Bittencourt (2008), Peter Burke (2004) e Thaís Fonseca (2006), que discutem o papel das imagens como documentos históricos e a necessidade de um ensino que vá além da mera ilustração, promovendo leitura crítica e reflexão sobre a alteridade. Por fim, este artigo contribui com a ampliação de possibilidades metodológicas, trazendo uma experiência que pode ser replicada no Ensino de História.

ARQUIVANDO SABERES: ARQUIVOS PÚBLICOS ONLINE COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO, APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Rodrigo Goulart de Borba (Universidade Federal do Paraná)

fusca.ween@gmail.com

O uso de arquivos públicos online como recurso pedagógico no ensino de História possibilita que jovens estudantes de diferentes níveis de ensino se relacionem diretamente com fontes históricas, favorecendo conexões significativas com a ciência da História e o desenvolvimento da consciência histórica. Este trabalho, em andamento, tem como objetivo investigar de que maneiras a investigação em arquivos públicos online pode contribuir para a criação de práticas inovadoras de ensino e aprendizagem de História, compreendendo-as como experiências que mobilizam dimensões cognitivas, sensíveis e éticas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada nos polos epistemológico, teórico, técnico e morfológico; acrescido do polo da práxis social, conforme proposto por Schmidt e Gago (2021), que reconhece o professor como sujeito implicado e transformador de sua prática. O referencial teórico dialoga com autores sobre a formação da consciência histórica e a concepção de arquivos como lugares de aprendizagem, bem como quanto à dimensão ética e dialógica do ensino investigativo. A investigação organiza-se a partir da pesquisa-ação, envolvendo professores e estudantes da educação básica em atividades de leitura, interpretação e problematização de documentos históricos, com análise de conteúdo como técnica de interpretação dos dados. Embora os resultados empíricos ainda não estejam consolidados, espera-se que a pesquisa contribua para a renovação das práticas docentes, ampliando o repertório pedagógico, fortalecendo o pensamento histórico crítico e promovendo experiências de aprendizagem mais democráticas e significativas no espaço escolar.

AS REPRESENTAÇÕES DA 2ª GUERRA MUNDIAL POR MEIO DOS JORNAIS ESCOLARES EM COMUNIDADES TEUTO-CATARINENSES

Fábio Will (Universidade do Estado de Santa Catarina)

will1889@gmail.com

Este trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento desenvolvida no Doutorado em História da UDESC, acerca das representações da Segunda Guerra Mundial nos jornais escolares catarinenses, sobretudo em comunidades teuto-catarinenses. Com isto, o objetivo é analisar a construção dos espaços de experiência e de seus horizontes de expectativas presentes nos periódicos produzidos

entre os anos de 1939 a 1945, bem como problematizar as práticas decorrentes do processo de nacionalização e do combate ao germanismo promovidos pelo Governo de Getúlio Vargas e do Interventor Catarinense Nereu Ramos. Para a metodologia de análise de fontes será analisada sob a ótica de Koselleck, acerca dos estratos do tempo, bem como a utilização da hermenêutica histórica, presente na obra de Paul Ricoeur. Como fontes, tem-se a ideia de analisar os jornais escolares de comunidades teuto catarinenses, como Jaraguá do Sul, Ibirama, Blumenau e também um município que contou com relativa influência germânica, Florianópolis, delimitando-se sobre os grupos escolares, ginásios e colégios analisados. A fundamentação teórica dialoga com Norbert Elias, Eric Hobsbawm, Michel de Certeau, René Gertz e Giralda Seyferth, além de autores cuja análise possam contribuir na problematização da cultura histórica, política e escolar. Muito embora, ainda em estágio inicial, os resultados parciais indicam que estes jornais escolares funcionaram como uma estratégia de manipulação identitária e de controle estatal, além da difusão dos valores nacionalistas e moralistas, circulando como constatadores da idoneidade civilizatória a qual se pretendia no período.

DO QUARTO À CIDADE: CAROLINA MARIA DE JESUS — PASSADOS QUE NÃO PASSAM — AÇÕES AFIRMATIVAS E REPARAÇÃO

Gabriela Dias de Oliveira Mantovani (Universidade Federal de Minas Gerais)

gabriela.his@hotmail.com

Em turmas de 8º ano de uma escola particular de Belo Horizonte, surgiu a necessidade de abordar, com cuidado e rigor, percepções de injustiça em relação às ações afirmativas. Num cenário em que a implementação da Lei 10.639/03 ainda encontra tensões e em que a lógica de “clientes” pode comprimir debates estruturantes, desenhei, em parceria com Língua Portuguesa, uma sequência que aproxima literatura, cidade e história. A adoção de Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus, sustentou uma leitura sensível do pós-abolição no cotidiano. À luz da BNCC (EF08HI19 e EF08HI20), mobilizei fontes de diferentes naturezas: trechos do diário, charge sobre a abolição tardia, letras de samba-enredo, fotografias, mapas e séries de dados sobre moradia e fome, em diálogo com a trajetória de Elza Soares, que adensa o olhar sobre autoria negra, pobreza extrema e protagonismo. A pergunta que orientou o percurso é simples e essencial: que passados não passam na cidade de Carolina e na nossa? O trabalho se organizou em movimentos contínuos: ativação de repertórios e pactos de convivência; leitura atenta com perguntas-guia (quem escreveu, quando, para quê, para quem e o que ficou de fora); cartografia social do bairro com as imagens “sala de visita” e “quarto de despejo”; debate mediado. A avaliação recorreu a critérios claros, evidência, contexto, múltiplas perspectivas e clareza do argumento, com autoavaliação e coavaliação. Como efeitos formativos, observou-se ampliação do repertório de fontes, reconhecimento da autoria negra, maior capacidade de relacionar desigualdades atuais às heranças escravistas e um debate mais informado sobre a legitimidade das ações afirmativas como política de reparação. A comunicação disponibiliza materiais replicáveis e indica caminhos para contextos com restrições de acesso e resistências institucionais.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: COMO OS ESTUDOS HISTÓRICOS A RESPEITO DAS LINHAS DE CRÉDITO NO BRASIL PODEM AUXILIAR NA MELHOR GESTÃO DA VIDA FINANCEIRA DOS ESTUDANTES?

Fernanda Santos de Jesus (Universidade Estadual da Bahia)

nandajesus33@gmail.com

Estudos indicam que o crédito é a principal forma de pagamento do brasileiro, seja por cartões ou pelas listas 'penduradas' em pequenos comércios de bairro. Com intuito de buscar entender as motivações por trás da utilização do crédito como principal forma de acesso ao capital por boa parte

da sociedade, ou melhor, tentar compreender quais as situações e problemáticas envolvem o acesso ao capital através de linhas de crédito pelos diversos indivíduos na sociedade brasileira, iniciamos uma investigação histórica buscando traçar os percalços que levam a atual conjuntura social. Para isso foram pensadas, inicialmente, três perguntas norteadoras: Quando a cultura do crédito passou a ser a principal opção de acesso ao capital? Quais as principais classes sociais/indivíduos fazem uso desse recurso econômico? A quem interessa a utilização desse método de pagamento como algo recorrente/frequente? Mesmo em fase inicial, a investigação já mostra a preocupação de organizações mundiais e brasileiras em promover, organizar e desenvolver as noções e habilidades voltadas à educação financeira para orientar decisões conscientes dos consumidores. É imprescindível mostrar aos estudantes que as mudanças de conjunturas impactam na vida econômica dos brasileiros e como essas constantes mudanças no cenário nacional exigem alterações referentes às ideias de planejamento, poupança e previsão de gastos. O panorama atual brasileiro possibilita a criação de mecanismos e estratégias financeiras que ajudem na melhoria das condições de vida e na gestão das finanças de modo a permitir que os estudantes se preparem para possíveis eventualidades econômicas, sejam de ordem privada ou pública. Os estudos históricos são relevantes para refletir sobre as políticas públicas, as mudanças econômicas, as estruturas sociais, as estratégias de superação de crises e o planejamento eficaz da vida econômica dos indivíduos. A ideia central é possibilitar a reflexão dos estudantes sobre a temática ao ponto de reprogramar sua noção de como lidar com o dinheiro, mais precisamente com a utilização do crédito. Incentivar os estudantes a reverem suas práticas econômicas e redefinirem seus usos financeiros buscando criar possibilidades de entendimento sobre as reais concepções do uso da sua renda, evitando endividamentos ou “surpresas” no orçamento pessoal.

ENSINO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL POR MEIO DA LITERATURA LGBT+: UMA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA UNIVERSIDADE-UNICAMP

Victor Henrique da Silva Menezes (Universidade Estadual de Campinas)

henrique.menezes92@gmail.com

A literatura LGBT+ constitui uma categoria literária intrinsecamente política. Independentemente de ser produzida por indivíduos que se identificam com essa sigla, compreende obras de ficção que conferem protagonismo às dissidências sexuais e/ou de gênero em um contexto discursivo e normativo fundamentado no modelo cis-heterossexual. Como testemunho e expressão de seu tempo, possibilita o acesso a representações de vivências frequentemente marginalizadas e, simultaneamente, contribui para a compreensão de aspectos sociais, culturais, históricos, econômicos e políticos da sociedade em que se insere. Com base nesses pressupostos, no primeiro semestre de 2024 foi ministrada a oficina “Literatura LGBT+ brasileira e o Brasil Contemporâneo”, no âmbito da educação não formal e sob a responsabilidade do autor desta comunicação. A proposta consistiu em ensinar a História Contemporânea do Brasil por meio da leitura e discussão de obras literárias nacionais com temáticas homoeróticas. A seleção contemplou o período republicano e incluiu seis títulos publicados entre 1895 e 2015: *Bom Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha; *Pílades e Orestes* (1906), de Machado de Assis; *Usina* (1936), de José Lins do Rego; *As traças* (c. 1975), de Cassandra Rios; *Aqueles dois* (1982), de Caio Fernando Abreu; e *Amora* (2015), de Natália Borges Polezzo. A oficina foi oferecida de forma remota no Programa UniversIDADE, projeto de extensão gratuito da UNICAMP voltado para pessoas acima de 50 anos, e contou com quatorze participantes com idades entre 53 e 82 anos. Esta comunicação tem por objetivo, pois, apresentar essa experiência pedagógica, analisando os impactos da iniciativa a partir de depoimentos dos educandos, registrados tanto na aula inaugural quanto em um questionário aberto aplicado ao final do curso. Inicialmente, serão expostos os objetivos, a metodologia empregada e as temáticas abordadas. Em seguida, com base nas respostas dos participantes, será analisada a recepção dessa proposta de ensino de História entre pessoas da meia e terceira idade. A investigação busca discutir as possibilidades de utilização da literatura LGBT+ como ferramenta didática, bem como suas potencialidades para o público idoso no contexto da educação não formal.

ENSINO DE HISTÓRIA, MÉTODO HISTÓRICO E LIVRO DIDÁTICO: INCORPORANDO METODOLOGIAS DE PESQUISA NO USO E NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Emerson Naylton Bezerra Pereira (Docente da Educação Básica)

emersonnbp@outlook.com

O presente trabalho surgiu a partir da reflexão das escolhas pedagógicas que foram realizadas em uma experiência de ensino, na qual se verificou a apropriação de diferentes etapas do método histórico para a concretização do aprendizado das estudantes. O conteúdo contemplado ao longo das aulas diz respeito à Ditadura Militar no Brasil e na América Latina, que se planejava abordar de maneira em que o conhecimento fosse construído de forma significativa com a turma, visto a relevância da temática. Para isso, se pretendia recorrer a recursos externos, produzir materiais próprios e ainda assim fazer um bom uso do livro didático. As aulas foram realizadas com uma turma do 9º ano de uma escola privada localizada no município de Parnamirim/RN. Ao longo do processo, foi produzido e utilizado um material didático de análise de fontes sobre o tema, retiradas do site Memórias da Ditadura. Tais fontes faziam referência aos recortes temáticos do livro utilizado pela turma – para que este servisse de apoio nas análises. Também foi realizada a exibição e discussão do filme Zuzu Angel (2006), com a intenção de que as alunas visualizassem a realidade estudada e fossem sensibilizadas. Além disso, foi realizada uma atividade de leitura do livro com preenchimento de uma tabela, numa abordagem inspirada na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). E, por fim, foram produzidas pela turma postagens no Instagram com o intuito de condensar os resultados dos trabalhos realizados. Nesse sentido, se percebeu ao longo desse processo a apropriação de etapas da metodologia histórica – como descrita por Margarida Oliveira (2010) – que tornou a experiência de aprendizado mais significativa para as alunas. Portanto, tal prática é compartilhada para que se possa discutir e visualizar como a Metodologia da História pode e deve ser incorporada no ensino.

FORMAÇÃO DOCENTE E PESQUISA HISTÓRICA POR MEIO DA INTERDISCIPLINARIDADE EM TEMPOS DIGITAIS

Polliana Moreno dos Santos (Universidade do Estado da Bahia)

pmoreno@uneb.br

Neste trabalho apresentamos um relato de experiência que enfatiza a interdisciplinaridade como elemento singular no processo de formação docente dos futuros professores de História. No contexto da Pandemia do Covid-19, em que, além de todos os enfrentamentos, presenciamos o aprofundamento da desigualdade em nosso país, a docência foi extremamente desafiada, especialmente pela emergência do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação. Esse quadro demandou a busca por alternativas que viabilizassem o trabalho na graduação, principalmente porque lidamos com um público oriundo, em sua maioria, da classe trabalhadora que naquele momento precisava continuar os estudos em meio ao isolamento social e à própria necessidade de sobrevivência. Desse modo, em 2021 iniciamos a realização de atividades interdisciplinares integrando eixos diversos do curso de História do Campus IV da UNEB na cidade de Jacobina-BA. Por seu efeito positivo, essa prática vem sendo incorporada desde o retorno às aulas presenciais, aproximando o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste resumo, apresentamos duas atividades interdisciplinares ocorridas em 2023 e 2025 com foco no uso de fontes: 1-A produção de um vídeo tutorial sobre pesquisa com fontes imagéticas em arquivos digitais; 2-A pesquisa e produção de verbetes para a Wikipédia sobre instituições escolares como parte do projeto "Interfaces de saberes: Jacobina na Wiki". Ambos os projetos integram componentes diversos do curso, discentes de

semestres distintos e promoveram o diálogo entre o ensino e a pesquisa histórica com o campo das chamadas Humanidades Digitais e da História Pública. Versando sobre a interdisciplinaridade como integradora entre teoria e prática (LÜCK, 2000; SEVERINO, 2000), a cooperação entre componentes curriculares, a busca pelos arquivos digitais, pelas fontes, a produção de textos e/ou vídeos suficientemente didáticos para serem explorados em aula ou mesmo como divulgação científica provocaram os estudantes a novos aprendizados e a começarem a olhar também de uma forma interdisciplinar para a sua formação. Outro ponto sempre ressaltado é a atenuação da sobrecarga de avaliações que os (as) discentes acumulam semestralmente.

LUGARES DE MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: A APRENDIZAGEM HISTÓRICA POR MEIO DAS MEMÓRIAS DOS ESTUDANTES DA LOCALIDADE DE BARRA DO JACUIPE (CAMAÇARI/BA)

Felipe Marcelo Pimentel (Universidade do Estado da Bahia)
pimentel.felipe1983@gmail.com

Este trabalho é parte constituinte da minha pesquisa que está em andamento no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. A pesquisa Lugares de Memória e Ensino de História: a aprendizagem histórica por meio das memórias de estudantes na localidade de Barra do Jacuípe (Camaçari/BA) tem por objetivo investigar como diferentes espaços em Barra do Jacuípe se constituem em lugares de memória dos estudantes do Centro Educacional Darcy Ribeiro (CEDR) e como a reflexão e problematização dessas memórias podem contribuir para o ensino e a aprendizagem dos mesmos. A metodologia é uma pesquisa de natureza aplicada, qualitativa, de intervenção em educação. Pretende-se desenvolver um Atelier de Memória como uma solução mediadora de aprendizagem. Assim, consideramos as memórias dos estudantes como fonte de pesquisa para a constituição de um conhecimento histórico escolar. Como abordagem teórica, entre outros pressupostos, discutimos o conceito de Lugares de Memória, como pensado por Pierre Nora. Os lugares de memória são os suportes de memórias, e ao propor aos estudantes investigarem sobre esses lugares buscamos fomentar a aprendizagem histórica, como pensados pela Educação Histórica por Peter Lee ou mesmo a Didática da história de Jörn Rüsen. Ou seja, uma aprendizagem histórica significativa que objetive a emancipação intelectual do/a estudante, que contribua com o princípio do estudante pesquisador, e que tenha por base a premissa de que aprender história é aproximar a experiência vivida (Memória) da sua sistematização (História). Na primeira etapa do projeto, que é de caráter exploratório, a partir de rodas de conversas em sala de aula, os/as estudantes destacaram alguns lugares de memória em Barra do Jacuípe, como lugares ligados ao estudo, aos encontros sociais, ao lazer, lugares de culinária e sabores, e lugares de fé.

MEMÓRIA: SOB O OLHAR DE JESCO PUTTKAMER

Deracueide Alves de Sousa dos Santos (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)
deracueide@gmail.com

Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)
mariarosacavalcante@gmail.com

Resumo: Falar de preservação da memória é relembrar a importância do trabalho de Jesco Puttkamer. Sua preocupação em manter viva a memória dos povos originários, resultou na produção de diversas fontes materiais e imateriais. Ao manter as produções realizadas ao longo da História permite que as gerações futuras, possam ter acesso aos conhecimentos relacionados a um povo, um momento histórico, e com isso, entre outros, evitar acontecimentos catastróficos, como guerras e genocídios. Este artigo tem o intuito discutir, com base em revisão bibliográfica, a memória valendo-se do

trabalho de Jesco Puttkamer com grupos indígenas: Yudja (Juruna) e Wauja (Waura). O trabalho buscou suporte nos livros "Memórias Indígenas: Legado Histórico-Cultural dos Povos Wauja e Yudja" organizado pela professora Dra. Marlene Castro Ossami de Moura e "Memória das Imagens: olhares multiculturais sobre o acervo Jesco Puttkamer" organizado pelas Dras. Marlene C. Ossami de Moura e Sibeli A. Viana. Dos artigos "Memória, Esquecimento, Silêncio" (1989) do sociólogo e historiador austríaco Michel Pollak, "A escuta do outro: os dilemas da interpretação" de Cléria Botelho da Costa. Outras obras contribuíram para fundamentar este artigo. Procuramos discutir a relevância da memória, enquanto conservação, dos acervos produzidos pelos antepassados, o valor das obras de Jesco, como respaldo, sem deixar de lado a questão do esquecimento.

MEMÓRIAS NEGRAS EM JORNAIS ESCOLARES CATARINENSES DA DÉCADA DE 1940

Karla Andreza Vieira (Universidade do Estado de Santa Catarina)

karlaandrezavieira@gmail.com

Esse texto tem por objetivo apresentar algumas análises sobre memórias negras produzidas no interior da escola, pelas campanhas de nacionalização do ensino extensivas ao decênio de 1940, por meio de vestígios materiais: os jornais escolares catarinenses. Redutos da experiência passada preservada e selecionada por um conjunto de economias e subjetividades, esses materiais são como testemunhos das elaborações, práticas, dinâmicas e vivências das instituições de ensino. Uma vez recuperados e confrontados por meio do trato historiográfico, esses testemunhos são significativos para a escrita de uma história escolar. Assumo, assim, a perspectiva de que a memória desempenha uma função originária a partir da qual a história é edificada, construída e dada a ler. Muito embora sejam dotadas de estatutos próprios, movimentos singulares e temporalidades distintas, à memória e à história atribuem-se referencialidades cruzadas. Destaco para esse estudo ainda, as conexões existentes entre esses patrimônios oriundos de processos educativos e as diligências de uma cultura política em busca de uma primazia identidade cívica. A cultura que se produziu na escola não passou ilesa pelas tramas e teias da cultura política. Ambas as culturas, em associação incessante, reverberam e, por isso, podem ser consideradas chaves explicativas para eleição de determinados passados e determinadas memórias. Dessa forma, e como questão irrenunciável, torna-se pertinente pensar o lugar que as memórias e histórias de homens e mulheres de cor ocupam ou não na imprensa estudantil. Como os periódicos apresentam o enredo negro? Que interpretações podem ser aplicadas ao ensino de História? Quais atravessamentos políticos/culturais coexistem com sua elaboração e difusão? De que forma esses construtos representam fragmentos de memórias escolares? São essas as inquietudes confessadas à narrativa. Trata-se de uma pesquisa em andamento em que as interpretações conformam resultados inscritos na ordem dos acabamentos. O trabalho compõe uma investigação mais abrangente desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memórias e Culturas, coordenada pela Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva (UDESC) e que conta com financiamento do CNPq e apoio da FAPESC.

MODA, GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIA E REFLEXÃO SOBRE FONTES E METODOLOGIAS.

Jessica Dara Bispo dos Santos (Universidade do Estado da Bahia)

jessicadara94@gmail.com

Este trabalho apresenta uma experiência de ensino desenvolvida no Estágio Supervisionado IV do curso de História da UNEB – Campus II, proposta que buscou articular ensino e pesquisa a partir do uso de múltiplas fontes históricas. O projeto foi materializado no minicurso "Corpo, vestuário e resistência em tempo de guerra: a moda e o estudo da mentalidade feminina no séc. XX

(1920-1950)”. A formulação partiu da compreensão da moda como expressão social e cultural, capaz de revelar transformações nos papéis de gênero durante os períodos entre guerras. Ao analisar roupas, propagandas, fotografias, revistas, cinema, literatura e museus virtuais, os participantes puderam refletir sobre a construção da identidade feminina no contexto europeu e brasileiro, percebendo como conflitos políticos, econômicos e culturais impactaram representações e práticas sociais. As atividades foram planejadas em dez encontros, contemplando análise de documentos, debates teóricos, visitas virtuais, comparações entre representações e culminância com a produção de conteúdos autorais em rede social, ampliando o diálogo entre passado e presente. O uso da moda como objeto histórico possibilitou problematizar estereótipos de gênero, compreender resistências femininas e destacar a relevância de fontes não tradicionais no ensino de História. Inspirada em metodologias dialógicas, a experiência reforçou o papel do professor como mediador na construção coletiva do conhecimento, incentivando autonomia, criticidade e protagonismo discente. Assim, o minicurso reafirma a importância da pesquisa como princípio educativo, em consonância com a perspectiva de formar sujeitos históricos capazes de interpretar e transformar sua realidade. A reflexão sobre moda e gênero revelou-se potente não apenas para a formação docente, mas também para o alargamento do repertório metodológico no ensino de História, valorizando práticas inovadoras que aproximam ciência, cultura e educação básica.

MULTIPERSPECTIVIDADE E APRENDIZAGEM HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

Lorena Marques Dagostin (Docente da Educação Básica)

lorenaamarques@gmail.com

O trabalho apresenta parte das sistematizações realizadas na tese de doutorado, a respeito do conceito de multiperspectividade na aprendizagem da História. Trata-se de uma investigação de natureza teórico-conceitual cujo objetivo principal foi compreender o significado da multiperspectividade na constituição da aprendizagem histórica, articulando-a à Didática da História enquanto campo disciplinar. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica que dialoga com a teoria e a filosofia da História, bem como com produções específicas do campo da aprendizagem histórica, a fim de identificar categorias norteadoras que possam subsidiar a construção de referenciais didáticos para o ensino de História. A pesquisa defende que a multiperspectividade constitui uma via possível para a inserção de diferentes pontos de vista no ensino de História, ao considerar a experiência dos sujeitos contemporâneos aos fatos, as interpretações elaboradas pelos historiadores e as formas pelas quais jovens e crianças se relacionam com o passado em suas vidas práticas. Entende-se que a aprendizagem histórica, neste contexto, contribui para a formação de uma orientação temporal que articula passado, presente e futuro. Para fundamentar essa discussão, foram mobilizados autores como Johann Martin Chladenius, Reinhart Koselleck, Jörn Rüsen, William H. Walsh, Klaus Bergmann, Bodo von Borries, Arthur Chapman e Maria Auxiliadora Schmidt. A partir da articulação entre esses referenciais, a análise buscou compreender o papel da interpretação histórica, refletindo sobre as tensões entre objetividade e subjetividade no conhecimento histórico, os modos legítimos de discordância entre historiadores e as possibilidades de superação da parcialidade, sem incorrer em relativismos. O objetivo da comunicação é, portanto, apresentar uma proposta de sistematização conceitual da perspectividade histórica — compreendida em suas dimensões de multiperspectividade, controvérsias e pluralidade — que permita compreender o ponto de vista não apenas como uma expressão subjetiva, mas como uma categoria analítica e constitutiva do pensamento histórico e da produção do conhecimento histórico com foco nos ambientes de escolarização formal.

NOS TERMOS DA LEI: O USO DA LEGISLAÇÃO COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fernando José da Hora Lopes (Docente da Educação Básica)

Uma das definições mais difundidas sobre a História é que ela é a ciência que estuda a ação humana no tempo. A partir dessa definição, pode-se afirmar que as ações capazes de interferir no modo de vida de uma sociedade, em determinada temporalidade, têm a atenção da História. Nesse contexto, uma das manifestações dessa ação humana para os processos históricos é a construção de Leis, tendo em vista que elas são propostas, discutidas e elaboradas e aplicadas pelos seres humanos, dotados de interesses refletindo o contexto político, histórico e social de uma determinada época, bem como os valores da sociedade em que está inserida. As Leis, como instrumentos normativos e oficiais refletem o comportamento da sociedade em que foram produzidas, assim como o comportamento de uma sociedade é norteado pelas regras de conduta impostas pelas suas leis. Sendo assim, para além de uma fonte formal do Direito, as leis constituem em importante fonte histórica, que pode ser utilizada no Ensino de História. O objetivo desta comunicação é refletir sobre os resultados parciais de uma pesquisa que analisa o impacto/efetividade do estudo da legislação para compreensão do contexto histórico. Analisamos a aplicação de atividades avaliativas nas turmas do 3º ano do ensino médio da educação básica, que consistem na análise do contexto histórico e social, a partir das leis que vigoravam em determinada época. O propósito não é uma discussão com base na interpretação literal da lei, mas com base na interpretação ampla, teleológica e crítica do instrumento normativo, considerando os autores da lei, e seu lugar social, bem como os debates travados para sua aprovação, com o intuito de despertar nos (as) estudantes a criticidade na análise das fontes históricas problematizando como se dá a construção da legislação vigente em cada época. Nesta comunicação usaremos como exemplo a criação do Código Criminal de 1830, que traz previsões que indicam alguns valores da sociedade brasileira da época, como a redução da pena do crime de estupro se a vítima fosse uma prostituta, ou seja, a imposição da pena não levava em consideração a gravidade do ato, centrando no comportamento da mulher que era agredida, denotando a culpabilização da vítima. Dessa forma, espera-se avaliar o amadurecimento dos estudantes no entendimento da História, com base no estudo das Leis que vigoravam em determinado período histórico, a partir da interpretação ampla e crítica destes instrumentos normativos.

O LIVRO DIDÁTICO "CONTANDO A HISTÓRIA DO PARÁ": FONTES E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Davison Hugo Rocha Alves (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)
davison.rocha@unifesspa.edu.br

A reflexão que apresentamos nesta apresentação oral tem como objetivo debater a historicidade da disciplina Estudos Amazônicos e a construção do livro Contando a História do Pará (1998) em dois volumes produzido por professores de História da Seduc-PA no final do século XX. Abordando diversas fontes históricas como documentos de jornais, historiografia, música, imagens, mapas, cultura material, entre outros, dinamizam o saber histórico local na sala de aula dentro desta disciplina regional. A proposta curricular no ensino de história regional paraense possibilitou pensar para além de datas, personagens e fatos históricos consolidados na historiografia paraense. Usamos como aporte teórico-metodológico Bittencourt (2018), Cainelli & Schmidt (2009), Pereira (2008), Caimi (2008), Fonseca (2003) e Lobato (2013) para pensar o lugar da Amazônia e da produção historiográfica no ensino de história. Conclui-se que a disciplina Estudos Amazônicos estimula no aluno a investigação científica por meio de fontes históricas na sala de aula.

O LUGAR DAS FONTES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA

José Gledison Rocha Pinheiro (Universidade do Estado da Bahia)

Entre o final do século XX e o início do XXI, o ensino de História, enquanto campo de pesquisa, passou por transformações significativas, sendo o uso de fontes e linguagens nas práticas pedagógicas um dos temas mais debatidos nesse período (FONSECA, 2009a, 2009b; ABUD; SILVA; ALVES, 2013; BITTENCOURT, 2009; SCHMIDT; CAINELLI, 2004). Minha intenção é continuar esse debate, refletindo sobre algumas experiências como formador à frente da área de Laboratório de Ensino e Estágio Supervisionado em cursos de Licenciatura em História da UNEB. Nos anos 2000, integrei um grupo de professores da UNEB que defendia que a área de Laboratório se comprometesse a desenvolver, junto aos alunos, uma cultura de uso das fontes e linguagens, tanto na pesquisa quanto no ensino. Passadas mais de duas décadas e, ao realizar um balanço das minhas experiências em dois cursos de História da UNEB (Alagoinhas e Salvador), percebo que ainda é necessário avançar muito para que os alunos incorporem, em seus planejamentos e práticas de ensino, o uso de fontes e linguagens. Refletir sobre as razões que dificultam essa incorporação é o objetivo que me proponho a desenvolver neste trabalho. Para isso, recorro aos autores já mencionados, bem como a outros do campo da Psicologia da Aprendizagem e da Filosofia da Educação (LEONTIEV, 2004; VIGOTSKI, 2021; BAKHTIN, 2003; VASCONCELLOS, 2005). Discuto dois problemas principais. O primeiro refere-se à ausência de um aprofundamento conceitual acerca da noção de fonte didática. Nos debates sobre o tema, é comum abordar as concepções de 'documento' e de suporte informativo defendidas por Bittencourt (2009); contudo, na maioria das vezes, essas discussões limitam-se à reprodução dessas definições, sem questionar seus significados ou considerar possíveis releituras. O segundo problema diz respeito às justificativas comumente apresentadas para o uso de fontes e linguagens em sala de aula. Embora haja um consenso de que trabalhar com fontes não tem como objetivo formar aprendizes de historiador, muitas justificativas acabam recaindo nesse equívoco ou revelam uma abordagem fragmentada. Esses são os pontos a serem aprofundados, analisando a bibliografia especializada sobre o tema em articulação com anotações referentes a projetos de curso, planos de ensino e observações de aulas.

O USO DA LITERATURA AFRO-FANTÁSTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Juliana Souza Caldeira (Universidade do Estado da Bahia)

juliana.caldeira268@gmail.com

Eliane Brito Silva (Universidade do Estado da Bahia)

ebsilva@uneb.br

Hoje, a educação é uma ferramenta poderosa para compreender a sociedade, afinal ela se torna o principal veículo para a transformação da realidade social (Pinheiro, 2023) com isso, reconhece "as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil" (Santos, 2005), e através das lutas pelos direitos sociais, a comunidade preta do Brasil ganha espaços após anos de luta, à mudança do currículo a fim de ser permitido nas escolas, ser ensinado a cultura afro-brasileira, para isso, respaldada na lei 10.639/03 que obriga esse ensino nas escolas do ensino básico "dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil" (Santos, 2005). Para isso, relacionaremos o autor Antonio Marcos Cajé (2022) sobre o uso da literatura afro-fantástica, sendo possível que o estudante esteja e pertença a um "... lugar onde o protagonismo negro se revive com sua ancestralidade com seus sistemas dinâmicos, sociais e mitológicos." (Cajé, 2022) Dessa forma, a maneira que a utilizaremos em sala de aula, análises e teorização dos assuntos que envolvem o racismo e colocar o estudante negro na sociedade como protagonista de sua visão de mundo. Para desenvolver o projeto sobre o uso da "literatura afro-fantástica", na sala aula, a fim de valorar essa cultura através da literatura que usa o universo fantástico, onde os autores podem adicionar elementos não reais para as histórias e a partir de um ponto de vista da mitologia afro-brasileira criar personagens com elementos que permita o estudante, durante a leitura, se conecte ao protagonista da história.

Para o resultados que esperamos a criação da sequência didática, nos permitirá inserir a literatura de forma lúdica através da pesquisa-ação, uma sequência didática que seja capaz de entregar aos alunos autonomia de pesquisa sobre a história e o conhecimento da mitologia afro diaspórica e trabalhar discussões sociais em cima do tema buscando uma ação mais afirmativa. O projeto está em andamento, será resultado do trabalho de conclusão de curso do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia.

OS OBJETOS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS USOS DE "OBJETOS GERADORES" NAS AULAS DE HISTÓRIA

Marilécia Oliveira Santos (Universidade do Estado da Bahia)

leciasantos@bol.com.br

Diversos alunos da Educação Básica e mesmo do Ensino Superior do estado da Bahia não têm acesso, por razões distintas, a museus não partilhando ou vivenciando uma cultura museal, tão cara à formação dos mesmos. Contudo, por meio do contato com alguns objetos específicos é possível a alunos e professores vivenciarem experiências ricas refletindo sobre aspectos das práticas cotidianas e das relações sociais nos quais os objetos se inserem. Eles são ferramentas valiosas e podem ser explorados no Ensino de História permitindo análises distintas. Alguns objetos em desuso, como cartões e fichas telefônicas antigas possibilitam reflexões sobre as mudanças nas formas de comunicação e o sentido dessas mudanças em contextos mais amplos. Outros objetos que integram o cotidiano como canetas, cadernos, mochilas e aparelhos celulares podem ser explorados sobre seus usos, a sua diversidade e o acesso aos mesmos. Os objetos possibilitam reflexões sobre os sujeitos, as práticas sociais e as relações de poder na sociedade em que estão inseridos e se constituem, deste modo, em um rico material didático para as aulas de História. O objetivo desta comunicação é partilhar algumas experiências vivenciadas nos laboratórios do curso de História do Campus II da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com o uso de artefatos diversos como "objetos geradores" em consonância com a proposição de Francisco Régis Lopes Ramos (2004) nas aulas de História. Para o autor, o professor de História deve instigar os alunos a lerem os objetos e a observarem a História na "materialidade das coisas".

POR UM ENSINO DE HISTÓRIA QUE FAÇA SENTIDO: A HISTÓRIA LOCAL COMO FERRAMENTA PARA UMA APRENDIZAGEM HISTÓRICA SIGNIFICATIVA

Nayana Grazielle Sacramento de Oliveira (Docente da Educação Básica)

nayanaoliveiradirefan@gmail.com

Marilécia Oliveira (Universidade do Estado da Bahia)

leciasantos@bol.com.br

O Ensino de História quando limitado a memorização de datas e fatos, torna-se distante e de pouca importância para os estudantes. Para que ele cumpra sua função social e educativa é necessário dialogar com a realidade concreta dos alunos. Nesse sentido, a história local surge como uma importante ferramenta para alcançar uma aprendizagem histórica significativa, pois permite a articulação entre o local e os acontecimentos históricos mais amplos. Através da História Local, o conhecimento deixa de se restringir ao distante e abstrato, permitindo a inserção dos estudantes nos processos históricos. Buscando desenvolver um sentido para a aprendizagem histórica, aproximando a História dos estudantes, surgiu o História na Prática, desenvolvido desde 2023, com alunos do Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano, no município de Santo Amaro da Purificação, em parceria com o Arquivo Público local e o apoio do PIBID de História da UNILAB. Este é um projeto que transforma os discentes em protagonistas da própria aprendizagem, sendo o professor

apenas mediador no processo. O propósito do trabalho é permitir o contato com fontes históricas e a construção de narrativas pelos estudantes. A partir da realização de oficinas, utilizando fontes do século XIX, como cartas de alforrias, processos criminais, o aluno vivencia a prática da pesquisa histórica, exercitando habilidades de análise, interpretação e problematização. Além das oficinas na escola com os documentos digitalizados e o preenchimento de uma ficha técnica, os estudantes realizam visitas ao arquivo, despertando ainda mais o interesse pelo passado da sua cidade. O projeto culmina com a exposição das interpretações e releituras dos documentos pelos estudantes e a escola se transforma em um espaço de produção de conhecimentos sobre o passado e suas relações com o presente, estabelecendo conexões entre o micro e o macro, contribuindo para o desenvolvimento da empatia histórica, da compreensão de múltiplas temporalidades e da percepção de que todos são sujeitos da História. O propósito desta comunicação é partilhar alguns resultados alcançados nesta experiência.

JONGO EM SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA E TAUBATÉ: O ENSINO DE HISTÓRIA EM RODA

Isabella Cristine Cesar dos Santos (Universidade de Taubaté)

isabellacesare43@gmail.com

Suzana Lopes Salgado Ribeiro (Universidade de Taubaté)

suzana.ribeiro@falaescrita.com.br

O Jongo é uma manifestação do Sudeste brasileiro que incorpora heranças africanas na dança, canto e instrumentos utilizados na tradição. Sendo encontrado com outros nomes como Caxambu, Tambu e Batuque, o Jongo nasce nas lavouras de café e cana-de-açúcar entre escravizados que tinham por meio dele um mecanismo de resistência e luta contra o regime escravocrata organizando fugas e revoltas. Com seus versos cifrados, em poesia metafórica, os pontos do Jongo eram evocados na língua bantu e com ela faziam seus combinados, tendo em vista que os senhores e capatazes não entendiam o significado naqueles versos (Iphan, 2005; Mattos, 2018; Ribeiro, 1984). Diante disso, a pesquisa em andamento que buscamos apresentar é fruto da iniciação científica na Universidade de Taubaté e da ação no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) que tem por objetivo compreender o contexto de criação dessa manifestação dentro do sistema escravocrata como forma de resistência e a importância das continuidades da tradição na contemporaneidade. Em atuação com escolas públicas, apresentamos duas experiências, a primeira com a análise documental, com o ensino médio em São Luiz do Paraitinga, do periódico luizense intitulado "A Gazeta de S. Luiz" datado de 1882 que menciona o Jongo e, segundo as oficinas sobre o Jongo com o ensino fundamental II em Taubaté.

REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NO JORNAL O NORDESTE NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA (DE 1948 ATÉ 1953)

Emilly Silva de Moraes (Universidade do Estado da Bahia)

emillysdmoraes@gmail.com

Mariléia Oliveira Santos (Universidade do Estado da Bahia)

leciasantos@bol.com.br

Este trabalho, em andamento com apoio financeiro do Programa PICIN da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), objetiva analisar como pessoas negras foram representadas no Jornal O Nordeste, na cidade de Alagoinhas no período compreendido entre 1948 e 1953. O referido periódico teve como seu principal redator o vereador João Nou, advogado e presidente de uma Frente Popular que se constituía num bloco de oposição ao então prefeito Carvalho Junior alimentando um clima de acirramento político local. Com base na História Cultural e no conceito de representações de Roger

Chartier, procuramos, na análise das imagens divulgadas pelo jornal O Nordeste, refletir sobre os papéis e lugares atribuídos socialmente aos negros naquela conjuntura considerando que as representações conformam imagens mentais que se consolidam ao longo do tempo. Compreendemos que os periódicos não apenas registram fatos e acontecimentos. Eles se constituem em espaços de produção e circulação de significados, no qual textos e imagens revelam relações sociais. Partindo da noção de que todo documento é uma construção como observa Schwarcz (2024), é possível analisar como escolhas, enquadramentos ou até mesmo omissões feitas pelos articulistas do jornal foram capazes de contribuir para a construção de visões sobre a população negra e seus supostos 'lugares sociais', quase sempre associados à subalternidade. A pesquisa se concentra na análise de fotografias, legendas, notícias e propagandas do Jornal O Nordeste considerando que as imagens fotográficas transmitem e reforçam formas de ver e interpretar a realidade. Metodologicamente, será observado como o jornal está organizado, os diferentes tipos de conteúdos, a linguagem usada nos textos e a relação entre texto verbal e texto visual relacionando com discussões sobre memória, identidade, raça e diferentes formas de representações sociais da população negra.

"UM POVO IMORAL": O ENSINO DE HISTÓRIA E A SOCIEDADE DO ALTO PARAGUAI DIAMANTINO SOB O OLHAR DA EXPEDIÇÃO LANGSDORFF

Paulo Roberto Ferreira (Docente da Educação Básica)
paulo.ferreira0077@gmail.com

Este trabalho de pesquisa em Ensino de História coloca-se no diálogo entre os campos de estudo da História Cultural, do pensamento decolonial e da pedagogia histórico-crítica. Parte das categorias de pensamento denominadas "práticas e representações", desenvolvidas por Roger Chartier e outros autores, com o objetivo de analisar os relatos criados por dois membros da chamada Expedição Langsdorff, que visitaram o Brasil no início do século XIX. Nosso objetivo é contribuir com o ensino de história local e regional, abordando as representações elaboradas pelo alemão naturalizado russo barão Georg Heinrich von Langsdorff e pelo pintor francês Hercules Florence, que estiveram por alguns meses na vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, atual município de Diamantino, no Médio-Norte mato-grossense, entre dezembro de 1827 e março de 1828. Por meio da análise desses relatos, buscamos compreender o modo de construção da imagem negativa formada acerca do povo de Diamantino por esses viajantes, enfatizando as ideias colonialistas que subjazem a essas representações e constituem seu fundamento ideológico. Para o produto pedagógico como meio facilitador da aprendizagem escolar, utilizamos os resultados de nossas reflexões para elaboramos uma sequência de aulas-oficinas, com planos de aula, textos de apoio e sugestões de atividades que exploram o uso de relatos de viajantes como fonte histórica a ser problematizada no Ensino de História.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Os usos políticos do passado: desafios para o ensino e a pesquisa em história

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

71



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS TRAVESTIS NEGRAS: ALIANÇAS, RESISTÊNCIAS E ATIVISMO

Amadeu Cardoso do Nascimento (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
amadeumatof@hotmail.com

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o papel transformador do ensino de História na construção de práticas pedagógicas antirracistas e antissexistas, por meio da inclusão de narrativas e biografias de travestis negras nos conteúdos escolares. A partir do estudo de trajetórias como a de Xica Manicongo — figura histórica presente no Brasil colônia — é possível abordar criticamente temas como o processo de colonização, a racialização dos corpos negros e a colonialidade do saber, do poder, do ser e do gênero. O ensino de História, ao incorporar fontes e sujeitos historicamente marginalizados, permite que estudantes compreendam os mecanismos de controle e violência operados ao longo do tempo sobre corpos dissidentes, como no caso de Cintura Fina e Madame Satã, figuras emblemáticas do século XX. Durante a ditadura civil-militar, a repressão às travestis se intensificou, especialmente com a Operação Tarântula, demonstrando a persistência de políticas de extermínio. No entanto, a redemocratização possibilitou formas de resistência e organização política, com destaque para a criação do movimento social de travestis no Brasil. No Ceará, essas ações culminaram na fundação do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), em 1989, e da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (ATRAC), em 2001. Ao trazer essas histórias para a sala de aula, propomos um ensino de História que reconhece o protagonismo das travestis negras na luta por direitos, dignidade e memória, contribuindo para uma educação comprometida com a diversidade, a justiça social e os direitos humanos.

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOCENTES: UM DEDO DE PROSA COM PROFESSORAS APOSENTADAS EM MATO GROSSO DO SUL

Renato Jales Silva junior (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
renato.junior@ufms.br

Maria Clara de Albuquerque Lima (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
clara.albuquerque@ufms.br

Em geral, a sociedade reconhece a importância da escola pública e de seus profissionais para a formação de jovens e crianças no Brasil, mas o discurso produzido é de uma eterna crise subsidiada por avaliações internas e externas do processo de aprendizagem. As políticas públicas construídas por diferentes instituições do Estado apontam, quase sempre, para o problema da formação dos professores. Mais horas de estágio, mais disciplinas de prática, mais contato com as escolas, enfim, mais treinamento parece ser sempre o caminho a ser seguido para os que entram nos cursos de licenciatura. Estes diagnósticos e propostas dificilmente ouvem aqueles que estão no chão da sala de aula, os professores e as professoras, não para que deem as respostas corretas, mas para que contribuam com suas experiências sobre o debate importante para o aperfeiçoamento da prática escolar. Esta pesquisa partir de uma atividade com alunos e alunas do Pibid-História/UFMS de Campo Grande para abrir um espaço importante de diálogo com professores e professoras aposentados para ouvir sobre suas experiências docentes. A ideia foi entender todos os percursos que os levaram para a sala de aula, processo de formação, primeiros anos na docência, suas avaliações sobre o espaço escolar, relação com dirigentes e a comunidade escolar. O diálogo com os professores e as professoras não tem como objetivo encontrar soluções para o que chamam de "crise na educação", mas problematizar estas avaliações colocando na cena histórias narrativas daqueles que estiveram na sala de aula. Entender como veem a relação com os alunos, como trabalharam com o material didático que

receberam, como lidaram com as pressões da sociedade, como avaliaram a importância dos seus ofícios, enfim, olhá-los como protagonistas destas práticas.

MEMÓRIAS DOCENTES: VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DAS PROFESSORAS DE CAMPO GRANDE - MS

Maria Clara de Albuquerque Lima (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

albuquerqueclima2004@gmail.com

Renato Jales Silva Júnior (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

renato.junior@ufms.br

Em geral, a sociedade reconhece a importância da escola pública e de seus profissionais para a formação de jovens e crianças no Brasil, mas o discurso produzido é de uma eterna crise subsidiada por avaliações internas e externas do processo de aprendizagem. As políticas públicas construídas por diferentes instituições do Estado apontam, quase sempre, para o problema da formação dos professores. Mais horas de estágio, mais disciplinas de prática, mais contato com as escolas, enfim, mais treinamento parece ser sempre o caminho a ser seguido para os que entram nos cursos de licenciatura. Estes diagnósticos e propostas dificilmente ouvem aqueles que estão no chão da sala de aula, os professores e as professoras, não para que deem as respostas corretas, mas para que contribuam com suas experiências sobre o debate importante para o aperfeiçoamento da prática escolar. Esta pesquisa partiu de uma inquietação sobre as reclamações escutadas nas salas dos professores durante a disciplina de Estágio Obrigatório em História III, onde primeiramente buscamos entender como a precarização estava afetando a relação do professor com o aluno na mediação do conteúdo, em seguida fomos até o sindicato para entender quais eram as demandas advindas dessa precarização e assim encontramos um grupo de professoras aposentadas que se reuniam para socializar, realizar cursos de trabalhos manuais como o crochê e também vender os produtos resultados dessas atividades. A ideia foi entender todos os percursos que os levaram para a sala de aula, processo de formação, primeiros anos na docência, suas avaliações sobre o espaço escolar, relação com dirigentes, comunidade escolar e as memórias. O diálogo com as professoras não tem como objetivo encontrar soluções para o que chamam de "crise na educação", mas amplificar as vozes de quem já esteve na sala de aula e lutou em prol da educação e da valorização da profissão. Entender como veem a relação com os alunos, como trabalharam com o material didático que receberam, como lidaram com as pressões da sociedade, como avaliaram a importância dos seus ofícios, enfim, olhá-las como protagonistas destas práticas

ENTRE CAPAS E (PRÉ) CONCEITOS: ANÁLISE HISTÓRICA DAS IMAGENS DAS CAPAS DAS EDIÇÕES BRASILEIRAS DA "A ESCRAVA ISAURA" DE BERNARDO GUIMARÃES.

Eduarda Toscano de Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)

duda.toscanoabreu@gmail.com

Gilberto Cezar de Noronha (Universidade Federal de Uberlândia)

noronha.gilberto@gmail.com

Esta comunicação tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa e ação pedagógica realizadas no âmbito do curso de Licenciatura em História. A iniciativa envolve a análise das imagens que compõem as capas das diversas edições do romance A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães, problematizando historicamente os (pre)conceitos que orientam a composição destas produções editoriais. Para tanto, abordamos a relação entre História e Imagem, explorando conceitos referentes à iconografia como formadora/disseminadora de estereótipos e conhecimentos que remontam à época oitocentista e que foram enraizados na sociedade ao longo dos séculos. A proposta da pesquisa-ação

estrutura-se numa proposta pedagógica referente a elaboração de uma oficina de análise de capas da obra já mencionada, visa atender a ampla camada diversificada de alunos da educação básica através de uma maior acessibilidade em relação ao conhecimento histórico. Justifica-se como contribuição para a formação de estudantes da educação básica para a leitura de imagens visando contribuir para a ampliação das possibilidades do ensino e aprendizagem da história. Assim, é importante reconhecer a História e suas possibilidades de ensino-aprendizagem para além de conteúdos estritamente teóricos e essencialmente curriculares, tendo em vista uma campanha com o intuito de julgar o livro pela capa.

ENSINO DE HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE DO ENSINO DE HISTÓRIA EM CUBA

Ana Clara de Sousa Lobo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
loboanaclaradesousa@gmail.com

O objetivo da presente pesquisa é apresentar reflexões sobre a relação entre política, ideologia, historiografia e ensino de História, tomando como exemplo o caso cubano. A partir da análise do ensino de História em Cuba, busca-se compreender como diferentes projetos políticos e contextos ideológicos influenciam a forma como o passado é narrado, especialmente no que se refere à história de Cuba e da América Latina. Ao examinar as particularidades da experiência cubana, a pesquisa pretende contribuir com debates mais amplos sobre os modos de produção e circulação do saber histórico nas escolas e sobre as disputas em torno da memória e da construção de identidades coletivas. Este trabalho surge de reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado, que comparou livros didáticos de História utilizados no Brasil e em Cuba, e da pesquisa de doutorado em andamento, que analisa o ensino de História em Cuba, com ênfase em materiais didáticos, programas curriculares, formação e prática docente. Parte-se da hipótese de que, em um país socialista que busca formar uma consciência revolucionária, a construção das narrativas históricas escolares está ligada ao projeto político de defesa e continuidade da Revolução. A investigação se baseia na análise de documentos curriculares e livros didáticos produzidos pelo Ministério da Educação de Cuba, além de entrevistas com professores de História, visando compreender como o passado é mobilizado como instrumento político-pedagógico. A fundamentação teórica articula o Ensino de História, Historiografia e Teoria da História, com base na tradição marxista e no materialismo histórico-dialético. Dialoga com autores como Circe Bittencourt, Thais Fonseca, Almir Félix de Oliveira e Manoel Salgado Guimarães, além de Marx, Engels, José Martí, Fidel Castro e Ernesto Guevara. Entende-se o ensino de História como prática política e cultural. Espera-se que a pesquisa contribua para compreender o ensino como campo de disputas, evidenciando como diferentes projetos de sociedade moldam a produção do conhecimento histórico escolar.

ENSINO DA DEMOCRACIA GREGA CLÁSSICA: FORMAÇÃO CIDADÃ OU FERRAMENTA DO PENSAMENTO BURGUEÊS?

Luis Fernando Cerri (Universidade Estadual de Ponta Grossa)
lfcerr@uepg.br

O ensino da Grécia clássica, em especial da democracia ateniense, tem sido legitimado como uma experiência discente fundamental para a compreensão das bases do pensamento e da prática democráticos, enraizada no currículo canônico de história, também chamado de código disciplinar. Entretanto uma democracia masculina e excludente de mulheres, escravos e estrangeiros não exemplifica e nem fundamenta a democracia como princípio abstrato e universal, mas sim se caracteriza e funciona como antecedente legitimador histórico para uma forma específica de vivência política que é a democracia burguesa original, igualmente excludente de mulheres e pessoas

desprovidas de posses. Argumenta-se que, para a compreensão da democracia efetiva que o nosso tempo exige, a fundamentação histórica prioritária seria o ensino das lutas pelo sufrágio feminino e pelo sufrágio universal do final do século 19 início do século 20. Do contrário, A democracia grega como primeira marca no imaginário histórico dos alunos permite afirmativas histórica e politicamente inadequadas, como as de que “os Estados Unidos são a maior democracia do mundo” ou “Israel é a única democracia do Oriente Médio”, uma vez que as práticas excludentes destes estados apontam, na verdade, para democracias burguesas terrivelmente limitadas em sua essência democrática. O presente trabalho constitui um ensaio teórico sobre um fundamento curricular da história, que tem por objetivo problematizar as escolhas políticas e curriculares recorrentes no Brasil contemporâneo e esboçar alternativas em busca de currículos funcionais para o projeto de uma democracia popular. A metodologia consiste no diálogo com autores e com textos curriculares que enfocam o tema da formação para a democracia e os usos da história para a formação cidadã. Em termos de fundamentos teóricos, o trabalho se sustenta nos estudos sobre democracia de Marilena Chauí, Carlos Nelson Coutinho e Agnes Heller, assim como nos estudos sobre educação democrática e ensino de História de Fernando Penna, Daniel Pinha Silva e outros.

ATRAVessar FRONTEIRAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS AFRICANAS

Cardoso Armando (Universidade Rovuma-Moçambique)
catacuaricua@gmail.com

Este estudo propõe uma reflexão crítica sobre os limites entre história e memória na construção de narrativas sobre a África, com o objetivo de valorizar epistemologias africanas e ampliar os fundamentos do fazer historiográfico. A partir de uma abordagem descolonial, questiona-se o paradigma ocidental dominante de produção do conhecimento histórico, tradicionalmente baseado em documentos escritos e instituições formais. Em contraponto, defende-se a centralidade da oralidade como meio legítimo de transmissão de saberes, bem como a escuta ativa e as fontes orais como metodologias essenciais para aceder às memórias coletivas africanas. A fundamentação teórica apoia-se em autores dos estudos africanos e das epistemologias do Sul, destacando o papel das narrativas orais na preservação e construção da história em contextos marcados pela marginalização dos saberes locais. Os resultados apontam para a necessidade de um deslocamento epistemológico que reconheça a pluralidade de formas de registro e transmissão histórica, abrindo espaço para práticas e saberes historicamente silenciados. Ao tensionar as fronteiras entre o que é considerada evidência histórica legítima, o estudo contribui para a revalorização de memórias, práticas e temporalidades africanas, propondo uma historiografia mais plural, inclusiva e comprometida com a escuta e o reconhecimento das vozes historicamente subalternizadas.

TEMAS SENSÍVEIS E OS DESAFIOS NO ENSINO DE HISTÓRIA NO ESPAÇO ESCOLAR: ESCRAVIDÃO E O RACISMO ESTRUTURAL

Cleusa Teixeira de Sousa (Docente da Educação Básica)
cleotsou@gmail.com

A presente pesquisa, visou refletir sobre as especificidades do que são os temas sensíveis, bem como suas implicações no meio educacional, as quais provocam inúmeros desafios e (im)possibilidades aos professores de História do Ensino Básico em suas práticas docentes. A expectativa acerca do desenvolvimento deste estudo centrou-se em elaborar materiais que corroborem para o ensino e a aprendizagem dos conteúdos relativos à disciplina História em sala de aula da Educação Básica, cujo o foco versou sobre os Temas Sensíveis, acendendo caminhos para se pensar a História Pública e as demandas prioritárias nos desdobramentos da execução de um ensino baseado em práticas

educacionais comprometidas com a promoção dos direitos humanos em prol da luta a favor da democracia, da equidade e da justiça, contra as violências de diversas matizes. A abordagem relativa aos temas sensíveis em sala de aula traz à tona problemáticas pré-existentes no jogo sócio-político de naturalização de fatos traumáticos ocorridos. A esse exemplo cita-se a Escravidão/Racismo, notando que essa temática desencadeou a exclusão das diversidades étnico-raciais no meio social, econômico e político brasileiro (e de outras nações), desde o período colonial. Metodologicamente optamos pelo cotejamento das fontes documentais e bibliográficas sobre o tema. Para tanto, dialogamos com bibliografias que conceituam “o que são os temas sensíveis” como abordá-los e suas problemáticas inscritas no processo de desenvolvimento do Ensino de História, como Verena Alberti (2014), Mauro Coelho (2019), Marcos Napolitano (2021), Bruno Leal (2019, dentre outras. Quanto a abordagem relativa à escravidão e ao racismo nos pautaremos nos estudos de Abdias Nascimento, Nilma Lino Gomes, Petrônio Domingues, Clovis Moura e Lélia Gonzalez. Assim como traremos à luz da reflexão as Legislações Educacionais e suas facetas relativas ao ensino sobre a temática em voga.

PASSADOS SENSÍVEIS, FUTUROS POSSÍVEIS: NARRATIVAS MEMORIAIS DE INGRESSANTES DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFU

Gilberto César de Noronha (Universidade Federal de Uberlândia)

noronha.gilberto@ufu.br

Diessika Costa Silva (Universidade Federal de Uberlândia)

costa.diessika@gmail.com

Esta comunicação discute as potencialidades do uso de memoriais acadêmicos como estratégias de formação inicial de professores de história. Para tanto, apresenta resultados da análise de memoriais de formação de estudantes ingressantes do curso de História da UFU, investigando sua reconstituição de lembranças pessoais desde o ingresso e as expectativas de permanência na universidade, com ênfase nos acontecimentos evocados como motivadores da escolha profissional. A metodologia combinou análise qualitativa (categorização temática) e quantitativa, com atenção especial às referências históricas mobilizadas pelos estudantes, em seus aspectos individuais e coletivos. Os resultados revelaram que, apesar da diversidade de experiências (trajetórias não lineares), as narrativas encontram lugares comuns de experiências associadas à escolha profissional: eventos como a pandemia de Covid-19, às questões políticas contemporâneas como a ascensão dos radicalismos políticos (ameaça de ditadura militar), ao seu envolvimento (direto ou indireto) com movimentos sociais. Destaca-se também a influência de figuras afetivas como mediadoras de suas escolhas como professores inspiradores da educação básica. As histórias familiares são evocadas como experiências relacionadas a acontecimentos e processos históricos como a redemocratização, a globalização, e a escravidão. A pesquisa sugere que a apropriação do passado seja estratégia relevante de auto identificação e de formulação inicial de um projeto político-acadêmico. Do ponto de vista dos docentes do ensino superior, os memoriais atuam como dispositivos teórico-metodológicos que facilitam as abordagens narrativas e autobiográficas, permitindo a articulação de práticas e conhecimentos pedagógicos que valorizem a autoria dos estudantes desde as primeiras experiências na formação inicial.

CAVALHADAS DE SANTA CRUZ DE GOIÁS: TRADIÇÃO, MEMÓRIA E FORMAÇÃO HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Wesley Lima de Andrade (Universidade Federal de Uberlândia)

irwesleylima@gmail.com

Este projeto investiga como as Cavalhadas de Santa Cruz de Goiás, enquanto prática cultural viva e lugar de memória, podem ser integradas ao ensino de História na educação básica, a partir da

construção colaborativa de um museu itinerante. A proposta parte da constatação de que há um distanciamento entre o currículo escolar e os repertórios culturais dos estudantes, especialmente em contextos periféricos. Fundamentado em autores como Pierre Nora, Roger Chartier, Paulo Freire, Ana Maria Monteiro e Keila Grinberg, o projeto propõe uma abordagem crítica e participativa da educação histórica, na qual os estudantes assumem o protagonismo na escuta, pesquisa, curadoria e socialização de memórias locais. A metodologia inclui levantamento de fontes diversas sobre as Cavalhadas de Santa Cruz de Goiás, culminando na criação de um museu escolar itinerante que será utilizado como prática pedagógica junto aos estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Senador Antônio Ramos Caiado, da cidade de Santa Cruz de Goiás. A proposta visa promover a consciência histórica crítica dos estudantes, fortalecer os vínculos entre escola e comunidade e ampliar os públicos do saber histórico na localidade. Trata-se de uma prática de ensino que reconhece o valor formativo dos espaços não escolares e das tradições culturais vividas pelos sujeitos.

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS: O PAPEL DO ELEMENTO CÍVICO

Kauany Soares Mota (Universidade Federal de Uberlândia)
kauanymota@gmail.com

O Decreto nº 1.947, de 30 de outubro de 1906 que aprova o programa do ensino primário em Minas Gerais, estabelecia para a disciplina História do Brasil, que deveriam ser ensinados às crianças os fatos mais grandiosos e importantes (da nação e da sua localidade), como forma de anedota, narração e descrição simples, com “poucas idéias, claramente expressas, tendo muito em vista familiarizar os meninos com os factos históricos do país e apreciar o valor dos grandes homens e inspirar o sentimento da pátria”. No conteúdo programático do primeiro ano do ensino primário, destacam-se temas, entre tantos outros, as festas nacionais que se comemoram no povoado, a descrição da bandeira nacional e das armas da república. Observando esse exemplo expresso na legislação educacional de Minas, um aspecto chama atenção: a expectativa de inspirar nas crianças o amor à pátria por meio da exaltação de fatos grandiosos e de homens exemplares. Esse aspecto evidencia a presença do elemento cívico-patriótico na história ensinada - que, por sua vez, se assemelha à historiografia de Roma, narrada por Tito Lívio -, indo ao encontro dos objetivos postos também à Instrução Moral e Cívica e ao civismo como aspecto pedagógico, em um período em que a educação se consolidava como elemento propulsor para a construção da nação brasileira sob o recém instituído regime republicano. Diante disso, objetiva apresentar um balanço histórico do desenvolvimento da disciplina História do Brasil a partir das legislações e programas escolares ao longo da Primeira República (1889-1930) no estado de Minas Gerais, buscando refletir como o aspecto cívico se articula e em que medida caracteriza essa disciplina. Nesse sentido, busca analisar a constituição da disciplina História do Brasil nas primeiras décadas da república, em Minas Gerais, comparando os programas das diversas legislações educacionais promulgadas ao longo deste período é de que maneira se articularam à formação da nação republicana no Brasil. Assim, procura-se refletir: O que constitui o ensino de História em Minas Gerais na Primeira República? De que maneira civismo e ensino de história se encontram na instrução primária? Qual memória é evocada por essa história cívica?

ENSINAR HISTÓRIA EM MEIO À CATÁSTROFE: VISÕES DE FUTURO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE - RS

Isadora Ritterbusch Librenza (Docente da Educação Básica)
isa.librenza@gmail.com

Esta pesquisa, em andamento no âmbito do Doutorado Profissional em Ensino de História - UFRGS, busca compreender que visões de futuro os professores de história de Porto Alegre - RS tem

construído após a experiência da enchente de maio de 2024. Esse evento climático levou praticamente todo o Estado do Rio Grande do Sul à situação de emergência, enquanto 43 cidades decretaram calamidade pública. Dentre estas está a capital, Porto Alegre, onde a enchente atingiu diretamente 150 mil pessoas e indiretamente toda a população. A construção do problema de pesquisa parte, então, do entendimento de que professores de História de Porto Alegre foram atingidos por um evento extremo que se insere no contexto global de emergência climática e visa examinar, também, como essas percepções afetam suas práticas pedagógicas e a construção do currículo nas aulas de história. Poucos meses após a enchente, representantes dos Espaços de Estudo Afro-brasileiro e Indígena (EEABI) das escolas municipais de Porto Alegre se reuniram em um evento de formação sobre a emergência climática e racismo ambiental, o que pode indicar que as enchentes de fato levaram a emergência climática a ser um tema de interesse e investigação por parte dos professores. Assim, a pesquisa dialoga com o entendimento de que acontecimentos da experiência vivida de professores e estudantes influenciam na escolha dos temas que serão abordados nas aulas de História. É pertinente, portanto, levantar a hipótese de que essa série de acontecimentos de ordem climática está influenciando as visões de futuro e as decisões de professores quanto à seleção de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. A elaboração dos roteiros para as entrevistas bem como sua futura análise leva em consideração as recentes discussões acerca do possível advento de uma nova Era Planetária, em consonância com o debate corrente sobre a pertinência e as implicações da utilização do termo Antropoceno na História. Por fim, entendendo o campo de pesquisa em Ensino de História como um lugar de fronteira entre saberes diversos e considerando a unidade entre teoria e prática, esse trabalho busca colaborar com as discussões acerca da emergência climática, tendo a história ensinada como objeto e método para a compreensão da realidade.

DAS LIGAS CAMPONESAS AO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE: APRENDIZADOS E RELAÇÕES DE PODER/SUBMISSÃO E SUBVERSÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO EM ITAUCU-GOIÁS

Elisabeth Maria de Fátima Borges (Universidade Federal de Goiás)
elisabeth.borges@discente.ufg.br

Esta comunicação versa sobre uma pesquisa realizada no Mestrado em História em 2002 e retomada no Doutorado em Educação em 2025. A comunicação objetiva apresentar dados da pesquisa que evidenciam traços de memória, esquecimento e silêncio sobre a participação dos camponeses itauçuenses em dois importantes movimentos sociais do campo das décadas de 1950 a 1960 em Itauçu-Goiás. A metodologia utilizada é a História oral e a análise de documentos. Os referenciais teóricos que nos deram pistas da luta pela renda da terra foram construídos com base nas leituras de Martins, Pessoa, Borges, Duarte e Guimarães. Os resultados apontam para exemplos de aquisição de saberes, bem como relações de poder/submissão/subversão dos camponeses, em um processo de luta por seus direitos.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO E OUTROS DOCUMENTOS

Emília Guimarães Mota (Docente da Educação Básica)
emiliagmota11@gmail.com

O objetivo da comunicação é apresentar um relato de experiência como professora da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do ensino médio, na rede estadual de educação de Goiás. O trabalho tem inspiração etnográfica e também se aproxima dos documentos que orientam as reformas no ensino médio e suas aplicações em Goiás, especialmente documentos distribuídos bimestralmente

pela Secretaria Estadual de Educação. O foco tem sido as escolas onde atuo nas disciplinas de Sociologia e de Civismo e Cidadania, sendo uma delas militarizada e a outra não. Os pontos de observação ressaltam alguns aspectos, como o tratamento e os diferentes impactos produzidos pelas políticas implementadas pela Secretaria Estadual de Educação; a composição da atuação da secretaria junto ao esvaziamento e desmonte das disciplinas e da área como um todo, seja no quesito de carga horária, na distribuição de conteúdos por disciplina ou nas avaliações bimestrais elaboradas pela secretaria e enviadas às escolas. Também levarei em conta a combinação entre militarização e presença religiosa na escola, bem como algumas tensões enfrentadas no desenvolvimento de conteúdos, como aqueles que se relacionam à aplicação da Lei nº 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sem perder de vista as disputas discursivas relacionadas à política, economia e cultura no Brasil nos últimos anos, e os embates políticos que disputam memórias e narrativas. De modo amplo, as observações encaminham a discussão para a precarização do trabalho docente, a perda de autonomia e o enfraquecimento progressivo da área, que se esforça para manter o mínimo de qualidade e de formação crítica no ensino.

ENSINO DE HISTÓRIA E O FEMININO NA ANTIGA GRÉCIA: OS USOS DO PASSADO NA MÍDIA ENTRE 2018 E 2022

Ana Maria Lucia do Nascimento (Universidade Federal Rural de Pernambuco)
anamarialuciadonascimento@gmail.com

A presente pesquisa, em andamento, investiga os usos do passado no Ensino de História a partir das interpretações midiáticas sobre o feminino na Antiguidade Grega, em especial no contexto brasileiro entre 2018 e 2022. O objetivo central é compreender de que maneira tais narrativas são mobilizadas em ambientes digitais e como se articulam com discursos revisionistas que visam influenciar a produção de sentidos históricos. Os objetivos específicos incluem problematizar a utilização do passado nas mídias sociais, examinar a influência do revisionismo histórico para o Ensino de História e identificar as principais referências mobilizadas na elaboração de novas interpretações acerca do feminino grego. Como metodologia, utiliza-se a análise de imagens em movimento, inspirada em Diana Rose, além da observação de interações em plataformas como YouTube e Instagram, complementadas por questionários aplicados a professores de História. A fundamentação teórica dialoga com as contribuições de Thomas Sowell, especialmente a partir do embate entre visões restritas e irrestritas sobre verdade e justiça, bem como com os debates sobre os usos públicos do passado. Até o momento, os resultados parciais apontam que o feminino grego tem sido utilizado como recurso de legitimação por grupos conservadores, que recorrem a interpretações superficiais e descontextualizadas, transformando elementos da Antiguidade em instrumentos de persuasão. Esse processo evidencia a tensão entre a produção de conhecimento histórico e a produção de convencimento, revelando como a circulação digital impacta as formas de compreender, ensinar e disputar a História.

A MEMÓRIA HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO NAS CEBS E OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO

Mairon Escorsi Valério (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)
mairon.valerio@usp.br

Entre as décadas de 1970 e 1980, os setores progressistas da Igreja Católica no Brasil ligados à teologia da libertação buscaram nas CEBs a implementação de um projeto educativo-pastoral de longo prazo voltado para a conscientização social, política e religiosa dos setores populares, em torno de ideais humanísticos (como a defesa do social justiça, direitos humanos, democracia, socialismo, contra

a repressão, ditadura militar, imperialismo e capitalismo dependente de periféricos) amparados na legitimidade do discurso religioso. Na busca por constituir a identidade político-religiosa subalterna das bases, constituiu-se uma memória histórico-religiosa para que esse passado devidamente mobilizado legitimasse a fé socialmente engajada e orientasse as ações dos indivíduos naquele contexto histórico. Nesse sentido, a teologia da libertação promoveu, associada a um processo de educação popular, uma educação histórica que mobilizou representações religiosas, subalternas e anticoloniais do passado, acerca da própria Igreja, da América Latina e do Brasil presentes numa ampla produção intelectual (trabalhos acadêmicos, livros de divulgação, textos e materiais gráficos voltados às CEBs, cartilhas de leitura bíblica, revistas, literatura de cordel, entre outros). Nesta apresentação busco analisar especificamente as representações históricas da escravidão no Brasil presentes em alguns desses materiais e pensar como os usos políticos do passado e sua difusão popular, realizada pela teologia da libertação foram fundamentais para a construção de uma memória histórica subalterna de luta social e antirracista nas CEBs.

DO QUE ME LEMBRO EM NOSSAS PROVAS? REFLEXÕES SOBRE OS PENSAMENTOS E AS MEMÓRIAS NO ENSINO DE FÍSICA

Giovanna Moreno Parizotto (Universidade Federal de Goiás)
giovannaparizotto@gmail.com

Ao ensinar Física suscitamos reflexões sobre "do que me lembro em nossas provas". Desta forma, possibilitamos aos alunos que compartilhem suas memórias, para a sua participação nas aulas, enquanto sujeitos da história e dignos de exporem suas recordações nos campos de representações mentais, conforme salienta Piaget (2002; 2007). Pois, de acordo com esse autor, a memória não é apenas um depósito de informações e reconstituem-se em determinado momento e antecipam as transformações próximas. Desta forma, nota-se que a afetividade é indissociável à inteligência, perpassando toda a conduta humana. Deste modo, o objetivo deste estudo centrou-se em analisar as condutas dos estudantes - adolescentes com idade entre 14 e 17/18 anos - mediante a realização das Provas de Física, levando em consideração os recados deixados pelos alunos das três séries do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª). Mensagens expressas por meio de memes, nos dois primeiros bimestres de 2025. A metodologia de análise, visou identificar as representações simbólicas por esses estudantes de forma ambivalente, caracterizado por pontos negativos e como uma possibilidade de transformação positiva. Assim, temos os memes dos alunos como: 1) a observação negativa - mecanismo que utilizam para expressarem seus desequilíbrios mediante o processo avaliativo do conteúdo que não conseguiram apreender por falta de compromisso com suas responsabilidades estudantis; 2) a observação positivada – esse fracasso, pode ser a porta da esperança de melhores resultados, os quais podem ser alcançados a partir das mudanças de atitude. Pois, ao se sentirem confrontados com o insucesso, veem a possibilidade de adotar ações responsáveis. O referencial teórico utilizado nessa abordagem, apoiou-se nos estudos de Pozo e Crespo (2009), sobre a relevância dos conteúdos atitudinais. Os quais são compostos por três componentes: as atitudes em si, as normas e os valores. As atitudes, são conceituadas como a disposição constante de uma conduta; as normas são crenças de como esperam que seja a conduta de um indivíduo, e os valores se referem ao nível de interiorização do funcionamento das normas. Desta forma, os autores defendem a tese de que o objetivo da educação consiste em manter certas normas, sem as utilizar como medidas coercitivas, mas com um meio que favoreça a mudança atitudinal dos estudantes.

ENSINO DE HISTÓRIA E AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA: UMA LEITURA DE A CHAVE DE CASA (2009), DE TATIANA SALEM LEVY E O CORPO INTERMINÁVEL (2019), DE CLAUDIA LAGE

Vera Lúcia Silva Vieira (Universidade Federal de Catalão)
vera.vieira@ufcat.edu.br

Em diálogo com os estudos de Arlette Farge (2015), Maria da Glória Oliveira (2023), Berber Bevernage (2018), Fernando Seffner (2018) e Nilton Mullet Pereira (2018), o presente trabalho é parte de um conjunto de reflexões e práticas que dizem respeito aos usos políticos do passado, buscando aproximar história, literatura e direitos humanos, com destaque para o estudo de temas sensíveis no ensino de história, além de analisar o movimento histórico de constituição de escritas literárias marcadas não só pela conformação de novas subjetividades, mas também pelas tensões temporais inscritas na perspectiva do passado que não passa (Seffner; Pereira, 2018). Como recorte da pesquisa, o objetivo é analisar historicamente A chave de casa (2009) de Tatiana Salem Levy e O corpo interminável (2019) de Claudia Lage, narrativas que têm se colocado a tarefa de testemunhar as feridas da sociedade brasileira, rememorando aspectos relacionados à violência da ditadura civil-militar de 1964, além de problematizar as múltiplas experiências do tempo, no reconhecimento das injustiças históricas e dívidas do passado. O que significa para a historiografia e o ensino de história debruçar-se sobre narrativas literárias que questionam a violação dos direitos humanos? A escrita literária pode colaborar para a inscrição de políticas de memória, para a reflexão e a ação sobre passados traumáticos e espectrais que deixaram tantas permanências sensíveis e que marcam, profundamente, as experiências do presente? Questões que sinalizam as intensas disputas de memória, e que trazem múltiplos desafios – epistemológicos, éticos, estéticos, históricos e políticos –, quando se analisa as dificuldades da sociedade brasileira em inscrever como memória pública, em diferentes espaços sociais, o seu passado violento. Processos que apontam para a necessidade de olhar criticamente para o passado, bem como a construção de uma política de memória histórica e literária, o que exige não apenas o esforço de compreensão do passado, mas também a ação e a intervenção no presente. Neste sentido, destaco o caráter político, sensível e estético do ensino de história e da literatura, múltiplos saberes e arranjos que podem contribuir para a responsabilidade social em tempos de incertezas e para a (re)construção de uma sociedade democrática.

EDUCAÇÃO HISTÓRICA E ENSINO DO TEMPO PRESENTE: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Denise Oliveira Gonçalves de Azevedo Cunha (Docente da Educação Básica)
denise.oliveira@ifto.edu.br

Este trabalho apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa de doutorado em andamento e teve o objetivo de analisar a relação entre a Educação Histórica e o ensino de História do tempo presente, tomando como objeto empírico as Jornadas de Junho de 2013, por meio de uma pesquisa bibliográfica numa abordagem de natureza qualitativa. O ensino de história fundamentado na perspectiva da Educação Histórica, tendo como pressuposto a epistemologia da própria ciência de referência, tem em seu horizonte a formação do pensamento histórico e o desenvolvimento da consciência histórica e, nesse sentido, exige acesso aos instrumentos do conhecimento disciplinar, articulado ao repertório de experiências socioculturais dos aprendizes. Ao assumir as Jornadas de Junho de 2013 como objeto empírico de pesquisa se reconhece que se trata de acontecimento recente, ainda em processo de disputa de memória e marcado por múltiplas interpretações. Essas manifestações, desencadeadas pelo aumento das tarifas de transporte, expandiram-se para pautas relacionadas a direitos sociais, críticas à corrupção e descrédito nas instituições, alcançando amplitude nacional e repercussão midiática e, posteriormente, favorecendo a reorganização do campo político da extrema-direita no Brasil. Como fenômeno histórico em processo de inscrição na memória social, esse evento revela disputas simbólicas, tensionamentos políticos e camadas iniciais de historicização que exigem do(a) docente o seu posicionamento como investigador(a) social. Os resultados parciais obtidos por este estudo evidenciam que, embora as Jornadas de Junho estejam pouco presentes no currículo escolar, devido à proximidade temporal e às controvérsias historiográficas que suscitam, o tema apresenta-se como uma possibilidade produtiva para investigar como os jovens podem mobilizar experiências do tempo presente na construção de sentidos históricos. Nesta medida, o trabalho busca contribuir para a compreensão dos modos pelos quais a escola pode atuar como espaço de produção

coletiva do conhecimento e de formação de sujeitos críticos, historicamente situados e capazes de interpretar as complexidades do presente.

MEMÓRIAS FAMILIARES EM SALA DE AULA: O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Priscilla Fagundes Brunelli (Universidade Federal de Uberlândia)

pfbrunelli@gamil.com

Gilberto César de Noronha (Universidade Federal de Uberlândia)

noronha.gilberto@ufu.br

Este trabalho apresenta uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Uberlândia que busca promover o diálogo entre os saberes escolares e as memórias familiares sobre o neoliberalismo no Brasil. O estudo tem como objetivo buscar nas lembranças dos familiares de estudantes do 9º ano de uma escola municipal de Uberlândia, reminiscências das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas entre 1985 e 2003, refletindo sobre a construção da memória e a escrita da História, enquanto representantes de um tempo, grupo, imaginários, e que não são isentas ou neutras. A metodologia adotada para a pesquisa é qualitativa, do tipo pesquisa-ação, que articula memórias familiares e narrativas historiográficas para a construção do saber histórico escolar. A abordagem inclui a história oral, por meio de entrevistas semiestruturadas com familiares, com a participação ativa dos estudantes na escuta e na reflexão crítica sobre as relações entre memória e história. As memórias coletadas são analisadas como fontes que tanto reforçam quanto tensionam as versões hegemônicas da história recente do Brasil, na expectativa de estimular uma postura crítica nos estudantes. Espera-se que esse diálogo entre narrativas familiares e conhecimento escolar contribua para ampliar a compreensão da produção histórica e fortalecer o ensino de História como prática dialógica e crítica.

AMIGOS/AS DA LIBERDADE: A CRIAÇÃO DE UM PODCAST E O ENSINO DE HISTÓRIA

Emerson Gama Furtunato Júnior (Universidade Federal de Uberlândia)

emerson.furtunato@ufu.br

Aléxia Pádua Franco (Universidade Federal de Uberlândia)

alexia@ufu.br

Esta proposta tem como objetivo discutir as possibilidades de uso e produção de podcasts como estratégia no processo de ensino-aprendizagem em História. Para isso, propomos uma discussão teórica acerca da origem dos podcasts e, em especial, dos podcasts de História, além de analisarmos reflexões acadêmicas sobre o uso pedagógico das TICs no ensino de História. Também apresentamos um relato de experiência sobre a construção do podcast "Amigos/as da Liberdade", desenvolvido com estudantes da educação básica no projeto de pesquisa "Bicentenário da Independência do Brasil: mudanças e permanências das narrativas e da cultura de História entre professores e estudantes da Educação Básica". Por fim, refletimos sobre como a produção desse tipo de material pode impactar positivamente a formação do conhecimento histórico dos estudantes e sobre o potencial dos podcasts como meio de divulgação científica e de produção de História Pública.

INDEPENDÊNCIA DAS AMÉRICAS: UMA PROPOSTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA POR MEIO DE JORNAIS

O presente trabalho, em desenvolvimento, tem como proposta a elaboração de uma sequência didática para o Ensino Médio que utiliza jornais e manchetes como fontes históricas para o estudo da Independência das Américas. O objetivo central é promover nos estudantes a compreensão crítica dos processos de independência a partir da análise da linguagem jornalística, identificando intenções políticas, sujeitos representados e silenciados, além de relacionar passado e presente no papel da mídia. A metodologia combina exposição dialogada, análise de fontes jornalísticas, comparação entre diferentes contextos nacionais, produção de novas manchetes sob perspectivas de grupos historicamente marginalizados e síntese coletiva em forma de jornal mural. A fundamentação teórica apoia-se em aportes da Didática da História, especialmente em Jörn Rüsen e Isabel Barca, que defendem a formação do pensamento histórico a partir da análise crítica de fontes, bem como em estudos de cultura histórica e letramento midiático que problematizam os discursos da imprensa. A discussão considera o papel da mídia na produção de narrativas históricas e políticas, ressaltando permanências e rupturas entre os séculos XIX e XXI. Como resultados parciais, observa-se que o uso de manchetes como recurso pedagógico desperta engajamento discente, favorece a compreensão das múltiplas dimensões da independência e estimula reflexões críticas sobre a construção da memória histórica e a função social da imprensa.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Materiais didáticos e uso de tecnologias digitais para a promoção da história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

84



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

PRINCÍPIOS NA CONSTITUIÇÃO DE JOGOS COM FINS DIDÁTICOS A PARTIR DO “ANGOLA JANGA”

Marcello Paniz Giacomoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

marcello.giacomoni@gmail.com

Larissa Ceroni de Moraes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

larissaceronimoraes@gmail.com

Antônio da Silva Kaercher (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

antoniokaercher@gmail.com

A presente comunicação explora um dos aspectos da construção do jogo com fins didáticos intitulado “Angola Janga”, que explora a existência do Quilombo dos Palmares ao longo dos séculos XVII e XVIII, desenvolvido desde outubro de 2024 por uma equipe interdisciplinar ligada ao Lhiste e ao Colégio de Aplicação da UFRGS. Em encontros semanais da equipe, a construção do jogo (em fase final de prototipagem) pautou-se em cinco princípios, cujo equilíbrio constante percorreu o desenvolvimento (desde a escolha das mecânicas, acontecimentos, personagens, imagens, cores, etc): 1) a compreensão do jogo como uma linguagem, que mobiliza simultaneamente representações (textos e imagens), um sistema de mecânicas que possibilita um conjunto de interações e a ativação das emoções nos indivíduos; 2) a dimensão lúdica do jogo, buscando ativamente um conjunto de mecânicas que produza interação emocional, sejam ligadas ao campo do prazer (quando a jogadora alcança um objetivo e fica feliz, por exemplo) ou da dor (na tensão criada pela expectativa de resolução de um conjunto de ações, por exemplo); 3) a adequação das mecânicas ao ambiente escolar, que devem equilibrar a faixa etária e o letramento lúdico presumido dos jogadores no processo; 4) o compromisso com as fontes e a historiografia sobre Palmares, associando ativamente cada escolha da linguagem do jogo com as informações e fontes. Levando em conta que as fontes são na sua quase totalidade da perspectiva do colonizador (holandês ou luso-brasileiro) os silenciamentos são a tônica, e a pesquisa buscou pequenos e breves detalhes, indícios, para imaginar historicamente possibilidades de existência; 5) e o compromisso com uma Educação das Relações Étnico-Raciais, na medida em que as narrativas projetadas para a interação no sistema do jogo privilegiam a visibilidade e a presença complexa e diversa da população quilombola em Palmares, com suas diversas especificidades, realçando a positividade e a agência dessas existências.

ENSINO DE HISTÓRIA E DECOLONIALIDADE A PARTIR DE UMA PROPOSTA DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE O QUILOMBO LAGOAS-PI

Cristiane Maria Marcelo (Universidade Estadual do Piauí)

cristiane.marcelo@srn.uespi.br

Objetiva-se com esta comunicação apresentar uma proposta de material didático sobre o histórico de lutas, saberes e fazeres do Quilombo Lagoas-PI. Entendemos que este é um caminho importante para visibilizar a trajetória de grupos sociais historicamente negligenciados e também contribuir para a promoção de uma educação antirracista nas unidades escolares da cidade de São Raimundo Nonato que, junto com outros cinco municípios, integram o terceiro maior quilombo do país, tanto em extensão, quanto em número de habitantes. A proposta é fruto de um projeto de pesquisa em andamento e está sendo elaborado em colaboração com uma aluna do curso de Licenciatura em História. Em termos metodológicos, o material didático está sendo elaborado a partir do estudo e da análise crítica de conteúdo de um conjunto diversificado de materiais bibliográficos, bem como de fontes jornalísticas e audiovisuais já produzidas sobre o quilombo de Lagoas. Outro cuidado importante na construção do material está sendo a proposição de atividades que levem os alunos a refletirem criticamente sobre a realidade em que vivem, sobre a necessidade de valorizarem a

diversidade étnica e cultural do país e sobre a importância de desconstruírem e combaterem comportamentos racistas no seu entorno. Entendemos que pensar um material didático sobre os saberes, fazeres e histórico de lutas dos homens e mulheres do quilombo Lagoas é também um caminho importante para combater as perspectivas de colonialidade (do poder, do saber e do ser) impostos pelos povos ocidentais que não mediram esforços para reprimir os conhecimentos dos povos não europeus, negam os atributos de humanidade do outro e ignorarem os costumes, hábitos e tradições, especialmente das populações negra e indígena (Oliveira; Candau, 2010; Quijano, 2005). É nosso intuito, portanto, contribuir para a visibilização histórica de um grupo de sujeitos que vem lutando de diferentes formas pela demarcação do seu território e combatendo as ameaças do colonialismo contemporâneo representado pelos interesses capitalistas das mineradoras na região.

MATERIAIS DIDÁTICOS E ENSINO DE HISTÓRIA: O JOGO PEDAGÓGICO “AMIGO(A)S DA LIBERDADE” E A PROMOÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Emilene Julia da Silva Freitas Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia)

emilenejsfreitas@ufu.br

Aléxia Pádua Franco (Universidade Federal de Uberlândia)

alexia@ufu.br

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de doutorado em Educação (PPGED/UFU), vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História e Geografia (GEPEGH), que investiga a criação do jogo pedagógico Amigo(a) Fda Liberdade. O jogo foi desenvolvido em parceria com bolsistas de Iniciação Científica Júnior (IC-Júnior) no contexto do Bicentenário da Independência do Brasil (1822–2022), como material didático e recurso pedagógico para o ensino de História e outros componentes curriculares da Educação Básica. A pesquisa ancora-se na Educação em Direitos Humanos (EDH) fundamentada em Freire (1980), Candau (2008, 2012), Munanga (1996) e Gomes (2009, 2012, 2017), problematizando silenciamentos históricos e valorizando memórias afro-brasileiras e indígenas. Metodologicamente, adota a Pesquisa Colaborativa (Ibiapina, 2008) e os Ateliês de Pesquisa (Silva; Costa; Pereira, 2020), integrando narrativas insurgentes e práticas de autoria estudantil. O jogo reúne mais de 200 cartas e outras peças que representam personagens, acontecimentos, leis, manifestações culturais e territórios vinculados às lutas por liberdade e dignidade ao longo dos 200 anos de Brasil independente. Aliado às mídias digitais (podcasts, vídeos, redes sociais e "Inteligência Artificial" - IA), constitui-se como dispositivo de resistência pedagógica, promovendo protagonismo juvenil, consciência histórica crítica e valorização da história e da cultura da África, dos afro brasileiros e dos povos indígenas. Os resultados parciais, analisados a partir dos diários de campo e peças do jogo produzidas pelos estudantes, apontam para o potencial do jogo em fomentar práticas pedagógicas antirracistas, decoloniais e contra hegemônicas, contribuindo para a construção de uma escola democrática e plural.

MISTURADOS: HISTÓRIA PÚBLICA E IDENTIDADE INDÍGENA EM UMA EXPERIÊNCIA AUDIOVISUAL DENTRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ

Bruno Ribeiro Marques (Docente da Educação Básica)

brunomarques8383@gmail.com

Este trabalho discute a abordagem da temática indígena na educação básica brasileira, destacando a necessidade de superar as visões colonialistas, folclóricas e estereotipadas que persistem no ensino, apesar dos esforços e da legislação existente, como a Lei 11.645/2008. O objetivo do estudo é propor o uso do audiovisual e da História Pública como ferramentas pedagógicas para o ensino de História, em alinhamento com a legislação que torna obrigatória a exibição de filmes de produção nacional. A

metodologia do projeto "Misturados" consistiu em produzir, captar e editar depoimentos de alunos indígenas de diferentes etnias (Anacé, Pitaguary e Tapeba) que estudam em escolas de tempo integral na modalidade profissional, localizadas na região metropolitana de Fortaleza, Ceará. A fundamentação teórica se baseia na importância de se reconhecer os povos indígenas como sujeitos contemporâneos, cujas identidades se rearticulam e constroem espaços políticos, indo além de uma visão estática do passado. Os resultados do projeto demonstram que a abordagem audiovisual permite dar voz aos alunos indígenas, tornando visíveis suas memórias, vivências e identidades, que frequentemente são silenciadas em ambientes escolares não indígenas.

VOZES NEGRAS NO SÉCULO XIX: UMA EXPERIÊNCIA AUDIOVISUAL SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS

Elisvânia Alves do Nascimento (Universidade Estadual do Piauí)

elisvanianascimento@aluno.uespi.br

Cristiane Maria Marcelo (Universidade Estadual do Piauí)

cristiane.marcelo@srn.uespi.br

O presente trabalho objetiva apresentar uma experiência didática audiovisual desenvolvida para a disciplina História do Brasil Monárquico do curso de Licenciatura em História da UESPI/São Raimundo Nonato. A experiência didática buscou explorar a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, considerada a primeira romancista brasileira, natural da cidade de São Luís no estado do Maranhão. Ela viveu em uma sociedade patriarcal no século XIX e, além de escritora, também foi professora. Através de seus escritos ela buscava denunciar os horrores da escravidão e dar voz aos negros que não eram vistos como seres humanos. Como resultado das pesquisas sobre a vida de Maria Firmina dos Reis, foi produzido um vídeo, que pode ser usado em sala de aula, traçando os principais acontecimentos que a levaram a ser uma pessoa que atualmente recebe inúmeras homenagens na cidade de São Luís e é referência na literatura brasileira. Para o desenvolvimento do vídeo foi utilizado três aplicativos, o canva para editar as imagens, o capcut para montar e o inshort para adicionar os áudios, como base para pesquisas utilizamos sites, como o Memorial Maria Firmina dos Reis, Bibliotecas do Maranhão, Templo Cultural Delfos e o livro Fragmentos de uma vida: Maria Firmina Firmina dos Reis (1975), sua primeira biografia produzida por José Nascimento Moraes Filho. Maria Firmina, deixou um legado incrível que já serviu de inspiração para outras escritoras e para estudantes que tenham interesse em conhecer e pesquisar a história de mulheres negras.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Avaliação no ensino de História: entre tradições e traduções docentes e discentes

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

88



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: A PRESENÇA DA HISTÓRIA E CULTURA DOS INDÍGENAS NOS ITENS DAS PROVAS DE SELEÇÃO

Carlos Willian Lara de Azevedo (Universidade Federal de Juiz de Fora)
cazuazevedo@gmail.com

A pesquisa tem como objetivo analisar a presença de conteúdos relacionados à história e cultura dos povos indígenas nas avaliações de acesso ao ensino superior no Brasil (ENEM) e no Chile (PSU/PAES), além de discutir a aplicação das legislações educacionais que promovem a valorização da cultura indígena nesses países. O estudo parte do contexto histórico de apagamento dos povos indígenas na América do Sul e da luta por reconhecimento e “reparação histórica”, destacando legislações como a Lei nº 11.645/2008 no Brasil e o Decreto nº 97/2020 no Chile, que dispõem sobre a inclusão da temática indígena nos currículos escolares. O estudo almeja comparar os sistemas educacionais e as avaliações dos dois países sul-americanos, analisando como as legislações influenciam os currículos, práticas escolares e as avaliações de acesso ao Ensino Superior. Na busca por uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e bibliográfica, a pesquisa abrangerá um recorte temporal de 13 anos (2003-2007 e 2020-2027), dividido em dois períodos: antes e depois da implementação das leis. Esse projeto busca investigar as práticas avaliativas atuais e sua relação com a efetivação da legislação que visa à inclusão da diversidade cultural que é contrária ao fascismo e à cultura hegemônica em uma conjuntura conservadora.

ARTICULAÇÕES ENTRE APRENDIZAGEM, AVALIAÇÃO E CURRÍCULO NO CAMPO DO ENSINO DE HISTÓRIA: RASTROS DE UM PERCURSO DE PESQUISA

Marcus Leonardo Bomfim Martins (Universidade Federal de Juiz de Fora)
marcus.bomfim@gmail.com

Desde 2020 o Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH/UFJF/CNPq) desenvolve pesquisas na interface entre os campos que nomeiam o grupo, contemplando esses termos também como objetos de pesquisa. Composto por discentes do ensino médio, da Licenciatura em História, da pós-graduação em Educação, em Ensino de História e em História, docentes da educação básica e do ensino superior, o GEPACEH, a partir de uma abordagem discursiva inscrita na postura epistêmica pós-fundacional - que rejeita os essencialismos transcendentais nas explicações das coisas do mundo - tem produzido pesquisas que interpelam o ensino, a aprendizagem, a avaliação e os currículos de História em diferentes contextos. O objetivo deste trabalho é apresentar os contornos das pesquisas realizadas no grupo no que diz respeito às formas de conceber e abordar cada um desses temas/objetos.

AVALIAÇÃO EM HISTÓRIA COMO POLÍTICA CURRICULAR: REFLEXÕES PRELIMINARES DE UMA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

Igor Martins Fernandes (Universidade Federal de Juiz de Fora)
igor.fernandes@estudante.ufjf.br
Ana Paula Candido (Universidade Federal de Juiz de Fora) anacandido.paula@estudante.ufjf.br

A presente proposta é decorrente de um projeto em andamento, ainda em fase inicial, intitulado Currículo de História e avaliação: a aprendizagem da História ensinada em questão, proposto e articulado pelo Prof. Dr. Marcus Bomfim na Universidade Federal de Juiz de Fora, e financiado pelo CNPq. O projeto possui caráter interinstitucional, contemplando pesquisadores de diferentes regiões do país. Assumindo a avaliação como tomada de decisão curricular que valida conhecimentos a serem ensinados, mas também formas de se relacionar com esses conhecimentos (MARTINS, 2020), pretende-se realizar a investigação a fim de compreender o que tem sido legitimado como aprendizagem da História. No âmbito escolar, especialmente nos anos iniciais da educação básica, a avaliação mantém centralidade como prática pedagógica. Docentes das mais diversas regiões do Brasil — e também em contextos internacionais — mobilizam distintos referenciais e estratégias avaliativas para acompanhar a trajetória formativa de seus discentes. O presente projeto busca entender justamente essa realidade, investigando de que maneira os professores concebem a avaliação e como a aplicam em seus contextos educativos, entendendo que assim, constroem-se sentidos de conhecimento histórico escolar, aprendizagem em História e currículo de História. Sendo assim, apresentam-se aqui resultados parciais que evidenciam os primeiros movimentos reflexivos acerca da temática, permitindo a construção de análises preliminares que orientarão as etapas subsequentes da investigação.

AValiação POR PARES MEDIADA POR RUBRICAS: RESULTADOS E PERCEPÇÕES ESTUDANTIS

Norton Frehse Nicolazzi Junior (Docente da Educação Básica)

nicolazzijr@gmail.com

Relato de experiência de atividade que se propôs a analisar as dinâmicas políticas, econômicas e culturais do mundo bizantino, muçulmano e das rotas comerciais medievais, integrando uma abordagem de avaliação por pares com rubricas estruturadas. A atividade foi organizada em três etapas interligadas: 1) produção colaborativa de infográficos, desenvolvendo a habilidade EM13CHS106 por meio da representação gráfica crítica de dados históricos; 2) elaboração individual de textos dissertativo-argumentativos, exercitando as habilidades EM13CHS101 e EM13CHS103 através da análise comparativa de fontes e construção de argumentos fundamentados; e 3) avaliação por pares anônima, utilizando uma rubrica detalhada com quatro critérios: tese e estrutura argumentativa (10 pontos), uso de evidências (8 pontos), coesão e correção gramatical (3 pontos), e formatação (4 pontos). A análise dos dados revelou alta convergência entre as avaliações dos estudantes e as do professor, com diferenças médias inferiores a 15% nos critérios principais, demonstrando apropriação efetiva dos parâmetros avaliativos. Os estudantes relataram, em questionários de percepção, que o processo de avaliação por pares ampliou sua capacidade de análise crítica, com 100% destacando melhoria na identificação de argumentos bem fundamentados e 100% reconhecendo avanço na aplicação objetiva de critérios. A rubrica mostrou-se particularmente eficaz na redução de subjetividades, com 90% dos avaliadores concordando que os critérios pré-definidos facilitam julgamentos mais justos. Concluiu-se que a combinação entre avaliação por pares e rubricas potencializou a objetividade do processo avaliativo e fomentou a reflexão metacognitiva sobre a própria aprendizagem. Os resultados confirmaram o alcance dos objetivos formativos, evidenciando desenvolvimento significativo nas competências de análise histórica, argumentação fundamentada e avaliação crítica, com impacto positivo na autonomia discente.

IMPACTOS DO VESTIBULAR NO ENSINO DE HISTÓRIA: O CASO DOS EXAMES DA UERJ

Luiz Antonio Nunes Cavalcanti (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
luizhistori@gmail.com

Este trabalho debate os impactos que as questões de vestibulares exercem nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação em história no ensino médio. Analisando a bibliografia das áreas pertinentes, são descortinadas perspectivas majoritariamente negativas sobre tais impactos. Por outro lado, novas propostas avaliativas externas vêm sendo interpretadas para além do viés da classificação e da seletividade. A partir de abordagens interdisciplinares, calcadas em habilidades como a investigação de fontes que conectam diversos passados a situações problema atual, demonstra-se que os conteúdos da disciplina história podem ser dimensionados para além da tradicional “decoreba” factual a que muitos fomos condicionados em cursinhos preparatórios. Através da análise de editais, exames e feedbacks promovidos pelo Departamento de Seleção Acadêmica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, verificam-se reflexos de propostas curriculares referendadas por teóricos dos campos de avaliação e ensino de história. Por meio de entrevistas com professores da banca ou de seus pares atuantes no ensino médio, desvendam-se potenciais intenções e consequências de tais provas. Dialogando com a abordagem do ciclo de políticas de Stephen J. Ball com o foco no ciclo da prática, considera-se que a aplicação de orientações curriculares, muitas vezes induzidas por avaliações externas à escola, depende da agência de diferentes sujeitos de uma comunidade disciplinar que as ressignificam para a orientação do trabalho pedagógico. Considerando que os principais sujeitos de uma comunidade disciplinar são os docentes, percebe-se que eles continuam buscando novos meios para ensinar melhor e promover uma aprendizagem significativa. Seja construindo questões diagnósticas para candidatos a uma vaga no ensino superior, ou junto aos discentes nas diferentes salas de aula de ensino médio, com intuito formativo, o mais importante para os professores continua sendo sempre: para quê e como estamos ensinando e avaliando e o que os estudantes estão aprendendo com isso? Articulando teoria e prática, currículo prescrito e em ação, avaliações externas e internas, esta reflexão docente constata que qualquer avaliação educacional, nunca pode ser um fim em si, mas sempre um meio para atingir fins pedagógicos mais potentes.

O ENEM (2019-2024) E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA: ENTRECRUZANDO HABILIDADES E CONHECIMENTOS ESCOLARES

Diego Bruno Velasco (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
profdivelasco97@gmail.com

O presente trabalho propõe desenvolver uma análise dos itens do caderno de Ciências Humanas do ENEM ao longo das edições de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Em linhas gerais, a proposta é inicialmente quantificar as habilidades que foram mais e menos mobilizadas ao longo do período que a extrema-direita governou o país (2019-2022) e durante os primeiros anos de retorno do governo do Partido dos Trabalhadores ao Poder Executivo Federal (2023-2024). Neste sentido, a ideia é apresentar um comparativo das habilidades que apareceram neste exame. Posteriormente, realizar-se-á uma análise discursiva dos itens associados a estas habilidades com o intuito de identificar quais são os conhecimentos históricos escolares abordados e com quais regimes de verdade eles se encontram vinculados. Portanto, a proposta é desenvolver uma análise quantitativa inicial e, posteriormente, elaborar uma reflexão em torno dos diálogos entre as habilidades e os conteúdos escolares com o objetivo de mapear algumas diferenças nas seleções curriculares operacionalizadas dentro do Exame Nacional do Ensino Médio.

O QUE SABE QUEM SABE HISTÓRIA? UMA ANÁLISE A PARTIR DE QUESTÕES DO PISM/UFJF

Lavínia Renata de Oliveira Turqueti (Universidade Federal de Juiz de Fora)

laviniaarenata10@gmail.com

Igor Fernandes de Faria (Universidade Federal de Juiz de Fora)

igorfaria2310@gmail.com

Marcus Leonardo Bomfim Martins (Universidade Federal de Juiz de Fora)

marcus.bomfim@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo explorar as categorias analíticas “Tipos de Questões” e “Exigências Cognitivas”, dispostas no eixo de Cultura Escolar, construído para analisar a empiria produzida no contexto do projeto de pesquisa “Avaliação e Ensino de História: articulações entre cultura histórica e cultura escolar em processos de objetivação do conhecimento histórico escolar em instrumentos avaliativos” (UFJF/CNPq), coordenado pelo prof. Dr. Marcus Bomfim. O acervo empírico desse projeto é constituído por provas de História, objetivas e discursivas, que compuseram o Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism) da Universidade Federal de Juiz de Fora - vestibular seriado da UFJF - entre os anos de 2004 e 2023. Teoricamente, esse projeto parte da compreensão de que a avaliação é um locus privilegiado para compreensão dos conhecimentos e das formas de se relacionar com eles que são legitimadas (Martins, 2019), e que o conhecimento histórico escolar situa-se na fronteira entre a cultura histórica e a cultura escolar (Monteiro, 2003; Gabriel, 2017; Martins, 2019). A partir da análise constatou-se que as questões “conteudistas” (57,3%) e a exigência cognitiva “conhecer” (62,3%) - que se referem à mobilização de conhecimentos prévios e desarticulados, predominam no Pism de História. Não obstante, a presença majoritária desses definidores no panorama geral não infere em linearidade ou estagnação da construção do processo avaliativo, dado que nos gráficos quinquenais nota-se o aumento progressivo de questões “problematizadoras”. Sendo assim, ainda que exista o predomínio do sentido da disciplina História atribuída à memorização de acontecimentos, existe um movimento gradual de subversão com o decorrer dos anos. Portanto, temos como objetivo apresentar os resultados confeccionados coletivamente e discutir sobre os sentidos de ensino de História que são mantidos ou subvertidos no Pism.

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO: FORMAÇÃO DOCENTE E VIVÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Paula Fontana (Universidade Federal de Santa Maria)

paula.fontana@acad.ufsm.br

Durante minha participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) à partir de novembro de 2024 até os dias atuais, obtive a possibilidade de presenciar duas realidades distintas de ensino. Essas experiências ocorreram em duas escolas diferentes, cuja primeira se trata de Educação de Jovens e Adultos (EJA), equivalente ao Ensino Médio, na modalidade noturno e a segunda sendo Anos Finais do Ensino Fundamental no período diurno. Neste Trabalho me proponho a destacar as diferenças mais significativas dos métodos de ensino empregados em cada escola pelos professores de História e analisar o perfil geral das turmas e os objetivos de cada professor de acordo com suas metodologias de ensino. Ao utilizar o método comparativo e pesquisa documental, entre as duas vivências distintas, as principais conclusões encontradas foram que os perfis dos alunos(as) e o que eles buscam nas escolas são guiados pelas condições sócio-econômicas, idade e trajetória familiar de cada aluno(a), deixando em evidência os alunos(as) do EJA como mais prejudicados pelo ambiente onde se localizam. Em conclusão, nota-se que as formas de ensino variam entre tradicional e autônoma, com recortes historiográficos diferentes que priorizam as necessidades de cada realidade de ensino. Tais diferenças impactam significativamente a comunidade onde vivem e se relacionam, pois os alunos do EJA têm menos perspectivas de continuar sua formação acadêmica e se inserem (ou já estão) diretamente no mercado de trabalho, exercendo cargos de serviços sem necessidade de especialização e consequentemente com valores mais baixos de salário, diferentemente dos alunos do

Ensino Fundamental que apresentam mais variáveis de melhores condições com relação aos seus futuros e formam uma população com bagagem de informação maior.

OS TRABALHADORES E O ENEM: OS MUNDOS DO TRABALHO NOS ITENS DO MAIOR VESTIBULAR DO PAÍS

Matheus Tavares Viug (Docente da Educação Básica)

viug.mat@gmail.com

A apresentação neste GRD busca divulgar e continuar o processo de reflexão iniciado na minha prática docente em sala de aula e no mestrado profissional em ensino de história na UERJ que resultou na minha dissertação: \"Ensino de História e os mundos do trabalho: como o ENEM aborda os trabalhadores e o trabalho nos itens de prova\". A dissertação tem por objetivo analisar os itens de prova do ENEM, popularmente conhecidos como questões, que abordam temas históricos vinculados aos mundos do trabalho. A análise dos itens busca compreender quais conteúdos históricos são trabalhados pelo ENEM e como eles são cobrados no principal vestibular do país, na medida em que o exame se apresenta como uma avaliação interdisciplinar. A investigação visa propor uma reflexão sobre como professores e estudantes podem se preparar para o ENEM utilizando os conhecimentos de história. O intuito é auxiliar professores, gestores e estudantes na compreensão do modelo de prova norteado por uma Matriz de Referência que utiliza competências e habilidades para mobilizar os conteúdos. A pesquisa realizada na dissertação defendida no Prof História se confunde com a minha trajetória como professor de história e o ato de resolver questões. Ao ingressar no mercado de trabalho no ano de 2019, em instituições privadas de ensino, fui designado para trabalhar com turmas de concurso voltadas para o ENEM. Essa relação cotidiana da minha prática fez com que eu buscasse refletir e sistematizar o que eu realizava em sala de aula sobre o ENEM no programa de mestrado profissional. O ENEM, a partir de 2009, propôs mudanças pedagógicas a serem cobradas para o ingresso nas universidades. O Novo ENEM propôs que no lugar dos conteúdos abordados nos tradicionais editais das provas de vestibulares das faculdades, fosse implementado uma matriz de referência de competências e habilidades, divididas em quatro áreas de conhecimento. Quais seriam os impactos dessa mudança para o ensino de história? Como isso impactaria a preparação das aulas dos professores? Como história e historiografia seriam mobilizados nos itens? Estas e outras reflexões serão apresentadas neste GRD a fim de poder compartilhar com a comunidade acadêmica os resultados da minha pesquisa e receber a contribuição dos pares.

“FRUTAS GOGÓIAS E CALUNGAS DE LOUÇA”: TECENDO OS SABERES ESTUDANTIS A PARTIR DOS ERROS AVALIATIVOS NAS ESCOLAS DO RECIFE-PE.

Neff Borba Araquan Vieira (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Neffborba@gmail.com

Este artigo tem como foco os erros nas avaliações e o processo de aprendizagem, esmiuçando os mecanismos de poder através das práticas avaliativas e como se consolidam diversas questões sociais, econômicas e políticas através dessa relação, é possível evidenciar as subjetividades dos estudantes no espaço escolar em disputa. Para isso, esse trabalho de investigação ampara-se nas discussões sobre regimes de verdade (Foucault), estudos sobre erro: Correia (2010), Pinto (2000), Cury (2007); Barichello (2008); Rico (1995); De La Torre (1994); Macedo (1994), entre outros, bem como, o conceito de aprendizagem histórica e avaliação da aprendizagem. Com isso, cabe ressaltar que nosso intuito primordial é investigar como o erro constitui-se enquanto um fato político em sala de aula, por isso, queremos mostrar que esse debate discute questões relacionadas ao poder-saber, fundamentos

que direcionam o processo de avaliação da aprendizagem em história e as diversas práticas avaliativas em seus locais de fronteira.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Ensino de História e afeto: invenção, saber e imaginação

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

95



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

SONHOS EM SALA DE AULA: REVER O TEMPO, ENXERGAR O OUTRO E INVENTAR O AMANHÃ

Maria Beatriz Ragon (Universidade Federal de Juiz de Fora)
profmaria.ragon@gmail.com

Este trabalho relata uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de Minas Gerais. A atividade, inspirada nas proposições de Pereira et al. (2025) em "Ensinar História: a arte de criar encontros alegres", buscou articular as categorias de temporalidade e alteridade junto com os estudantes a partir da chave dos sonhos, que cumprem o papel de nos mobilizar e transformar "uma realidade que de outra forma permaneceria imutável" (Limulja, 2022. p. 92). A partir da criação dessa experiência, pretendo (re)pensar o ensino de História como prática utópica político-educacional (Pacievitch, 2021) de forma que seja enxergado a partir de uma "linguagem de possibilidade" que comporte "a utopia como sonho possível" (Freire, 2020. p. 90). Por meio de dinâmicas narrativas e exercícios de imaginação utópica, os estudantes foram convidados a explorar sonhos, individuais e coletivos, como ferramentas para desconstruir narrativas históricas hegemônicas e vislumbrar futuros alternativos. Os resultados indicam que a incorporação intencional de dimensões oníricas e utópicas no ensino de História potencializa a construção de tempos plurais e o encontro ético com a alteridade, reforçando o papel da escola como espaço de resistência e invenção de futuros coletivos.

A APRENDIZAGEM HISTÓRICA NO ENTRE-LUGAR ENTRE O PIBID E O PROFHISTÓRIA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.

Mariana Silva Barbosa (Universidade Federal de Juiz de Fora)
barbosa.mariana@estudante.ufjf.br
Marcus Leonardo Bomfim Martins (Universidade Federal de Juiz de Fora)
marcus.bomfim@ufjf.br

A presente proposta é fruto de uma pesquisa ainda em andamento e em fase inicial, que se refere à um Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. É resultado de uma reflexão que tem como objetivo compreender quais os sentidos de "aprendizagem" estão circulando e sendo legitimados em trabalhos acadêmicos e dentro de salas de aula por professores do Ensino Básico. Para isso, os recortes escolhidos foram o Repositório de teses e dissertações do ProfHistória - programa de pós-graduação stricto sensu em Ensino de História que busca proporcionar formação continuada a professores e professoras de História que atuam na Educação Básica e a experiência com o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), em um projeto Interdisciplinar entre História e Pedagogia que possibilita o contato de licenciandos com a escola, de modo a valorizar o magistério e a melhorar a qualidade da educação. Nesse sentido, a partir da prática do PIBID na Escola Municipal José Calil Ahouagi atravessaram de forma profunda as questões étnico-raciais, visto que é uma instituição que sofreu mudanças na política curricular ao longo do tempo, buscando a valorização da cultura afro-brasileira. Essa escola é formada por alunos majoritariamente pardos e negros que não se identificavam dessa maneira, de forma que essa cultura foi e é colocada como centro das atividades de uma maneira lúdica, interdisciplinar e em parceria com a comunidade escolar e não-escolar tanto no cotidiano, quanto nos momentos de festejos. Um evento tradicional é o "Cortejo dos Rei e da Rainha", realizado ao final do ano, com participação ativa de alunos e de responsáveis, em uma comemoração das raízes africanas. Por esse motivo, é essencial pensar os impactos da Lei 10.639/03 e os desafios para um Currículo de História antirracista, de modo a questionar e a subverter uma história fria, eurocêntrica e factual. Além disso, refletir quais as dimensões axiológicas e quais pontos de partida foram utilizados por professores ao redor do país com o auxílio do ProfHistória, que conta com cerca de 30 trabalhos que

dialogam questões de aprendizagem e relações étnico-raciais. Logo, os próximos passos serão avaliar e entender quais são as propostas de intervenção, suas disputas de sentido e se há relação com a comunidade escolar e não-escolar.

BAÚ DA MARIA CORREA: TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Isis Pimentel de Castro (Docente da Educação Básica)

isiscastro@gmail.com

Gabrielle Soares de Freitas (Universidade Federal de Minas Gerais)

gabriellesoaresdefreitas64@gmail.com

Júlia Benício Vieira (Universidade Federal Minas Gerais)

jbenicio.ufmg@gmail.com

Fernanda Cristiane Monteiro (Docente da Educação Básica)

fernandacrisfml@gmail.com

A atividade “Baú da Maria Correa” integra o projeto de pesquisa “Heranças Insurgentes”, coordenado pela Prof.^a Isis Pimentel de Castro, com coordenação adjunta da Prof.^a Maria Eliza de Campos Souza com participação dos bolsistas da FAPEMIG e do PIBID/UFMG. O projeto busca promover letramento histórico e uma abordagem crítica sobre a escravidão no Brasil com os estudantes da EPTNM do CEFET-MG. Apesar dos avanços trazidos pela Lei 10.639/03, a integração da perspectiva de gênero no ensino de História afro-brasileira carece de materiais didáticos com fontes diversificadas. Nesse sentido, o projeto transforma testamentos de mulheres negras libertas na comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais, no final do século XVIII, em recursos pedagógicos. Sua metodologia organiza-se em três etapas: capacitação em paleografia, transcrição e análise de fontes históricas, adaptação pedagógica e produção de sequências didáticas, com reuniões quinzenais de acompanhamento. O caso de Maria Correa, preta forra da Costa da Mina residente em Sabará, ilustra a proposta: sua trajetória marcada por disputas jurídicas — denúncia de incapacidade, curatela forçada, anulação de inventário e redação de testamento — revela estratégias de resistência e afirmação de autonomia em um contexto escravista. O Baú de Maria Correa é uma sequência didática feita a partir dos bens descritos em seu inventário, convidando estudantes a investigarem indícios de sua vivência e a refletirem sobre liberdade, gênero, religiosidade e redes DE sociabilidade, contribuindo para uma História plural e antirracista.

CURRÍCULO E SABERES: O ENCONTRO DE VIVÊNCIAS E EPISTEMOLOGIAS

Julio Antonio Gomes da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

julio.asilva@rioeduca.net

O presente trabalho se faz representante de uma pesquisa em andamento que busca analisar a aplicabilidade das Leis 10.639/03 e 11.645/08 junto às orientações curriculares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. O título original de minha pesquisa é: “Abrindo aspas: vivências, saberes e representatividade nas aulas de história da EJA Rio”. De forma mais específica, trata da possibilidade de se utilizar narrativas de alunas e alunos das turmas noturnas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola situada na zona oeste da capital fluminense (a Escola Municipal Professor Gilberto Bento da Silva, localizada no bairro de Campo Grande) como estratégia de aplicação didática de saberes e vivências na construção de um currículo mais abrangente no que diz respeito às contemplações de cada experiência como epistemologia passível de ser utilizada nos processos educativos e formadores do ser. Através de uma atividade batizada de Oficina de Narrativas, pretendo produzir verbetes que darão significados específicos a determinadas palavras ou expressões, mas com as versões relatadas e produzidas pelas turmas. Não se trata de uma construção aleatória, mas de

uma produção que vai além de uma proposição didática. Busco ampliar a concepção de currículo para algo participativo e subjetivo, dando ouvidos ao público do interior da escola. Os conceitos de subjetividade e de representatividade são determinantes para o desenvolvimento de um currículo que contemple além das epistemologias e das falas acadêmicas, que acaba impondo o discurso institucional sobre individualidades e coletivos, simplesmente apagando ou ignorando suas vivências e os respectivos saberes construídos e propagados. Ancestralizar o currículo se faz necessário, dando notoriedade aos saberes de outrora, registrados nos cotidianos de alunas e alunos, nos seus fazeres e nas suas crenças, dando espaço aos saberes que o cruzo das falas e das letras mortas de livros e apostilas com a vida que pulsa no educar e no viver de cada um dos indivíduos e de cada coletividade que vêm a formar a Educação de Jovens e Adultos. É trazer para a sala o que a sala já traz, como bagagens pessoais e de grupos, representados por necessidades e potencialidades negligenciadas ou atendidas de forma incompleta ou condicionada por moldes estabelecidos por uma forma de conhecimento trazida dentro de um eurocentrismo castrador, limitando a capacidade de produção a homens brancos cristãos.

ENSAIO SOBRE AFETOS NARRADOS EM EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Mariana Amorim (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
molamorim@gmail.com

O presente ensaio busca comunicar narrativas sobre os afetos presentes em experiências de estágio curricular obrigatório em História. Este trabalho é fruto de experiência docente em disciplinas de estágio curricular, em um curso de licenciatura em História, e está em andamento. A partir de relatos de experiência organizados em relatórios de estágio, podemos analisar como licenciandas/os têm experimentado – conscientemente – os afetos em situações de estágio obrigatório, no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio. Qual é o lugar dos afetos em aulas de História? Qual é o lugar dos afetos na formação de professores em História? Afinal, como os afetos implicam no ensino e na aprendizagem de História? Essas são algumas das questões que permeiam este ensaio. A fundamentação teórica do trabalho é expressa pelas seguintes pesquisas: Monteiro e Penna, 2011; Caimi, 2016; Amorim e Monteiro, 2019; e Amorim, 2024.

ENSAIO SOBRE AFETOS NARRADOS EM EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Mariana Amorim (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
molamorim@gmail.com

O presente ensaio busca comunicar narrativas sobre os afetos presentes em experiências de estágio curricular obrigatório em História. Este trabalho é fruto de experiência docente em disciplinas de estágio curricular, em um curso de licenciatura em História, e está em andamento. A partir de relatos de experiência organizados em relatórios de estágio, podemos analisar como licenciandas/os têm experimentado – conscientemente – os afetos em situações de estágio obrigatório, no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio. Qual é o lugar dos afetos em aulas de História? Qual é o lugar dos afetos na formação de professores em História? Afinal, como os afetos implicam no ensino e na aprendizagem de História? Essas são algumas das questões que permeiam este ensaio. A fundamentação teórica do trabalho é expressa pelas seguintes pesquisas: Monteiro e Penna, 2011; Caimi, 2016; Amorim e Monteiro, 2019; e Amorim, 2024.

ENSINO POR ERRÂNCIAS: UMA PROPOSTA SPINOZANA PARA O NEGACIONISMO DA DITADURA

André Fialho de Oliveira (Universidade Regional do Cariri)
andrefialhoce@hotmail.com

O presente trabalho busca apresentar as discussões teórico-metodológicas desenvolvidas na dimensão propositiva da dissertação "Pequeno Mapa do Tempo de Crise: ensino de história, afetos e negacionismos na era digital". A partir do exemplo do negacionismo histórico da ditadura de 1964 e sua dinâmica nas redes sociais, o objetivo é a elaboração de marcos ancorados em uma interpretação deleuzeana dos afetos em Spinoza, para lidar com o fenômeno em sala de aula.

HISTÓRIA EM CENA: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS COM TEATRO NO ENSINO FUNDAMENTAL 2

Mirna Aragão de Medeiros (Docente da Educação Básica)
mirna.arag@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar as potencialidades pedagógicas das apresentações teatrais e do uso de objetos cênicos no ensino de História, com ênfase nos conteúdos relacionados ao Egito Antigo, Roma e Idade Média, buscando favorecer a aprendizagem significativa e crítica dos estudantes do Ensino Fundamental. A metodologia adotada fundamentou-se em práticas de intervenção em sala de aula, nas quais a encenação e a manipulação de recursos materiais foram empregados como instrumentos didáticos, acompanhadas de registros reflexivos e observações participativas. A base teórica ancora-se nas contribuições de Paulo Freire, que defende a dialogicidade e a prática como elementos centrais do processo educativo; de bell hooks, cuja obra Ensinando a transgredir reforça a importância de uma pedagogia engajada e emancipatória, enquanto Tudo sobre o amor amplia a reflexão sobre a educação como ato de cuidado e compromisso ético; e de Raymond Williams, ao compreender a cultura como um campo de disputa e produção de significados. A análise aponta que a prática teatral, ao aproximar os estudantes dos contextos históricos por meio da corporalidade e da materialidade dos objetos, amplia a compreensão crítica dos conteúdos e estimula a participação ativa, favorecendo tanto o desenvolvimento do pensamento histórico quanto a construção de vínculos coletivos em sala de aula. Os resultados revelam que a inserção dessas práticas contribui para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais inclusivo, sensível e conectado às experiências dos alunos, reforçando, assim, a relevância da arte, da criticidade e da dimensão do cuidado como mediações pedagógicas no ensino de História.

HISTÓRIA EM CENA: O TEATRO COMO FERRAMENTA COOPERATIVA NO ENSINO DA GUERRA DO CONTESTADO

Geruza Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)
geh_ruza@hotmail.com

Minha pesquisa de mestrado no ProfHistória, em andamento, carrega inquietações e singularidades de pesquisadora artista. Reflete as potencialidades do teatro como ferramenta cooperativa no ensino de História a partir de uma perspectiva transdisciplinar (MORIN, 2000; NICOLESCU, 1999). Enquanto esforço de superar a fragmentação do conhecimento e integrar arte, ciência e cultura em um processo de aprendizagem vivo e transformador. Com uma perspectiva de teatro-educação, teatro enquanto ato

político e pedagógico (BOAL, 1974), que contribui para o processo libertador que transforma os participantes e espectadores em sujeitos críticos. A escolha da Guerra do Contestado (1912-1916), conflito social ocorrido no sul do Brasil que articulou camponeses, crenças messiânicas e disputas políticas em torno da posse da terra (MACHADO, 2004), tem como enfoque os conflitos no passado e no presente pela posse da terra. A proposta ancora-se nas contribuições da pedagogia cooperativa complexa, inspirada em Celestin Freinet e nas experiências de teatro-educação que valorizam a coletividade e o trabalho criativo compartilhado. A pedagogia cooperativa compreende a aprendizagem como construção coletiva em que os alunos assumem papéis ativos e partilham responsabilidades. Essa abordagem rompe com a lógica transmissiva e valoriza a produção de conhecimento de forma dialógica, estimulando a autonomia, a solidariedade e a corresponsabilidade (FREINET, 1998). Nesse processo, a aprendizagem torna-se significativa, pois envolve emoções, linguagem corporal e elaboração crítica. Tem como objetivos analisar fontes sobre a Guerra do Contestado e a luta pela terra. Promover a criação dramática cooperativa com estudantes. Estimular práticas de aprendizagem que integrem corpo, emoção, linguagem e crítica social, superando a fragmentação disciplinar por meio da transdisciplinaridade. A proposta metodológica consiste na pesquisa e análise de fontes históricas relativas à Guerra do Contestado; criação dramática cooperativa da narrativa e dos personagens; jogos teatrais e encenação da peça; além da reflexão crítica transdisciplinar relacionando o Contestado com questões sociais, culturais e ambientais contemporâneas, favorecendo a construção de pontes entre passado, presente e futuro.

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM CENÁRIOS DE CONFLITO: NEUROCIÊNCIA E PSICOLOGIA A SERVIÇO DA LEGITIMIDADE DOCENTE NO ENSINO DE HISTÓRIA

Fabio Dias (Docente da Educação Básica)
fabiodiashistoria@gmail.com

Professores de História se deparam, com frequência, com manifestações de alunos que defendem abertamente posições que desafiam os fundamentos éticos do currículo. Focando nessas situações, este artigo explora saídas que não utilizem argumentos de autoridade, mas uma mediação pedagógica que busque preservar a legitimidade docente aos olhos dos alunos. Para entender os processos cerebrais desencadeados nessas situações, recorre-se às contribuições de Antônio Damásio, que demonstra como racionalidade e emoção estão intrinsecamente ligadas, e à neurociência afetiva de Immordino-Yang, que evidencia como o antagonismo ativa sistemas cerebrais de ameaça, inibindo a Rede de Modo Padrão e paralisando a reflexão histórica complexa. Neste contexto, e buscando uma perspectiva para docentes lidarem com esses cenários, a psicologia humanista (Rogers) oferece a consideração positiva incondicional como uma postura estratégica para desescalar o conflito, focando no acolhimento do aluno para, então, problematizar suas ideias. Por fim, os estudos sobre temas controversos, de Hess & McAvoy, fornecem um método específico para sala de aula: a distinção entre questões abertas (passíveis de debate) e fechadas (baseadas em evidência e consenso ético), permitindo ao professor transformar a transgressão em objeto de investigação histórica, e não de briga ideológica. O objetivo final é justamente oferecer aos professores de História ferramentas para converter choques de valor em oportunidades de aprendizagem, ressignificando sua autoridade à luz do papel de mediadores do conhecimento.

O ENSINO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA POR MEIO DE FOTOGRAFIAS: SENSIBILIDADE HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

João Victor da Fonseca Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais)
joaovfonsecaoliveira@gmail.com

Por meio deste trabalho, buscamos alcançar uma compreensão mais ampla em torno do ensino de temas sensíveis, no tempo presente, como o da ditadura civil-militar brasileira e das práticas de violação dos direitos humanos, por meio de fotografias. Partindo do contexto da prática da história escolar, através da implementação de uma sequência didática, procuramos discutir de que modo os(as) estudantes, afetados pela pandemia da COVID-19, desenvolvem um sistema de noções, métodos e sensibilidades nas aulas de história diante das fotografias da ditadura e do estudo de passados traumáticos. Partimos de uma aprendizagem histórica que possa tensionar as narrativas, representações e as disputas pela memória. Diante dessas fontes históricas disponíveis, podemos compreender melhor como, no interior das dinâmicas sociais, se configuram enquadramentos, estigmatizações, marginalização de grupos sociais, e como se estruturam as políticas de repressão, censura moral e tortura dentro de um regime autoritário de governo.

POR UMA PEDAGOGIA DO DESAMPARO: A SALA DE AULA COMO ESPAÇO DE COLAPSOS CONTROLADOS.

Lucas Fermio Rosin da Silva (Universidade Estadual de Maringá)

pg405755@uem.br

Jean Carlos Moreno (Universidade Estadual de Maringá)

jcmoreno@uem.br

Esta reflexão apresenta o estágio intermediário de investigação desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá. O estudo propõe o desamparo como um afeto político fundamental que potencializa a abertura para a mudança e a aprendizagem coletiva. Partimos da hipótese de que a compreensão da vulnerabilidade e da irredutibilidade do sujeito — bem como dos conceitos de encontro e interrupção — são condições que nos tornariam mais receptivos ao processo educativo em História. No ensino de História, documentos, vestígios, que sangram, que incomodam e que perturbam provocam em nós encontros ou colapsos controlados, capazes de abrir espaços para a ação política e aprofundar a compreensão histórica. Sob essa perspectiva, uma pedagogia do desamparo inaugura a busca pelo apoio do outro e da coletividade, reforçando a indeterminação e a contingência como motores de invenção de novos métodos pedagógicos. A educação histórica significativa, não se mede pelo que se “aprende” sobre o passado, mas pelo modo como o desamparo diante das fissuras da história nos convoca a um reposicionamento ético. É essa educação humana — centrada na subjetivação, não na domesticação — que confrontamos nessa reflexão.

REFLEXÕES ACERCA DAS METODOLOGIAS ATIVAS E SUA DIVERSIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA

Isabela Cavalcanti Ferreira Franco (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

isabelacavalcantix@gmail.com

Mariana de Oliveira Amorim (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

molamorim@gmail.com

A partir das relações estabelecidas com os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, este trabalho dedica-se a trazer reflexões acerca dos impactos das metodologias ativas no ensino de história, mapeando a construção do conhecimento histórico escolar a partir dos jogos, saberes e afeto. Logo, é possível pensar a sala de aula como um lugar de trocas de saberes, descobertas e pertencimento. Ao pensar na escola ou em qualquer outro ambiente de aprendizagem como lugar de fronteira (MONTEIRO E PENNA, 2011), deve-se esperar que seja um lugar com diferenças, com

sujeitos que possuem bagagens e que isso influencia muito a forma como os saberes serão construídos naquele local, pois a forma de afetar-se e afetar o outro está diretamente ligada às experiências vividas naquele espaço e, principalmente, durante sua trajetória. Este presente trabalho também visa analisar e fomentar críticas construtivas sobre o ensino de história a partir de duas perspectivas: a partir da reflexão referente à prática de professores iniciantes e experientes que utilizam as metodologias ativas na sala de aula da educação básica, com alunos do ensino fundamental II e ensino médio e discutir os problemas atuais da educação em alguns lugares do território brasileiro, assim como as relações sócio-históricas dentro do ambiente escolar. Com isso, tem-se o intuito de analisar de que forma os alunos podem atuar de forma mais ativa dentro do processo de ensino-aprendizagem, através do viés do afeto, de uma sala de aula desemparedada, e que dialoga os saberes históricos com a ludicidade. Desta forma, é possível pensar quais os impactos das metodologias ativas nesse momento de concepção de conteúdos e construção histórica. É preciso, no entanto, pensar que a partir de um ambiente acolhedor, os afetos positivos podem se fazer cada vez mais presentes e de diversas formas, dentro da relação professor-aluno e aluno-aluno, sendo necessário considerar o contexto histórico dos estudantes.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Ensino de História, História Pública e o Mundo Digital

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

103



A FORMAÇÃO DOCENTE E O MUNDO MEDIEVAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A HISTÓRIA PÚBLICA E A CULTURA HISTÓRICA EM PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (UFRN, NATAL, 2024)

Manuela Aguiar Damião de Araújo (Universidade Federal da Paraíba)
aguiarmanuela4@gmail.com

Este artigo apresenta um relato de experiência em sala de aula como docente no curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Campus Natal), no primeiro semestre de 2024, por meio do componente Prática como Componente Curricular III. O principal objetivo é expor de que forma o protagonismo discente, a história pública e o ensino de história medieval foram articulados para a problematização da cultura histórica, medievalidade e as reminiscências medievais entre o ambiente universitário e o ensino básico. Autores como Rüsen (2001;2009), Lévy (2010), Vianna e Santos (2023) Macedo (2009), Martins (2012), Flores (2007), Correia (2024), Lautier (2011) entre outros, contribuem para esse relato para analisarmos os resultados produzidos pelos discentes diante das tecnologias digitais, suas técnicas e práticas interativas no contexto virtual, voltadas à publicização da informação no século XXI.

ABOLIÇÃO COMO CONQUISTA COLETIVA: O ENSINO DE HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM UM CONTEXTO ESCOLAR DE PESQUISA-APLICAÇÃO

Ângela Maria Santos Moura (Universidade do Estado da Bahia)
angellamoura111@gmail.com

Este artigo apresenta uma análise do processo de abolição da escravidão no Brasil, com ênfase na contribuição da Bahia e na agência de sujeitos historicamente invisibilizados. A pesquisa, que será fruto de um trabalho colaborativo com estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Manoel Devoto, adota a metodologia de Pesquisa Aplicada (Design-Based Research) e se baseia conceitualmente nos pressupostos da História Pública, da educação dialógica de Paulo Freire e do socioconstrutivismo. O projeto "TV Abolição" é discutido como uma Solução Mediadora de Aprendizagem (SMA) inovadora, que conecta passado e presente para fomentar a consciência histórica crítica, entendendo a abolição não como uma dádiva, mas como uma conquista social e política contínua.

CONCEITOS HISTÓRICOS, JOGOS ELETRÔNICOS E LETRAMENTOS: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DE SHADOW OF ROME PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Thiago Stevenny Lopes (Docente da Educação Básica)
stevennythiago@gmail.com
Vanessa Spinosa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
vanessa.spinosa@ufrn.br

Essa pesquisa procura demonstrar uma experiência possível com conceitos históricos e letramento digital a partir do uso do jogo eletrônico Shadow of Rome. O alunado que atingimos com essa proposta foi a turma do Nono Ano B (anos finais do ensino fundamental) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Eliete Souza de Araújo Silva, localizada na cidade de Frei Martinho, na Paraíba. O

objetivo central é o de combater os déficits de letramento histórico, detectados desde a pandemia do Covid-19, com a modalidade de aulas remotas. A proposta pedagógica utilizou-se do jogo eletrônico como recurso e baseou-se em uma metodologia facilitadora de compreensão para os conteúdos históricos conceituais pertinentes à história de Roma Antiga. Este trabalho lança mão do letramento dos conceitos históricos império, colonização e escravidão a partir de uma proposta de atuação potencializada a partir do jogo eletrônico, como uma prática de sensibilização do alunado. O intuito é o de desenvolver uma relação de aprendizagem histórica dos conceitos, a partir de uma sequência didática fundamentada em atividades analógicas e digitais. A estratégia didática considerará o próprio discente como sujeito partícipe da construção do saber, com o intuito de promover a aprendizagem de maneira lúdica e aprazível para que possam construir o conhecimento histórico a partir de suas próprias experiências. O corpo teórico desta pesquisa se sustenta no estudo dos conceitos a partir de Reinhart Koselleck, Peter Lee, Regina Célia Alegro. Em relação ao letramento nós ancoramos em Magda Soares, Roxane Rojo e Guilherme Brambila. Já sobre o uso de jogos eletrônicos enquanto ferramenta de estudos históricos pautou-se a discussão com referência aos trabalhos de Marcella Albaine Farias da Costa e Lynn Alves. Em respeito ao letramento digital utilizamos as contribuições teóricas de Danilo Alves da Silva e Gavin Dudeney; Nicky Hockly; Mark Pegrun. Os resultados apontam para o uso do jogo eletrônico, de maneira crítica e contextualizada sobre conceitos históricos, como condutor da aprendizagem histórica, dentro do contexto aplicado. O artefato didático cultural elaborado, o e-book para docentes sobre o tema, também está disponível para uso livre.

DO COTIDIANO À SALA DE AULA: INVESTIGANDO O USO DO MEIO DIGITAL PELOS ESTUDANTES

Francielli Kariny Monteiro Machado (Universidade do Estado de Santa Catarina)
prof.historiadorafran@gmail.com

Considerando que grande número dos jovens que acessam os espaços digitais são estudantes, como poderia o ensino de história contribuir para a forma como esses jovens utilizam esses espaços? Os espaços digitais tornaram-se um campo paradoxal, os autores Byung-Chul Han (2022), Deivison Faustino e Walter Lippold (2022) nos levam a refletir sobre os usos dos meios digitais para controle de dados e manipulação de informações, o que nos alerta sobre a necessidade de habilidades críticas para o consumo de conteúdos nos meios digitais, como as redes sociais. A partir desse questionamento, a presente pesquisa, que está sendo desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), tem como objetivo identificar como os estudantes interagem com os conteúdos dos meios digitais, qual meio digital é mais utilizado pelos jovens no tempo presente, o que consideram interessantes e como analisam as informações nesses meios. Para essa investigação foram realizados um questionário e uma atividade com alguns estudantes durante o ano de 2024 e 2025. A partir desses resultados, presente-se refletir sobre as contribuições do Ensino de História para uso crítico dos meios digitais. Dialogando para isso com pesquisas recentes que discutem esse campo, como Francisco das Chagas C. Pimentel Junior (2021), Dora de Sá Gallindo (2023) e Hudson Rezende de Araújo (2024). As propostas desenvolvidas por Isabel Barca (2001), Lindamir Zeglin Fernandes (2008) e Flavia Eloisa Caimi (2014) a respeito da análise de fontes como prática de ensino, também endossam a proposta dessa pesquisa.

DO FANTASMA DO NAVEGANTE À BALADA DO VELHO MARINHEIRO: ANÁLISE E CURADORIA DE VÍDEOS SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Rafael Chaves Ferraz (Docente da Educação Básica)
rafaelchaves1@gmail.com

O trabalho é resultado de dissertação de Mestrado desenvolvida junto ao ProfHistória/UFF, centrada na análise de vídeos sobre a Revolta da Chibata, partindo do entendimento de que os vídeos são contribuições possíveis para o ensino de História, articulando conceitos como inteligência coletiva (Lévy, 1999), mediação cultural (Martín-Barbero, 2009) e sociedade em rede (Castells, 2003). A análise levou à observação de que o YouTube tanto reproduz invisibilidades históricas quanto oferece espaço para novas narrativas e, a partir do que a proposta pedagógica envolveu estudantes do Ensino Médio na análise crítica dos vídeos, promovendo reflexões sobre a questão racial e estimulando uma curadoria colaborativa de conteúdos como metodologia extensível a outros temas e grupos escolares. O resultado atingido foi o fortalecimento do uso consciente e crítico das mídias digitais no processo educativo a partir de uma prática que pode ser replicada em outros contextos escolares.

ENSINO DE HISTÓRIA NOS SERTÕES: PESQUISA EXPLORATÓRIA E DESCRITIVA SOBRE COMPETÊNCIAS DIGITAIS ENTRE DOCENTES DE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CAICÓ (RN)

Maria Clara Souza Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

souzasilvam110@gmail.com

Vanessa Spinosa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

vanessa.spinosa@ufrn.br

O presente trabalho trata-se da primeira etapa da pesquisa que busca investigar os limites e possibilidades para o desenvolvimento de competências digitais entre os(as) docentes de História vinculados a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEMECE) de Caicó/RN, levando em consideração a infraestrutura tecnológica disponível e as condições de trabalho na educação básica do município. A pesquisa exploratória e descritiva, de caráter documental, utilizou o sistema SIGEduc-RN para obter dados quantitativos sobre a Rede Municipal de Ensino, além de um questionário pré-estruturado aplicado às 31 unidades escolares existentes. Entretanto, apenas 10 escolas, que ofertam o Ensino Fundamental Anos Finais e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), constituíram efetivamente o universo analisado, por contarem com docentes de História atuando nas referidas etapas de ensino. O estudo busca mapear a conectividade, os equipamentos disponíveis e a carga horária docente a fim de compreender como tais fatores influenciam a incorporação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) nas práticas pedagógicas. O quadro teórico desta pesquisa fundamenta-se na compreensão das autorias como Michel Desmurget, Luciana Lima, Robson Carlos Loureiro e Pierre Lévy. Já sobre o ensino de História enquanto área do estudo teve como referência as discussões presentes nos trabalhos de Anita Lucchesi, Dilton Maynard e Flávia Caimi. No que se refere ao letramento histórico e digital lançamos mão das contribuições de Danilo Alves da Silva e Gavin Dudeney; Nicky Hockly; Mark Pegrum. Os resultados apontam para uma infraestrutura tecnológica e carga horária docente limitada, evidenciando obstáculos para a efetiva integração das TDICs no ensino de História no Seridó potiguar.

ENTRE ALGORITMOS E MEMÓRIAS: HISTÓRIA PÚBLICA, ENSINO DE HISTÓRIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Ana Caroline da Silva Lassarot Breves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

ana.breves@icloud.com

O trabalho, em desenvolvimento, no Doutorado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/PUC-Rio), analisa as relações entre História Pública, Ensino de História e Inteligência Artificial, destacando desafios e possibilidades que emergem desse encontro no contexto escolar. O objetivo é compreender como a História Pública digital pode ampliar práticas pedagógicas críticas e participativas em um cenário marcado pela presença cotidiana das tecnologias digitais e das narrativas

mediadas por algoritmos. A pesquisa combina revisão bibliográfica, análise de ferramentas de Inteligência Artificial generativa (como ChatGPT e DeepSeek) e experiências pedagógicas em turmas do Ensino Fundamental II, nas quais a IA foi explorada como recurso e objeto de reflexão historiográfica. O referencial teórico mobiliza autores como Thomas Cauvin, Marta Rovai, Bruno Carvalho e Serge Noiret no campo da História Pública, além de Ranieri, Kansteiner e Langer nas discussões sobre tecnologia, educação e conhecimento. Os resultados parciais indicam que a IA, quando mediada pelo professor, pode favorecer a alfabetização digital histórica e estimular a participação ativa dos estudantes, ampliando a análise crítica das fontes digitais. Contudo, os riscos relacionados à reprodução de vieses e à instabilidade das respostas reforçam a necessidade de uma mediação ética e historicamente comprometida. Conclui-se que a articulação entre História Pública e Inteligência Artificial configura-se como espaço de crítica e diálogo, capaz de fortalecer o ensino de História e ampliar sua relevância no mundo digital contemporâneo.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE PESQUISA DEMOCRACIAS E DITADURAS NA UNIFAP.

Júlia Monnerat Barbosa (Universidade Federal do Amapá)

juliambarbosa@unifap.br

Emille Amaral Fernandes (Universidade Federal do Amapá)

emilleafacademico@hotmail.com

A partir da articulação entre Pesquisa, Ensino e Extensão, o Grupo de Pesquisa Democracias e Ditaduras da Universidade Federal do Amapá (GPDD/UNIFAP) vem, desde 2017, focando seus esforços no Ensino da História da Ditadura no Amapá. Todos os projetos desenvolvidos pelo grupo focaram em dois aspectos complementares: 1) identificação, recolha e disponibilização de fontes do Amapá durante a ditadura e 2) realização de oficinas de formação docente sobre a temática. O resultado desses esforços de democratização de conhecimentos sobre como a ditadura operou no Território Federal do Amapá (TFA), pode ser conferido em nosso Site (<https://gpddunifap.com/>) e em nossas redes sociais (www.youtube.com/@gpddunifap238 e www.instagram.com/gpdd.unifap/). O objetivo desta comunicação é o de dar a conhecer o trabalho extensionista realizado pelo GPDD, mais especificamente, a 3ª Oficina de Formação Docente "A memória vai à escola". Com foco na Ditadura no TFA, a oficina buscou fomentar uma abordagem sobre a ditadura a partir da perspectiva da História Local. Incentivando queicineiras eicineiros fizessem uso de fontes primárias, a oficina foi organizada em 4 encontros, realizados entre 04 de outubro e 08 novembro de 2024, na Unifap. No 1º Encontro, "Acervos Digitais e Ensino de História da Ditadura no Amapá: possibilidades a partir do Sistema De Informações do Arquivo Nacional (Sian)", o Prof. Ms. Higor Pereira trouxe orientações para a garimpagem de fontes; No 2º Encontro, "Ditadura, História Local e Fontes Históricas: potencialidades para o Ensino de História", as Profas. Dras. Maura Leal e Júlia Monnerat, apresentaram o acervo do GPDD e a historiografia sobre a ditadura no AP; O 3º encontro, "Mulheres e ditadura militar no Amapá: fontes para o ensino de história", contou com mediação da Profa. Ms. Amanda Souza da Silva; O 4º encontro, teve como tema "Memórias em Sala de Aula: as entrevistas da Comissão Estadual do Amapá e suas potencialidades para o ensino de História" e foi mediado pelo Prof. Ms. Danilo Pacheco. O relato das experiências compartilhadas nesta terceira edição da Oficina e as potencialidades de iniciativas como esta para a formação docente (inicial ou continuada) serão o foco desta comunicação, destacando esta experiência como um exercício de ensino de História comprometido com a democracia e com os Direitos Humanos.

JOGOS DIGITAIS E ENSINO DE HISTÓRIA: ESTUDO DE CASO SOBRE O PROJETO 2 DE JULHO (VR): LEVANTE DOS INVISÍVEIS

Eduardo Barreto Costa de Castro (Universidade do Estado da Bahia)

edu3g22@gmail.com

Rafael Francisco Santos Pereira (Universidade do Estado da Bahia)

rafael_francisco_sp@hotmail.com

Maria Sigmar Coutinho Passos (Universidade do Estado da Bahia)

msspassos@uneb.br

O avanço da era digital trouxe novas possibilidades para a atuação do historiador, destacando-se, entre elas, o campo dos jogos digitais. Contudo, ainda se faz necessário conhecer como esse profissional pode contribuir, de forma significativa, para as questões que envolvem a fidelidade histórica e a profundidade narrativa dos games. Partindo dessa problemática, o presente artigo teve como propósito investigar as diferentes funções e tarefas exercidas pelo historiador durante o processo de desenvolvimento de games com temáticas históricas, usando como estudo de caso o projeto do jogo 2 de Julho (VR): Levante dos Invisíveis. A metodologia incluiu revisão bibliográfica sobre o tema e acompanhamento da participação ativa dos historiadores em cada uma das etapas de produção, desde o auxílio na construção do roteiro até a análise de elementos na ambientação do jogo. No resultado, verificou-se que a colaboração do historiador amplificou a qualidade do game, pois conferiu maior credibilidade ao movimento de independência da Bahia e enriqueceu a experiência de imersão dos jogadores. Portanto, conclui-se que a presença do historiador é fundamental em jogos com temas históricos, uma vez que esse profissional pode tornar uma mídia voltada para o entretenimento em uma ferramenta valiosa para o ensino-aprendizagem da História, sem renunciar ao seu caráter lúdico.

MUSEU DAS TRAJETÓRIAS PERIFÉRICAS (MTP)

Pablo Andrade Afonso (Docente da Educação Básica)

pabloafonsoh@gmail.com

Este é um trabalho dedicado ao ensino de história, às trajetórias periféricas e às memórias de indivíduos pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados e invisibilizados, sejam por questões étnico-raciais, de gênero e/ou sociais. Com a utilização de conceitos como a memória, a história oral, a autobiografia, o pensamento contra-hegemônico (não colonial, contra-colonial e decolonial) e os estudos sobre periferias urbanas, utilizando-as para pensar o ensino de história, este projeto de história pública pretende elaborar um Museu das Trajetórias Periféricas (MTP), em formato digital, que apresentará narrativas de indivíduos pertencentes a bairros periféricos da Cidade do Rio de Janeiro e Grande Rio (Região Metropolitana). O objetivo é que esse repositório digital torne-se um produto educacional em diálogo com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, considerando a forte presença dos saberes africanos, indígenas e afro-brasileiros nas periferias do Rio de Janeiro, para ser utilizado no ensino básico e também acessado pelo grande público. Sendo assim, acreditamos que quem tiver contato com o MTP poderá refletir acerca das trajetórias de vidas periféricas e dos pensamentos contra-hegemônicos suscitados pelos diálogos estabelecidos ao longo das entrevistas e presentes neste projeto. Contribuir para colocar as margens no centro, esse é o principal objetivo deste projeto, valorizando as periferias e os pensamentos que de lá ecoam, em toda sua potência e significado, mostrando que esses indivíduos não só resistem, mas reexistem e ressignificam existências e espaços. Além de levar para dentro e fora das escolas suas histórias, uma história outra, para contrapor a história moderna/colonial eurocentrada. Por fim, buscamos contribuir para a reflexão sobre um ensino de história que trate com a dimensão de protagonistas desses grupos e indivíduos que durante séculos foram invisibilizados e marginalizados pela sociedade e pela história. Dessa forma, esse projeto é um convite à reflexão sobre a potência de um ensino de história com o protagonismo das classes populares periféricas e do pensamento contra-hegemônico progressista para que possamos cada vez mais levar as margens para o centro do debate político-pedagógico.

NAS TRAMAS DA HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL: INVESTIGANDO EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE HISTÓRIA NAS REDES SOCIAIS

Diego Gomes Souza (Universidade Federal Fluminense)

diegohistuff@gmail.com

A relação entre a história escolar e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) não é um tema novo no campo de pesquisa em ensino de História. É possível, no entanto, detectar um incremento da presença de professoras e professores de História da educação básica no ciberespaço – especialmente nas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, TikTok) durante a pandemia de Covid-19 e a consequente adoção generalizada do ensino remoto – produzindo e comunicando saberes históricos para audiências mais amplas. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como tema a ação docente desses sujeitos no universo digital em rede que resulta na criação e divulgação de um tipo específico de conhecimento histórico próprio ao universo, linguagens e públicos da cibercultura. Para isso, assume-se, do ponto de vista teórico, uma investigação que congrega as contribuições de três campos de pesquisa, aqui também considerados como práticas sociais: o ensino de História, a história pública e a história digital. A partir dessa opção teórica, o problema central abordado pode ser expresso na seguinte questão: de que forma a associação entre essas áreas/práticas contribui, de um lado, para a análise da relação entre a história escolar e a esfera pública/digital e, de outro, para a avaliação do caráter educativo das práticas públicas/digitais de história? O objeto de pesquisa que se pretende analisar para responder essa questão será a própria dinâmica dos perfis das redes sociais criadas e administradas por professores de História, expressa basicamente pelas atividades registradas nessas plataformas, acrescidas das narrativas desses mesmos docentes sobre a experiência de ocupar esses espaços midiáticos paralelamente às suas atividades rotineiras nas escolas.

NOS TRILHOS DE BAIXA VERDE: UMA PROPOSTA DE LETRAMENTO – HISTÓRICO DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Adriana Cassimiro da Silva (Docente da Educação Básica)

adricassimiro@yahoo.com

Vanessa Spinosa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

vanessa.spinosa@ufrn.br

Este trabalho apresenta uma proposta de letramento histórico-digital para o ensino de História local, desenvolvida com estudantes do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Antônio Gomes, em João Câmara/RN. Motivada pelo desinteresse discente e pela dificuldade em reconhecer-se como sujeito histórico, a pesquisa articula Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), memória e história local para promover uma identidade histórica crítica e contextualizada. O produto final consistiu em um memorial digital colaborativo sobre a história do município, antigo povoado de Baixa Verde, associado à expansão da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte no início do século XX, processo que dinamizou a economia agrícola, sobretudo do algodão, mas dentro de uma lógica de subordinação econômica, interpretada à luz do sistema-mundo de Wallerstein. O referencial teórico mobilizou Jörn Rüsen, Circe Bittencourt, Marlene Cainelli, Maria Auxiliadora Schmidt, Pierre Lévy e Manuel Castells, articulando consciência histórica, ensino de História e cultura digital. Metodologicamente, combinou revisão bibliográfica, análise documental e aplicação prática de uma sequência didática, envolvendo levantamento de memórias, uso de ferramentas digitais e produção colaborativa de narrativas históricas. Nesse sentido, Caimi (2014) ressalta que as práticas educativas devem considerar as vivências concretas dos sujeitos, de modo que a escola se constitua como espaço de pertencimento e de construção coletiva do saber valorizando a história local, possibilitando a aproximação dos conteúdos escolares da realidade dos estudantes e reconhecendo diferentes sujeitos históricos. Os resultados demonstraram que as TDICs, quando aplicadas de forma crítica e vinculadas à realidade local, favorecem o engajamento discente, fortalecem a consciência histórica e valorizam memórias comunitárias. Nesse contexto, a pesquisa originou também um e-book

pedagógico, estruturado em aulas com objetivos, metodologias, fontes e sugestões didáticas. Mais do que um recurso didático, o material constitui um convite à escuta das memórias locais, à construção coletiva do saber histórico e à aproximação entre escola e comunidade, configurando-se como proposta flexível e adaptável a diferentes contextos educativos.

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NO EXTREMO NORTE AMAZÔNICO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE PESQUISA DEMOCRACIAS E DITADURAS NA UNIFAP.

Maura Leal da Silva (Universidade Federal do Amapá)

maurals@unifap.br

Júlia Monnerat Barbosa (Universidade Federal do Amapá)

juliambarbosa@unifap.br

Alana Lohay Moura Da Silva (Universidade Federal do Amapá)

alanalohaymoura@gmail.com

Camilli Lima Coelho (Universidade Federal do Amapá)

camillilima.ap@gmail.com

Nós do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão, o Grupo de Pesquisa Democracias e Ditaduras (Gpdd) da Universidade Federal do Amapá (Unifap), desde 2017, desenvolvemos pesquisas sobre a ditadura brasileira (1964-1988), visando o fortalecimento da área do Ensino de História da ditadura em uma perspectiva regional e local. Para tanto, nos últimos anos focamos nossos esforços na identificação, digitalização e disponibilização de fontes de arquivos institucionais sobre este período no Amapá federal (1943-1988). A certeza que a democratização de conhecimentos sobre como a ditadura também ocorreu no Território Federal do Amapá (TFA) se faz necessário, tem nos aproximado com a história pública, no sentido de publicizar toda esta documentação. Até o presente momento desenvolvemos atividades em três arquivos: o da Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP), o da Polícia Militar do Amapá e o do Tribunal de Justiça do Amapá. No caso do arquivo da CEV-AP, em guarda temporária do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo (CEMEDHARQ) que pertence a Unifap, é de primordial urgência que se torne de domínio público, haja vista, a importância que Comissões da Verdade como a do Amapá possuem em uma sociedade como a brasileira, no processo de acertos de contas com esse passado autoritário, ainda não devidamente esclarecido. São metas principais do gpdd/unifap pesquisar e divulgar as pesquisas da historiografia local sobre a temática, bem como incentivar e disponibilizar a produção escrita e de material didático que possam fazer chegar às salas de aulas de história uma compreensão sobre a ditadura que também aborda como ela ocorreu em território amapaense, ou seja, aprofundar o conhecimento histórico sobre o período e no debate público, de como se desenvolveram as estruturas de repressão e resistência durante a ditadura em uma região tutelado como a do Território Federal do Amapá.

HISTÓRIAS EM REDES: ENSINO DE HISTÓRIA, CIDADES E MATERIAIS DIDÁTICOS

Vitória Azevedo da Fonseca (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)

vitoria.fonseca@ufvjm.edu.br

Esta apresentação traz resultados parciais de um projeto em andamento intitulado Histórias em Redes em desenvolvimento na cidade de Diamantina, MG, a partir da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O projeto, cujo escopo envolve o mapeamento de narrativas sobre o passado da cidade e a construção de roteiros históricos turísticos e temáticos, bem como o acesso a materiais digitais pedagógicos, tem como ação o desenvolvimento de atividades e materiais pedagógicos para

construção de ambientes de aprendizagem. Assim, a proposta é compartilhar essas experiências desenvolvidas com futuros professores em formação e com estudantes da educação básica.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

O Patrimônio Cultural nas aulas de História: conectando saberes, espaços e práticas

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

112



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

A FEIRA NA SALA DE AULA: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM CRICIÚMA/SC

Daniela Pistorello (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

danipistorello@unesc.net

George Harrison Machado Candido (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

georgemachado839@unesc.net

Marcus Vinicius Alves Medrames (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

marcusviniciusalvesmedrames@gmail.com

O trabalho propõe refletir sobre a importância do estudo do patrimônio cultural nas aulas de História, a partir da problematização da Feira Livre Municipal de Criciúma/SC, situada no centro da cidade. Com mais de cinco décadas de história, a feira constitui um espaço de sociabilidade, memória e práticas culturais que extrapolam sua função comercial. O estudo partiu da constatação de que, apesar de a cidade possuir legislações de proteção ao patrimônio desde a década de 1980, há notável carência de bens culturais imateriais registrados oficialmente. A feira livre, por sua vez, revelou-se um locus privilegiado de expressões identitárias, práticas intergeracionais, vínculos afetivos e modos de vida que envolvem feirantes, consumidores e moradores do entorno. Para tanto, fundamentou-se em pesquisa qualitativa, com base em observações etnográficas, entrevistas estruturadas e metodologia da história oral, o que permitiu acessar narrativas densas e significativas sobre o papel social da feira. Através dessas vozes, evidenciaram-se valores atribuídos coletivamente ao espaço, como a continuidade familiar na gestão dos boxes, a memória afetiva entre frequentadores, a circulação de saberes e a vivência de um cotidiano partilhado. Teoricamente, o trabalho ancorou-se na perspectiva do patrimônio cultural como prática social (Smith, 2006) e nas diretrizes do Iphan, que reconhece os bens imateriais como referências culturais vitais para os grupos formadores da sociedade brasileira. A análise demonstrou que a feira de Criciúma reúne os critérios de reconhecimento como bem cultural imaterial municipal, destacando-se como elemento central na constituição da identidade urbana, na valorização da agricultura familiar e na resistência frente aos processos de invisibilização promovidos pelas políticas patrimoniais hegemônicas. De forma geral, percebeu-se que a possibilidade de patrimonialização da Feira Livre de Criciúma pode ser entendida não apenas como um ato jurídico administrativo, mas como um processo político, social e cultural que reafirma a importância dos sujeitos que a constituem. A valorização da feira como patrimônio imaterial pode contribuir para democratizar as políticas de memória e reforçar os sentidos coletivos de pertencimento urbano.

O LARGO DA ANISTIA NO CONTEXTO ESCOLAR: REABRINDO PASSADOS DIFÍCEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Daniela Pistorello (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

danipistorello@unesc.net

Pedro Ollivio Ramos Coelho (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

coelhopedroollivio@gmail.com

O presente trabalho integra um estudo mais amplo que investiga os bens culturais em Criciúma/SC, com especial atenção à sua invisibilidade na esfera pública e nos processos educativos. A pesquisa tem como objeto o monumento Largo da Anistia, concebido em 1999 pelos artistas plásticos Call Milioli, Serafim J.B. e Zé do R e está localizado no Terminal Urbanos Pinheirinho, em frente à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Produzido para marcar os vinte anos da Lei da Anistia, o monumento foi concebido como ponto de partida para rememorar a violência do período da ditadura civil-militar-empresarial brasileira e reafirmar a necessidade de não repetição de práticas autoritárias. Ao evocar a legislação que concedeu perdão tanto a militantes e presos políticos quanto a agentes estatais envolvidos em violações de direitos humanos, a obra materializa uma memória ambivalente: ao mesmo tempo em que simboliza a abertura democrática, também revela os limites e

silêncios de uma transição marcada por impunidades e disputas narrativas. A questão central que orienta o estudo é: de que modo o patrimônio cultural pode reabrir debates sobre passados sensíveis e contribuir para a construção de futuros que experiências traumáticas? Para responder a essa indagação, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na problematização crítica do patrimônio cultural como categoria de análise. A fonte principal é o próprio monumento, interpretado em diálogo com referenciais da historiografia e da teoria do patrimônio, por meio de análise iconográfica e contextual. A investigação justifica-se pela necessidade de refletir sobre o papel da memória e da patrimonialização na formação histórica e cidadã, especialmente em contextos urbanos nos quais a presença de tais marcos permanece pouco conhecida e marginalizada. Os resultados parciais apontam que a análise do Largo da Anistia permite não apenas resgatar debates sobre a ditadura e a anistia, mas também problematizar os usos do passado no espaço público, indicando o patrimônio como recurso didático e político. Assim, a proposta reforça a pertinência de articular ensino de História e patrimônio cultural, de modo a promover reflexões críticas sobre o presente e estimular processos de não esquecimento e de consciência democrática.

AS AULAS DE HISTÓRIA E OS MUSEUS

Marcelo Henrique Leite (Universidade Estadual de Campinas)
marcelo.leite23@gmail.com

Visitas escolares são parte significativa da história dos museus. Por essa razão, esta comunicação se propõe a tratar do tema a partir de duas pesquisas. A primeira teve como cenário de estudo o Museu Republicano “Convenção de Itu”, localizado na cidade de Itu, no interior do estado de São Paulo. A segunda, por sua vez, compara dois museus de história da repressão em ditaduras militares, sendo eles o Memorial da Resistência (São Paulo) e o Museu de la Memoria ESMa (Buenos Aires). A proposta visa fortalecer as pesquisas que têm como tema de estudo a intersecção entre docentes (de história) e museus (de história) e, de outro, dinamizar e ampliar os olhares sobre práticas de ensino em cenários para além da escola.

AS VICISSITUDES DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GOIÁS: POSSIBILIDADES PARA UMA HISTÓRIA LOCAL DO SUDOESTE GOIANO

Pedro Zeus Lustosa de Souza (Universidade Federal de Goiás)
pedrolustosa@discente.ufg.br

A presente comunicação tratará sobre os diferentes olhares historiográficos que podem ser lançados para a análise das memórias do município de Rio Verde – Goiás. Analisaremos a literatura acadêmica produzida nos programas de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), algumas obras de cronistas e romancistas locais de Rio Verde e possíveis abordagens pedagógicas do ensino de História Local com estudantes do ensino fundamental de uma escola de tempo integral do estado de Goiás. Buscaremos apresentar como a pesquisa documental e bibliográfica possibilita a criação de materiais didáticos que potencializam o ensino de História. Com isso, visamos apresentar como a investigação histórica é essencial para a construção de um ensino de História relevante às populações das localidades do Sudoeste Goiano. Apresentaremos os resultados de pesquisa de campo que foram colhidos durante a implementação da Eletiva “César Bastos e História de Rio Verde” na instituição de ensino do docente-pesquisador. A análise dessas fontes primárias possibilita o desenvolvimento de uma educação patrimonial democrática, já que os próprios discentes participaram ativamente na produção da documentação – cartas, redações e desenhos. Buscaremos, com isso, também, construir possibilidades de trilhas pedagógicas e materiais didáticos que subsidiem o Ensino de História em escolas da educação básica. Valorizando-se a construção da identidade da comunidade escolar de forma crítica e propositiva. Demonstraremos caminhos possíveis que não sejam construídos

por meio dos grandes nomes da política e dos feitos “gloriosos” das instituições estatais, mas por um olhar historiográfico que permita a escrita da História e ao Ensino de História ocupar espaços nos debates públicos.

CONSTRUINDO VISIBILIDADES NA CIDADE DE SÃO JOSÉ/SC: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Mylene Silva de Pontes (Universidade Federal de Santa Catarina)

mylepon@gmail.com

O estudo resulta da dissertação do mestrado profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (UFSC) e propõe o uso de fontes históricas para refletir sobre o patrimônio cultural, articulado à trajetória dos povos africanos e afro-brasileiros. A pesquisa adota uma metodologia que problematiza a cidade como espaço de memória, conectando-a às relações étnico-raciais e ao ensino de história local em diálogo com contextos nacionais e universais. Desenvolvido com alunos do 8º ano do Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, o trabalho incentivou reflexões, debates, leitura, escrita e análise de documentos. O objetivo central é discutir o patrimônio cultural de São José/SC, abordando a escravidão no século XIX e os silenciamentos da memória local quanto à presença de pessoas escravizadas e libertas como sujeitos históricos. A pesquisa busca desconstruir estereótipos, evidenciando a atuação desses grupos na sociedade escravista, marcada por negociações e conflitos. A proposta defende a revisão das narrativas históricas e a crítica à naturalização das dinâmicas coloniais. As atividades culminaram na criação de um roteiro histórico para dar visibilidade à presença afro-brasileira na cidade, questionando os marcos urbanos e os processos de institucionalização do patrimônio cultural, além das disputas de memória envolvidas. As ações foram organizadas em torno de cinco eixos: conhecimentos prévios dos alunos; leitura e escrita com base em textos sobre patrimônio cultural; valorização dos saberes dos estudantes; análise de fontes diversas; e a cidade como espaço de educação patrimonial, com a aplicação do roteiro histórico em campo. A pesquisa apresenta as etapas do trabalho, reflexões sobre a prática pedagógica da professora-pesquisadora e a recepção dos estudantes. Como produto final, foi elaborado um roteiro didático e um folder educativo sobre o patrimônio afro-brasileiro em São José.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O TROPEIRISMO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS

Letícia Leal de Almeida (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

leticialeal.historia@gmail.com

Este trabalho propõe a discussão de uma atividade pedagógica sobre o tropeirismo, desenvolvida com uma turma da 2ª série do Ensino Fundamental – anos iniciais – em uma escola localizada na cidade de Ponta Grossa, Paraná. A atividade foi realizada ao longo do ano de 2024, com o objetivo de promover uma abordagem significativa da história local e regional. Nesse contexto, o tropeirismo, tradicionalmente tratado como uma simples atividade econômica ou como elemento fundador de algumas cidades paranaenses surgidas ao longo do antigo “Caminho das Tropas”, ganha novas possibilidades de interpretação. Ao ser trabalhado sob a ótica da educação patrimonial, a atividade tinha como objetivo permitir que os estudantes estabeleçam relações significativas com a história local e regional. Como destaca Chuva (2008), o papel do historiador na educação patrimonial envolve promover o debate sobre a preservação do patrimônio cultural, além de refletir sobre a construção das identidades locais e regionais. Nesse sentido, a atividade proposta contribui para que os estudantes compreendam o patrimônio como algo vivo, dinâmico e em constante ressignificação. A

proposta foi elaborada em diálogo com a professora regente da turma e incluiu diversas ações integradoras: uma saída de campo para a cidade histórica da Lapa (PR), uma roda de conversa, a produção de desenhos temáticos e entre os resultados está a organização de um workshop para os pais, apresentando o tropeirismo através da metodologia ativa de "rotação por estações", utilizando recursos variados, entre eles um jogo de tabuleiro e roda de conversa. Essas atividades proporcionaram momentos de escuta, expressão e construção coletiva de saberes, valorizando o protagonismo infantil. A iniciativa também colaborou para o fortalecimento do vínculo entre o ensino de História e os anos iniciais do Ensino Fundamental, atendendo ao interesse da professora regente em proporcionar aos alunos uma experiência com um professor especialista. Além disso, conforme observado por Siqueira (2019), o debate sobre educação patrimonial costuma ser conduzido por órgãos de preservação, como o IPHAN, sendo necessário ampliar as discussões sobre as possíveis intersecções entre o ensino e a educação patrimonial. Ao problematizar os sujeitos envolvidos e as memórias constituídas, a atividade fornece repertório e condições para que os alunos se apropriem dos patrimônios regionais e elaborem novos significados para os bens culturais.

FONTES PATRIMONIAIS E APRENDIZADOS HISTÓRICOS: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CURITIBA/PR

Dioury de Andrade Bueno (Docente da Educação Básica)

diouryab@gmail.com

Ana Claudia Urban (Universidade Federal do Paraná)

claudia.urban@ufpr.br

Este estudo analisa a presença de fontes patrimoniais no currículo da Educação Infantil do município de Curitiba/PR, sob a perspectiva da Educação Histórica (Cooper, 2012; Oliveira, 2013 e 2019; Schmidt e Oliveira, 2024). A pesquisa, de caráter qualitativo e documental, examinou as diretrizes curriculares municipais, identificando referências ao patrimônio cultural e sua potencialidade para a construção do pensamento histórico das crianças pequenas. Os resultados indicam que, embora o documento valorize a cultura e as interações das crianças com seu entorno, não há orientações explícitas para o uso pedagógico de fontes patrimoniais. Essa ausência evidencia uma lacuna na articulação entre Educação Infantil e a introdução de conceitos históricos, limitando a formação da consciência temporal e da noção de pertencimento das crianças. Conclui-se que a inclusão intencional de fontes patrimoniais no currículo pode enriquecer as experiências de aprendizagem, promovendo um ensino de história mais significativo desde os primeiros anos de escolarização.

O ENTORNO DA ESCOLA COMO SALA DE AULA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Felipe Cardoso Ponce Maranhão (Universidade Federal Fluminense)

fcpmaranhao@id.uff.br

O trabalho apresentado integra meu projeto de pesquisa de mestrado em Ensino de História, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e atualmente em andamento. A pesquisa tem como foco a análise dos patrimônios culturais situados no Centro Histórico do município de Armação dos Búzios/RJ, localidade onde se encontra a escola em que leciono. A partir desse recorte, busca-se utilizar tais patrimônios como recursos didáticos no ensino da história local, direcionado aos estudantes do 2º ano do ensino médio, com o propósito de promover ações de educação patrimonial. Pretende-se, assim, contribuir para uma formação cidadã que estimule um olhar crítico para o contexto atual de urbanização acelerada da cidade e incentive a construção de uma cultura de preservação dos bens culturais locais. Nesse percurso, estabeleço diálogo com diferentes autores ao abordar os conceitos de experiência, memória, consciência

histórica, patrimônio cultural e direito à cidade. O produto final dessa pesquisa será um roteiro histórico educativo, realizado em conjunto com os discentes, que percorra os patrimônios culturais da região do centro histórico de Búzios, possibilitando a aprendizagem sobre a história local através desses patrimônios.

O MOVIMENTO NEGRO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: A DISCUSSÃO NAS AULAS DE HISTÓRIA SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS (1970-2000)

José Roberto da Silva Júnior (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

j.robertojr1977@gmail.com

Juliana Alves de Andrade (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

juliana.alvesandrade@ufrpe.br

Este trabalho é parte do projeto de intervenção pedagógica realizado na Escola do Recife (EAR), por meio do Pibid (Programa de Bolsas de Iniciação à Docência) do Núcleo de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O projeto intitulado O Movimento Negro Como Patrimônio Cultural, tem como objetivo a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira dentro da sala de aula a partir das contribuições do Movimento Negro. Para tal, metodologicamente tomamos como referência o percurso proposto na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) Bender (2014), no que se refere a projetos didáticos, quando propõe uma abordagem transversal de certas temáticas, para que o tema problematizado consiga fazer aproximações e diálogos com o currículo obrigatório de Pernambuco e os objetos do conhecimento trabalhados em sala nas aulas de História. Neste sentido, trabalharemos a partir do conceito de Lugares de Memória, do historiador francês Pierre Nora, em primeiro momento, mapeando esses lugares na Região Metropolitana do Recife, realizando trabalho de campo em algum desses espaços, posteriormente, mapeando e criando um grande mapa interativo junto com os estudantes, entendendo sua importância para a população negra como forma de resistência. Posteriormente, faremos uma exposição museográfica em sala de aula, a partir de fotografias e objetos trazidos pelos alunos, sendo a culminância dessa atividade. Considerando que, há um ressurgimento do Movimento Negro no Brasil, na década 70 do século XX, um movimento de reconexão com África e uma reafirmação positiva da herança e ancestralidade do negro brasileiro, um movimento de "africanizar-se" (Domingues, 2016, p.462). Para pensarmos no Movimento Negro, serão ainda de suma importância os trabalhos de Petrônio Domingues (2016) e Nilma Lino Gomes (2017). Ademais, dialogando com o currículo obrigatório, abordaremos a Antiguidade e sua relação a temática, por isso, serão de suma importância o trabalho de Raissa Brescia dos Reis (2010), que aborda a relação entre a reapropriação do Egito Antigo pelo discurso pan-africanista a partir das contribuições do intelectual senegalês Cheikh Anta Diop, assim como Mariana Bracks (2023) ao abordar sua chegada ao Brasil por meio do grupo Olodum, e a ligação entre Egito Antigo e Pelourinho como afirmação positiva da identidade negra.

O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS EM VIÇOSA DO CEARÁ: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Flaviano Oliveira dos Santos (Docente da Educação Básica)

flavianoliveira100@hotmail.com

O presente trabalho discute a intersecção entre o ensino de História e o patrimônio cultural como meio para o estudo da temática dos povos indígenas no município de Viçosa do Ceará. A partir da reflexão sobre situações de ensino e aprendizagem desenvolvidas durante o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), por meio de uma pesquisa-ação com estudantes da Escola Estadual Doutor Júlio de Carvalho, discutimos como a abordagem do patrimônio cultural possibilita a

construção de questionamentos e reflexões sobre o estudo da História Local e da temática indígena no ensino de História. O município de Viçosa do Ceará faz parte de um território historicamente marcado pela presença de comunidades indígenas, estas que passaram por um processo de apagamento histórico, institucionalizado no estado do Ceará por meio do relatório provincial de 1863 que declarou a inexistência de povos indígenas no Ceará. O silenciamento declarado pela ação política reforça a construção de representações estereotipadas sobre as populações indígenas no município, sendo entendidos como sujeitos essencializados e cristalizados no passado. Frente a esta problemática, a abordagem do patrimônio cultural no município por meio de atividades de Educação Patrimonial possibilita outras visões sobre as narrativas da História Local e dos povos indígenas no território onde hoje está Viçosa do Ceará. Desta forma, a intersecção entre os campos de saberes contribui para a realização de práticas educativas pautadas no reconhecimento e valorização da sociodiversidade e das múltiplas perspectivas, favorecendo a reflexão crítica dos estudantes sobre a construção da narrativa histórica local, a participação das comunidades indígenas em múltiplas temporalidades e a constituição dos bens culturais presentes no território enquanto elementos formadores da identidade dos sujeitos.

O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NO PROJETO “MINI HISTÓRIA” DE RORAIMA

André Nonato Alves King e Campos (Docente da Educação Básica)

andrenonato82@gmail.com

O projeto “Mini História de Roraima” foi desenvolvido com uma turma da 1ª série do Ensino Médio na Escola Estadual em Tempo Integral Ayrton Senna da Silva, localizada em Boa Vista-RR. Seu objetivo principal foi promover o protagonismo estudantil na construção do conhecimento histórico e cultural de Roraima. A iniciativa se alinha com a pedagogia de Paulo Freire (1968), que defende a educação como um processo de libertação no qual o aluno é um sujeito ativo. A metodologia se baseou em Selva Guimarães Fonseca (2003), que trata da pesquisa e conhecimento em sala de aula. Divididos em grupos, os alunos pesquisaram e construíram maquetes que representam diferentes períodos e símbolos de Roraima. Eles começaram com a representação do Monte Roraima e do Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, falando sobre a cosmologia dos povos indígenas de Roraima, avançaram para o período colonial com a réplica do Forte São Joaquim, e concluíram com maquetes de pontos turísticos contemporâneos. A fundamentação teórica do projeto se apoia na visão de Jörn Rüsen (1983), que em sua obra entende a História como uma ferramenta para o desenvolvimento da consciência histórica e capacidade de se orientar no tempo e de compreender como o passado influencia o presente. Por meio das maquetes, os alunos construíram uma narrativa visual de seu próprio estado, fortalecendo sua identidade. Além disso, a abordagem está em sintonia com os estudos de Maria Auxiliadora Schmid (2009), que aponta a importância de metodologias ativas e do uso de diferentes linguagens para tornar o ensino de História mais dinâmico e significativo. O projeto resultou em alto engajamento e participação dos alunos, que demonstraram grande interesse em descobrir e materializar a história local. O trabalho culminou em uma mostra cultural na escola, onde os estudantes apresentaram suas maquetes e o conhecimento adquirido, reforçando a relevância da história e da cultura de Roraima e validando a eficácia da metodologia utilizada.

OFICINA DE XILOGRAVURA NO ENSINO DE HISTÓRIA, RELATO DE EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DA 2º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA FURTUNATO SEVERIANO DA COSTA

Volgan Timbó Mendes Neto (Universidade Federal do Ceará)

volgantimbo@gmail.com

Busca-se com esse trabalho refletir sobre o ensino de História do Brasil do século XIX, através do uso da xilogravura, a partir de experiências pedagógicas aplicadas a alunos da 2ª série do ensino médio. A presente pesquisa faz-se importante por evidenciar e refletir sobre as possibilidades de inserção de aulas oficinas dentro da grade curricular da disciplina de História. O trabalho visa responder a seguinte questão, de que forma podemos desenvolver metodologias ativas no ensino de História, utilizando elementos da cultura popular como a xilogravura? Entendendo o conceito de identidade como um ponto de identificação, construído por meio de processos históricos, devemos considerar como a xilogravura foi inserida no contexto de formação de uma identidade cultural nordestina. A metodologia utilizada foi a realização de uma sequência didática que culminou com uma aula oficina de xilogravura para 30 alunos, dividida em 5 etapas, sendo três aulas teóricas e duas práticas. Essa proposta não apenas ampliou o repertório dos estudantes, mas também permitiu que eles se vissem como sujeitos ativos na construção do conhecimento, vivenciando uma metodologia que respeita e incorpora suas origens culturais. A articulação entre teoria e prática, proporcionada pela aula oficina, demonstrou a eficácia das metodologias ativas no ensino da História e reforçou a importância de incorporar práticas interdisciplinares no cotidiano escolar. Defende-se, portanto, que o uso da xilogravura no ensino de História não seja uma prática pontual ou isolada, mas parte de um projeto pedagógico mais amplo que compreenda o valor da cultura popular como campo legítimo de produção de saberes, contribuindo para uma educação mais crítica, inclusiva e significativa.

POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DECOLONIAL EM NATIVIDADE-TO: ESTUDO DO MEIO E EXPOSIÇÃO EM MUSEU

Élica Libia Osório Perez de Oliveira (Universidade Federal do Norte do Tocantins)
elica.oliveira@professor.to.gov.br

Apresentação do projeto de dissertação do ProfHist. Este projeto implementa uma educação patrimonial decolonial em Natividade-TO, fundamentada em Freire(1994), Hooks(2013), Tolentino (2018), entre outros. Utilizando a pesquisa-ação participativa, os estudantes tornam-se protagonistas: investigam a cidade por meio do estudo do meio e definem quais patrimônios culturais eles reconhecem. O processo vai culminar na criação coletiva de um museu, onde as narrativas dos alunos ressignificam criticamente a herança cultural local, promovendo pertencimento e empoderamento.

ROTA DAS REVOLUÇÕES 1817 E 1824: UM PASSEIO HISTÓRICO E SENTIMENTAL PELOS MONUMENTOS, RUAS E PRAÇAS DO CENTRO DO RECIFE – UM ESTUDO PEDAGÓGICO E AFETIVO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Luciana Xavier Viana (Docente da Educação Básica)
lucianaxviana1311@gmail.com

Este artigo apresenta uma abordagem pedagógica para o ensino de História no ensino médio, focada nos eventos das Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824, através da criação de roteiros urbanos no Centro do Recife. Utilizando-se dos conceitos de Lugares de Memória de Pierre Nora, Memória de Michel Pollak, Patrimônio Cultural de José Reginaldo Santos Gonçalves, e as vivências da Educação Patrimonial com Átila Tolentino e Carmem Gil, além da Didática da História com autores como Bodo von Borries, Klaus Bergmann, Jörn Rüsen, e Flávia Caimi, o trabalho visa transformar o espaço urbano em uma sala de aula viva. A proposta busca propiciar uma memória afetiva para os educandos, direcionando-os a uma cidadania cultural, onde o direito à memória e à preservação patrimonial sejam vinculados. O produto final consiste em um roteiro de aula de campo detalhado, acompanhado de

Cartas de Orientação e folhetos explicativos, com o objetivo de tornar acessíveis e significativos esses locais históricos para estudantes de escolas públicas.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Antirracismo e antissexismo no ensino de história

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

121



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

AS CHUVAS EM PERNAMBUCO, RACISMO AMBIENTAL E AULAS DE HISTÓRIA: COMO ISSO AFETA MINHA VIDA?

Rozemberg Targino de Lima (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

rozemberg.targino@ufrpe.br

Yan Felipe Souza Lopes (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

yanfslopes@gmail.com

Juliana Alves de Andrade (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

juliana.alvesandrade@ufrpe.br

Este trabalho relata o projeto didático AS CHUVAS EM PERNAMBUCO, RACISMO AMBIENTAL E AULAS DE HISTÓRIA: COMO ISSO AFETA MINHA VIDA? (fase em andamento) como atividade do PIBID, na turma de ensino médio do 3º ano A do curso de logística da Escola Técnica Estadual Alcides Nascimento Lins, na cidade de Camaragibe. O nosso objetivo no projeto é abordar como as populações pobres, marginalizadas e racializadas, ao longo da história, foram e continuam sendo as mais vulneráveis aos efeitos de eventos climáticos. Dada a sua particular geografia e a prática de aterramentos, várias regiões de Pernambuco sofrem periodicamente com perdas humanas, materiais e culturais causadas por enchentes e alagamentos, o que afeta toda a dinâmica das cidades e a vida das pessoas. Neste projeto, colocamos em uma perspectiva de análise histórica (Barros, 2013) dois acontecimentos que marcaram a memória da sociedade pernambucana: a) a conhecida Cheia de 1975 e b) as fortes chuvas ocorridas no ano de 2022. Por meio da análise de jornais (Barros, 2023) e fotografias (Souza e Cunha, 2015), organizamos um espaço para que a turma pudesse olhar os fatos e logo estabelecesse um paralelo com esses desastres climáticos e racismo ambiental (Herculano, 2006), a partir das aulas de História. Ao final do projeto didático, no mês de novembro de 2025, os estudantes irão produzir um livro ilustrado e a pintura de um painel usando o aprendizado obtido durante as aulas, relatos e fotografias que contam as suas experiências pessoais com as chuvas e seus efeitos em Pernambuco.

CATÁLOGO DE QUADRINHOS ANTIRRACISTAS: O QUESTIONAMENTO DA BRANQUITUDE NOS TRAÇOS DE QUADRINISTAS BRASILEIRAS(OS)

Paulo Cesar Rodrigues Da Silva (Docente da Educação Básica)

paulohistor@gmail.com

Este trabalho apresenta um catálogo de histórias em quadrinhos voltado para o ensino de História, com o objetivo de subsidiar práticas antirracistas e problematizar a branquitude na sociedade brasileira por meio da utilização de HQs nas aulas de História. A proposta emerge da constatação de que, embora a Lei 10.639/2003 determine a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ainda há escassez de materiais pedagógicos que ofereçam representações críticas e positivas da população negra. O catálogo organiza-se como um recurso didático, comentado e orientado, que visa apoiar professores na seleção e utilização de HQs em sala de aula. Foram reunidas obras nacionais que abordam direta ou indiretamente o racismo, a resistência negra e a valorização da negritude. Entre as produções, destacam-se Jeremias – Pele e Jeremias – Alma, de Rafael Calça e Jefferson Costa, que tratam do racismo vivido na infância, e Cumbe, de Marcelo D'Saete, que ressignifica a memória da escravidão enfatizando a agência dos escravizados. Cada obra do catálogo foi acompanhada de uma análise crítica e de sugestões pedagógicas alinhadas à BNCC, possibilitando ao professor relacionar conteúdos históricos às vivências dos estudantes e ao debate contemporâneo sobre racismo estrutural. Mais do que um inventário, o catálogo constitui-se como uma proposta política, que reconhece o papel da escola na desconstrução da branquitude e na construção de uma educação antirracista.

COLONIALIDADE, RACISMO E ANTIRACISMO NO ESPAÇO ATLÂNTICO

Juçara da Silva Barbosa de Mello (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

jsbmello@puc-rio.br

Esta comunicação tem como objetivo geral trazer à evidência situações de agência e de resistência frente ao projeto educacional imposto pelo Estado Novo em fins de 1960 e início de 1970 no Ultramar Português, bem como refletir sobre conflitos e tensões presentes no processo de ensino e aprendizagem no Brasil contemporâneo. Argumenta-se que o lusotropicalismo, doutrina que influenciou profundamente a ideologia colonial portuguesa, esteve em correspondência com a ideia de democracia racial no Brasil, permitindo-nos refletir sobre os impactos derivados da obra de Gilberto Freyre na história escolar no Brasil, em Portugal e nas então Províncias do Ultramar. Como objetivo específico intentamos identificar, por meio da análise de documentação da Divisão Geral de Ensino do Ministério do Ultramar, possível influência do pensamento lusotropical no projeto de educação português relacionando a documentação sobre a formação de professores com a entrevista realizada pela pesquisadora Cláudia Castelo (2010) com o ex Ministro do Ultramar, professor Adriano Moreira, personagem relevante para compreender a influência das ideias de Gilberto Freyre no meio acadêmico, a fim de contrastar os conceitos do sociólogo com exemplos apresentados nas fontes, revelando situações de resistência no ambiente escolar ao projeto educacional imposto pelo Estado português em fins de 1960 e início de 1970. Seguindo com a explanação da metodologia de análise, serão utilizados exemplos consultados em teses e dissertações defendidas no Programa de Mestrado Profissional do ProfHistória nos últimos 5 anos. Argumenta-se que após 22 anos da promulgação da Lei 10. 639/03, modificada pela Lei 11.645/08, ocorreram transformações nas culturas históricas e culturas escolares forjadas sob a égide do mito da democracia racial, sendo a quebra do silêncio uma das mais significativas. Contudo, constata-se que as hierarquias de lugares continuaram inalteradas. Nota-se a presença da história africana, dos sujeitos negros e negras e de suas culturas nas escolas, mas o eurocentrismo permanece hegemônico, garantindo que o lugar dessas temáticas continue secundário. Nesse sentido, buscar-se-á argumentar sobre o perigo de um reforço do simulacro de democracia racial ao não ser problematizada a forma como vem sendo feita a inserção de temas e conteúdos referentes à história da África e da cultura afro-brasileira (e indígena) nos currículos e livros e manuais didáticos escolares.

ENTRE IDENTIDADE E EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE UMA EDUCADORA NEGRA NA ESCOLA PÚBLICA

Matheus Goulart Tanhote (Universidade Federal de Pelotas)

mgoulart930@gmail.com

Lisiane Sias Manke (Universidade Federal de Pelotas)

lisianemanke@yahoo.com.br

Esta comunicação integra pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, que investiga trajetórias de educadores negros na educação antirracista. O recorte apresentado destaca a experiência de Rosselaine, educadora da rede pública de Pelotas, cuja prática docente expressa compromisso com a Lei 10.639/03 e com a valorização das identidades raciais no espaço escolar. Onde serão analisadas suas ações, como oficinas, apresentações culturais e projetos coletivos, que nos revelam estratégias que tensionam o currículo e promovem o reconhecimento das culturas afro-brasileiras e africanas. Junto disso nos cabe apontar a implementação da educação antirracista no Brasil, resultado da luta histórica do movimento negro, que denunciou exclusões e conquistou políticas públicas. Nessa abordagem, reconhece-se que a escola permanece marcada pela invisibilidade das experiências negras, o que torna central a atuação de professores que articulam trajetória pessoal, identidade racial e prática pedagógica. Nesse

contexto, educadores como Rosselaine contribuem para efetivar a Lei 10.639/03, promovendo autoestima e representatividade no ambiente escolar. A pesquisa é qualitativa, baseada em entrevistas em profundidade, com análise vertical dos dados. Como aporte metodológico, utiliza-se as obras de Bernard Lahire para uma análise das trajetórias individuais para compreender a totalidade dos indivíduos, reconhecendo suas particularidades, junto a isso compreender de que maneira busca-se a promoção e o debate das pautas raciais tanto no âmbito privado quanto no profissional. A análise evidencia que vários espaços sociais se entrelaçam na formação da educadora, que recusa o racismo e propõe ações pedagógicas de resistência. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória de vida de uma educadora negra, dando ênfase a algumas das suas práticas pedagógicas voltadas à valorização racial. Assim, pretende-se contribuir para a reflexão acerca dos desafios e possibilidades da educação antirracista no Brasil contemporâneo. A experiência a ser exposta nos faz perceber como a docência pode ser um espaço de transformação social, reafirmando o protagonismo negro na luta pela equidade racial e na construção de uma educação comprometida com a diversidade.

ENTRE OS "QUINTAIS DE CÁ E DE LÁ": USOS DO PATRIMÔNIO NEGRO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA ANTIRRACISTA

Jessicka Dayane Ferreira da Silva (Docente da Educação Básica)

profjessickad@gmail.com

A presente proposta originou-se de uma série de reflexões e experiências didático-pedagógicas formuladas a partir do projeto "Patrimônio cultural negro, ensino de história e educação antirracista", desenvolvido pelo Laboratório de Estudos em Ensino de História e Patrimônio Cultural (LEEHPaC) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Oficinas e propostas de aula foram formuladas a partir desse projeto, sendo escolhidas para esta reflexão: a oficina "Lá no meu quintal", realizada com alunos do primeiro ano do Ensino Médio de um colégio estadual na zona norte do Rio de Janeiro, e a atividade "Conhecendo a Ilha de Moçambique: Patrimônio Cultural da Humanidade", realizada com alunos do quinto ano do Ensino Fundamental - séries iniciais, em uma escola particular na zona sul carioca (Gávea-RJ). Considerando que as aulas de História devem resistir enquanto locus privilegiado da diversidade e conscientização política (sobretudo nos tempos atuais), o planejamento de atividades que promovam o protagonismo de sujeitos, lugares e histórias antes marginalizados pelas narrativas oficiais se mostra urgente para promover uma educação plural, democrática e que valorize cultural e historicamente povos indígenas e afro-brasileiros sobretudo. Através dos encontros promovidos pelo Laboratório, foi possível debater importantes autores que nortearam as formulações pedagógicas, delimitando nossa discussão teórica entre os campos abordados por: WALSH (2013) - para pensar a dimensão das brechas decoloniais no currículo hegemônico e as resistências epistemológicas; MIGNOLO (2007) - usos da desobediência epistêmica como ferramenta de luta contracolonial; SPIVAK (1988) - valorização de sujeitos/grupos e subjetividades subalternas; CATROGA (2001) - usos da memória e das ritualizações do passado para o aprendizado histórico de alunos em idade escolar. Tendo como princípio norteador o forte vínculo histórico entre a Ilha de Moçambique e o Brasil, pelo contexto comum da colonização portuguesa e do tráfico transatlântico de escravizados, foram desenvolvidas intervenções pedagógicas que pudessem valorizar o uso de fontes primárias no ensino-aprendizagem de história no contexto escolar. O objetivo desta comunicação será analisar o processo de construção e aplicação dessas propostas, os nuances e desafios de sua prática e os ganhos pedagógicos que elas permitiram.

ENTRELAÇANDO PESQUISAS SOBRE O ENSINO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA

Juliana Kummer Perinazzo Ferreira (Docente da Educação Básica)

julianaperinazzo@yahoo.com.br

Aléxia Pádua Franco (Universidade Federal de Uberlândia)

alexia@ufu.br

O presente trabalho é um recorte de tese desenvolvida no âmbito da Linha Saberes e Práticas Educativas e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia e História (GEPEGH) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), que buscou analisar em que lugar se encontram as mulheres na História ensinada nas escolas públicas do município de Caldas Novas, GO. Para isso realizamos um levantamento no Catálogo de Teses & Dissertações da Capes para compreender em que lugar se encontram as mulheres nas pesquisas acadêmicas realizadas entre os anos de 2005 a 2021, no Brasil, sobre a representação feminina nos livros didáticos de História, a formação docente para abordar a temática, o que e como se abordou com as estudantes da Educação Básica sobre as relações de gênero na História, além das lacunas existentes que propiciam novas indagações a respeito da formação das professoras de História sobre a temática. Para este abordaremos como foi realizado esse levantamento e o que as pesquisas nos revelam sobre a presença feminina nos materiais didáticos de História.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS NEGRAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA.

Iamara da Silva Viana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

ia.sviana@gmail.com

Objetivamos apresentar reflexões realizadas na execução do Projeto Prodocencia intitulado Ler e Escrever para não silenciar: educação antirracista, tecnologias, histórias e cidadania, desenvolvido e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto de Educação Carmela Dutra, onde realizamos nossas atividades laborais. Atuando na formação inicial de professores, o projeto utilizou categorias teóricas – identidades negras, maioria minorizada, educação antirracista - em relação dialógica com possíveis práticas docentes. Considerando o grande número de alunos pretos e pardos na instituição de ensino básico mencionada acima, mobilizamos a escritora Carolina Maria de Jesus, suas histórias, memórias e narrativas, tendo em vista os diferentes silenciamentos e tentativas de apagamento da produção intelectual de corpos negros pela sociedade brasileira de modo geral, e da historiografia de modo específico. Corpos pertencentes ao Campo da maioria minorizada em nosso país (SANTOS, 2020). Afinal, ainda que este grupo seja mais da metade da população brasileira – segundo dados do IBGE, pretos e pardos somam 55,5% em 2022 – ainda constitui minoria em “termos de acesso a direitos, serviços públicos representação política” (idem, p. 23), sendo racializados como inferiores. Os discursos e narrativas produzidos e reproduzidos desde a colonização acerca de corpos negros, repercutem valores e saberes eurocêntricos como superiores. Subvertendo pensamentos e visões de mundo, Carolina Maria de Jesus registrou seus saberes, leitura e visões de mundo, em uma perspectiva crítica, refletindo acerca de seu cotidiano em uma favela de São Paulo.

INDICADORES DE IDENTIDADE SOCIAL E O OLHAR DOS ESTUDANTES SOBRE O RACISMO E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Maria José Lima dos Santos (Universidade Federal de Sergipe)

mariajose123654789@gmail.com

O ensino de História no Brasil, desde sua institucionalização, passou por diversas modificações, mas ainda preserva uma narrativa tradicional e eurocêntrica, que privilegia o homem branco. As mulheres, especialmente as negras, historicamente estiveram invisibilizadas nas narrativas históricas. Como a

História foi escrita predominantemente por homens brancos da elite, a representação feminina no currículo torna-se quase impossível. No contexto educacional, quando negros são representados, geralmente ocupam posições de subalternidade. Diante desta omissão, uma das minhas preocupações enquanto docente é confrontar essa história dominante. Como professora de História, não devo me calar. Ao contrário, posso usar a sala de aula para abordar as questões étnico-raciais (Hooks, 2019). Esta pesquisa visa discutir o olhar dos estudantes da 3ª série B do Ensino Médio do Centro de Excelência Governador Djenal Tavares Queiroz, uma escola de tempo integral da rede estadual de ensino, localizada em Aracaju, Sergipe, sobre sua aprendizagem histórica. A metodologia consistiu na aplicação de um questionário, desenvolvido no Google Forms, para compreender como os estudantes se identificam socialmente. Foram feitas perguntas sobre indicadores de identidade social, como local de residência, idade, gênero e cor da pele. Além disso, abordam-se questões sobre o conceito de racismo e a percepção da ausência de conteúdos sobre mulheres negras no ensino de História. Foram formulados dois questionários para entender o conhecimento dos alunos sobre o racismo. O resultado da primeira questão demonstrou que percebem o racismo cotidiano, principalmente em relação à cor da pele e ao tipo de cabelo, pois no Brasil o fenótipo mede a identidade racial. Quanto à ausência de conteúdos sobre mulheres negras no ensino de História, a maioria dos alunos confirmou a falta desses. Diante disso, torna-se urgente a necessidade de descolonizar o currículo escolar. Assim, a proposta deste trabalho busca contribuir para a formação de alunos privados de conteúdos que abordem as mulheres negras no ensino de História, promovendo uma educação antirracista.

LITERATURA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA.

Eliana Dias Ferreira Oliveira (Universidade Federal de Sergipe)
elianadias168@gmail.com

Este trabalho analisa as contribuições da literatura para o ensino de História antirracista, ressaltando sua relevância na formação da consciência histórica e na valorização de memórias silenciadas. A pesquisa tem caráter qualitativo, fundamenta-se em Nilma Lino Gomes (2003), Kabengele Munanga (2004), Pesavento (2000), Petronilha Gonçalves e Silva (2003) e Jörn Rüsen (2001), articulando literatura, história, educação, estudos étnico-raciais e teoria da consciência histórica. Defende-se que obras literárias, em especial as de autoria negra, não apenas resgatam trajetórias invisibilizadas, mas também favorecem a reflexão crítica sobre as permanências do racismo e a luta por cidadania. Assim, a literatura, integrada ao ensino de História, amplia horizontes formativos, fortalece práticas pedagógicas de resistência e contribui para uma educação comprometida com a formação cidadã e a justiça social.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO FURNAS DO DIONÍSIO

Thiago Corrêa Martins (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul)
thiagomartins2@hotmail.com

O presente trabalho propõe uma reflexão entre as possibilidades de estudo das chamadas comunidades remanescentes quilombolas, conforme laudos da Fundação Cultural Palmares, envolvendo o ensino de história e com foco na comunidade remanescente quilombola Furnas do Dionísio, no município Jaraguari/MS. Objetivamos discutir também no texto, as possibilidades do uso do turismo ecológico em Furnas do Dionísio, com intuito de abarcar o ensino de história, através de uma trilha histórica pela região. A reflexão sobre esta comunidade, culmina na contribuição para a disciplina integrada com o contexto, como a ocupação do território de Mato Grosso do Sul pós-período abolicionista.

PIADA OU RACISMO? COMBATENDO O RACISMO RECREATIVO ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Luã Rodrigues Lopes (Docente da Educação Básica)

rodrigues.lu688@gmail.com

O presente trabalho versa sobre uma oficina educativa realizada com educandos da Escola Estadual de Ensino Médio Dona Júlia Alves Pessoa, localizada na periferia da cidade de Fortaleza - CE, a temática levantada nesse momento pedagógico foi o racismo recreativo. A ideia dessa prática de ensino surgiu a partir da demanda de uma professora que não suportava mais presenciar ofensas racistas entre os estudantes, esses sempre alegavam que não passavam de brincadeiras. Após diálogos e ajustes, o resultado foi o oferecimento de uma oficina que fizesse os alunos refletirem sobre o conceito de racismo recreativo. O texto norteador para a elaboração da oficina foi a obra *Racismo Recreativo* do doutor em Direito Constitucional Adilson Moreira. A metodologia utilizada foi a exposição de figurinhas, memes e textos utilizados em redes sociais que continham termos racistas, mas eram utilizados como se fossem piadas. A partir dessas imagens, os alunos são indagados se os termos presentes nelas são piadas ou atitudes racistas. A conclusão acontece através de uma atividade prática em grupo que problematiza a quantidade de termos que são utilizados nessas supostas brincadeiras e que reforçam estereótipos e estigmas da população negra.

RAÇA E O SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OS DESAFIOS NO ENSINO DE HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA RACIAL ENTRE OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marília Rodrigues de Oliveira (Docente da Educação Básica)

mariliarodrigues_@hotmail.com

Esta apresentação tem o objetivo de analisar como o campo de ensino de história pode contribuir para formação de uma consciência racial entre os alunos do Ensino Fundamental II da Prefeitura de Angra dos Reis. Durante os primeiros anos do século XX, a seção policial do Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro implantou um sistema de identificação criminal cujas tecnologias incluíam a formulação das primeiras categoriais de identificação racial, pensadas por um aparato policial do estado republicano em um contexto de recém abolição da escravidão e de incentivo às políticas de embranquecimento populacional. A criação de classificações baseadas em noções de pureza racial produziu uma questão colorista de dimensões históricas, responsáveis pelo surgimento de um racismo que percebe antes as colorações do que as raças, criando hierarquias e diferenças de tratamentos sociais entre os indivíduos da sociedade brasileira. Não por acaso, frente a complexidade deste debate histórico, pude perceber ao longo da minha trajetória docente diferentes episódios protagonizados por alunos de desorientação em torno de suas identidades raciais. Um segundo elemento também justifica o escopo a que se dedica esta pesquisa: a recente descoberta arqueológica de um navio escravagista afundado no rio Bracuí, bairro também localizado na região de Angra dos Reis, nas proximidades do Quilombo de Santa Rita. Oriundo no ano de 1852 dos Estados Unidos, a embarcação chamada de "Brigue Camargo" - que inicialmente destinava-se comércio de peles de animais à cidade de Nova York - teve o seu destino modificado para Moçambique, de onde foram traficados cerca de 500 escravizados em um navio tumbeiro, que por fim, foram desembarcados no porto de Angra dos Reis. Tal descoberta indica uma conexão histórica e um pertencimento étnico-racial entre os habitantes de Angra dos Reis e o território de Moçambique, assim como da região de Quelimane, de onde há também registros da origem dos escravizados. Neste sentido, a história do Brigue Camargo será apropriada nesta pesquisa junto aos alunos do Ensino Fundamental II como uma janela de reflexão

para construção de uma identidade racial através de sequências didáticas que busquem atrelá-las a um pertencimento histórico e identitário ao território angrense.

SUJEITOS SEM ESCOLA – POLÍTICAS DE (DES)EDUCAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA E BRASIL IMPERIAL.

Pedro Luiz do Nascimento Neto (Docente da Educação Básica)

pedroluizneto@hotmail.com

Klebson Tenório Costa (Docente da Educação Básica)

klebsonalepa@hotmail.com

Este trabalho se dedica a percorrer a trajetória dos processos educacionais promovidos durante a colonização da América Portuguesa e constituição do Império brasileiro. São abordadas conjecturas de estudiosos dedicados ao tema da contribuição jesuítica para a catequese dos nativos e submissão dos africanos, como também, a educação dispensada às mulheres na Província do Pará em meados dos oitocentos. Nosso objetivo geral é reconhecer políticas educacionais promovidas durante a colonização portuguesa e no processo de formação do império brasileiro. Desta feita, evocamos fatos e interpretações estabelecidas em obras já consagradas da história da educação brasileira, entre as quais se encontram autores como Dermeval Saviani (2007), Maria Lúcia de Arruda Aranha (2012) e Claudino Piletti (1990). O aporte teórico-metodológico se fundamenta no viés da pesquisa qualitativa, utilizando fontes bibliográficas e documentais para escrutínio das conjecturas desenvolvidas. Nesse sentido, lançaremos mão da revisão bibliográfica, que, para ser realizada em temas relativos à educação, segundo Ludke e André (2018), deve ter como premissa o confronto entre os dados obtidos pela coleta com o referencial teórico já construído por outros pesquisadores, ou seja, parte-se da pesquisa bibliográfica para o emprego da análise documental. Desta feita, os resultados produzidos tendo como perspectiva esse método de pesquisa são obtidos mediante o exercício da sistematização. Os resultados enfatizam a exclusão de determinados indivíduos quanto à escolarização, seja por omissão ou de forma intencional. É possível constatar que a exploração colonial e a construção do império relegaram a último plano a educação de indivíduos indígenas, negros e femininos. Se aos nativos, em meio à colonização portuguesa, a Companhia de Jesus destinou alguma educação, mesmo que de carácter catequizando, contudo, não é o que vemos em relação aos africanos e seus descendentes, os quais só com muitos esforços e lutas conseguiram galgar espaço na escolarização imperial. Por outro lado, em relação à educação das mulheres, o estudo da legislação paraense permite compreender melhor os desafios e as contradições do processo de inclusão feminina no ensino formal em meados do século XIX.

HISTÓRIA, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: PROPOSTA DE UM MATERIAL ANTIRRACISTA

Nícollas Lopes Cardozo Albano (Universidade de Taubaté)

lca.nicollas@gmail.com

Suzana Lopes Salgado Ribeiro (Universidade de Taubaté)

suzana.lsribeiro@unitau.br

Este texto apresenta um trabalho de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) desenvolvido entre setembro de 2024 e agosto de 2025, o qual consistiu na investigação de fontes históricas documentais do século XIX (1870-1889) para averiguar a agência dos escravizados pela libertação e pelo rompimento com o sistema escravocrata. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, foi desenvolvido um produto técnico-tecnológico que contemplou: 1) formação histórica do racismo na sociedade brasileira, sobretudo no campo educacional; 2) terminologias, conceitos e perspectivas sobre racismo e antirracismo; 3) discussão sobre as legislações educacionais e suas abordagens sobre as relações

étnico-raciais nas práticas pedagógicas e currículo em História; 4) análise de documentos históricos e propostas pedagógicas individualizadas, com referência no ensino antirracista de História; 5) reflexões teóricas e revisão bibliográfica com obras e autores que abordem as temáticas trabalhadas ao longo da pesquisa científica e do material. Especificamente, esse material foi elaborado com o objetivo de orientar professores de História quanto ao uso de documentos históricos como ferramenta didático-pedagógica para o ensino antirracista da História da Escravidão no Brasil, com foco nos anos finais do Ensino Fundamental II. Indo além, intentou-se com o produto oferecer aos docentes uma visão mais ampla a respeito do racismo e antirracismo na sociedade brasileira, e de que forma o sistema educacional foi e é afetado pelas dinâmicas raciais atuais e passadas em nosso país. Metodologicamente, a construção do material se deu ao longo da pesquisa de Iniciação Científica, considerando a fundamentação teórica resultante da pesquisa bibliográfica qualitativa. Embasou-se este material nas discussões de Bosi (1992), Costa (1997) e Chalhoub (2011), no campo da História e Historiografia da Escravidão no Brasil; Bittencourt (2018) e Santos (2018), em questões sobre o ensino de História; e Munanga (1990), Ribeiro (2019) e Woodson (2021), ao considerar o racismo e antirracismo como eixo norteador da pesquisa. Ainda, o pensamento decolonial de Quijano (2005) foi fundamental para as análises dos manuscritos históricos.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Compreensão leitora nas aulas de história: meios e modos de ler e escrever, do impresso ao digital

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



130



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

LEITURA, ESCRITA E AVALIAÇÃO HISTÓRICA EM AMBIENTE HÍBRIDO: O PERCURSO FORMATIVO DA 4ª ONHB-A SOBRE OS 60 ANOS DO GOLPE DE 1964

Adinagruber da Conceição Lima (Docente da Educação Básica)
adinagruber@yahoo.com.br

O trabalho apresenta um estudo sobre a 4ª edição da Olimpíada Nacional em História do Brasil – Aberta (ONHB-A), dedicada à reflexão sobre os 60 anos do golpe civil-empresarial-militar de 1964. O objetivo é analisar como as tarefas propostas mobilizam práticas de leitura, escrita e avaliação histórica em ambiente híbrido, articulando o currículo formal e o real do componente curricular de História. A metodologia consiste na análise qualitativa da sequência de quatro fases da prova, examinando os tipos de atividades, as habilidades demandadas e os gêneros textuais produzidos. O referencial teórico dialoga com pesquisas brasileiras no campo do ensino de História, destacando a formação da consciência histórica e as práticas pedagógicas (SCHMIDT; CAINELLI, 2016), o trabalho com fontes e documentos (BITTENCOURT, 2009), a centralidade da leitura e da escrita na construção do conhecimento histórico (FONSECA, 2019) e as relações entre currículo, saberes docentes e práticas escolares (MONTEIRO, 2015). Essas contribuições sustentam a análise da centralidade do trabalho com fontes, da argumentação e da avaliação formativa no processo de aprendizagem em História. Na Fase 1, os participantes foram orientados a ler reportagens atuais e produzir sínteses críticas com referências, exercitando seleção de fontes, leitura interpretativa e escrita concisa. A Fase 2 solicitou a elaboração de questões dissertativas a partir de um documento histórico, envolvendo descrição, indicação de origem e formulação de resposta esperada, o que potencializou a análise documental e a escrita interpretativa. Já a Fase 3 promoveu a desconstrução de “afirmações questionáveis” sobre a ditadura, exigindo argumentação fundamentada em fontes acadêmicas e jornalísticas. Por fim, a Fase 4 consistiu na “correção por pares”, em que cada equipe avaliou dez trabalhos de outras equipes, praticando leitura atenta, aplicação de critérios e escrita avaliativa. Os resultados indicam que a ONHB-A constitui um percurso formativo inovador, que integra leitura (oral, silenciosa, crítica e mediada), escrita (síntese, questão, resposta e parecer) e práticas avaliativas em múltiplos suportes. A experiência evidencia a potencialidade das olimpíadas científicas como espaços de ensino-aprendizagem em História, nos quais a articulação entre cultura impressa e digital favorece o desenvolvimento de competências leitoras, escritoras e argumentativas na Educação Básica.

A COMPREENSÃO LEITORA EM LIVROS DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO PNLD 2024-2027

Lisiane Sias Manke (Universidade Federal de Pelotas)
lisianemanke@yahoo.com.br
Sabrina Klug Thurow (Universidade Federal de Pelotas)

Esta comunicação tem por objetivo compreender o papel dos livros didáticos de história para a formação da compreensão leitora dos estudantes da Educação Básica, frente a relevância desses suportes textuais para a aprendizagem histórica. Assim, analisa-se as propostas teórico-metodológica que constam na apresentação de duas obras do PNLD 2024, assim como, os indícios que apontam para estratégias de ensino-aprendizagem da competência leitora presente nas atividades do livro de 6º ano de ambas as coleções. Partimos do entendimento de que a compreensão leitora em História seja o conjunto de habilidades que envolve a capacidade de uso social da leitura e da escrita para o domínio de conhecimentos históricos que sirvam de orientação para a vida prática. A pesquisa analisou inicialmente o Guia Digital das coleções aprovadas na edição de 2024 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pois sabe-se que as obras inscritas no edital do PNLD passam pelo crivo de diversos profissionais da educação e, se aprovadas, são apresentadas a partir de resenhas que constituem o Guia do PNLD. A partir dessas resenhas foi possível localizar as coleções que indicam o propósito de contribuir para a formação leitora dos estudantes. Das 14 coleções aprovadas na edição de 2024, duas resenhas se destacaram ao indicar que a coleção apresentava potencial para o desenvolvimento da competência leitora no Ensino de História, a saber: Coleção Jovem Sapiens da editora Scipione e Coleção Projeto Araribá Conecta da editora Moderna, ambas do PNLD 2024-2027. Nestas coleções é possível encontrar na apresentação das obras uma seção específica sobre competência leitora no ensino de história. A coleção Jovem Sapiens afirma ser importante a criação de estratégias de leitura para que os alunos possam extrair o significado do texto, saber reconduzir sua leitura e conectar novos conceitos com os conceitos prévios. A coleção Araribá Conecta indica que ao longo das unidades disponibiliza de forma transversal diferentes estratégias pedagógicas que incentivam as práticas da leitura, da pesquisa, da argumentação, da inferência e da identificação de falácias. Nas atividades dos livros de 6º ano de cada uma das coleções, buscamos indícios das propostas apresentadas no início das obras em relação às estratégias de formação para a competência leitora.

A VELHA ESCRITA SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS: REFLEXÕES DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO SOBRE COLONIALISMO DIGITAL

Natiele Gonçalves Mesquita (Universidade Federal de Pelotas)

natiele.mesquita@gmail.com

Este trabalho tem o objetivo de discutir 23 narrativas escritas por estudantes do 1º ano do Ensino Médio a respeito do colonialismo digital. Esta reflexão faz parte do projeto de tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, em andamento desde 2023. O objetivo da tese é identificar a influência das mídias digitais na formação da consciência histórica de estudantes da Educação Básica em duas escolas públicas urbanas da cidade de Pelotas/RS. O projeto de pesquisa está sendo desenvolvido a partir da metodologia de Pesquisa-Ação, de David Tripp, em diálogo com campo de pesquisa da Didática da História, com base em Jörn Rüsen e Maria Auxiliadora Schmidt, entre outros e as discussões acerca de colonialismo digital e colonialismo de dados, a partir de Sérgio Amadeu da Silveira, Deivison Faustino e Walter Lippold. Esta comunicação irá apresentar as análises iniciais das inferências de estudantes, provocados pela sequência didática realizada no 3º trimestre de 2024: roda de conversa sobre o papel das redes sociais na vida; leitura de texto jornalístico e discussão sobre o jogo Fortune Tiger (conhecido como Jogo do Tigrinho); texto introdutório e quadro comparativo entre o colonialismo histórico/clássico e o colonialismo digital de minha autoria; jogo da memória baseado no quadro comparativo; leitura e interpretação de duas fontes escritas sobre o tema, sendo um gerado pela Inteligência Artificial (IA) Chat GPT e outro, publicado no portal de notícias Agência Brasil; e a partir destas fontes, a escrita do texto, que em alguns casos foi individual, outras em grupos. Os 23 textos produzidos em aula foram agrupados em duas categorias: menos elaborados; e crítico e pessoal. Na primeira categoria, estão agrupados os

textos que desenvolveram os canônicos “resumos” e na segunda, as narrativas em que foram apresentadas reflexões mais complexas, traçando paralelos e críticas.

ESCREVENDO PARA MARIAS: CAMINHOS DE UMA PESQUISA

Larissa Azevedo da Silva (Universidade Federal de Pelotas)

larissalupa11@gmail.com

O trabalho tem como objetivo apresentar aulas oficinas, como concebida por Barca (2004), construída para a realização de uma pesquisa de mestrado em História na Universidade Federal de Pelotas, a ser aplicada em duas escolas de ensino básico no município de Pelotas/RS. As aulas contam com oito períodos, divididos em quatro dias, e possuem como aspecto central as práticas de leitura e escrita em sala de aula. As aulas propõem a relação entre literatura e História em sala de aula, para tanto são utilizados duas obras literárias, sendo elas: O Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus e Úrsula de Maria Firmina dos Reis. O planejamento inclui os conceitos de escravidão e liberdade, racismo e gênero na sociedade Brasileira. Os estudantes, após a leitura e exploração das obras, serão provocados a escrever cartas para uma das escritoras como uma atividade final das oficinas, nessas cartas será necessário que os educandos escrevam sobre os conhecimentos históricos produzidos em aula, levando em consideração também seus conhecimentos prévios e visões sobre a sociedade atual. A partir da análise desse material, esperamos investigar as construções da consciência histórica dos estudantes durante o período das aulas realizadas, levando em conta, também, os materiais didáticos produzidos para cada encontro, assim como as atividades que buscam o exercício das práticas de leitura e escrita em aulas de História.

PERCY JACKSON E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO

Edilson Aparecido Chaves (Docente da Educação Básica)

edilsonhist@gmail.com

Este trabalho apresenta uma experiência didática desenvolvida com estudantes do primeiro ano do ensino médio do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba, a partir da leitura e análise do romance 'Percy Jackson e o Ladrão de Raios', de Rick Riordan. A proposta partiu do pressuposto de que obras da literatura juvenil podem ser utilizadas como recurso pedagógico para aproximar os estudantes de temas da História Antiga, em especial a mitologia grega e suas ressignificações na cultura contemporânea. Durante as aulas, os alunos foram convidados a identificar elementos históricos presentes na narrativa, comparando-os com fontes históricas e debates historiográficos sobre o mundo grego antigo. A metodologia envolveu leitura orientada, debates, produção de textos argumentativos e atividades interdisciplinares com História, Literatura e Filosofia. Como suporte teórico, o trabalho dialogou com os estudos sobre recepção e usos do passado, em especial com as contribuições de Renata Senna Garraffoni, cuja análise da presença da Antiguidade clássica em Curitiba, na virada do século XIX para o XX, serviu como referência para a reflexão sobre como o passado grego é apropriado em contextos culturais específicos. O estudo de caso do Templo das Musas, discutido por Garraffoni, permitiu estabelecer relações entre a ficção contemporânea e os modos de apropriação do passado na cidade de Curitiba. Os resultados indicam que a abordagem promoveu maior engajamento dos estudantes e favoreceu a construção do conhecimento histórico por meio da mediação entre ficção e história. Conclui-se que o uso de narrativas ficcionais, quando devidamente contextualizadas e trabalhadas criticamente, pode ampliar a compreensão histórica dos alunos e estimular seu interesse pelo passado.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Experiências e Pesquisas em Didática da História: abordagens e perspectivas

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



134



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ENTRE DADOS E FARAÓS: O RPG "JULGAMENTO DO NILO" E O ENSINO DE HISTÓRIA

Maria Eduarda Moinho (Universidade Federal de Pelotas)

maria.moinho@ufpel.edu.br

O presente trabalho apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBD) de História, aplicada a uma turma de 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Santa Rita, em Pelotas/RS, cujo objetivo foi articular o estudo do Egito Antigo com a temática dos Direitos Humanos por meio da utilização de um Role-Playing Game (RPG) educativo intitulado "O Julgamento do Nilo". A proposta metodológica consistiu na criação de uma narrativa lúdica na qual os estudantes assumiram papéis de diferentes personagens sociais da civilização egípcia — escriba, sacerdote, guerreira e trabalhador — e precisam desvendar um mistério envolvendo o suposto assassinato do faraó. A dinâmica foi estruturada em estações temáticas que abordaram escrita, religiosidade, trabalho e identidade, utilizando recursos como códigos de hieróglifos, quebra-cabeças, diários fictícios, máscaras e rituais simbólicos ligados à mitologia egípcia, culminando em uma encenação do julgamento de Osiris conduzido por Anúbis. Fundamentado em autores como Freire (1996; 2022), Cerri (2011) e Ausubel (1980), o trabalho buscou aproximar o ensino de História de uma perspectiva crítica, dialógica e inclusiva, promovendo a imaginação histórica, a empatia e a participação ativa dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência. Os resultados evidenciaram o potencial do RPG como recurso didático capaz de despertar o interesse pelo conteúdo, favorecer aprendizagens significativas, estimular a cooperação e contribuir para a construção da consciência histórica, articulando o passado com debates contemporâneos sobre gênero, sociedade e direitos humanos.

AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA BNCC E NA DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Márcia Elisa Ramos (Universidade Estadual de Maringá)

metramos@uebr.br

A Base Nacional Comum Curricular reafirma a concepção de "competências socioemocionais" como uma exigência a ser transversalizada em todos os componentes curriculares, com ênfase nas Ciências Humanas. Essa formulação, no entanto, não se apresenta de modo neutro. No horizonte neoliberal, tais competências deixam de ser concebidas como qualidades humanas constitutivas da experiência social e histórica, passando a ser tratadas como formas de capital humano — ativos intangíveis, mas valorizáveis, que devem potencializar a empregabilidade e a adaptação do sujeito às dinâmicas do mercado. Nesse enquadramento, a escola assume um papel de agência produtora de subjetividades alinhadas à lógica da autoexploração, transformando afetos em recursos econômicos, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso e naturalizando a precariedade social ao prescrever resiliência, autogestão e adaptabilidade como virtudes universais. A crítica desaparece, e em seu lugar surge a ideia de que administrar emoções equivale a preparar-se para sobreviver em condições cada vez mais instáveis.

CANGAÇO E OS SABERES EXPERIENCIAIS: UMA RADIOGRAFIA NO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Richardy Leal Oliveira (Universidade Federal da Grande Dourados)

O conteúdo do cangaço se faz presente no portfólio de temas e conteúdos a serem trabalhados na Educação Básica a qual consta de diversas representações discursivas didático-pedagógicas que tangenciam diversos outros conteúdos e/ou reflexões cotidianas. Ao movimento social do cangaço cabe enquanto conjunto de bandos armados que desde a segunda metade do século XIX e sobretudo na primeira metade do século XX, coabitou o Brasil, mas em especial o sertão do Nordeste. Das suas diversas ações em vias de confronto com o Estado, as estruturas econômicas e as dinâmicas daquela república oligárquica e agrária, se fez depois de seu fim em 1940, uma construção imagética e simbólica de diversas camadas a não só influenciar o sertão nordestino, mas sobretudo as aulas e o ensino de história quando de sua mobilização em diversas salas de aulas, modalidades de ensino e redes de ensino. Como o conteúdo do cangaço é mobilizado no Brasil? Os saberes experimentais estão a influir nas formas de mobilização deste conteúdo nas aulas de história? O cangaço bem como a mobilização deste tema em sala de aula está a alimentar as diversas construções discursivas? Para isso, foram questionados docentes de História nos 27 Estados do Brasil das redes municipais, estaduais e federais de ensino, quanto às diversas formas de mobilizações do conteúdo do cangaço em sala de aula, bem como este impactava nos processos de ensino e aprendizagem dos envolvidos. Após recolha de tais fontes foi aplicado em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental Maior de uma rede municipal de ensino um estudo de caso para verificação laboratorial dos processos correlacionais entre o conteúdo do cangaço e os saberes experienciais. Este trabalho é resultado de uma seção de pesquisa em nível de mestrado no âmbito do programa de Pós-graduação em Ensino de História vinculado à Universidade Federal do Pará (PPGEH/UFGPA).

CANTOS DE EXALTAÇÃO E VOZES DE CONTESTAÇÃO: A MÚSICA COMO FONTE PARA ESTUDAR A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM SALA DE AULA

Karine de Fatima Almeida (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

karine.1228@outlook.com

Janaína de Paula do Espírito Santo (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

jana@uepg.br

Neste texto, se propõe uma reflexão sobre a prática docente a partir de fontes musicais, pensando, dentro deste recorte, no trabalho com canções sobre ditadura militar no Brasil. Para tanto, desenvolvemos os argumentos a partir da seguinte estrutura: num primeiro momento, resgatando as possibilidades que se apresentam no que tange ao trabalho com fontes em sala de aula, e o modo como essa perspectiva foi apropriada, tanto na discussão teórica sobre o tema, quanto em documentos oficiais, que, hoje, trazem essa distinção para o trabalho do professor-pesquisador de história no ambiente da sala de aula. Na sequência, desenvolvemos uma breve discussão sobre a canção popular, a canção popular no Brasil, seu universo de percepção e apropriação e o lugar que ocupa no universo da cultura histórica brasileira. Nessa perspectiva, a preocupação principal do presente texto é promover um diálogo entre os usos possíveis da canção em sala de aula e as diferentes possibilidades que se apresentam, no universo da prática docente, frente aos desafios do ensino da contemporaneidade. A pesquisa parte de um trabalho de campo desenvolvido em escolas da rede pública paranaense, no ano de 2023 a partir da análise de duas canções – Esse é um país que vai pra frente (Os Incríveis) e da canção Cálice (Chico Buarque), a primeira considerada de cunho laudatório e a segunda classificada como uma canção de protesto. No universo do presente artigo, nos questionamos de que maneira as canções escolhidas nos permitem trabalhar com os estudantes a complexidade da Ditadura Militar no Brasil. No desenvolvimento da atividade na escola, os alunos demonstraram uma receptividade positiva e o aprendizado foi considerado efetivo. No processo de trabalho com as canções, percebemos que a metodologia aplicada foi bem sucedida, mas no levantamento de respostas produzidos pelos alunos percebemos uma semelhança bastante presente entre a primeira aula de discussão dos conceitos e a última, depois do trabalho com a fonte musical.

Tais resultados nos permitiram refletir como os alunos representam a Ditadura Militar no Brasil e as possibilidades e limitações no espaço que as canções ocupam, enquanto meio de se estudar este tema, e o papel da fonte musical na busca por uma percepção mais ampliada dos espaços de cultura e sentido históricos.

CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA E DO EXISTENCIALISMO PARA A APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Márcia Santos Severino (Universidade Federal de Goiás)
marcinhafilosofia@gmail.com

Esta comunicação propõe refletir sobre as contribuições da fenomenologia e do existencialismo para a aprendizagem histórica no ensino médio. A partir das concepções de temporalidade de Edmund Husserl e da noção de existência autêntica em Martin Heidegger, busca-se compreender como essas correntes filosóficas podem potencializar o engajamento subjetivo dos estudantes com o conhecimento histórico. A fenomenologia, ao valorizar a experiência vivida e a intencionalidade da consciência, oferece uma via para abordar a história como algo que se revela na relação do sujeito com o mundo. Já o existencialismo, ao enfatizar a liberdade, a escolha e a responsabilidade, convida a uma apropriação crítica do passado, integrando-o à existência concreta. A comunicação analisará práticas pedagógicas que favorecem a escuta, a descrição e a interpretação da experiência histórica dos sujeitos, compreendendo o tempo histórico não apenas como uma sucessão cronológica, mas como um horizonte de sentido vivido. Por fim, defende-se que a aprendizagem histórica ganha densidade quando promove o encontro entre o passado e o presente por meio da experiência existencial dos estudantes, resgatando o caráter formativo da História para além da mera memorização de fatos.

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA COM LIVROS DIDÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Rafael Fiedoruk Quinzani (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
rafaelfiedorukquinzani@gmail.com

A apresentação discute as contribuições para a formação de professores proporcionadas em pesquisa de mestrado na qual investigamos os saberes que compõem o livro didático de História. Dentre nossos referenciais metodológicos, estão debates sobre a Análise de Conteúdo e Análise de Discurso. O principal conceito que inspira a investigação seria o de espaço escolar, que pensa a escola enquanto um ambiente com saberes e demandas próprias, não sendo e tampouco visando ser a reprodução de outras espacialidades. Em sincronia com nossos objetivos, a investigação ocorreu em três âmbitos. No primeiro, investigamos, como o espaço acadêmico dialoga, ou não, com essa diversidade de elementos na forma pela qual aborda o livro escolar. Em sequência, discutimos que elementos são valorizados na trajetória popularizada sobre o livro escolar. Por fim, a pesquisa investigou coleções didáticas, demonstrando como diversas dimensões são integrais para usos e investigações baseados nelas. Dentre as conclusões, destaca-se a elaboração de uma nova definição para o livro didático de História. Quanto aos resultados que discutiremos na apresentação, estão a presença de apagamentos e supervalorização em relação ao livro escolar, a demonstração de como os conceitos podem transformar a utilização desse material, a variedade de usos dele ao longo do tempo e a exposição de 18 elementos e saberes que estão dentre os integrantes de um livro didático.

CULTURA DIGITAL E CULTURA HISTÓRICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

Roberta Duarte da Silva (Universidade Federal de Pernambuco)

roberta.duartes@gmail.com

Este trabalho discute os desafios e possibilidades da formação de professores de História a partir da articulação entre cultura histórica e cultura digital no ensino superior. O objetivo central é compreender como as práticas docentes podem dialogar com as transformações trazidas pelo digital, sem perder de vista os fundamentos da didática da História e da construção da consciência histórica. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na análise bibliográfica e historiográfica, incluindo referenciais da Didática da História e Educação histórica, aliado com estudos sobre juventudes e cultura digital, bem como dados empíricos como a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2024), que revela o papel central das redes sociais, plataformas digitais e dispositivos móveis na vida de crianças e adolescentes. A fundamentação teórica destaca que a formação docente em História precisa articular as dimensões de interpretação, orientação e experiência do pensamento histórico, considerando os modos como a cultura digital reorganiza a produção e circulação de narrativas históricas. Entre os resultados parciais, destacam-se as análises de planos de aula elaborados por estudantes da licenciatura em História da UFPE, que evidenciam a apropriação da metodologia da aula-oficina de Isabel Barca e a criação de recursos digitais, mostrando o potencial criativo e crítico dessas práticas. Conclui-se que a integração entre cultura histórica e cultura digital pode fortalecer a literacia histórica e a formação crítica de professores e estudantes, embora ainda seja necessário aprofundar a reflexão sobre o papel das tecnologias no desenvolvimento das habilidades de segunda ordem, como análise de fontes, empatia histórica e consciência do tempo histórico.

CURRÍCULO, LIVRO DIDÁTICO E DISPUTAS DO SABER HISTÓRICO NO NOVO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO

Cinthyia de Araújo Alves (Docente da Educação Básica)

profcinthyaalves@gmail.com

Este trabalho pretende analisar os impactos das reformas educacionais recentes no ensino de História, especialmente no contexto do Novo Ensino Médio (NEM) e do Currículo de Pernambuco, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 13.415/2017 e sua revisão pela Lei nº 14.945/2024, investigando os efeitos da reformatação curricular no referido estado e nos livros didáticos aprovados pelo Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) 2021. Procuramos entender como essas mudanças dialogam com o saber disciplinar da História, tendo em vista a inserção da disciplina na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ao lado de Geografia, Filosofia e Sociologia, e formatando os conteúdos no material didático de forma interdisciplinar. Esse processo, compreendido aqui como um movimento de “des disciplinarização” da História, levanta questionamentos sobre o enfraquecimento de sua especificidade e sobre a forma como o conhecimento histórico vem sendo mobilizado na escola. O objetivo deste trabalho é investigar como essas alterações curriculares e dos livros dialogam com o saber disciplinar da História, problematizando se elas favorecem ou fragilizam a autonomia e a função crítica da disciplina no Ensino Médio. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e analítica, que toma como fontes legislações, diretrizes curriculares e materiais didáticos distribuídos na rede pública de Pernambuco, entendendo-os como instrumentos centrais na mediação entre saberes acadêmicos e escolares. A fundamentação teórica ancora-se nos conceitos de consciência histórica e cultura histórica de Jörn Rüsen, articulados à noção de saber histórico escolar e às reflexões sobre o livro didático como mercadoria e artefato cultural. O estudo busca avaliar em que medida o currículo e os livros didáticos, frutos dessas mudanças, favorecem ou comprometem a construção de uma consciência histórica, refletindo sobre os limites e possibilidades do ensino de História em um cenário de flexibilização curricular.

ENSINAR HISTÓRIA NA PERIFERIA: CONSCIÊNCIA HISTÓRICA, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E DIÁLOGO NO COTIDIANO ESCOLAR — APONTAMENTOS TEÓRICOS

Geovanio Carlos Bezerra Rodrigues (Universidade Federal do Ceará)

geovaniocarlos@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo discutir as relações teóricas entre a consciência histórica de Jörn Rüsen, a violência simbólica de Pierre Bourdieu e a pedagogia dialógica de Paulo Freire e como podem fundamentar práticas de ensino de História em contextos periféricos. Justificamos a relevância desse debate pela necessidade de integrar conteúdos curriculares do componente curricular história “as realidades escolares” e sociais marcadas por desigualdades socioespaciais e estigmas territoriais vivenciados na periferia de Fortaleza, Ceará. A pergunta que norteia nosso debate é: de que maneira a articulação entre esses autores podem contribuir para que o Ensino de História dialogue de forma direta com experiências de vida, de docentes que atuam em contextos de violência urbana e espaços autoritários de poder? A base metodológica deste experimento é a pesquisa bibliográfica, por meio de uma análise teórico-conceitual, discutindo como a triangulação entre estes três autores nos fornece elementos para compreender o como se ensina história na periferia.

FUTEBOL E A DITADURA MILITAR NO BRASIL: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Christian Paulo Fernandes da Silva (Universidade do Estado de Santa Catarina)

christian_hist@yahoo.com.br

Este projeto de pesquisa, vinculado ao Mestrado Profissional em Ensino de História da UDESC, propõe investigar as potencialidades do aprendizado histórico em sala de aula a partir da relação entre futebol e política no contexto da ditadura militar brasileira (1964–1985). A pesquisa parte da problemática sobre como as narrativas históricas envolvendo o futebol e o regime militar podem contribuir para a construção de competências narrativas dos educandos, promovendo uma compreensão crítica do passado recente. A metodologia adotada combina abordagens quantitativas e qualitativas, com aplicação de sequências didáticas inspiradas na perspectiva da Aula Oficina, visando analisar as narrativas produzidas pelos alunos. A fundamentação teórica está ancorada nos campos da Educação Histórica e da Didática da História, com destaque para autores como Rüsen, Lee, Barca, Laville e Cerri, além de reflexões sobre memória e cultura política a partir de Ficção, Ricoeur, Traverso e Pollak. O projeto reconhece o ambiente escolar como espaço político e propõe o uso do futebol como recurso pedagógico capaz de aproximar os conteúdos históricos da realidade dos alunos, favorecendo o debate crítico e o respeito à diversidade. Ao explorar as disputas de memória e os usos políticos da história, especialmente diante do revisionismo conservador presente nas redes digitais, a pesquisa busca ressignificar a docência e fortalecer o papel da História como ferramenta de orientação para a vida prática. Embora os resultados ainda não estejam disponíveis, espera-se que a análise das narrativas dos educandos revele avanços na consciência histórica e na capacidade de interpretar criticamente o passado.

HISTÓRIA E LITERATURA: IDENTIDADE, ALTERIDADE E CONSCIÊNCIA EM LIVROS CLÁSSICOS E TEXTOS HISTÓRICOS.

Rodrigo Adriano de Freitas (Universidade Federal de Santa Catarina)

t.rodrifreitas@gmail.com

Este artigo investiga a eficácia da literatura clássica e histórica – romances, contos e narrativas ficcionais, como uma ferramenta pedagógica para o ensino de História, possibilitando uma capacidade interpretativa superior aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental II. O estudo propõe a integração da narrativa literária como uma ponte para a compreensão histórica, consciência e alteridade histórica. O objetivo central é analisar de que maneira a imersão em narrativas ficcionais pode humanizar os personagens e eventos do passado, tornando-os mais palpáveis e significativos para o jovem leitor, e, consequentemente, desenvolver suas habilidades de empatia histórica, análise crítica e construção de uma consciência temporal. A metodologia consistiu na aplicação de um projeto interdisciplinar (Literatura e História) em uma turma do 6º ano, utilizando clássicos da literatura mundial: O Pequeno Príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry, O Velho e o Mar, de Ernest Hemingway, e Um Conto de Natal, de Charles Dickens, sendo esses livros atemporais. O desafio a priori era o de fazê-los, através da leitura, potencializar suas capacidades interpretativas para auxiliá-los na aprovação dos grandes vestibulares e concursos. Por meio de questionários, grupos de discussão e análise de produções textuais dos alunos, os resultados demonstram um aumento significativo no engajamento com o conteúdo histórico. Dessa maneira, a literatura clássica e histórica não são recursos meramente auxiliares, mas uma estratégia fundamental para transformar o estudo da História e a Interpretação, do real, em uma experiência vibrante e crítica, capacitando os alunos a não apenas aprender sobre o passado, mas a pensar historicamente.

HISTÓRIA ORAL DE VIDA E DIDÁTICA DA HISTÓRIA: MAPEAMENTO BIBLIOMÉTRICO DE TESES E DISSERTAÇÕES NO BRASIL

Jerusa Wrobel da Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

wrobeljerusa@gmail.com

Augusto Ridson de Araújo Miranda (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

ridsondearaujo@gmail.com

Este artigo apresenta uma síntese de uma pesquisa em andamento, de natureza exploratória e com abordagem mista. A pesquisa foi dividida em duas partes: uma investigação bibliográfica e uma análise sintética. Neste fragmento focamos nas informações obtidas a partir da bibliometria de teses e dissertações. Com o objetivo de identificar estudos que interligam as temáticas de História Oral, Identidade, Cultura Histórica e Didática da História, realizamos um levantamento em dois repositórios bibliográficos nacionais. A busca abrangeu produções brasileiras entre 2009 a 2024. Para isso, utilizamos sete combinações de palavras-chave. Os trabalhos encontrados foram filtrados, selecionando documentos que apresentavam ao menos duas palavras-chave significativas e citavam dois ou mais autores de referência. Após essa etapa, os trabalhos foram analisados e categorizados com base em elementos como palavras-chave, referenciais teóricos e métodos. As conclusões preliminares sugerem que a produção de estudos nessa intersecção é baixa. Os resultados também apontam para o protagonismo da Didática da História no Brasil, especialmente na pluralidade de diálogos teóricos que evidenciam (MIRANDA, 2022; MIRANDA, CERRI, 2024), a relevância quantitativa do Mestrado Profissional em Ensino de História e a falta detalhamento dos métodos e técnicas nos estudos analisados.

IAS NARRAM OU ENSINAM: A PRESENÇA HOLANDESA NO BRASIL CONSTRUÍDAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PERSPECTIVAS, METODOLOGIAS E INTERPRETAÇÕES

Arnaldo Martin Szlachta Junior (Universidade Estadual de Maringá)

O presente trabalho analisa como a inteligência artificial pode produzir narrativas sobre a ocupação holandesa no Brasil (1630–1654), destacando a construção e a interpretação desses relatos em diferentes contextos culturais. Amparado em autores como Paul Veyne, Paul Ricoeur, David Carr, Ankersmit e Jörn Rüsen, o trabalho discute a narrativa como elemento essencial da consciência histórica, envolvendo dimensões cognitivas, estéticas, políticas, éticas e religiosas. Define também a historicidade como a condição humana de viver no tempo, articulando memória e expectativa, aspecto central para a educação histórica e os usos sociais da história. Metodologicamente, o estudo utilizou o Chat GPT em ambientes controlados, variando o IP para captar perspectivas distintas. As narrativas com IP brasileiro apresentam a ocupação holandesa como breve e conflituosa, marcada pela administração de Nassau, pela modernização urbana e cultural, mas também pela resistência local que culminou na Insurreição Pernambucana. Já as narrativas com IP holandês descrevem o episódio como parte da Era de Ouro neerlandesa, ressaltando avanços científicos, culturais e comerciais, sem ocultar contradições ligadas à exploração econômica e ao uso de trabalho escravo.

IDENTIDADE EM DISPUTA: JUVENTUDE, MILITARIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PARANÁ

Letícia Marques (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

leticiamarques35@gmail.com

A militarização escolar, consolidada no Paraná em 2019, deve ser compreendida não apenas como gestão disciplinar, mas como processo simbólico que redefine a cultura escolar e impacta identidades estudantis. Ao introduzir uniformes, hierarquias e padrões de comportamento, a escola perde seu caráter de socialização democrática e passa a valorizar obediência e padronização (RÜSEN, 2020). Se, de um lado, promove sensação de ordem, de outro restringe autonomia juvenil, liberdade de expressão e participação crítica (BAROM, 2018; RICCI, 2019; MORENO, 2017). Para Freire (1996, 2005), a educação deve ser prática da liberdade; já a lógica militarizada impõe silêncio e hierarquia, ameaçando a consciência crítica. Cerri (2010, 2013) alerta que o ensino de História, central à consciência histórica, torna-se limitado nesses contextos, reforçando identidades conformistas. Martins (2015) observa que símbolos militares homogeneizam experiências, comprometendo a diversidade. Além disso, a gestão militar redefine o papel docente, subordinando-o ao comando hierárquico (MORENO, 2017; BAROM, 2018). Segundo Ricci (2019), trata-se de projeto político de controle social que fragiliza a escola democrática, moldando sujeitos obedientes em vez de cidadãos críticos. Seus efeitos, contudo, não são lineares: alguns jovens relatam pertencimento, enquanto outros vivenciam repressão e resistência. Como lembra Hall (2006), a identidade é inacabada e marcada por disputas. Assim, os impactos da militarização extrapolam a escola, questionando que sociedade se deseja construir.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO IFPE CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA: A APRENDIZAGEM POR MEIO DA PESQUISA HISTÓRICA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (2022-2025).

Juarlyson Jhones Santos de Souza (Docente da Educação Básica)

juarlyson.souza@afogados.ifpe.edu.br

Este trabalho pretende realizar uma reflexão sobre a mudança paradigmática que tenho vivenciado em minha atuação como docente EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) do Instituto Federal de Pernambuco campus Afogados da Ingazeira entre 2022 e 2025. Diante do desconforto pessoal sentido

por praticar um ensino de História baseado em uma concepção reprodutivista que perseguia os conteúdos canônicos do modelo linear e quadripartite da ciência histórica, procurei me inteirar acerca da produção bibliográfica relacionada ao campo do Ensino de História em nosso país com a intenção de me atualizar como Professor. Fiquei surpreendido com o avanço da discussão em virtude do impacto exercido pelas lentes teóricas oferecidas pela chamada Didática da História e de como a reflexão avançou muito nos últimos anos por meio do debate em torno de conceitos como consciência, aprendizagem e cultura históricas. Me senti desafiado a ler os escritos do Jörn Rüsen e suas análises sobre uma teoria da História especificamente como ciência, provocações acerca dos distanciamentos e bifurcações entre o ensino e a pesquisa decorrentes do processo de cientificação da História operado no século XIX e questionamentos têm me ajudado muito a repensar minha prática docente. Dessa forma, meu interesse por meio deste trabalho é fazer um relato de experiência em diálogo com as problematizações teórico-práticas realizadas pela Didática da História de Jörn Rüsen que me permitiram buscar construir um ensino de História mais articulado com uma maneira de aprendizagem histórica que se operacionaliza através da pesquisa científica com estudantes do ensino médio integrado em meu campo de trabalho no IFPE.

PARA QUE SE PRODUZ UMA PESQUISA EM DIDÁTICA DA HISTÓRIA NO BRASIL? UMA ANÁLISE DOS USOS DAS CATEGORIAS DE SUJEITO E TEMPO EM TESES E DISSERTAÇÕES (2014-2024)

Silvester de Carvalho Pereira (Universidade Estadual de Londrina)

the1989.sc@gmail.com

Jean Carlos Moreno (Universidade Estadual de Maringá)

jeanmoreno09@gmail.com

Na reflexão aqui proposta, fruto de pesquisa de mestrado ainda em andamento, partindo do pressuposto de que a Didática da História se fundamenta na abordagem da relação entre sujeito e tempo/temporalidades, buscamos averiguar como tem se construído a pesquisa em Didática da História no Brasil: a quais carências responde, a quais sujeitos se refere, quais noções de sentido, tempo e orientação privilegia. Para isso trabalhamos com a análise dos discursos de teses e dissertações publicadas entre 2014 e 2024, entendendo que estas ajudam a construir um campo, ao mesmo tempo em que são construídas por condições exteriores que, neste recorte, dizem respeito a um período da política e da conjuntura social e acadêmica brasileira que teve efeitos diretos para as Ciências Humanas e, especialmente, para a História. Além disso, essa disciplina, no contexto escolar, teve sua carga horária reduzida e passou a figurar em parte do imaginário social — por meio de um trabalho ferrenho de propaganda nas mídias alternativas e nas redes sociais — como um conjunto de narrativas fabricadas, altamente equivocadas, produzidas por ideólogos falseadores e tendenciosos, o que se configurou como desafio para aqueles que buscavam justificar o sentido da disciplina para a vida prática. É também neste período que os movimentos de demandas por reconhecimento passam a figurar com centralidade no debate social, redefinindo suas posições dentro das universidades e, com isso, noções caras à pesquisa, como tempo e sujeito. Assim, amparando a pesquisa estão autores já consolidados junto ao campo e a disciplina de Didática da História, mas também conjugamos, junto dessas influências, outros/as autores/as, tradições e epistemologias, como a filosofia do sujeito foucaultiana, os estratos temporais de Koselleck e as inflexões decoloniais em relação à produção do saber, à crítica à modernidade e ao sentido da busca por sentido.

REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS POR MEIO DE CHARGES E CARTUNS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO IFPA

Neles Maia da Silva (Docente da Educação Básica)

nelesmaia@hotmail.com

O trabalho aqui proposto visa trazer algumas reflexões sobre os usos e a prática da produção de charges e cartuns no Ensino de História. Fruto de alguns anos de um projeto de extensão com discentes dos cursos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Pará, campus Altamira e Bragança, realizamos a produção de dezenas de charges e cartuns sobre diferentes temas relacionados ao ensino de história e a outros assuntos. Tendo como escopo o referencial teórico da Didática da História e autores como Jörn Rüsen (2011, 2025), Klauss Bergman (1990), Luís Fernando Cerri (2001), Maria Auxiliadora Schmidt (2011), Rafael Saddi (2012) entre outros autores e dialogando com conceitos importantes como consciência histórica, cultura história e narrativas históricas utilizamos as charges e cartuns nas aulas e nos projetos em amplo diálogo com questões relacionadas à realidade do presente e do passado. O objetivo do trabalho é trazer alguns pontos de reflexão sobre as charges e os cartuns como elementos narrativos gráficos com potenciais de reflexão (de forma geral), mas também para o uso no ensino de história, pois o projeto de extensão que temos realizado tem por objetivo principal a produção desse tipo de iconografias, sobre diversos temas, que dialoguem com os conceitos históricos e historiográficos e que possibilitem o uso desses materiais por professores de história e das Ciências. Durante o projeto, nossas metodologias foram a realização de pesquisas em artigos, livros e plataformas acadêmicas (SciELO, Google Acadêmico e plataformas de revistas acadêmicas) sobre as charges, os cartuns, ensino de história e outros temas. Leituras e discussões sobre os materiais pesquisados. Definições dos problemas e questões a serem abordadas nas iconografias. Em seguida, iniciamos as produções das charges e cartuns no programa Mypaint ou em programas e aplicativos propostos pelos alunos. O projeto tem sido renovado todos os anos desde 2022 e temos tido como resultado a produção de várias charges e cartuns por docentes e discentes com múltiplas temáticas e finalidades. Nesse sentido, traremos algumas reflexões e resultados das nossas produções neste trabalho.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Autoria docente e cultura escolar: saberes, práticas e materiais

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

144



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PESQUISA COM PROFESSORES E PROFESSORAS DE SANTA MARIA/RS

Giovan Sehn Ferraz (Universidade Federal de Santa Maria)

giovansf@gmail.com

As recentes transformações sociais e tecnológicas têm despertado cada vez mais ímpetus por inovação dentro das salas de aula, de forma a adequar métodos, currículos e objetivos à nova sociedade do século XXI. Nessa busca por inovação, há uma defesa crescente pela utilização de novas formas de ensinar, como as Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem, em contraposição ao chamado “ensino tradicional”. Este trabalho busca apresentar de forma sumária a metodologia utilizada na pesquisa em andamento “Desafios e dificuldades no Ensino de História em Santa Maria/RS: usos e limites das chamadas Metodologias Ativas”, vinculada à linha de pesquisa “Políticas públicas educacionais, práticas educativas e suas interfaces”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM). Esta pesquisa visa compreender como as Metodologias Ativas têm sido utilizadas por professores e professoras de História no município de Santa Maria/RS. A metodologia consiste em revisão bibliográfica, pesquisa quantitativa com aplicação de questionário on-line, buscando identificar e localizar práticas relacionadas à utilização de Metodologias Ativas, e, por fim, pesquisa qualitativa com realização de entrevistas, buscando-se abarcar diferentes realidades educacionais. Para a definição de Metodologias Ativas partimos de Valente (2018), Santos e Tezani (2018) e Silva (2021) para realizar, com Costa (2020), Cavalcanti (2018), Saviani (1991) e Masschelein e Simons (2021), algumas reflexões críticas iniciais considerando as limitações dessas metodologias e suas relações com o contexto maior de transformações na educação contemporânea. Esta pesquisa ancora-se, ainda, nas análises e reflexões sobre os saberes e práticas docentes realizados por Monteiro (2007) e Tardif (2000), e nas reflexões teóricas sobre Didática da História (RÜSEN, 2001; 2007; 2015) e Educação Histórica (LEE, 2001; 2005; 2006; 2016). Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para compreensão da complexidade do cotidiano escolar, dos desafios da educação na contemporaneidade e, mais especificamente, no ensino de História.

A CULTURA ESCOLAR COMO SABER DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA

Raquel Damasceno Martins dos Santos (Universidade Federal de Juiz de Fora)

raqueldmsantoss@gmail.com

Os concursos públicos para professores atuam como ferramentas que fecham provisoriamente sentidos de docência a partir da seleção de alguns saberes docentes (Tardiff, 2000) como incontornáveis para o exercício da profissão. Parto do pressuposto que “para ensinar História a João é preciso entender de ensinar, de História e de João” (Caimi, 2015, p. 111), ou seja, um bom professor precisa também ser aquele que conhece o lugar em que está atuando. Isso se refere tanto à cultura da escola, que compreendo como o “conjunto de características do cotidiano escolar”, como “processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento” (Silva, 2006, p. 205); como a cultura escolar, seria o “conjunto de saberes que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos” envolvendo uma seleção de “elementos da cultura humana, científica ou popular, erudita ou de massas” (idem). Por isso surge a questão: será que esses temas têm se feito presentes nos instrumentos de seleção de professores? Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado que investiga os sentidos de docência presentes nos concursos públicos a partir da análise de 13 provas dos seguintes estados: AP, BA, DF,

GO, MG, PA, PE, PR, RR, SC, SE, SP, TO. Para esta apresentação o foco será a análise das questões retiradas das seções de Conhecimentos Gerais das provas objetivas. Dentro dela, o tema que categorizei como Cultura e Organização Escolar aparece em apenas 8% das questões analisadas, indicando que as discussões a respeito da cultura escolar e da cultura da escola não são consideradas centrais nesses processos seletivos. A análise mais atenta das questões classificadas dentro deste tema poderá oferecer algumas pistas sobre que elementos da cultura escolar e da cultura da escola os concursos têm considerado incontornáveis para o ser e fazer docentes.

A ORALIDADE AFRICANA EM SALA DE AULA: OS USOS DA COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA

Melina Lima Pinotti (Universidade Federal da Grande Dourados)

melinapinotti@hotmail.com

As alterações nas legislações oferecem momentos favoráveis para os pesquisadores, ao introduzirem novos problemas e objetos de pesquisa. Um exemplo é a Lei 10.639/03, que representa uma ação afirmativa reconhecida por regulamentar e estabelecer diretrizes para a educação das relações étnico-raciais em todo o âmbito escolar. A Lei é entendida como agente na tradução para o português e na disponibilização da coleção "História Geral da África". Criada pela UNESCO entre 1964 e 1993, essa coletânea consiste em oito volumes que oferecem uma visão abrangente das diversas civilizações africanas. No Brasil, esse material foi publicado em sua totalidade em 2010, numa parceria entre a UNESCO, o MEC e a UFSCar, sendo distribuída em bibliotecas públicas e disponibilizada para download, o que a tornou um material de domínio público. A tradução dessa obra está inserida em um projeto governamental que atendeu às demandas do movimento negro, reforçando sua importância na educação e na promoção da diversidade cultural. Considerando a densidade intelectual da coleção, este trabalho tem como objetivo investigar a recepção desse material por professores que lecionam nos Institutos Federais com Licenciatura em História. Para isso, foi empregada a metodologia da História Oral, a fim de explorar os seguintes aspectos: quais são os usos feitos da coleção? Como ela é interpretada? Quais metodologias se mostraram viáveis para sua aplicação em sala de aula? As discussões a partir dessas fontes são interpretadas à luz de trabalhos como o (Collins, 2023), Hooks, (2013), reconhecem o currículo como campo de disputas a partir (Arroyo, 2014), Silva (2011); e são articuladas com colaborações no campo do ensino de História, da cultura política e leituras do passado, a partir de (Monteiro, 2007), (Mattos, 2009), (Abreu, 2010), e (Huyssen, 2014). A pesquisa abrangeu o Instituto Federal do Pará (IFPA), nos campi de Conceição do Araguaia e Belém, e o Instituto Federal de Goiás (IFG), no campus de Goiânia. Nesses locais, foram identificados professores que possuem conhecimento sobre o material. Suas perspectivas são variadas, relevantes e críticas, indicando diferentes caminhos para a utilização da coleção no desenvolvimento de uma educação antirracista.

ARAPUCAS: PENSANDO O MOVIMENTO CINEMATOGRAFICO NA ENSINO DE HISTÓRIA

Thiago Barbosa (Universidade Federal de Pernambuco)

thiago.sbarbosa@ufpe.br

Este trabalho discute e sugere o cinema como espaço de aprendizagens e experiências educacionais em Ensino de História. Ao abordá-lo como linguagem não utilitarista para representar-ilustrar realidades históricas, enfatiza as sensibilidades e a experiência como vetores ou potências educativas para a construção de conhecimentos tecidos pela linguagem cinematográfica encarada como arte e criação. Ao discutir conceitos e ideias que abordam a relação entre o cinema e a educação, sugere o

ver-fazer como gesto sensível de criação de novas imagens através de dispositivos de criação (Migliorin, 2016), descrevendo e discutindo ações e estratégias vivenciadas com turmas do 9º ano do Ensino Fundamental (Anos Finais) que integraram exibição e feitura de filmes às aulas de História, e que encontram-se reunidas no produto didático intitulado "Pequenos artifícios para ver o mar: cadernos do ver-fazer cinema nas aulas de História". Por fim, discute em que medida essas vivências podem sugerir novos caminhos de aprendizagem ao considerar a criatividade, a imaginação e a inventividade como fundamentais ao processo de construção de conhecimentos sensíveis.

ESCOLA CULTURA POPULAR EM DIA DE GRAÇA: AS ESCOLAS DE SAMBA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO RIO DE JANEIRO

Pedro Vítor Coutinho dos Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
pedrovcsk33@gmail.com

Este trabalho investiga o potencial pedagógico dos desfiles de escolas de samba como ferramentas para a formação de professores de História, articulando quatro eixos teóricos fundamentais: a interculturalidade crítica (WALSH, 2007), o pensamento de Candeia e Isnard (1978) sobre as escolas de samba como espaços de produção cultural e conhecimento popular e o uso de fontes históricas não convencionais (PEREIRA; SEFFNER, 2008). A pesquisa analisou 22 planos de aula desenvolvidos por licenciandos do curso de História da UFRJ, que utilizaram enredos e desfiles carnavalescos como documentos históricos para pensarem suas práticas docentes.

O 19 DE ABRIL EM QUESTÃO: ENTRE TRADIÇÕES E INOVAÇÕES NA HISTÓRIA INDÍGENA

Maria Perpétua Baptista Domingues (Docente da Educação Básica)
mpbdom68@gmail.com.

Viviane Grace Costa (Docente da Educação Básica)
vivigrace70@gmail.com

Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
anammonteiro22@gmail.com

Este trabalho busca refletir sobre a temática indígena nos currículos escolares durante o período de abertura política no Brasil, no final da década de 1980. A porta de entrada para essa discussão é um caderno educativo intitulado 19 de Abril: Dia do Índio, fruto de um convênio entre o Museu do Índio/FUNAI e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, destinado às séries iniciais da Educação Básica. Esse Caderno Educativo integra o acervo documental da pesquisa Currículo, docência e formação de professores de História: entre tradições e inovações (1985–2015) (Monteiro, 2017). Nessa pesquisa, o currículo de História é analisado em perspectiva histórica, com o objetivo de investigar padrões de estabilidade e mudança curricular na docência dessa disciplina escolar na educação básica, entre 1985 e 2015, em um contexto de reconstrução do código disciplinar (Cuesta-Fernandez, 1998). Em seguida, abordaremos a narrativa de uma professora que teve acesso ao Caderno Educativo em sua edição original, no ano de 1988. Ela relata reelaborações didáticas realizadas a partir do material, o que nos abre a possibilidade de compreender o fazer curricular como tempo-espço de significação e como lugar de fronteira (Monteiro, 2013). Nessa perspectiva, dialogamos com o conceito de "narrativas de si" (Delory-Momberger, 2012; Amorim e Monteiro, 2015; Grace Costa, Monteiro e Amorim, 2017). A biografia da professora, no tempo presente, tece narrativas sobre a experiência com o Caderno Educativo. Como resultado, o material mostrou-se potente no sentido de desconstruir estereótipos e preconceitos em relação às comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que atualizou sua integração na história brasileira. Dessa forma, ampliaram-se as possibilidades de construção de outras narrativas históricas que contribuam para problematizar

concepções universalistas sobre o conhecimento escolar e científico. Pensar em um ensino da história indígena que busque pluralizar a visão sobre esses povos significa valorizar sua diversidade étnica, social, linguística, territorial/geográfica e suas cosmologias, igualmente diversas.

PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO DE HISTÓRIA: ATRAVESSAMENTOS CURRICULARES NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

Thays Merolla Piubel (Docente da Educação Básica)

thaysmerolla@yahoo.com.br

A presente comunicação tem por objetivo apresentar alguns resultados de uma pesquisa de tese de doutorado em Educação já concluída que investigou práticas docentes acerca de patrimônios sensíveis no Rio de Janeiro. A principal dimensão metodológica da pesquisa foi a realização de entrevistas com seis professores de História atuantes em redes públicas de ensino que concluíram o ProfHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História), na perspectiva da História Oral (ALBERTI, 2004; PORTELLI, 2016). Essas entrevistas foram realizadas menos com um intuito de “descobrir verdades” e mais de estímulo à elaboração de narrativas acerca das práticas e experiências desses professores. A análise das entrevistas apontou o papel do ProfHistória na formação de uma comunidade de aprendizagem docente, refletindo acerca da construção de um “lugar de docência” (MONTEIRO; RALEJO; PIUBEL, 2023) de autoria coletiva e de (re)afirmação do caráter criativo e intelectual do professor de História. Os professores da pesquisa evidenciaram em suas narrativas a importância do ProfHistória enquanto programa de formação continuada em uma perspectiva de conhecimento-da-prática, conforme Cochran-Smith e Lytle (FIORENTINI, CRECCI, 2016, p. 7-8), na qual o conhecimento produzido se constitui a partir de uma amálgama entre teoria e prática. Nesse sentido concluímos que as práticas dos docentes foram afetadas pelo ProfHistória, considerando não apenas o aspecto acadêmico de produção de uma dissertação e de titulação, mas também de uma reafirmação dos saberes docentes e da problematização e renovação das práticas docentes a partir da articulação de múltiplos saberes.

PRODUÇÃO COLABORATIVA DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NUMA ESCOLA INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Diego Marinho de Gois (Universidade Federal do Oeste do Pará)

diego.gois@ufopa.edu.br

Eucivalda de Oliveira Silva (Docente da Educação Básica)

eucivalda.silva@gmail.com

Tânia Maria Braga Garcia (Universidade Federal do Paraná)

tanbraga@gmail.com

A comunicação tem por objetivo apresentar resultados parciais de um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido na Universidade Federal do Oeste do Pará por docentes e discentes bolsistas, em parceria com a professora de História e os discentes da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Indígena Kurasy Katu, escola indígena, localizada na Aldeia Pinhel, município de Aveiro-PA. O projeto tem como objetivo a produção de materiais didáticos para o ensino de História no âmbito da educação escolar indígena, em particular neste caso a produção de materiais didáticos de História específicos e diferenciados para a Aldeia Pinhel. O projeto tem como referência a proposta de Garcia e Schmidt (2011) que aponta as bases do processo de produção colaborativa de livros com a participação de alunos e professores como um caminho às mudanças substanciais no ensino de História, a partir do desenvolvimento do projeto Recriando Histórias. Outro princípio metodológico assumido no projeto relatado é a conexão entre os temas abordados e as concepções e representações dos alunos acerca da História, em conexão com as cosmologias indígenas. Serão

apresentados trabalhos feitos nas oficinas realizadas com os alunos da Escola, compondo um acervo de atividades que correspondem às representações da História da Aldeia Pinhel presentes nos conhecimentos dos alunos. Para a educação escolar indígena, a proposta é uma oportunidade de trabalhar a temática, de coletar informações e documentos e de registrar histórias, na perspectiva de uma didática que se volta à reconstrução das experiências vividas pelos moradores de Pinhel, com o intuito de valorizar os saberes locais e estabelecer conexões com a história ensinada a partir dos currículos e manuais escolares disponibilizados na escola.

PROFESSORES E PROFESSORAS DE HISTÓRIA EGRESSOS DO PIBID: TRAJETÓRIAS E FORMAÇÃO INICIAL (2009-2022)

Ana Carla de M. Trindade (Universidade Federal Rural de Pernambuco)
carla.trindade@gmail.com

Nosso objetivo consiste em analisar alguns resultados da pesquisa que estamos desenvolvendo no doutorado em História, vinculado ao Programa de Pós-graduação em História (PGH) – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A pesquisa caminha pelas trajetórias de professores e professoras de história que foram bolsistas do subprojeto PIBID/História. Nosso recorte temporal é de 2009 a 2022. Nessa comunicação, delimitamos a apresentação às visões dos docentes acerca do período que estavam cursando a licenciatura em História, incluindo a participação no PIBID. A metodologia se apoia em dois tipos de fontes: orais e documentais. Compõem nossa base epistemológica os diálogos teóricos que buscamos relacionar com as discussões do Ensino de História enquanto campo de investigação, bem como os autores que nos aproximam de abordagens e referências decoloniais.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CADERNOS PEDAGÓGICOS DE HGPT-ET (PETRÓPOLIS, RJ)

Juliana da Conceição Pereira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
jpereira.ufrj@gmail.com

No dia 20 de dezembro de 1984, o prefeito da cidade de Petrópolis, Paulo José Alves Rates, sancionou a Lei de n. 4.306 que incluía nas escolas municipais da cidade o componente curricular dedicado ao ensino de História e Geografia de Petrópolis. Na década de 1990, a disciplina passou a incluir os componentes de Turismo e Educação para o Trânsito. Denominada de HGPT-ET, ainda hoje a disciplina é ministrada a alunos do Ensino Fundamental II. Desde 2005, a mesma conta com cadernos pedagógicos produzidos pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Nesses cadernos, a história da cidade é narrada e reforçada ano a ano. Foi a partir da análise e interpretação dessa história que se constituiu essa pesquisa que se tornou uma monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ em 2024. O objetivo foi discutir políticas de currículo e de igual modo refletir sobre a conexão entre a história local, colonialismos e disputas de poder. Nesse sentido, optou-se por percorrer um caminho metodológico de análise de dois tipos de documentos: os textos normativos produzidos pela Prefeitura Municipal de Petrópolis e pela Secretaria Municipal de Educação e os cadernos pedagógicos. O trabalho utilizou das reflexões da análise do discurso para fundamentar uma pesquisa de cunho qualitativo para a análise dos textos didáticos e das leis. Olhar para Petrópolis é uma possibilidade de repensar de forma crítica qual o lugar que os diferentes sujeitos ocupam na história oficial da cidade. Como resultado da análise confirmou-se a hipótese inicial de que o componente HGPT-ET reflete uma memória hegemônica da história de Petrópolis que se volta apenas para o protagonismo de sujeitos brancos.

"O ENSINO RENOVADO E A HISTÓRIA": A PERSPECTIVA DE JONATHAS SERRANO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, ENTRE 1930 E 1935

Maria Aparecida Cabral (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

cidacabral4567@gmail.com

A preocupação com a formação de professores no Brasil é um tema que permeia a construção das políticas públicas educacionais desde que o país se tornou independente no século XIX, trata-se de um assunto que adquire relevância política e social por articular-se aos projetos de desenvolvimento da nação, que elegem a educação como um lugar potente para a transformação da sociedade. Nessa perspectiva, este projeto de pesquisa focaliza a obra de Jonathas Serrano voltada à formação do professor de história, a proposta está centrada no livro *Como se ensina história*, publicado em 1935, como parte do projeto editorial da biblioteca de educação, organizado por Lourenço Filho. Ressalta-se que é nesse ambiente social que a formação específica de professores que atuam no magistério no ensino primário e no ensino secundário passa a ser considerada fundamental pelos reformadores da educação, sendo objeto de tensões disputas entre intelectuais reformadores de educação e escritores de livros didáticos. A partir dos referenciais teórico-metodológicos do campo da Teoria e Filosofia da História, na História e do Currículo, na Educação, pretende-se aprofundar a discussão a respeito de quais conteúdos históricos deveriam ser privilegiados no processo de transmissão do conhecimento histórico escolar, e principalmente, compreender de que maneira esse material direcionado ao professor dialoga com os preceitos das metodologias ativas difundidas no campo da educação. Almejamos demonstrar que materiais pedagógicos têm se constituído em uma excelente fonte histórica por possibilitar a verificação da legitimação de uma certa memória, ao mesmo tempo em que se torna um difusor bastante poderoso no processo de transmissão da cultura profissional entre os professores de História daquela época.

"PRÁTICA ORIENTADA" NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Sergio Felipe Moraes da Silva Teixeira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

sergiolipemoraes@gmail.com

Esta comunicação de pesquisa tem por objetivo apresentar o potencial do conceito de "prática guiada" (Gauthier et al., 2014) para a reorientação das práticas avaliativas no ensino de História, no âmbito da educação básica. A discussão teve início a partir do meu ingresso no Doutorado Profissional em Ensino de História pela UFRJ, em 2025. O projeto da tese parte da necessidade de problematizar o ato de avaliar como um fim em si mesmo — realizado apenas após o desenvolvimento das aulas, predominantemente em formato escrito e individual — sem os suportes necessários que permitam "traduzir" (Bomfim, 2023) um conhecimento/saber para uma linguagem que o outro compreenda e que contribua para a construção da autonomia dos estudantes. No Doutorado, pretendo aprofundar as investigações sobre a relação dos estudantes com o mundo da escrita de modo a reorientar a abordagem pedagógica na disciplina História. Durante a pesquisa de Mestrado em Ensino de História (UFRJ), desenvolvi a metodologia "Aula como Conversa" (Moraes, 2022; Moraes; Monteiro, 2023), que pretendo aprimorar ao longo da nova pesquisa. O aprofundamento dos estudos se justifica pelas experiências profissionais como Coordenador Pedagógico da SEJIN-Angra dos Reis, atuando na formação continuada de professores, e como professor de História de turmas do 6º ano no município da Cidade do Rio de Janeiro. A "prática orientada" (conceito ainda em elaboração) pode ser compreendida como o apoio oferecido pelo professor e/ou pelos estudantes mais experientes aos demais estudantes durante a realização de atividades orais ou escritas, sendo considerada parte da avaliação da aprendizagem. Esse apoio é gradualmente retirado à medida que se observa que o

aprendizado está se consolidando de forma autônoma (adaptado de: Gauthier et. al., 2014, p. 196). Dito de outro modo, o apoio à aprendizagem envolve a tradução (reelaboração, transformação) de um conhecimento, geralmente disciplinar, e de uma cultura para uma linguagem que o outro entenda e se aproprie. Embora os termos “guiada” ou “dirigida” possam ser objeto de crítica — razão pela qual opto pela expressão “prática orientada” — considero fundamental o princípio pedagógico de incentivar a construção progressiva da autonomia dos estudantes na prática.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Políticas educacionais e ensino de história: reformas, currículo e práticas pedagógicas

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

152



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ANOITECEU EM PORTO ALEGRE: O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Kate Mariana Schneider (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

kate-schneider@educar.rs.gov.br

Luciani Paz Comerlatto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

lucianipaz@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo apresentar a proposta de pesquisa que vem sendo desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFRGS), que parte da articulação de três eixos centrais: as condições estruturais e políticas que no Ensino Médio noturno; as tensões epistemológicas e metodológicas no campo do Ensino de História; e as experiências de estudantes e professores na contradição dos dilemas da democracia no capitalismo. A partir dessa perspectiva, buscamos compreender como se constituem as práticas de ensino de História no turno noturno, considerando as condições concretas de trabalho docente e discente, e investigando de que modo tais práticas dialogam com perspectivas críticas e emancipatórias. Nesse sentido, propõem, em um primeiro momento, analisar a legislação educacional e as políticas públicas que regulamentam o Ensino Médio noturno; em seguida, analisar a realidade das escolas públicas estaduais de Porto Alegre selecionadas para a pesquisa, identificando o perfil dos professores de História que atuam nesse turno e os principais desafios enfrentados no contexto socioeconômico da cidade. Com base nos achados da pesquisa, pretendemos refletir sobre como se dão as práticas pedagógicas no campo do Ensino História considerando também de que forma a trajetória social e profissional dos docentes influencia suas práticas de ensino no período noturno. Ao relacionar educação e trabalho — entendido como prática histórica e ontocriativa —, procuram discutir a qualidade social da educação e tensionar a experiência dos professores como sujeitos históricos que atuam em um espaço de aprendizagem situado. Em especial, pretendemos investigar quais são as implicações das condições político-pedagógicas do Ensino Médio noturno, associadas à realidade da classe trabalhadora dos docentes, sobre as práticas pedagógicas no campo do Ensino de História nas escolas públicas estaduais de Porto Alegre. Trabalharemos para que no fim da pesquisa, como dimensão propositiva, seja possível elaborar a partir de um fórum com os professores, sujeitos da pesquisa, reflexões e práticas pedagógicas específicas para a realidade do ensino de História no Ensino Médio noturno, reconhecendo esse espaço escolar como locus legítimo de formação crítica e cidadã.

A HISTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NAS COLEÇÕES DIDÁTICAS DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) 2021

Gabriel Amato Bruno de Lima (Universidade Federal de Minas Gerais)

amatolgabriel@gmail.com

A edição de 2021 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) foi marcada por mudanças que levaram Flávia Eloisa Caimi a afirmar que essa política pública está “sob nova direção”. Sob o influxo de políticas educacionais neoliberais, evidenciado pelo Decreto nº 9.099/2017, as coleções alinharam-se ao “Novo Ensino Médio” e os livros do “Objeto 2” passaram a ser organizados por áreas do conhecimento, não mais por disciplinas específicas. Houve ainda vinculação entre o PNLD e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovada em 2018, e redução do papel das universidades no processo avaliativo. Contudo, uma novidade pouco percebida foi a significativa presença da história das juventudes nas coleções aprovadas para a área de Ciências Humanas. Essa abordagem decorre das exigências do Edital de Convocação nº 03/2019, que estabelece a obrigatoriedade de temas como “inquietações da juventude” e “os jovens no mundo do trabalho”.

Diante desse cenário, esta pesquisa analisa como as 14 coleções didáticas da área de Ciências Humanas do PNLD 2021 apresentam a história da participação política da juventude. Para isso, adotou-se o método qualitativo da análise de conteúdo, com a construção de um banco de dados a partir da busca por palavras-chave nos arquivos digitais das obras analisadas. Considerando o livro didático como um objeto cultural complexo, foram examinados seus elementos editoriais (boxes, imagens, diagramação etc.), bem como os sentidos ideológicos atribuídos à ação política juvenil e os agentes visibilizados por essa historiografia didática. Os resultados indicam o predomínio de uma narrativa pautada no que Regina Magalhães Souza classifica como “discurso do protagonismo juvenil”. Boxes e imagens enfatizam ações individuais de jovens, especialmente em trabalhos voluntários e iniciativas de “empreendedorismo” supostamente “despolitizadas”. Em contrapartida, observa-se a sub-representação ou invisibilização de organizações coletivas de luta por direitos, como o movimento estudantil e entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Assim, as coleções do PNLD 2021 prescrevem aos estudantes uma forma de participação “pós-política”, alinhada ao neoliberalismo, por meio da reavaliação da história da juventude.

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Talita dos Santos Molina Peraçoli (Universidade Estadual do Centro-Oeste)

talitadsm@yahoo.com.br

Esta apresentação se propõe a refletir sobre aspectos da formação do professor de História, analisando o estágio supervisionado como um componente curricular e um lugar que deve ser trabalhado para estar além da questão prática na matriz curricular do curso. Ao analisar o estágio supervisionado como um espaço de reflexão sobre a docência e como produção de conhecimento sobre a profissão docente, queremos demonstrar em nossa pesquisa que “os estágios curriculares são mais que um simples componente curricular da formação inicial universitária dos professores, pois contribui para a formação de um professor intelectual crítico-reflexivo” (Pimenta e Lima, 2017). Dessa forma, ao ponderarmos que a atividade docente é uma práxis e que, portanto, a prática e teoria não se separam, justificamos aqui nossa reflexão e análise sobre estágio supervisionado na formação dos professores de História, pois, como bem sabemos, não se inicia nem termina no percorrer dos cursos de Licenciatura. A formação do professor é e deve ser permanente e constante. Assim, temos que os estágios “curriculares se constituem em desafios do ponto de vista teórico e prático, tanto para o acadêmico em processo de formação, como para o professor orientador, e que é primordial para o acadêmico alcançar a Licenciatura Plena em História” (Rocha e Pozzebon, 2013, p. 82). Em diálogo com o GRD 19, nesta apresentação problematizamos às questões da formação docente e do estágio supervisionado utilizando como referência autores como Bittencourt (2018); Fonseca (2003); Fazenda e Piconez (2012); Pimenta e Lima (2017), além da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que define as diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica. Selva Guimarães Fonseca (2003) destaca que a formação inicial de um Licenciado em História deve ter uma proposta pedagógica que tenha como eixo uma reflexão na e sobre a prática que conduza às transformações necessárias, à produção de novos saberes e de novas práticas pedagógicas, possibilitando às incorporações/superações de forma dinâmica e dialética (2003, p. 247). Em resumo, esta comunicação tem como intuito o de refletir sobre as características da formação do professor de História trazendo como objeto de análise o estágio supervisionado, componente curricular obrigatório para a formação do licenciado em História.

DOCÊNCIAS, FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO BRASIL: UM BALANÇO DOS 10 ANOS DO PROFHISTÓRIA.

Renata Augusta dos Santos da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este trabalho tem como objetivo apresentar um balanço inicial da pesquisa que busca investigar os 10 anos de ProfHistória, contribuindo para o debate sobre a formação inicial de professores e professoras de História no Brasil, e para a construção de uma epistemologia da prática profissional do(a) professor(a) de História. De que maneira as mudanças curriculares e mais especificamente as mudanças nos processos de formação continuada, que envolveram a criação e a existência do ProfHistória estariam impactando o processo formativo de professores e professoras de História? Muitos desses professores formadores, além de atuarem na formação inicial, estão hoje atuando no ProfHistória. As contribuições do programa de Mestrado e Doutorado profissional, para os professores e professoras de história que atuam na educação básica tem sido de grande importância. A cada ano, docentes de todo o Brasil buscam uma vaga no ProfHistória e concluem suas pesquisas e sua dissertação com grande êxito. Com este programa, as questões teóricas e práticas do cotidiano da docência na educação básica, e, mais especificamente, do ensino de história, tem se aproximado cada vez mais dos espaços acadêmicos, criando uma rede de reflexões. Em outras palavras, o que vemos é uma aproximação importante entre o "chão da escola" e a universidade. De que maneira estas mudanças, principalmente aquelas provocadas pela criação do ProfHistória, estariam impactando tanto os professores formadores, que ministram as aulas no mestrado quanto os alunos/docentes da educação básica.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM CONTEXTO DE REFORMAS EDUCACIONAIS: DESAFIOS FORMATIVOS NO TRÂNSITO UNIVERSIDADE-ESCOLAS

Sigmar Passos (Universidade Do Estado da Bahia)
mspazos@uneb.br

O texto sintetiza pesquisa em fase inicial que tem como objetivo geral refletir sobre os desafios da docência no componente curricular Estágio Curricular Supervisionado, no âmbito da formação inicial de professores de História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e em especial, os desafios para concretização das atividades do componente a partir das Reformas Educacionais que impactaram tanto o currículo da Educação Básica (Reforma do Ensino Médio e BNCC), quanto a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação). Tem como principal referencial teórico-metodológico a Abordagem do Ciclo das Políticas para compreender os Contextos de Influência, Contexto de Produção do Texto e Contexto da Prática. Analisa, primeiramente, as reformas educacionais recentes que modificaram os currículos da Educação Básica e da Formação de Professores, seu alinhamento com diretrizes globais (BALL, 2001) e com a reestruturação do capital, retomando uma perspectiva tecnicista da Pedagogia das Competências (RAMOS, 2001). Tais reformas evidenciam a ação de novas redes políticas e de processos neoliberalizantes (BALL, 2014) que resultam na privatização por dentro das políticas públicas curriculares, de gestão escolar e de formação docente e também oferta educativa (ADRIÃO; VENCO, 2022). Em seguida, as reflexões são focadas nos desafios da prática desenvolvidas no Estágios Supervisionados Curriculares, na consolidação desse componente como um espaço de vivência efetiva da profissão e de construção de saberes intercambiados entre a universidade e as Escolas da Educação Básica, e seus principais sujeitos: estagiários/as, professores/as da Educação Básica e Professores/as do Ensino Superior. Conclui apontando caminhos e possibilidades de recontextualização dos direcionamentos das políticas educacionais a partir dos sujeitos da prática (PASSOS, 2017) no sentido de construção de espaços formativos em História que valorizem os saberes, sentidos e ações desses sujeitos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E AS REFORMAS NEOLIBERAIS: UMA APROXIMAÇÃO AO TEMA

Maria Auriene Cardoso (Docente da Educação Básica)

aurienegal@gmail.com

A presente pesquisa, em estágio inicial, vinculada ao doutorado profissional em ensino de História, tem como objetivo central analisar as mudanças e perspectivas da formação inicial de professores de História no Ceará, a partir dos anos 2000. A pesquisa se propõe a um estudo bibliográfico sobre o tema, focando em questões conceituais. O recorte dos anos 2000 é pertinente à pesquisa, pois um dos objetivos é analisar o impacto das chamadas reformas neoliberais nas grades dos cursos de licenciatura. No Brasil, o neoliberalismo foi intensificado na década de 1990, em especial no governo Fernando Henrique Cardoso. Os modelos desenvolvidos então, foram continuados nos anos 2000. No que diz respeito à educação, as reformas foram amplamente desenvolvidas a partir dos anos 2000, com o incremento da chamada "educação por resultado" que privilegia as avaliações externas. O que está sendo chamado aqui de reformas neoliberais da educação, são aquelas que se baseiam na ideia de gerir a administração pública a partir da lógica de mercado, e com isso, a centralidade das avaliações como definidoras de políticas e como forma de "classificar" redes, escolas, profissionais e de definir recursos públicos a partir da lógica de resultados. Como resultados parciais, a partir da análise de referencial teórico, pode-se afirmar que o trabalho docente sofreu muitos impactos, como um aumento de carga de trabalho e sobrecarga mental, que tem levado a adoecimentos e precarização das condições de trabalho. Verifica-se que a lógica da gestão empresarial foi suplantada para as escolas, exigindo-se dos docentes tarefas alheias à sua função, enquanto atividades como planejamento e avaliação são elaboradas por terceiros, como plataformas ou fundações e empresas privadas. Portanto, o trabalho docente passa por intensos processos de transformação, o que também altera a lógica da formação de professores.

INTERSECÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, GESTÃO ESCOLAR E ENSINO DE HISTÓRIA NO TRATO DAS QUESTÕES SENSÍVEIS

Luciani Paz Comerlatto (Universidade Federal Rio Grande Sul)

lucianipaz@gmail.com

Esta comunicação intitulada: As intersecções entre políticas públicas educacionais, gestão escolar e ensino de História é fruto do projeto de pesquisa desenvolvido pela autora na área do Ensino de História da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS) no período de (2024- 2028). que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa sobre Intersecções entre Políticas Educacionais, Gestão da Educação e Ensino de História (GPIPEGEEH). Parte do questionamento sobre quais as implicações das políticas públicas educacionais e da Gestão Escolar no processo de ensino de História em escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul no trato de questões sensíveis. Propõe-se a analisar as implicações das políticas públicas educacionais, por meio dos conteúdos da proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular Gaúcho (RCG) sobre o ensino de História, no trato de 'questões sensíveis' (tais como gênero, raça, cultura, costumes, religiosidade...). Em função da natureza desta investigação, apoiamo-nos na abordagem qualitativa na consecução dos objetivos, alinhada à pesquisa documental e bibliográfica, com o instrumental das entrevistas semiestruturadas nas comunidades escolares/acadêmicas. Através desse estudo buscamos a ampliação de novas propostas metodológicas no campo do ensino de História, pautadas na qualidade social, e na gestão democrática escolar, tão importantes em nível de contribuição para o desenvolvimento de um projeto societário alicerçado na democracia e emancipação humana.

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL É UM TERRITÓRIO EM DISPUTA?! UMA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

Rayane Catiuce Vilastro Alves (Universidade Federal do Oeste da Bahia)

rayanekatiuce@gmail.com

Anderson Dantas da Silva Brito (Universidade Federal do Oeste da Bahia)

andersondsb16@yahoo.com.br

A presente pesquisa teve como proposta analisar o espaço ocupado pelo Ensino de História Local nos atuais currículos dos Cursos de Licenciatura em História das universidades estaduais da Bahia: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Considerando que a ausência ou a pouca abordagem dessa temática pode vir a comprometer de forma significativa a qualidade da formação inicial, uma vez que tende a formar docentes que desconsideram a respectiva discussão em suas práticas pedagógicas, desenvolvemos um estudo de caráter qualitativo, fundamentado metodologicamente na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e na História Comparada (Barros, 2007), aplicados para a sistematização e a interpretação dos dados coletados. O referencial teórico que orienta tal pesquisa está ancorado nas concepções de Currículo como "território em disputa" (Arroyo, 2013) e na definição de História Local proposta por Neves (1997), compreendida simultaneamente como pressuposto teórico e como metodologia de ensino. A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso evidenciou que a História Local ocorre de forma limitada, em geral vinculada a componentes optativos. Tal constatação, aponta para a necessidade de ampliação do espaço dedicado ao tema, tendo em vista sua relevância para a formação de professores-pesquisadores de História. Conclui-se que o Ensino de História Local ainda se encontra em processo de afirmação nos currículos das licenciaturas em História do estado da Bahia e precisa ser um "território em disputa" por sua existência. Defende-se, portanto, sua inserção efetiva e obrigatória na formação docente, de modo a possibilitar práticas pedagógicas comprometidas e identificadas com a realidade social e da área de graduação dos estudantes, valorizando memórias, identidades e experiências locais, e contribuindo para uma educação historicamente situada.

O ENSINO MÉDIO GAÚCHO E A TECNOCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE

Henrique Safady Maffei (Docente da Educação Básica)

hsmaffei@gmail.com

A presente pesquisa parte de uma análise dos materiais que compõem o chamado "Ensino Médio gaúcho", política e plataforma estadual que, atualmente, reflete o novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul. Na análise preliminar, percebe-se que a consequência no campo do currículo alia elementos de um tecnicismo neoliberal a uma compreensão de colonialidade do conhecimento histórico, referendando uma história linear de destino único em que o progresso de uma civilização euronorte cêntrica está selado desde os primórdios da História e de que não há espaço a críticas ou outras cosmo percepções do ser e estar no mundo. Esta investigação ainda está em fase inicial, de análise e crítica dos materiais e se inscreve na pesquisa mais ampla: "A formação de professores no contexto das políticas educacionais: a implementação e as relações entre o Novo Ensino Médio, a BNCC e a BNC-FP (2023/2026)". Dentre seus objetivos citamos: "sistematizar e analisar como as áreas de conhecimento são abordadas na documentação produzida pelos sistemas"; e "analisar os materiais didáticos produzidos para os itinerários formativos, as eletivas e a disciplina Projeto de Vida". A metodologia utilizada é de concepção hermenêutica-dialética em que sua costura oportuniza um poderoso instrumento de análise metodológica já que "enquanto a hermenêutica busca essencialmente a compreensão, a dialética estabelece uma atitude crítica" (MINAYO, 2014, p. 346). A

análise crítica fundamenta-se, entre diversas autorias, na leitura de Laval (2019), Goergen (2020) em relação à mercantilização da educação; Grosfoguel (2016), Lander (1993), Solano-Alpizar (2015) na conceituação da colonialidade e Bittencourt (1993, 2017, 2020), Santos (2021, 2024) no tangente ao ensino de história entre outras.

O SISTEMA MODULAR DE ENSINO EM MARABÁ: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Claudimir de Oliveira Espindola (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)
prof.claudimir@semedmaraba.pa.gov.br

A pesquisa analisa a implementação e os desafios do Sistema Modular de Ensino (SOME) no município de Marabá, Pará, com foco no ensino de História na educação do campo. Investiga-se a organização do sistema, a atuação docente, a carga horária e as metodologias empregadas em salas multisseriadas. O estudo adota abordagem qualitativa, baseada em análise documental, entrevistas com professores e observação de práticas pedagógicas. Os resultados indicam que o SOME amplia o acesso à educação em comunidades camponesas, mas enfrenta dificuldades como a falta de recursos didáticos, a alta rotatividade docente e a carência de formação específica para o ensino de História. Conclui-se que, apesar dos avanços, a efetividade do SOME depende de investimentos em infraestrutura, formação de professores e políticas públicas que valorizem os saberes locais e promovam uma abordagem contextualizada do ensino de História. A pesquisa contribui para o debate sobre a educação do campo e aponta caminhos para o aprimoramento da prática pedagógica nessa modalidade.

POLÍTICAS E REFORMAS PARA O ENSINO MÉDIO NA REVISTA HISTÓRIA HOJE

Sandra Regina Mendes (Universidade do Estado da Bahia)
srmendes@uneb.br

A Revista História Hoje (RHHJ), vinculada à Associação Nacional de História (ANPUH), oferece possibilidades de acompanhar o posicionamento de historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História em relação às mudanças implementadas na política educacional brasileira nos últimos vinte anos. Os textos que compõem o acervo do periódico- compreendidos como documentos- permitem acessar uma produção intelectual, problematizando suas concepções, posicionamentos e experiências socialmente partilhadas acerca do debate historiográfico sobre as políticas e reformas educacionais. O presente trabalho discute os resultados obtidos na investigação que buscou entender como as recentes reformulações do ensino médio figuram nos artigos publicados pela revista entre o período de 2013 a 2023. Trata-se de uma pesquisa histórico-documental de caráter qualitativo, mas que também fornece dados quantitativos acerca do volume de pesquisas que têm se ocupado dessa temática. Teoricamente nos aproximamos de um arcabouço histórico-crítico dialogando com, dentre outros/as, Saviani (2025) e Cury (2000). Concluímos sobre a necessidade de ampliação dos estudos, tendo em vista que, no recorte temporal estabelecido, são abordadas de maneira mais específica questões concernentes ao ensino médio integrado, não sendo postos aspectos acerca de uma reforma que desde 2013 vem sendo gestada e que incide diretamente no conhecimento histórico escolar.

PROJETO DE VIDA NA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO EM MATO GROSSO DO SUL: IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Samilly Kettlen de Albuquerque de Souza (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

samilly.albuquerque@ufms.br

Maria Aparecida Lima dos Santos (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

maria.lima-santos@ufms.br

Este trabalho ainda em andamento pondera acerca do significativo Projeto de Vida e sua trajetória de transformação de princípio pedagógico nas declarações legais a componente curricular nacional no contexto da Contrarreforma do Ensino Médio (instituída pela lei 13.415/2017). Destaca-se a centralidade assumida por esse significativo durante o processo de implementação em Mato Grosso do Sul, a qual identificamos ser parte de uma Economia Moral (Ball, 2014) baseada em noções e conceitos empresariais de cunho gerencialista (Santos, 2023). Ansiamos identificar os agentes envolvidos neste processo através da análise do fluxo de sentidos do significativo, levando à sua instituição como disciplina, induzindo produções de materiais didáticos e ressignificando o que entendemos por conhecimento. Interessa-nos concomitantemente pensar as decorrências desse processo para as/os profissionais licenciadas/os em História, que assumiram aulas dessa disciplina. Inicialmente, observa-se que a noção de Projeto de Vida nos documentos brasileiros antecede a Contrarreforma do Ensino Médio, chegando por meio de agendas globais da educação, e se revelando a partir de narrativas que atribuem à escola a responsabilidade pela construção de um futuro para os jovens. Tal processo se relaciona com o esvaziamento das disciplinas das humanidades que sofreram redução de carga horária durante a Contrarreforma, corroborando com um discurso que as coloca em posição secundária na formação discente (Goulart; Machado, 2023) e condiciona o aluno a conceber um projeto de vida intrínseco à expectativas mercadológicas. Mediante a pesquisa, identificamos que a implementação de Projeto de Vida como disciplina em Mato Grosso do Sul foi realizada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) (Santos, 2023). Para realizar essa investigação, reunimos um rol de documentos que serão analisados a partir dos princípios da pesquisa documental (Silva et al., 2009), e a perspectiva pós-fundacional (Laclau; Mouffe, 2015), e nos permitirão apresentar como se deu a trajetória da criação da disciplina no currículo de Mato Grosso do Sul, identificando os atores, projetos subjacentes, e as implicações para os docentes de História, compreendendo seu papel no projeto de tecnificação do ensino de História, mesmo neste momento (2025) em que Projeto de Vida deixou de ser disciplina e componente e foi assumido como premissa pedagógica do currículo e da política no estado.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: PRODUÇÕES E DEBATES

Kelly Dos Santos Carvalho (Universidade do Estado da Bahia)

kellycarvalho8000@gmail.com

Sandra Regina Mendes (Universidade do Estado da Bahia)

srmendes@uneb.br

O presente trabalho se refere a um recorte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento através da iniciação científica que objetiva problematizar e analisar os impactos que as Leis nº 13.415/17 e nº 14.945/2024 vêm provocando na formação histórica de estudantes de nível médio na Bahia, mais especificamente no Território de Identidade Costa do Descobrimento, abrangência do Núcleo Territorial de Educação 27 (NTE 27). Nesse momento inicial, tratamos dos resultados obtidos no levantamento efetivado no repositório de teses e dissertações da CAPES e no Google acadêmico sobre a produção acadêmica acerca da reforma do ensino médio na Bahia a partir de 2017. A abordagem metodológica versa na análise qualitativa (Gamboa, 2003), de caráter bibliográfico. Concluímos, em proveito, que os estudos envolvendo a temática ainda estão incipientes, referendando a relevância de pesquisas como a nossa para que se possa compreender as mudanças e os impactos que as reformas educacionais têm provocado na educação baiana em nível médio.

REFORMAS EDUCACIONAIS, NOVOS GERENCIALISTAS, FILANTROCAPITALISMO E NOVO ENSINO MÉDIO: IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Davi de Aquino Simões (Universidade do Estado da Bahia)

simoesdavi052@gmail.com

Maria Sigmar Coutinho Passos (Universidade do Estado da Bahia)

msspassos@uneb.br

A pesquisa tem como objetivo geral compreender como a nova configuração das políticas públicas educacionais, os processos privatistas e as redes políticas que se articulam em torno das reformas educacionais atuais, a exemplo da BNCC e do Novo Ensino Médio. Apresenta como referencial teórico os estudos do sociólogo britânico Stephen Ball por suas pesquisas no campo educacional e a relação com a globalização e avanço do neoliberalismo, sobretudo diante do surgimento de corporações privadas com poderio global e econômico que transcendem fronteiras nacionais. Nesse cenário, as políticas públicas educacionais, objeto desta pesquisa, estão cada vez mais submetidas aos interesses de organismos privados, como fundações, organizações não governamentais e instituições filantrópicas. Um exemplo significativo é a aprovação do Novo Ensino Médio, em 2018. Essa reforma contou com a participação ativa de grupos privados "filantrópicos", como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Itaú e a Fundação Bradesco, reunidos no movimento Todos pela Educação. Tais grupos formam redes políticas: "[...]Por redes políticas entendemos as redes constituídas por fundações, instituições filantrópicas, instituições privadas em articulação com o setor público e seus representantes[...]\" (GREGOL;CASIMIRO,2023,p.3). As redes políticas atuam, em certa medida, como um lobby dessas instituições, promovendo um projeto educacional alinhado aos seus interesses. Ademais, processos de privatização da educação por meio de políticas públicas ocorrem através da formação curricular, gestão escolar e oferta educativa (ADRIÃO;VENCO,2022). A metodologia da pesquisa foi centrada na Análise Documental e revisão bibliográfica. Os resultados preliminares demonstram a influência de setores privados para aprovação e representação de seus interesses no novo ensino médio e no fomento inicial da Base Nacional Comum Curricular. A presença do setor privado na elaboração de políticas públicas como formulação de currículo, especialização de professores, gestão escolar, sistema de avaliações, convênios escolares e parcerias público-privadas, é pautada em interesse mercadológico, de educação como produto lucrativo, e é perceptível a efetivação de um novo tipo de filantropia: o filantrocapitalismo.

TEMPO, MEMÓRIA E IDENTIDADE(S) EM DISPUTA NA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: A PRODUÇÃO DE ALTERIDADES NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL (CRMS)

Rejane Trindade Rodrigues (Docente da Educação Básica)

arejanetrindade@gmail.com

Maria Aparecida Lima dos Santos (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

maria.lima-santos@ufms.br

No horizonte teórico do nosso grupo, o currículo é concebido como campo discursivo em disputa, cuja tessitura revela escolhas políticas e historiográficas locais. O Currículo Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), inscrito no regime da BNCC, constitui-se como arena em que se entrecrocavam demandas e projetos de sociedade, nos quais significantes flutuantes disputam a hegemonia. Reconhecemos a natureza intrínseca entre discurso historiográfico e batalhas por identidade, entendendo o ensino de História como território de disputas de memórias coletivas (Anhorn; Monteiro, 2011) e de produção de alteridades, operando na demarcação de fronteiras simbólicas do pertencimento. Assim, privilegiamos a análise dos significantes "memória" e "identidade(s)" no CRMS, que revelam concepções de História

e remetem tanto a demandas de movimentos sociais quanto às formulações de grupos neoconservadores e neoliberais na disputa pela significação de conhecimento, escola e docência. Identificamos que esses significantes aparecem de forma seletiva, vinculados a eventos e práticas culturais específicas, como a Guerra do Paraguai, o Ciclo da Erva-Mate e o consumo do tereré. Nesse contexto, a História é convocada a estabilizar uma identidade regional coesa, conectando um passado selecionado a um presente desejado, organizando narrativa de pertencimento coletivo, sentidos afinados a projetos neoconservadores que disputam hegemonia no cenário da Contrarreforma (Ferreira, 2017) do Ensino Médio. Mais do que sentidos fixos, os usos de “memória” e “identidade(s)” funcionam como indícios e rastros (Ginzburg, 1989) que permitem flagrar deslocamentos, estratégias e tensões que atravessam o currículo. Ao acompanhar tais sinais, observa-se como se produz no CRMS um jogo instável de alteridades, marcado por disputas de tempo, memória e identidade.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Reflexões contemporâneas sobre a formação docente e o ensino de história: políticas, materiais didáticos e tecnologias digitais

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

162



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DE HISTÓRIA NA EAD: ENTRE SUA PRESENTE VIVÊNCIA E SUA SENTIDA AUSÊNCIA

Marta Margarida de Andrade Lima (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

martamargarida.lima@gmail.com

Icaro Felipe Santiago Gallindo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

icaro.gallindo@ufrpe.br

Andreza Jucelly da Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

andrezajucelly1220@gmail.com

Esta pesquisa, em andamento no Programa de Iniciação Científica (PIC) da UFRPE, investiga os cursos de licenciatura em História ofertados na modalidade de Educação a Distância (EAD) por instituições públicas federais e estaduais da região Nordeste, a partir da implementação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006. Considerando a lacuna existente na produção de conhecimento no campo do ensino de História sobre a formação docente nessa modalidade, levantam-se as seguintes questões: (i) o que se sabe sobre a formação de professores de História na EAD em instituições públicas de ensino superior? (ii) quais possibilidades e desafios emergem da política de expansão do ensino superior por meio da EAD? (iii) quais dimensões e concepções teórico-metodológicas diferenciam esses cursos? (iv) que mudanças e permanências podem ser destacadas nas propostas de formação docente em História? A investigação visa mapear a distribuição geográfica dos cursos, analisar os projetos pedagógicos, currículos e documentos normativos, buscando compreender a natureza teórica e metodológica da formação oferecida. Como pesquisa de tipo documental, adota procedimentos que incluem consulta a bases como E-MEC e SISUAB, organização e fichamento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), além da elaboração de quadros descritivos e matrizes de conformidade que relacionam concepções de ensino, perfis de egresso, uso de tecnologias e alinhamento às legislações educacionais. Os resultados parciais apontam a valorização da formação crítica do professor-historiador, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e o uso pedagógico das tecnologias digitais, ainda que se questione a integração entre teoria, prática e recursos tecnológicos. Observam-se ainda diferentes níveis de aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da educação básica e de História, bem como distintas formas de incorporação das demandas sociopolíticas e educacionais contemporâneas. Até o momento, foram sistematizados os PPCs de cinco instituições, com a construção de um acervo que poderá subsidiar novas pesquisas, reforçando a relevância acadêmica e social do conhecimento sobre os caminhos da formação docente em História na EAD, considerando especificidades regionais e desafios político educacionais.

AQUELAS QUE PADECERAM: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO JUDEU

Gustavo Gabriel da Silva de Castro (Docente da Educação Básica)

guastro18@gmail.com

O trabalho aborda o ensino de História e a ausência de relatos sobre a sobrevivência de mulheres de grupos segregados na Segunda Guerra Mundial, como ciganas, deficientes, judias e homossexuais. O objetivo é compreender as razões dessa ausência nos livros didáticos, marcada pelo positivismo que exaltava heróis masculinos e pelo eurocentrismo que valorizava apenas o que a elite considerava relevante. O estudo analisa o período da guerra, sobretudo a sobrevivência feminina nos campos de concentração, não tratada nos livros do 9º ano. A lacuna foi identificada a partir da análise de coleções didáticas, suprida pela leitura de obras literárias que contemplam gênero e perspectiva das mulheres. A questão central é: por que os didáticos não abordam a sobrevivência dessas mulheres? Para isso, foram analisadas três obras didáticas e discutidos trabalhos de autoras como Anne Frank, Lilian Ferreira de Souza, Evelyn Reis Bergamim, Silvelene Gomes de Souza, Bruna Krimberg Von

Mühlen, Marlene Neves Strey, Marlia Aguiar Façanha, Viviane da Silva Moreira, Joana Maria Pedro, Joan Scott, Ana Maria Marques e Moacyr Freitas. O referencial principal baseia-se em Lilian Ferreira de Souza e Ana Maria Marques. A metodologia é bibliográfica, adequada para aprofundar o tema, revelando que a ausência das mulheres persiste, considerando que há predominância na realidade escolar de fatos tradicionais do conflito. Essa identificação mostra que o ensino continua eurocêntrico e positivista, negligenciando grupos minorizados. Ressignificar os materiais é de suma relevância para que narrativas plurais sejam incluídas. Trazer a história das sobreviventes contribui para o desenvolvimento crítico, empatia e habilidades socioemocionais nos estudantes. Para professores, amplia possibilidades pedagógicas e torna as aulas mais significativas. A Lei 14.986/24 avança no reconhecimento da importância da história das mulheres, mas obstáculos curriculares ainda limitam sua presença. Assim, o trabalho culmina na proposta de um paradidático para o 9º ano, sugerindo estratégias que enfoquem a história das mulheres sobreviventes, buscando suprir lacunas e estimular docentes e discentes a explorar novas formas de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS DE GÊNERO NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS/ES DE HISTÓRIA EM PERNAMBUCO

Raquel Costa Antas (Docente da Educação Básica)
raquel.costa@reitoria.ifpe.edu.br

Este trabalho refere-se a um recorte da tese "O campo de estudos de gênero no currículo de formação inicial de professoras/es de história em Pernambuco", vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, cujo objetivo visa compreender as ausências e as presenças dos estudos de gênero em currículos da formação inicial docente em história, em cursos de licenciatura no estado de Pernambuco. Como locus, foram selecionadas a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Foram utilizados estudos de gênero, decoloniais e teorias pós-críticas do currículo como arcabouço teórico. Para análise de dados, foram empregados elementos da Análise de Discurso Crítica e da Análise de Conteúdo. O problema de pesquisa parte da busca da compreensão de quais propostas e concepções do campo de estudos de gênero estão presentes em currículos de cursos de Licenciatura em História, considerando, também, as ausências. A hipótese levantada foi de que, apesar da consolidação e expansão do campo de estudos de gênero nos últimos 50 (cinquenta) anos, esses conhecimentos não têm sido incorporados, na mesma proporção, em currículos de formação inicial docente em história. As fontes utilizadas foram os projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em História da UFPE e da UFRPE, legislações e políticas educacionais relacionadas à formação de professoras/es e um questionário aplicado às/aos discentes concluintes dos referidos cursos. A conclusão é de há, de fato, lacunas em currículos da formação inicial de professoras/es de história, no que se refere aos estudos de gênero, e que esses, quando inseridos, são trabalhados de forma memorizada e setorizada nesses currículos.

DOCÊNCIA EM TEMPOS INCERTOS DE CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR DIGITAL

Yomara Feitosa Caetano de Oliveira (Universidade Estadual do Piauí)
yomaraoliveira@ors.uespi.br

As salas de aula de História estão diante dos impactos do mundo digital disseminados nos espaços escolares, considerando esta uma questão inadiável para pensar qual ética docente estamos conectando a essa cultura digital, ainda em construção e, em grande medida, desconhecida. No esforço de compreender o tamanho dos desafios que se apresentam, o resumo apresenta um debate

sobre a emergência do digital no universo escolar, acadêmico e social, e nele identificamos uma geração de jovens pesquisadores brasileiros que buscam desvendar esses cenários contemporâneos. Bruno Leal Pastor de Carvalho (2018), com estudos publicados com vistas a compreender o impacto da internet no ofício do historiador e a aceleração do tempo no campo das humanidades, desde 2008 é fundador e editor-chefe do Café História, um portal cujo propósito principal é divulgar a História produzida no meio acadêmico para amplas audiências. Dilton Ribeiro do Couto Junior (2013), por sua vez, tem dedicado seus estudos a refletir como os processos de ensino-aprendizagem foram mergulhados na cibercultura das juventudes diante da imposição da circulação da cultura digital. As condições dadas pela cultura digital no ensino de História também constituem preocupação das pesquisadoras Anita Lucchesi (2014), essa aponta para História Digital; e, Marcella Albaine Farias da Costa (2019), volta-se para a noção da historiografia escolar digital em suas trajetórias de pesquisa. Costa e Lucchesi (2016) debatem de forma conectada a produção da escrita da História e do saber histórico escolar com novas dúvidas, possibilidades e experimentações, diante do digital na forma escolar atual. Esta questão da história em circulação também foi abordada no campo da historiografia digital pelo historiador norte-americano Roy Rosenzweig (2011), refletindo que, diante da abundância de fontes digitalizadas, cria-se uma improvável conexão entre história e internet, tendo em vista o advento do avanço tecnológico digital e não só analógico. Discorrer sobre a historiografia da história na cultura digital leva-nos a problematizar as questões dessa natureza dos saberes do ensino de História e da sala de aula diante da guerra cultural impulsionada no mundo digital pós-pandemia. Assim, esse tempo incerto trouxe para as salas de aula novos compromissos éticos na docência em história em tempos de Cultura Histórica escolar digital?

ENSINO SUPERIOR DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE

Micheli Gomes da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

micheli.silva@ufrn.br

Este trabalho é um excerto de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Neste texto apresentamos algumas discussões e problemáticas surgidas a partir do cotejo de bibliografias sobre o ensino superior de história e de documentos institucionais que normatizam o curso de graduação em história na UFRN. O objetivo geral desta pesquisa é investigar as concepções teórico-metodológicas expressas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) vigentes e nas práticas dos professores universitários do Departamento de História da UFRN, para compreender como o perfil profissional, definido para o curso de história, foi apreendido e efetivado pelos professores nas suas práticas de sala de aula. O recorte temporal adotado inicia em 2004, ano de implementação do primeiro PPP selecionado (elaborado para a licenciatura e o bacharelado em História), e encerra em 2022, ano em que a primeira turma de licenciatura foi formada com base no novo PPP de 2018, construído especificamente para o curso de licenciatura. A análise documental, ora apresentada, é a etapa inicial para compreendermos como se configura o espaço acadêmico do curso e como, nesse espaço, o ensino de história foi concebido e exercido. Como resultados parciais, apresentamos algumas indagações: Como as metas institucionais (para adoção de metodologias ativas nos cursos ou de promoção da inclusão e acessibilidade) são incorporadas no planejamento do curso de história e de suas disciplinas? Como articular o diálogo entre os departamentos de História e de educação, no intuito de integrar formação pedagógica e teórica/historiográfica para a licenciatura, se não asseguramos totalmente o diálogo entre as disciplinas do currículo de história? O apoio institucional (na figura da assessoria pedagógica) para o planejamento das práticas de ensino e aprendizagem em história é adequado para as demandas dos docentes? Como fomentar a formação continuada dos docentes universitários para além de suas áreas de pesquisa em História? A partir dessas reflexões, vamos elaborar os roteiros semi estruturados para orientar as entrevistas com alguns professores do curso de História com o intuito de compreender as concepções teóricas e metodológicas expressas pelos professores sobre o ensino de história.

ENTRE O TEXTO E O SILÊNCIO: LIVROS DIDÁTICOS E OS LIMITES DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA

Douglas Orlato Paes (Universidade Federal de Mato Grosso)

douglas.orlato@gmail.com

Valéria Filgueiras (Universidade Federal de Mato Grosso)

valeria.filgueiras@ufr.edu.br

A Lei nº 10.639/03 foi concebida como marco de ruptura no ensino de História, ao buscar inserir a história e a cultura afro-brasileira e africana na educação, confrontando a tradição eurocêntrica. No entanto, a análise dos livros didáticos do ensino médio revela que a presença da África ainda se mantém periférica, limitada e marcada por permanências incômodas. Esta pesquisa, fundamentada em revisão bibliográfica, discute essa incoerência a partir das críticas de Ana Célia da Silva (2005), que denuncia a invisibilidade e a estigmatização da população negra, e de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2005), que evidencia a reprodução de imagens que reduzem os africanos à escravidão. Dialoga, ainda, com Circe Bittencourt (2023), ao enfatizar o papel central do livro didático na prática docente, e com Santos, Pinto e Chirinéa (2018), que vinculam a lei ao combate ao epistemicídio. Embora o PNLD tenha promovido avanços, esses se mostram, em grande medida, burocráticos e protocolares, em vez de efetivamente transformadores. O argumento central sustenta que a consolidação de uma educação antirracista requer revisão crítica das narrativas históricas, formação docente consistente e superação do enredo eurocêntrico que insiste em marginalizar a África na história escolar.

ESCREVIVÊNCIA ACERCA DA HISTÓRIA DAS MULHERES MINORIZADAS NA SEGUNDA GRANDE GUERRA: TRAZENDO À TONA SUAS MEMÓRIAS

Gustavo Gabriel da Silva de Castro (Docente da Educação Básica)

gustavo18@gmail.com

A história das mulheres sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, sobretudo aquelas de grupos marginalizados, permanece ofuscada pelo positivismo e eurocentrismo que dominam os livros didáticos no Brasil do século XXI. No 9º ano, quando os estudantes começam a compreender a história contemporânea, deparam-se com essa ausência, tanto na História Geral quanto na do Brasil. O professor se vê diante de uma encruzilhada também, onde cumprir o currículo é uma das exigências prioritárias por parte das secretarias de educação, pois, como sempre dizem, as avaliações estão chegando e o estudante necessita compreender todas as temáticas previstas no planejamento do bimestre. Assim, aprofundar temas distintos torna-se quase impossível, e a história das mulheres que sofreram os horrores da guerra acaba esquecida. Um avanço recente é a Lei 14.986/2024, que torna obrigatória a inserção de perspectivas femininas no ensino básico. Contudo, sua efetividade esbarra na ausência dessas narrativas nos materiais escolares, que representam muitas vezes o único contato dos alunos com a historicidade. Diante disso, a pesquisa aqui relatada buscou discutir a memória dessas mulheres silenciadas. A inquietação surgiu a partir da pergunta de uma estudante sobre a ausência feminina nos conteúdos da guerra. A investigação constatou a omissão nos livros didáticos, o que motivou a elaboração de um paradidático como forma de resistência ao ensino tradicionalista e eurocêntrico. A escrita desse material, baseada em pesquisas bibliográficas, revelou-se um exercício profundo de contato com memórias de dor, luta e sobrevivência. O paradidático como instrumento para professores e estudantes, torna a compreensão da história da Segunda Guerra Mundial algo profundo e significativo, pois, além dos acontecimentos ditos como “tradicionais” e “importantes” outro viés da história pode ser identificado: a vida das mulheres excluídas por pertencerem aos grupos segregados (judias, ciganas, negras, deficientes físicas, homossexuais entre tantas outras), tornado suas vivências, um ato de resistência e despertando no presente, o sentimento de valorização

do outro, independentemente de qualquer fator, pois, todos, sem distinção, são sujeitos da história e merecem ser vistos.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: ANÁLISE CONTRASTIVA DAS EXPERIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS COM AQUELAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Luisa Teixeira Andrade (Universidade do Estado de Minas Gerais)
lteixeiraa@gmail.com

Este trabalho compõe uma das dimensões da pesquisa de pós-doutoramento em desenvolvimento na Universidade de Lisboa e tem como objetivo refletir sobre a formação inicial de professores de História a partir de um estudo contrastivo entre os processos de formação docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Unidade Ibirité) via Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/2025) com aqueles que ocorrem nas licenciaturas em História da Universidade de Lisboa. Com isso, pretende-se construir uma proposta de formação de professores no recém-inaugurado curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Acadêmica de Ibirité. Os aportes teóricos que fundamentam esta pesquisa estão ancorados no campo de estudos de formação de professores, em geral, e de História, em particular. Os procedimentos metodológicos de viés etnográfico incluíram entrevistas, pesquisa de campo e observação participante. Neste trabalho, de caráter exploratório, analisamos as práticas de formação inicial de professores de História da Universidade de Lisboa a partir de alguns pilares: relação universidade/escolas de Educação Básica; relação teoria e prática; finalidades da docência em História; concepção de História, de Educação e de ensino de História; currículo de Formação Docente em História. Entre os aspectos identificados destacou-se um contraste significativo: diferente do Brasil, o currículo de formação docente em História na Universidade de Lisboa é pautado no modelo 3 + 2: 3 anos de graduação em História contemplando conhecimentos específicos desse campo de conhecimento e 2 anos de mestrado em ensino de História contemplando conhecimentos da área da educação e de educação de história em particular.

O CENÁRIO DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM MATO GROSSO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Rívea Natchia de Paula Leal (Docente da Educação Básica)
rivealeal@hotmail.com

Esta pesquisa, em desenvolvimento no Doutorado Profissional em Ensino de História, investiga criticamente a imposição de metodologias ativas e tecnologias digitais no ensino de História na rede estadual de Mato Grosso, impulsionada por políticas como o programa "Educação 10 Anos". A partir de plataformas digitais monitoradas, ranqueamento de estudantes e padronização de materiais didáticos, identifica-se uma lógica educacional baseada em produtividade, eficiência e meritocracia, associada aos princípios do neoliberalismo. O estudo parte da constatação de que o discurso de modernização educacional frequentemente oculta imposições que fragilizam a autonomia docente e deslocam o sentido do ensino de História de uma formação crítica para uma lógica de resultados. A pesquisa propõe-se a analisar como essas diretrizes impactam não apenas a prática pedagógica, mas também os sentidos atribuídos ao ensinar História na contemporaneidade. O objetivo principal é tensionar a ideia de que a simples adoção de metodologias ativas e tecnologias digitais melhora o processo educativo, investigando se essas práticas estão a serviço de uma educação emancipadora ou da reprodução de valores mercadológicos. A pesquisa é qualitativa, com análise bibliográfica sobre neoliberalismo, educação e ensino de História; análise documental das políticas da SEDUC-MT; e investigação com professores. Utiliza-se a Análise de Conteúdo para interpretação dos dados. A fundamentação teórica dialoga com Freire (1996), Libâneo (2022), Tardif (2014), Dardot e Laval

(2016) e Leal (2024), entre outros. Freire sustenta a importância da mediação docente intencional, enquanto Libâneo atenta para a instrumentalização pedagógica promovida por uma didática funcionalista. Dardot e Laval evidenciam como o neoliberalismo opera como racionalidade reguladora de toda a vida social, incluindo a escola. A pesquisa de Leal (2024) identifica que mesmo recursos como jogos e games, quando usados sem criticidade, podem fomentar a competitividade, reproduzindo dinâmicas excludentes e individualizantes. Pretende-se contribuir com uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais contemporâneas e reafirmar a centralidade do professor e do ensino de História na formação de sujeitos emancipados e conscientes.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A REGULAÇÃO ALGORÍTMICA DA CULTURA HISTÓRICA: O OLHAR DOCENTE SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Éder Dias do Nascimento (Universidade Estadual do Paraná)
ederptga@gmail.com

Esta comunicação apresenta os primeiros passos da pesquisa de doutorado, provisoriamente intitulada "O que os professores de história pensam sobre a integração da inteligência artificial generativa no ensino?", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Estadual do Paraná, sob a orientação do professor Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes. Estados Unidos e Reino Unido iniciaram as primeiras experiências com o uso de inteligência artificial (IA) na educação entre as décadas de 1960 e 1980. Hoje, é evidente a disseminação dessa tecnologia nos sistemas educacionais e na vida cotidiana da população de vários países, por meio de sites, plataformas e aplicativos. Nesse contexto, professores e pesquisadores enfrentam o desafio da produção de formas de conhecimento não submissas às lógicas de domínio das grandes empresas de tecnologia, cujas práticas de controle da informação contribuem de modo sistemático para o apagamento, a manipulação e o silenciamento de memórias e identidades locais. Ganha relevância, nesse cenário, a investigação do relacionamento dos algoritmos com a cultura histórica, segundo Jörn Rüsen, a forma como uma sociedade compreende, narra e usa o passado para dar sentido ao presente e ao futuro. A regulação algorítmica da cultura histórica, resultado da interligação máquina e cultura, é algo recente e ainda carente de estudos baseados nas interações dos sujeitos com artefatos gerados pela IA (imagens, textos, sons e vídeos), demanda emergente no campo do ensino de história. Diante dela, a importância de compreender as visões dos(as) professores(as) de história em relação às potencialidades, as limitações e os riscos desse recurso no ensino e na aprendizagem histórica. Tal reflexão, alvo desta comunicação, é parte da investigação de doutorado em destaque. O público-alvo da pesquisa são os mestrandos e doutorandos do Profhistoria. Ela adota diferentes metodologias: a análise de conteúdo, entrevista, questionário e exploração de dados quantitativos a fim de contribuir com resultados para os debates acerca da relação das experiências docentes com as mudanças tecnológicas em curso.

O USO DE TICS NO ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Lélio Barbosa da Silva Filha (Universidade Federal do Pará)
leliolink20@gmail.com
Bruna Vanessa Rosário de Moraes (Universidade Federal do Pará)
bruna.moraesescast2gmail.com

O presente artigo analisa os impactos da pandemia de COVID-19 no ensino de História e as transformações decorrentes da incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto pós-pandêmico. Partindo de referenciais teóricos (Moran, Kenski, Nicolini e Medeiros) e de resultados de pesquisa anterior realizada em escolas públicas de Marituba-PA, buscou-se compreender

como as práticas digitais emergenciais, desenvolvidas no ensino remoto, se reconfiguraram e permanecem no cotidiano pedagógico. O estudo discute as permanências, rupturas e desafios da integração das TICs ao ensino de História, destacando tanto as potencialidades — como o acesso ampliado a fontes digitais, a personalização da aprendizagem e a mediação crítica do professor — quanto às limitações estruturais, como a exclusão digital e a defasagem na formação docente. Argumenta-se que a pandemia funcionou como um marco de aceleração do uso das tecnologias, mas que, no cenário atual, é indispensável superar uma concepção meramente instrumental, valorizando a formação crítica e cidadã dos estudantes. Conclui-se que a consolidação das TICs no ensino de História depende de políticas de formação continuada e de investimentos em infraestrutura, de modo a democratizar o acesso e potencializar práticas pedagógicas mais inclusivas, reflexivas e conectadas às demandas do século XXI.

OS CAMINHOS DOS PROJETOS DIDÁTICOS EM HISTÓRIA: APRENDIZAGEM E PROTAGONISMO NO PIBID

Marta Margarida de Andrade Lima (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

marta.andradelima@ufrpe.br

Juliana Alves de Andrade (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

julianadeandrade.ufrpe@gmail.com

Este trabalho consiste no compartilhamento da experiência vivenciada no PIBID História da UFRPE, cujo foco é a metodologia de trabalho docente por meio de projetos didáticos. A prática de projeto didático enquanto metodologia de ensino ativa permite o aprofundamento do conhecimento histórico por meio de uma leitura abrangente, relacional e significativa da realidade. Em vista disso, o PIBID de História da UFRPE adotou esse dispositivo pedagógico para a inserção de temas sensíveis (Gil, 2018) ou aprofundamento dos conteúdos do Currículo Editado (Caimi, 2021). Assim, nossa intenção é socialização da organização do trabalho docente e do processo de ensino-aprendizagem, tomando como referência o Projeto Didático. Partimos do pressuposto que os projetos promovem aprendizagens contextualizadas e significativas por meio de atividades questionadoras com debate de ideias, planejamento, pesquisa em diferentes fontes e construção de uma comunicação argumentativa entre pares, tornando o aprendizado dinâmico e interativo. Este movimento de aprendizagem acontece tanto com os estudantes da Educação Básica, quanto para os(as) licenciandos(as) de História, que durante o planejamento ou a execução do projeto o futuro professor é convidado a vivenciar competências essenciais como iniciativa, criatividade, aprendizagem social, trabalho em grupo, tomada de decisões, pensamento crítico e propositivo (Tempera e Tinoca, 2024)). Nesse sentido, o trabalho apresenta no primeiro momento, uma reflexão epistemológica sobre os Projetos didáticos como dispositivos pedagógicos, e num segundo momento, os caminhos trilhados pelos diferentes projetos didáticos e por fim, num terceiro momento os desdobramentos desse planejamento. Logo, os projetos didáticos permitem que os professores em formação não apenas compreendam os objetivos curriculares e a rotina escolar, mas que, sobretudo, desenvolvam habilidades profissionais, cognitivas, sociais, digitais e reflexivas para construção de uma formação sólida, contextualizada e efetivamente significativa. Por isso, consideramos ainda a relevância dessa metodologia para atuação dos professores supervisores das escolas participantes do PIBID, a partir da troca de experiências, do planejamento coletivo de atividades e o uso estratégico das tecnologias digitais.

PARA ALÉM DOS JOGOS: A MEDIAÇÃO DOCENTE E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Rivea Natchia de Paula Leal (Docente da Educação Básica)

rivealeal@gmail.com

Valeria Filgueiras (Docente da Educação Básica)

valeria.filgueiras@ufr.edu.br

Esta pesquisa, desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História, investigou o impacto de jogos e games no ensino de História para estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, em comparação à metodologia da Aprendizagem por Pares. Dialogando com teorias educacionais de Huizinga (2000), Costa (2017), Giacomoni (2013), Pereira (2013), Seffner (2013), Moran (2013, 2015, 2018), utilizou-se da observação participante e de grupos focais, sendo um grupo experimental (jogos e games) e outro de controle (Aprendizagem por Pares). A análise indicou que a aprendizagem histórica não depende apenas da adoção de metodologias ativas ou de recursos metodológicos, mas da qualidade da mediação docente e da articulação entre diferentes estratégias didáticas. Em ambos os grupos a explanação do professor emergiu como o elemento mais lembrado, confirmando sua centralidade na organização conceitual e na construção de sentidos históricos. Os resultados ressaltam a importância do professor na mediação do processo de aprendizagem, tanto na explicação dos conteúdos quanto na utilização dos recursos metodológicos. A integração de jogos, trabalhos colaborativos e recursos documentais e visuais pode enriquecer o processo, desde que vinculada a intencionalidades pedagógicas claras e comprometidas com a formação crítica dos estudantes. Assim, a pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda dos recursos e materiais didáticos e reafirma a importância da prática docente e contribui para a problematização de visões reducionistas que associam a qualidade do ensino apenas ao uso de metodologias ativas e resalta a importância da adaptação das estratégias pedagógicas às necessidades dos estudantes, visando promover uma aprendizagem mais eficaz e significativa, e da valorização da abordagem metodológica docente como elemento central na qualidade do processo de ensino aprendizagem.

QUE PERCEPÇÕES TÊM OS ALUNOS DO 1º CEB SOBRE O USO DA TECNOLOGIA PARA APRENDER SOBRE O PASSADO HISTÓRICO?

Vânia Graça (Universidade do Minho)
vaniaadias14@gmail.com

A tecnologia ajuda os alunos a contextualizar o passado histórico, visualizando objetos, cenários ou personagens históricos de forma concreta e real. Nesse sentido, quando o passado é explorado de forma interativa e envolvente, os alunos mostram-se mais empenhados e curiosos em aprender. Neste sentido, pretende-se compreender os contributos da integração das tecnologias digitais com metodologias ativas, operacionalizadas no modelo de aula-oficina para o desenvolvimento do pensamento histórico e consciência histórica de alunos do 1.º e 2.º CEB. Para este artigo, o foco reside nas percepções que os alunos do 1.º CEB apresentaram acerca do uso da tecnologia para aprender História. Trata-se de um estudo predominantemente qualitativo, no qual se recorreu à aplicação de um inquérito por questionário inicial e um focus group final aos alunos. Das ideias dos alunos foi possível criar um sistema de categorização, baseado nas técnicas de análise da Grounded Theory, no qual se evidenciaram: a) efeitos cognitivos, que remeteram para o processo de construção de conhecimentos históricos e que advém da utilização das tecnologias digitais nas aulas de História; b) efeitos socioemocionais que envolvem questões sociais e emocionais causadas pela utilização das tecnologias digitais nas aulas de História; e, por fim, c) funcionalidades, no qual as mencionam como potencializadoras de uma aprendizagem histórica mais interativa. Assim, é possível concluir que a opinião dos alunos do 1.º CEB sobre o uso da tecnologia para aprender História é positiva, associadas à motivação e facilidade de compreensão dos conteúdos históricos.

SOB A MÁSCARA DA INOVAÇÃO: TECNOLOGIAS, MATERIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Valéria Filgueiras (Universidade Federal de Rondonópolis)
valeria.filgueiras@ufr.edu.br

Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa de pós-doutoramento realizada sob a supervisão do Prof. Dr. Luis Fernando Cerri na UEPG, cujo objetivo é analisar a inserção das tecnologias digitais e a utilização de materiais didáticos eletrônicos no ensino de História na rede pública estadual de Mato Grosso, compreendendo suas implicações para a formação docente e a mercantilização da educação. A crescente adoção de plataformas digitais e pacotes didáticos padronizados, adquiridos de empresas privadas, suscita preocupações quanto à perda de autonomia pedagógica e à reconfiguração da escola pública como espaço de formação crítica e cidadã. A pesquisa, de natureza qualitativa, articula análise documental de políticas educacionais e materiais didáticos, além de entrevistas com professores da rede estadual. O referencial teórico ancora-se em autores que problematizam a mercantilização da educação e as reformas neoliberais (APPLE, 2003; BALL, 2004), assim como em reflexões sobre o papel crítico do professor e da escola pública (FREIRE, 1996; SAVIANI, 2008). A discussão acerca das tecnologias digitais fundamenta-se em Kenski (2012) e Moran (2015), que destacam suas potencialidades e limites. Contudo, na década atual, especialmente após a pandemia de Covid-19, esse processo assume novas dimensões: a plataforma da educação amplia a lógica mercadológica e articula-se aos mecanismos de coleta de dados e vigilância característicos do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019). Nessa perspectiva, professores e alunos tornam-se simultaneamente consumidores de soluções digitais e fontes permanentes de extração de dados, submetidos a novas formas de exploração e controle. Tais transformações impactam a autonomia docente, a experiência escolar e os processos de ensino-aprendizagem em História, evidenciando tensões entre interesses pedagógicos, econômicos e de vigilância. A relevância do estudo reside em problematizar a expansão dessas lógicas no espaço escolar e contribuir para o debate sobre autonomia docente e qualidade da educação pública.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: DISCURSO SOLUCIONISTA E PLATAFORMIZAÇÃO NA SEDUC/MT

Carlos Rodrigo Soares (Docente da Educação Básica)

carlosunix@hotmail.com

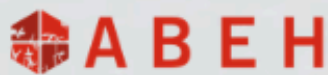
Este estudo apresenta os resultados dos trabalhos realizados no Mestrado em Ensino de História na Universidade Federal de Mato Grosso, concluído em 2024, buscando entender as relações entre o Ensino de História e as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC). Primeiramente passamos a realizar um levantamento bibliográfico fazendo um diálogo com as discussões da filosofia da tecnologia, partindo da perspectiva teórica da teoria ator-rede, de Bruno Latour e do realismo ontológico e limites analógicos discutidos por Ethan Kleinberg. Neste sentido, procuramos compreender o papel de uma História Digital no contexto contemporâneo e os discursos em torno de sua implementação na educação pública. Para isso, em segundo lugar buscamos as políticas públicas no estado de Mato Grosso para compreender as relações entre os discursos solucionistas tecnológicos e a racionalidade neoliberal. Em um terceiro momento, realizamos uma pesquisa empírica, através da análise de conteúdo, onde foi aplicado um questionário com os profissionais de História atuantes em 2023 nas escolas estaduais do polo da Diretoria Regional de Educação de Barra do Garças, no Mato Grosso. A partir desta pesquisa, percebemos a importância do desenvolvimento crítico em torno dos artefatos digitais no Ensino de História e do conhecimento da orientação de políticas públicas dentro de uma racionalidade neoliberal.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

Ensino de História e Anos Iniciais: desafios e possibilidades entre História e Pedagogia

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

172



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

GUGIE E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: CONHECENDO O PASSADO ATRAVÉS DO PRESENTE

Liz Santos Collares (Universidade Federal de Santa Catarina)

santoscollaresliz@gmail.com

Eduarda Dorneles Viegas (Universidade Federal de Santa Catarina)

dudadorneles.v@gmail.com

Adriana Angelita da Conceição (Universidade Federal de Santa Catarina)

adriana.a@ufsc.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de criação de um material didático para os anos iniciais do Ensino Fundamental na relação com o Ensino de História constituído por um roteiro didático, compreendendo uma versão com orientações para professoras/es e outra para estudantes. A atividade foi realizada no curso de Pedagogia da UFSC, junto à disciplina "Fundamentos e Metodologia do Ensino de História". A proposta teve como critério de produção a seleção de uma mulher indígena ou afro-brasileira, afim de reafirmar o compromisso com uma educação anti-racista e feminista e estabelecer diálogo direto com as leis nº 14.986, 25/09/2024, nº 11645/2008 e nº 10639/2003. A partir disso, elegemos a artista Gugie, uma mulher negra e muralista, e suas obras. A produção do material partiu da seguinte pergunta problematizadora: como as produções artísticas de Gugie podem promover a relação entre presente e passado, a preservação da memória e a compreensão das crianças quanto a sua condição de sujeito histórico? Assim, partimos da perspectiva da Nova História que rompe com a abordagem tradicional. Nesta apresentação, será abordada a versão do estudante do material. Por fim, a última atividade compreende o encaminhamento de uma proposta na qual às crianças são convidadas a escolher uma pessoa de suas vidas para selecionar fontes históricas sobre elas e destacar sua importância em seus cotidianos. O desenvolvimento do material didático, portanto, expõe a importância da produção de propostas didáticas em Ensino de História na formação da pedagoga.

A LEI 14.986/24 E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS FEMININAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tatiany Ayumi Ueda (Docente da Educação Básica)

tatiany.ueda@aluno.ifsp.edu.br

Flávia Preto de Godoy Oliveira (Docente da Educação Básica)

flavia.godoy@ifsp.edu.br

O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa em andamento, cujo foco é analisar as experiências e perspectivas femininas nos livros didáticos de História destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em diálogo com a Lei 14.986/24, que determina a obrigatoriedade da abordagem das experiências das mulheres no currículo escolar. Apesar da coleção analisada ter sido elaborada e aprovada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático antes da lei entrar em vigor, compreendemos que tais perspectivas já deveriam estar contempladas, pois possibilitam aos alunos refletirem criticamente sobre as relações de gênero ao longo da história. Neste recorte, discutem-se os resultados parciais da análise dos cinco volumes da coleção Pitangüá Mais, buscando identificar de que forma a obra aborda as experiências femininas e se contribui para uma educação antissexista. A metodologia combina análise documental e crítica dos livros com revisão bibliográfica fundamentada em autores que discutem gênero, feminismo e ensino de História. Os resultados indicam que, embora a coleção apresenta avanços em comparação a outros materiais, ainda persistem lacunas ligadas à invisibilidade das mulheres. Mesmo quando há destaque para figuras femininas, essa

abordagem costuma se restringir às orientações ao professor, limitando a reflexão crítica dos alunos, principais consumidores do material. Destaca-se, portanto, a relevância de abordar as concepções de “ser homem” e “ser mulher”, considerando que esses papéis se transformam historicamente. Assim, este trabalho busca identificar as potencialidades e lacunas dessas obras à luz da nova legislação, da BNCC e da historiografia dos estudos de gênero (Scott, 1995; Rovai; Monteiro, 2020), contribuindo para a construção de materiais mais inclusivos e críticos.

CONCEITOS E NARRATIVAS PRESENTES NA HISTÓRIA INDÍGENA ENSINADA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES E DE MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JACAREÍ - SP

Vitória Silveira Santos Domingos (Docente da Educação Básica)

v.silveira@aluno.ifsp.edu.br

Flávia Preto de Godoy Oliveira (Docente da Educação Básica)

flavia.godoy@ifsp.edu.br

Passados 17 anos desde sua promulgação, a Lei nº 11.645/2008 promoveu, como principal inovação, a inclusão de conteúdos relacionados à história e à cultura dos povos indígenas nos currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Considerando esse contexto, questiona-se: como ela se faz presente nas salas de aulas, ou seja, de que forma a temática indígena é abordada na Educação Básica? Especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, momento em que as crianças iniciam contato mais sistematizado com os saberes históricos, como as histórias dos povos originários estão presentes nos currículos e nas práticas docentes? A presente pesquisa propõe-se a responder, ainda que parcialmente, a esses questionamentos, tomando como objeto de investigação as narrativas e os conceitos mobilizados no ensino de História Indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, foram entrevistados(as) docentes atuantes no município de Jacareí, particularmente no 4º ano do Ensino Fundamental, etapa em que o ensino sobre os povos originários tende a estar mais presente no currículo escolar, com o intuito de delinear um panorama acerca das concepções e dos conhecimentos presentes no trabalho com temáticas indígenas. A pesquisa considera não apenas a forma como a temática indígena está inserida no ambiente escolar, por meio das percepções dos(as) professores(as), mas também analisa de que forma a formação inicial e continuada desses profissionais se relaciona com os desafios enfrentados no ensino de História Indígena. Além disso, busca compreender quais bases teóricas sobre a temática os docentes mobilizam em sua prática pedagógica.

CURRÍCULO EM AÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DOS MATERIAIS PRODUZIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Flávia Preto de Godoy Oliveira (Docente da Educação Básica)

flavia.godoy@ifsp.edu.br

Homologado em 2019, o Currículo Paulista foi o documento responsável pela implementação da Base Nacional Comum Curricular no estado de São Paulo. Seu cumprimento, de caráter obrigatório para as escolas da rede estadual, alcança, inclusive, instituições das redes de diferentes municípios paulistas, sobretudo no que concerne aos anos iniciais do Ensino Fundamental. De modo a efetivar as determinações curriculares presentes no documento de 2019, a Secretaria da Educação implementou, a partir de 2021, um material didático voltado tanto para estudantes quanto para professores: o Currículo em Ação. Trata-se de uma coletânea de cadernos, organizados bimestralmente, mas

distribuídos a cada semestre, que contém conteúdos e atividades elaborados de acordo com o Currículo Paulista. Diferentemente dos livros que compõem o PNLD, a produção desse material é realizada pela Coordenadoria Pedagógica da Secretaria da Educação sendo obras “únicas” para cada etapa, não havendo a possibilidade de escolha por parte de docentes e instituições. O presente trabalho é parte de uma pesquisa em estágio inicial que pretende analisar os materiais específicos da área de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando compreender como conceitos fundamentais para o conhecimento histórico são mobilizados. Inicialmente, dois conceitos orientarão a análise: a própria noção de História e as concepções de fonte histórica que permeiam os materiais voltados aos estudantes que compõem o Currículo em Ação. Para tanto, serão analisados tanto os conteúdos históricos escolares quanto os conteúdos pedagógicos dos cadernos, incluindo textos, atividades e materiais adicionais. Espera-se delinear as tendências historiográficas e as perspectivas de ensino presentes e de que modo se articulam com as diretrizes curriculares.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS ANOS INICIAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM LIVRO INFANTIL DE HISTÓRIA LOCAL

Rodolpho Santos (Docente da Educação Básica)
rodolphosantos09@gmail.com

Este trabalho discute como a literatura infantil pode ser utilizada como recurso pedagógico no Ensino de História, em especial no campo da Educação Patrimonial. A pesquisa, desenvolvida em Ouro Branco-MG, buscou compreender de que forma narrativas literárias voltadas para o público infantil podem sensibilizar os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental quanto à importância da história local e de seus patrimônios. A partir de uma investigação qualitativa e documental, foi elaborado o livro "Aventuras em Ouro Branco, Minas Gerais" e uma sequência didática destinada a professores, com o objetivo de apoiar práticas de ensino que aproximem o patrimônio histórico da realidade escolar, fortalecendo vínculos identitários e o pertencimento cultural dos estudantes. Este estudo é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido na Licenciatura em Pedagogia do IFMG – campus Ouro Branco, defendido em janeiro de 2022.

FORMAÇÃO CONTINUADA E AÇÕES EXTENSIONISTAS: UM DIÁLOGO ENTRE PEDAGOGIA, HISTÓRIA E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS

Adriana Angelita da Conceição (Universidade Federal de Santa Catarina)
adriana.a@ufsc.br

Nesta apresentação, iremos tecer considerações sobre o projeto de extensão “Vozes decoloniais na escola: saberes interculturais para a transformação social”. A equipe executora é formada por uma coordenação docente e estudantes de pós-graduação que desenvolvem pesquisas no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE, no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e o no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História PROFHISTORIA, todos vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e ao Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação- PROEXT-PG/CAPES/UFSC. O projeto tem como objetivo principal promover ações de extensão de modo a contribuir com a formação continuada e permanente de docentes da Educação Básica Pública, especialmente, pedagogos e pedagogas que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As formações acontecem em formato de oficinas/cursos e buscam promover o aprimoramento das relações entre os saberes acadêmicos e tradicionais, envolvendo as perspectivas teóricas e metodológicas do pensamento decolonial. As formações problematizam a interação dialógica como um princípio primoroso da ação de extensão, de modo que todas as partes possam aprender e ensinar, fazendo da reflexão – presente nos projetos de pós-graduação em desenvolvimento – uma ação efetiva de diálogo com os e as docentes da Educação Básica. Deste

modo, a partir da reflexão-ação as ações extensionistas vêm transformando as próprias pesquisas em curso, assim como, os espaços escolares envolvidos. As formações continuadas tematizam a educação antirracista, as leis 10639/2003 e 11645/2008 (Ensino de História Afro-Brasileira, Africana e Indígena), a Ecopedagogia e a Educação Ambiental e as práticas pedagógicas decoloniais. Neste sentido, na interação entre História e Pedagogia, na promoção de formações continuadas para pedagogas e pedagogos, como resultados parciais, consideramos que o projeto tem sido um campo fértil de análise, problematizando o lugar da extensão na pós-graduação e no estreitamento da relação entre escola e universidade, para que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja feita com e não para, acreditando que a transformação social, sobretudo, nos ambientes educacionais, acontece na construção de saberes e práticas que surgem do diálogo.

LETRAMENTO HISTÓRICO: UMA ABORDAGEM PARA OS ANOS INICIAIS ÀS LUZES DE PAULO FREIRE

Leo Jorge Peixoto da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)

leojpeixoto@gmail.com

Adriana Angelita da Conceição (Universidade Federal de Santa Catarina)

adriana.a@ufsc.br

O trabalho trata da ideia do letramento no Ensino de História nos Anos Iniciais, na perspectiva de 'leitura do mundo' como fundamento para a formação do senso crítico acerca da realidade e da consciência histórica para as crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental. O processo de construção identitária passa pelas dimensões do tempo histórico de cada ser humano, porém a consciência do EU como sujeito historicamente condicionado e inacabado passa pelo percurso de historizar-se para ter autoconscientização. O Letramento Histórico é uma abordagem que visa possibilitar o estreitamento entre História e Pedagogia na práxis docente.

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Mariana Scherdien (Universidade Federal de Pelotas)

mariana.scherdien@ufpel.edu.br

Wiliam Bonete (Universidade Federal de Pelotas)

wilian.bonete@ufpel.edu.br

O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados de uma pesquisa inicial, desenvolvida como bolsista de Iniciação Científica (IC) do CNPq no âmbito do grupo de pesquisa HEDUCA - História e Educação: textos, escritas e leituras, o qual investiga como a História é abordada no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História, no Brasil. Pretende-se demonstrar como a disciplina de história é estruturada na BNCC, buscando compreender quais habilidades são propostas e desenvolvidas nessa modalidade da educação básica, e se tais habilidades são contundentes para construção da consciência histórica dos estudantes. Busca-se identificar se existem caminhos para um letramento histórico que vise a formação de cidadãos críticos e reflexivos enquanto sujeitos históricos. Pretendendo compreender quais conceitos, conteúdos e temas são propostos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, analisando as indicações e orientações, quando existentes, de como os professores devem trabalhá-las na sala de aula. Assim, discute-se como ocorre de fato o ensino de História na primeira etapa do ensino fundamental, avaliando se essa prática é capaz de subsidiar a formação de estudantes críticos e preparados para as próximas etapas da educação básica. Para isso, analisa-se se as práticas docentes estão de acordo com os documentos normativos que as regem. Portanto, se discute a relevância e o impacto da BNCC

no ensino de História nos primeiros anos do ensino fundamental, considerando como tal documento molda a prática docente e afeta a vida dos estudantes em diferentes níveis de ensino e aprendizagem.

POR UMA DEFESA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA DE CRIANÇAS

Ana Claudia Urban (Universidade Federal do Paraná)

claudiaurban@uol.com.br

O presente resumo intenciona apresentar algumas reflexões a partir da defesa de uma aprendizagem histórica de crianças. Tal abordagem se justifica por entender que tal reflexão contribui sobremaneira na direção de considerar que crianças em fase de escolarização, aprendem História. Tal afirmação pode parecer, a princípio, desnecessária, mas em outros momentos da história do ensino de História foi considerado que não era oportuno ensinar História às crianças tendo em vista que as mesmas não tinham condições ou prontidão para aprender História. Com o advento de pesquisas que assumiram a criança como sujeito foi possível apontar que as mesmas se relacionam com a História das mais diversas formas, nesta esteira, há preciosas investigações do campo educacional em diálogo com os pressupostos do campo da Educação Histórica que, além de destacar a forma pela qual as crianças se relacionam com a História, contribuem indelevelmente para as reflexões sobre a aprendizagem histórica. Nesta direção o presente texto busca, inicialmente, destacar o significado das investigações que assumem a criança como uma construção social como também a importância das pesquisas sobre a aprendizagem histórica.

REFLEXÕES ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA ENVOLVENDO O MATERIAL DIDÁTICO: “QUEM VOCÊ PENSA QUE É, SEM A FORÇA DA MULHER?”

Adriana Angelita da Conceição (Universidade Federal de Santa Catarina)

adriana.a@ufsc.br

Luiza da Silva Gonçalves (Universidade Federal de Santa Catarina)

luizagoncalvespedago@gmail.com

Naylê Fabiula Pertuzzatti (Universidade Federal de Santa Catarina)

naylefabiulapertu@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento de um material didático para os anos iniciais do Ensino Fundamental na relação com o Ensino de História. A atividade foi desenvolvida no curso de Pedagogia da UFSC, especificamente, junto à disciplina “Fundamentos e Metodologia do Ensino de História” durante o primeiro semestre de 2025. A produção do material partiu da seguinte pergunta problematizadora: como a história das mulheres negras de Florianópolis, marcada por resistência em contextos de invisibilização, pode nos guiar na valorização de suas contribuições para a cultura e a educação? A produção do material didático considerou o que especifica as leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 14.986/2024 e estabeleceu como critério o uso de fontes históricas e a seleção de uma mulher afro-brasileira. Assim, escolhemos a educadora Uda Gonzaga nascida em 1938 na cidade de Florianópolis SC. Desenvolvemos um livro de atividades pensado para o 3º ano do Ensino Fundamental, possuindo como unidade temática, a partir da BNCC (2017), o lugar em que vive. O material didático, em formato de livro, “Quem você pensa que é, sem a força da mulher?” (fazendo referência ao título do samba enredo da escola de samba Copa Lord, 2014) é composto por quatro capítulos: Quem é Uda Gonzaga?, Quem foi Antonieta de Barros?, Rota das Lavadeiras e Sarau, respectivamente. Tivemos como base teórica autoras/es do campo do Ensino de História, como Oliveira (2010), Cainelli (2006), Fonseca (2000), Karnal (2009) e Tatsch (2009). Buscamos um diálogo entre História e Pedagogia, na produção de materiais críticos e reflexivos para o Ensino de História nos anos iniciais. Assim, objetivamos a criação de um material didático que proporcionasse a construção de um conhecimento histórico e crítico, a partir da leitura de mundo,

sobretudo, junto às perspectivas da História Local, assim, foram utilizados diferentes tipos de fontes históricas, como, por exemplo, letras de samba-enredo, fotografias, poemas etc. Dessa forma, concluímos que o desenvolvimento do material didático contribuiu para a nossa formação enquanto futuras pedagogas pesquisadoras e que atuam no campo do Ensino de História nos anos iniciais.

XIV PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Trânsitos no Ensino de História - Conexões, Saberes e Espaços
14 a 16 de Outubro

O Ensino de História e o Protagonismo Discente na Produção de Narrativas Históricas

REALIZAÇÃO



Associação Brasileira de Ensino de História

APOIO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

179



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

CULTURA, IDENTIDADES E SABERES DE EUNÁPOLIS (CISE) A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO LOCAL.

Agesmary Almeida Pereira (Universidade do Estado da Bahia)

agesmary018@gmail.com

Sandra Regina Mendes (Universidade do Estado da Bahia)

srmendes@uneb.br

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 22 de dezembro de 2017, estados e municípios passaram a reordenar seus currículos para atender aos preceitos nacionais, incluindo conteúdos que consideram as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Nesse contexto, implementou-se o componente curricular "Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis" (CISE) nas Escolas da rede municipal de ensino, com o objetivo de integrar conteúdos de história local e regional ao currículo escolar. Este trabalho, em andamento, visa analisar a implementação do CISE e sua relação com a valorização da história de Eunápolis-BA. A pesquisa fundamenta-se em discussões sobre História Local e Regional, destacando a importância de trabalhar escalas menores como bairro, cidade, grupos sociais e cultura material, valorizando professores, alunos e comunidade como produtores do conhecimento (Melo, 2015; Cavalcanti, 2019). A metodologia contempla análise documental dos documentos normativos do CISE e a BNCC e revisão bibliográfica sobre história local e regional, permitindo compreender como o CISE pode promover uma educação contextualizada, territorializada e centrada na valorização da identidade cultural de Eunápolis. Espera-se, assim, evidenciar que a implementação do componente curricular contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seu espaço social e histórico.

ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DA FOTOGRAFIA: UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA

Gleison Peralta Peres (Docente da Educação Básica)

gleisonpp@hotmail.com

Sônia Maria Zanezi Peres (Docente da Educação Básica)

soniazanezi@hotmail.com

Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

mariarosacavalcante@gmail.com

A utilização da fotografia nas aulas de história na educação básica tem se mostrado uma estratégia eficaz para promover o envolvimento dos estudantes com os conteúdos históricos, além de estimular a análise crítica e a compreensão visual do passado. Este trabalho busca explorar o papel da fotografia como recurso pedagógico na construção do conhecimento histórico, destacando sua potencialidade de aproximar os alunos de eventos, personagens e contextos históricos por meio de fotografias que traduzem momentos importantes da trajetória humana. O objetivo principal é demonstrar como a utilização de fotografias nas atividades didáticas pode contribuir para uma aprendizagem mais significativa e participativa. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica, analisando autores e estudos que abordam o uso de recursos visuais no ensino de história, bem como a importância das imagens na construção da memória coletiva e na compreensão do tempo histórico, dentre eles: Ciavatta (2012); Barthes (1984); Maud (1996); Kelby (2007); Lemos e Pastor (2018). A metodologia consiste na revisão de literatura em livros, artigos acadêmicos e publicações que abordam a temática, buscando fundamentar teoricamente a prática pedagógica com referências conceituais relevantes. Destacamos que a fotografia funciona como um documento histórico que possibilita a reflexão sobre o contexto social, político e cultural de diferentes épocas, além de estimular o olhar crítico dos estudantes frente às imagens e suas interpretações. Conclui-se que a integração da fotografia nas

aulas de história potencializa o entendimento do passado, promove o desenvolvimento de habilidades críticas e visuais, além de tornar o aprendizado significativo. Assim, a utilização de recursos visuais como a fotografia deve ser vista como uma estratégia pedagógica, capaz de transformar a maneira como o estudante compreende e valoriza a história, contribuindo para uma formação crítica e consciente.

O PROTAGONISMO DISCENTE NA COLEÇÃO 'ESTUDOS DE HISTÓRIA' DE LEDONIAS FRANCO GARCIA: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO BÁSICO

Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica De Goiás)

mariarosacavalcante@gmail.com

Considerando que o livro didático pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado na prática da sala de aula e que essa prática acontece levando-se em consideração as condições sócio-históricas da escola, proponho nessa comunicação pensar as possibilidades do protagonismo discente no ensino de história, para os anos finais do ensino fundamental, mediatizado pela Coleção Estudos de História adotada, nos anos 90 do Séc. XX, no Colégio de Aplicação da UFG, hoje CEPAE- Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. O destaque dessa coletânea evidencia-se nas atividades que propiciam o envolvimento do/da discente com o conhecimento histórico e a percepção das relações entre conhecimento e experiência social. A metodologia de trabalho proposta mobiliza os/as alunos/as para uma atitude de pensar o saber histórico, como um processo social e coletivo, que demanda envolvimento com o processo de ensino- aprendizagem, em que o/a professor/a assume a condição de facilitador/e orientador/a desse processo. A coletânea prioriza uma metodologia que contribui para que o/a aluno/a formule hipóteses, emita opiniões e desenvolva a capacidade de argumentar, numa relação dinâmica, em que o pensamento crítico é vivenciado a cada tema proposto. Identificar quando esse protagonismo discente acontece nesta Coletânea de Estudos de História, é uma forma, também, de honrar a memória da historiadora Ledonias Franco Garcia, autora da coletânea, que faleceu em 2015, e deixou-nos um trabalho que antecipou metodologias, temas e conceitos para a época.

ENSINO DE HISTÓRIA E PROTAGONISMO DISCENTE NO CONTEXTO DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS A PARTIR DE SABERES LOCAIS

Ivone Freitas Ramos (Universidade Estadual do Piauí)

euivoneramos@gmail.com

A cidade de São João do Arraial, no estado do Piauí, tem uma cultura e identidade muito forte com o extrativismo do babaçu, cuja produção é bastante significativa na região dos Cocais, que compreende a jurisdição estadual do Território dos Cocais, é uma área interestadual conhecida como Mata dos Cocais. Percebe-se que a história de São João do Arraial está intimamente ligada à extração do babaçu, fortalecendo a economia local a ponto de se criar uma moeda própria, chamada Cocal, e um banco na cidade, o Banco dos Cocais. Há também relações dessa produção com as narrativas sobre a cidade, seus festejos, seu artesanato e suas instituições de ensino, como a Escola Família Agrícola dos Cocais, localizada na comunidade Quente, zona rural do município, escola que oferece o Ensino Médio integrado aos cursos técnicos em Zootecnia, Agropecuária e Agroindústria. Diante disso, a presente proposta de comunicação, fruto de pesquisa de mestrado no PROFHISTÓRIA-UESPI, busca relacionar o extrativismo do babaçu com o ensino de história, tendo como base nossa atuação docente na Escola Família Agrícola dos Cocais. A pesquisa tem como objetivo investigar como o extrativismo do babaçu pode se constituir como meio para ensinar e valorizar a história local de São João do Arraial através de

possibilidades no ensino de história. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de caráter qualitativo a partir de fontes documentais, com realização de pesquisa bibliográfica e documental através da análise de livros, artigos, teses, dissertações, entre outras. Também buscaremos estabelecer atividades de pesquisa no ensino de história que também contemplem atividades práticas. Nessa perspectiva, utilizaremos do estudo do meio como metodologia na realização destas atividades de pesquisa, pois compreendemos que essa estratégia pedagógica abre possibilidades para o ensino de história uma vez que permite relacionar a realidade do estudante com os conhecimentos adquiridos no âmbito escolar. Por ser fruto de uma pesquisa em andamento, a comunicação não apresenta resultados e considerações finais.

HISTÓRIAS, ESCRITA E MEMÓRIAS PERIFÉRICAS- GUARDIÕES DA HISTÓRIA

Djama Oliveira de Souza (Universidade Federal de Goiás)

djalmaosclje@gmail.com

O projeto “Histórias, escritas e memórias periféricas” é um trabalho criado pela Profa. Deborah Oliveira e pelo Prof. Djalma Oliveira no qual eles instigaram os alunos (as) a escreverem e publicarem suas Histórias, expressões artísticas (poesia/desenho/música) e pesquisa histórica em forma de livro impresso. O Trabalho é pautado pela inclusão social, interculturalidade disciplinar e revisão conceitual dos conteúdos secularmente estabelecidos aos alunos (as) em sala de aula. O objetivo central deste projeto é se desprender da tradicional pedagogia conteudista que tem, por premissa preliminar, massificar a ideologia de que a periferia não produz arte e tampouco fez ou faz história. Assim, com o intuito de proporcionar o protagonismo do aluno em suas diversas possibilidades de interação cognitiva, o projeto se conecta aos preceitos metodológicos e conceituais ligados às escolas de pensamento decolonial. A execução do projeto se estende durante todo ano onde são feitas ações e oficinas instrutivas aos discentes do Col. Est. Prof. José Lopes Rodrigues (Ap. de Goiânia/GO) com o propósito de produzirem conteúdo os quais serão inseridos no livro impresso. Este projeto completa, em 2024, três anos e, por conta deste trabalho, já foram publicados dois livros. A primeira publicação, *Meditações periféricas* (2022), é um livro de poesia e de ilustrações, exclusivamente produzido pelos alunos e alunas. O segundo livro, *Marginália, Histórias e Memórias* (2024), é também uma obra de poesias e que conta com ilustrações dos meninos e meninas, no entanto é complementado com uma pesquisa na qual os discentes escreveram parte da história dos 33 anos do colégio mencionado. Em ocasião da publicação dos dois livros, foram feitas duas grandes festas em que os autores, alunos (as), deram autógrafos e dividiram suas experiências com os convidados.

LEITURA, ESCRITA E PESQUISA EM HISTÓRIA: APRENDIZADOS NA EJA A PARTIR DE XICA MANICONGO

Natalia Lucietto Potrich (Universidade do Estado de Santa Catarina)

natpotrich@gmail.com

Ensinar as habilidades de leitura e escrita é responsabilidade de todas as áreas do conhecimento no Ensino Fundamental. Na área de História, o trabalho com fontes históricas amplia as possibilidades de leitura de diferentes tipos de documentos e de produção de textos autorais. Nessa perspectiva, este trabalho analisa a narrativa criada por um estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Florianópolis a partir de uma atividade com fontes sobre Xica Manicongo. Desde 2001, a EJA em Florianópolis adotou a pesquisa como princípio educativo, e, nessa proposta pedagógica, os próprios estudantes escolhem os temas que desejam investigar e formulam as perguntas que orientam suas pesquisas. Este estudo, vinculado a uma dissertação que investigou as potencialidades do uso de fontes históricas nesse contexto, tem como objetivo compreender, por meio da análise da narrativa, o

que o estudante aprendeu. Para fundamentar a discussão, utilizamos Seffner (2011), ao abordar a especificidade da leitura e da escrita em História, e Freire e Faundez (1985), a partir do conceito de pedagogia da pergunta. A análise evidencia que o estudante compreendeu conceitos históricos e articulou o conteúdo estudado às suas próprias experiências.

O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CMTO JORGE HUMBERTO CAMARGO DE ARAGUAÍNA-TO

Jéssica Alves de Sales (Fundação Universidade Federal do Norte do Tocantins)
jessica.sales@ufnt.edu.br

O presente trabalho apresenta o projeto de pesquisa de mestrado que emerge do reconhecimento da importância de investigar as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História para alunos com TEA. Ao impactar a comunicação, a interação social e o comportamento, o TEA chega às salas de aula como um desafio para o qual a maioria dos docentes não estão preparados, o que torna crucial analisar como os professores de História têm abordado o ensino para os alunos com TEA, quais adaptações curriculares e metodológicas têm sido implementadas e quais os obstáculos encontrados nesse processo. A pesquisa foi desenvolvida com alunos autistas e os professores de História das turmas em que estão inseridos no Colégio Militar do Tocantins Jorge Humberto Camargo na cidade de Araguaína-TO a partir de uma metodologia qualitativa e da perspectiva do estudo de caso (Lüdke e André, 1986). Objetiva-se discutir o conceito de educação inclusiva no contexto do ensino de História; descrever a história e o contexto do CMTO Jorge Humberto Camargo, onde os sujeitos desta pesquisa estão inseridos; refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores de História do CMTO Jorge Humberto Camargo no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA); e produzir um manual do ensino de História para neuro divergentes que contenha atividades e conteúdos adaptados para que o professor trabalhe com alunos de diferentes condições neurais. Em suma, a pesquisa se fundamenta em um diálogo teórico que articula os princípios da educação inclusiva e as reflexões sobre o ensino de História no Brasil (Kelman, 2010; Mantoan, 2003; Klem, 2010; Orrú, 2007; Borges, 2018; Teixeira, 2020). Almeja-se, com a execução desse projeto, a construção de uma análise aprofundada sobre as potencialidades do ensino de História para esses alunos, contribuindo para que as escolas se tornem lugares mais inclusivos, críticos e significativos.

"OS SONS DO BREGA": PROTAGONISMO DISCENTE E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO ENSINO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Lívia Karolinny Gomes de Queiroz (Secretaria da Educação do Estado do Ceará)
livia.karolinny@gmail.com

A oficina "Os Sons do Brega" foi concebida com o objetivo de fortalecer o protagonismo discente e a consciência histórica dos estudantes sobre a Ditadura Militar (1964-1985). Utilizando músicas do gênero "brega" e documentos de censura como fontes, buscou-se ampliar a compreensão dos alunos, deslocando o olhar tradicionalmente centrado na repressão a nomes consagrados da MPB. A metodologia fundamentou-se na pesquisa-ação (Tripp, 2005; Thiollent, 2011) e na "aula-oficina" (Barca, 1999; 2004; 2006; 2012; 2013), que valoriza o estudante como agente na construção do conhecimento. A noção de consciência histórica (Rüsen, 2001; 2006; 2010) e a abordagem das representações (Chartier, 1988; 1990) também sustentaram o trabalho. Aplicada a 21 estudantes do Ensino Médio de escola pública em Quixadá/CE, a oficina teve 10 horas de duração, distribuídas em cinco encontros. A proposta incluiu sondagem inicial com questionário e produção de desenhos para mapear conhecimentos prévios sobre ditadura, censura e música "brega". Foram analisadas músicas

censuradas como Pare de tomar a pílula (Odair José), Animais Irracionais e O Caminhante (Dom e Ravel), Amigo Chico (Luiz Ayrão), Meu Pequeno Amigo (Fernando Mendes) e Tortura de Amor (Waldick Soriano), além de documentos censórios e entrevistas com artistas e censores. A análise das produções revelou que, inicialmente, os estudantes associavam a ditadura à tortura e à censura direta. Ao fim da oficina, seus desenhos indicaram apropriação mais crítica, abordando censura "não oficial", propaganda ufanista, múltiplas formas de violência e o negacionismo histórico. O processo evidenciou a capacidade dos alunos de construir narrativas autorais e conectadas ao presente, reconhecendo o "brega" como fonte legítima para compreender a sociabilidade ditatorial. A experiência reafirma o ensino de História como espaço de escuta, investigação e produção crítica, destacando o protagonismo discente na ressignificação do passado.

PRODUZIR SENTIDO NO ENSINO DE HISTÓRIA: METODOLOGIAS DIGITAIS PARA JOVENS EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE

Marcelo Santana de Oliveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
trabalho.profhistoria.marcelo@gmail.com

Susana Cesco (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
susana.cesco@unirio.br

Este trabalho analisa como as tecnologias digitais transformaram a circulação do saber histórico, rompendo o monopólio das universidades e deslocando o livro didático para um cenário em que sites, vídeos e redes sociais ocupam o centro. Esse novo ambiente amplia a interatividade e o acesso, mas fragiliza critérios de autoria e autoridade, abrindo espaço para conteúdos revisionistas e negacionistas que se difundem com grande alcance entre estudantes. Nesse contexto de pós-verdade, a produção da História enfrenta a crise de legitimação dos especialistas, a segmentação de públicos e a proliferação de narrativas que associam a verdade a identidades e experiências pessoais, muitas vezes interditando o debate. Como resposta a esse quadro, apresentamos uma proposta metodológica voltada ao ensino de História que busca aproximar a disciplina da experiência imediata dos jovens, ancorando-se no debate público e em linguagens digitais. A prática organiza-se em torno da produção de podcasts, articulando pesquisa, entrevistas e análise crítica, com foco na participação ativa dos estudantes. Mais do que transmitir conteúdos prontos, o método estimula a capacidade de interpretar falas, reconhecer dimensões temporais e compreender múltiplas causalidades. Dessa forma, o conhecimento histórico é trabalhado não apenas como informação, mas como exercício de produção de sentido a partir das experiências, das percepções e das expectativas.

Espera-se que esta metodologia transforme o ensino de História em um espaço de reflexão crítica e construção coletiva de narrativas fundamentadas, fortalecendo sua função social e oferecendo caminhos para lidar com os desafios da desinformação no ambiente digital.

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA COM LIVROS DIDÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Rafael Fiedoruk Quinzani (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
rafaelfiedorukquinzani@gmail.com

A apresentação discute as contribuições para a formação de professores proporcionadas em pesquisa de mestrado na qual investigamos os saberes que compõem o livro didático de História. Dentre nossos referenciais metodológicos, estão debates sobre a Análise de Conteúdo e Análise de Discurso. O principal conceito que inspira a investigação seria o de espaço escolar, que pensa a escola enquanto um ambiente com saberes e demandas próprias, não sendo e tampouco visando ser a reprodução de outras espacialidades. Em sincronia com nossos objetivos, a investigação ocorreu em três âmbitos. No primeiro, investigamos, como o espaço acadêmico dialoga, ou não, com essa diversidade de

elementos na forma pela qual aborda o livro escolar. Em sequência, discutimos que elementos são valorizados na trajetória popularizada sobre o livro escolar. Por fim, a pesquisa investigou coleções didáticas, demonstrando como diversas dimensões são integrais para usos e investigações baseados nelas. Dentre as conclusões, destaca-se a elaboração de uma nova definição para o livro didático de História. Quanto aos resultados que discutiremos na apresentação, estão a presença de apagamentos e supervalorizações em relação ao livro escolar, a demonstração de como os conceitos podem transformar a utilização desse material, a variedade de usos dele ao longo do tempo e a exposição de 18 elementos e saberes que estão dentre os integrantes de um livro didático.

CULTURA DIGITAL E CULTURA HISTÓRICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

Roberta Duarte da Silva (Universidade Federal de Pernambuco)
roberta.duartes@gmail.com

Este trabalho discute os desafios e possibilidades da formação de professores de História a partir da articulação entre cultura histórica e cultura digital no ensino superior. O objetivo central é compreender como as práticas docentes podem dialogar com as transformações trazidas pelo digital, sem perder de vista os fundamentos da didática da História e da construção da consciência histórica. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na análise bibliográfica e historiográfica, incluindo referenciais da Didática da História e Educação histórica, aliado com estudos sobre juventudes e cultura digital, bem como dados empíricos como a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2024), que revela o papel central das redes sociais, plataformas digitais e dispositivos móveis na vida de crianças e adolescentes. A fundamentação teórica destaca que a formação docente em História precisa articular as dimensões de interpretação, orientação e experiência do pensamento histórico, considerando os modos como a cultura digital reorganiza a produção e circulação de narrativas históricas. Entre os resultados parciais, destacam-se as análises de planos de aula elaborados por estudantes da licenciatura em História da UFPE, que evidenciam a apropriação da metodologia da aula-oficina de Isabel Barca e a criação de recursos digitais, mostrando o potencial criativo e crítico dessas práticas. Conclui-se que a integração entre cultura histórica e cultura digital pode fortalecer a literacia histórica e a formação crítica de professores e estudantes, embora ainda seja necessário aprofundar a reflexão sobre o papel das tecnologias no desenvolvimento das habilidades de segunda ordem, como análise de fontes, empatia histórica e consciência do tempo histórico.

CURRÍCULO, LIVRO DIDÁTICO E DISPUTAS DO SABER HISTÓRICO NO NOVO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO

Cinthya de Araújo Alves (Docente da Educação Básica)
profcinthyaalves@gmail.com

Este trabalho pretende analisar os impactos das reformas educacionais recentes no ensino de História, especialmente no contexto do Novo Ensino Médio (NEM) e do Currículo de Pernambuco, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 13.415/2017 e sua revisão pela Lei nº 14.945/2024, investigando os efeitos da reformatação curricular no referido estado e nos livros didáticos aprovados pelo Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) 2021. Procuramos entender como essas mudanças dialogam com o saber disciplinar da História, tendo em vista a inserção da disciplina na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ao lado de Geografia, Filosofia e Sociologia, e formatando os conteúdos no material didático de forma interdisciplinar. Esse processo, compreendido aqui como um movimento de “desdisciplinarização” da História, levanta questionamentos sobre o enfraquecimento de sua especificidade e sobre a forma como o conhecimento histórico vem sendo mobilizado na escola. O objetivo deste trabalho é investigar como essas alterações curriculares e dos

livros dialogam com o saber disciplinar da História, problematizando se elas favorecem ou fragilizam a autonomia e a função crítica da disciplina no Ensino Médio. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e analítica, que toma como fontes legislações, diretrizes curriculares e materiais didáticos distribuídos na rede pública de Pernambuco, entendendo-os como instrumentos centrais na mediação entre saberes acadêmicos e escolares. A fundamentação teórica ancora-se nos conceitos de consciência histórica e cultura histórica de Jörn Rüsen, articulados à noção de saber histórico escolar e às reflexões sobre o livro didático como mercadoria e artefato cultural. O estudo busca avaliar em que medida o currículo e os livros didáticos, frutos dessas mudanças, favorecem ou comprometem a construção de uma consciência histórica, refletindo sobre os limites e possibilidades do ensino de História em um cenário de flexibilização curricular.

OFICINA DE XILOGRAVURA NO ENSINO DE HISTÓRIA, RELATO DE EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA FURTUNADO SEVERIANO DA COSTA

Volgan Timbó Mendes Neto (Universidade Federal do Ceará)
volgantimbo@gmail.com

Busca-se com esse trabalho refletir sobre o ensino de História do Brasil do século XIX, através do uso da xilogravura, a partir de experiências pedagógicas aplicadas a alunos da 2ª série do ensino médio. A presente pesquisa faz-se importante por evidenciar e refletir sobre as possibilidades de inserção de aulas oficinas dentro da grade curricular da disciplina de História. O trabalho visa responder a seguinte questão, de que forma podemos desenvolver metodologias ativas no ensino de História, utilizando elementos da cultura popular como a xilogravura? Entendendo o conceito de identidade como um ponto de identificação, construído por meio de processos históricos, devemos considerar como a xilogravura foi inserida no contexto de formação de uma identidade cultural nordestina. A metodologia utilizada foi a realização de uma sequência didática que culminou com uma aula oficina de xilogravura para 30 alunos, dividida em 5 etapas, sendo três aulas teóricas e duas práticas. Essa proposta não apenas ampliou o repertório dos estudantes, mas também permitiu que eles se vissem como sujeitos ativos na construção do conhecimento, vivenciando uma metodologia que respeita e incorpora suas origens culturais. A articulação entre teoria e prática, proporcionada pela aula oficina, demonstrou a eficácia das metodologias ativas no ensino da História e reforçou a importância de incorporar práticas interdisciplinares no cotidiano escolar. Defende-se, portanto, que o uso da xilogravura no ensino de História não seja uma prática pontual ou isolada, mas parte de um projeto pedagógico mais amplo que compreenda o valor da cultura popular como campo legítimo de produção de saberes, contribuindo para uma educação mais crítica, inclusiva e significativa.

MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: O PAPEL PEDAGÓGICO DO MUSEU DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS NO CHILE

Thaís Alves do Nascimento (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
thaisalves477@gmail.com
Carina Martins Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
martinsgaruda@gmail.com

Este trabalho, parte do projeto Lições das Coisas (UERJ/FAPERJ), analisa iniciativas educativas de museus ibero-americanos a partir do Banco de Boas Práticas do IberoMuseus, que reúne cerca de 280 ações de 14 países. O estudo, estruturado em mapeamento e análise qualitativa, enfatiza a categoria Dever de Memória e Direitos Humanos, investigando o papel pedagógico e social das práticas museais. Os resultados parciais indicam uma forte relação entre políticas públicas de memória e

contextos democráticos latino-americanos, com destaque para Chile, Argentina e Uruguai. O caso do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago, exemplifica essa dinâmica, sobretudo com a ação educativa El mapa de mis derechos (2022), plataforma digital interativa que ensina cidadania e direitos humanos ao público infantil. Conclui-se que tais museus atuam como instâncias de justiça simbólica e aprendizagem crítica, promovendo cidadania e fortalecendo valores democráticos.

O DIÁLOGO ENTRE ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA RURAL FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO

Renata Cherubin Pereira Farinha (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

farinharenata@gmail.com

A permanência de uma estrutura agrária caracterizada pela concentração fundiária por parte das elites agrárias dominantes (DEZEMONE, 2002 p. 2), que produz miséria e exclusão na base da hierarquia social (GRYNSZPAN, 1998), tem se mostrado uma problemática histórica no campo brasileiro. Atualmente, o agronegócio é responsável pela concentração fundiária e de renda, o que por sua vez alimenta uma máquina produtora de desigualdade social e fome, envenenando pessoas, solos, corpos hídricos, fauna e flora, desmatando e queimando florestas. (GOLDFARB e JUNIOR, 2025 p. 3). Na intenção de mitigar críticas a respeito desse quadro e valorizar sua imagem, o agronegócio tem mobilizado a educação pública via projetos educacionais voltados a discentes e docentes (LAMOSA e LOUREIRO, 2014). Ao mesmo tempo, o ensino de História tem se distanciado do estudo das ruralidades, indo de encontro à incidência de temas ligados à História rural em exames de acesso à cursos de graduação e pós-graduação. Essa distância se verifica na educação superior e se reflete na educação básica. Este artigo tem como objetivo expor como o agronegócio tem mobilizado a educação pública tornando necessário e urgente ampliar o diálogo entre o ensino de História e a História rural, com objetivo de indagar o passado acerca de problemas históricos no campo. Para analisar a atuação do agronegócio na área da educação foram consultados os projetos "Agronegócio na escola", "Agrinho" e a organização "De olho no material escolar", já no campo do Ensino de História, nos debruçamos sobre diretrizes curriculares, disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação e seus respectivos exames de admissão. Como resultado, identificamos a importância do diálogo entre o ensino de História e da História rural como forma de escolher os passados de acordo com nossas demandas presentes (AVILA, 2018 p.43), onde a forma de se fazer e gerir a agropecuária praticada pelo agronegócio aprofundam problemáticas históricas no campo brasileiro.

O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA NOS ANOS FINAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM CARUARU: DISCUSSÕES A PARTIR DA LEI Nº 11.645/2008, DO PARECER CNE 14/2015 E DAS ENTREVISTAS COM DOCENTES

Wagner de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco)

wagner.wo@ufpe.br

Esta pesquisa discute o ensino da temática indígena no município de Caruaru, estado de Pernambuco. Após a aprovação da Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE 14/2015, a inserção da temática indígena no ensino vem provocando diversos debates, tanto no campo acadêmico quanto na Educação Básica. Os sistemas de ensino, bem como as unidades escolares e os/as profissionais da Educação são desafiados/as a discutir nas vivências escolares a história e as culturas dos povos indígenas. Essa tarefa tem revelado algumas dificuldades, pois existe um grande desconhecimento por parte da maioria dos/as brasileiros/as em relação aos povos indígenas, predominando imagens e discursos racistas, estereotipados e folclorizados. Caruaru é um município relevante no estado de Pernambuco,

destacando-se na sub-região Agreste em aspectos econômicos e populacionais. O Censo demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, contabilizou 599 indígenas na localidade, estando no cotidiano da cidade e consequentemente nos espaços escolares. Portanto, para entender a aplicabilidade da Lei nº 11.645/2008 com o Parecer CNE 14/2015 em Caruaru realizamos diálogos com pesquisadores/as e entrevistas com docentes atuando nos anos finais da Educação Básica pública visando responder as inquietações do estudo. Entretanto, os relatos dos/das entrevistados/as externaram preocupação quando pensando no ensino da temática indígena no município supracitado, ocorrendo uma grande distância entre a legislação e o vivenciado nas unidades de ensino.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO (LEDUCARR)

Delismar Sousa da Silva (Universidade Federal de Roraima)

delismarsousa9@gmail.com

Alessandra Rufino Santos (Universidade Federal de Roraima)

alessarufino@gmail.com

Francisco Marcos Mendes Nogueira (Universidade Federal de Roraima)

marcos.nogueira@ufrr.br

Arlene Oliveira Souza (Universidade Federal de Roraima)

arlene.oliveira@ufrr.br

Este trabalho, que foi finalizado pela iniciação científica, tem como objetivo refletir sobre a trajetória formativa do estudante de Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), na área de História, dando ênfase as metodologias de ensino de História, com abordagem local, utilizadas nos componentes da área de História. Para o seu desenvolvimento, foram evidenciadas, no processo de formação, as experiências educativas nas diferentes possibilidades de olhar a realidade e de pensar a si mesmo como protagonista de suas histórias individuais e coletivas. Sendo assim, foi possível problematizar a realidade do campo e o ensino de História, organizando as inúmeras possibilidades de pensamento crítico. O trabalho trata-se, portanto, de uma reflexão sobre o papel do curso de Licenciatura em Educação do Campo no processo de formação de profissionais para atuarem no ensino de História das escolas do campo. Nessa ótica, tornar-se professor de História em uma escola do campo é exercitar a luta por suas histórias, valores e reconhecimento, bem como enfrentar as diferenças sociais, econômicas e culturais no cotidiano articulado com as "Diretrizes Operacionais por uma Educação do Campo". Além dos aspectos já mencionados, este estudo classifica a Educação do Campo como fenômeno oriundo dos movimentos sociais e que preocupa-se com a valorização e a autoestima de educadores e educandos. No enfrentamento desses desafios, um dos pressupostos básicos da Educação do Campo é o reconhecimento de que os movimentos sociais do campo proporcionem o contínuo movimento para a melhoria das condições de vida do homem e da mulher do campo.

A GÊNESE E O IFÁ: ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA MITOLOGIA IORUBÁ NA REGIÃO CACAUEIRA (2025-2026)

Beatriz Pinheiro Muniz (Universidade Estadual de Santa Cruz)

bpmuniz.ppge@uesc.br

Ilka Miglio de Mesquita (Universidade Estadual de Santa Cruz)

immesquita@uesc.br

O presente trabalho integra uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz. Parte da

premissa de investigar como os terreiros se constituem enquanto espaços de conhecimentos ancestrais fundamentais para o ensino de História na educação básica e para a educação das relações étnico-raciais, por um viés decolonial. O objetivo consiste em analisar de que forma a pedagogia desenvolvida nos terreiros pode ser incorporada às práticas pedagógicas do ensino de História, atendendo às diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/2003, de forma a promover uma abordagem mais inclusiva e diversificada nos currículos. Para tal, a metodologia adotada é de natureza qualitativa com abordagem etnográfica, pelo trabalho com entrevistas de lideranças religiosas, a partir da metodologia da História Oral, e observação participante no terreiro Ilé Axé Ijexá Orixá Olufon, em Itabuna/BA, que subsidiarão a construção de dados posteriores. A fundamentação teórica articula o pensamento decolonial pela leitura de autores como Walsh (2009), Quijano (2005) e Fanon (2008), com os estudos sobre educação das relações étnico-raciais propostos por Gomes (2017) e Candau (2008), incorporando ainda as contribuições das pedagogias engajadas de bell hooks (2000) e a filosofia da ancestralidade elaborada por Oliveira (2007) e Prandi (2001).

ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO DE HISTÓRIA E LIVROS DIDÁTICOS

Crisnamurte Alves Carneiro (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

krisnahmurti@gmail.com

Este artigo parte de um recorte da minha dissertação de mestrado, intitulada: Colonialidade do saber: narrativas e iconografias indígenas nos livros didáticos de História do Colégio Estadual Ana Algemira do Prado, em Palestina de Goiás. Abordarei aspectos do ensino de História e como este tem considerado sua importância na formação de pessoas através da perspectiva decolonial. Deste modo, observando como este ensino tem considerado os povos indígenas brasileiros em relação ao processo histórico e étnico. Faz-se, também, um breve histórico acerca da constituição dos materiais didáticos e, em específico, sobre o livro didático de História, englobando ainda livros complementares, documentos, cartilhas, entre outros, os quais têm servido de base para o ensino no Brasil. Essa caracterização foi importante para que assim, o/a leitor/a possa ter um panorama sobre os processos de rupturas e continuidades acerca das narrativas e iconografias tratadas neles. Para isso, através da revisão da literatura, apresentarei reflexões sobre a origem e discussão do ensino de História, os livros didáticos enquanto suportes de poder da educação e como a disciplina História tem sido vista e discutida numa linha temporal. Nesse sentido, pretende-se colocar em evidência uma reflexão acerca da disciplina História e sua trajetória de ensino e seu suporte didático.

CARTOGRAFIA DA PRESENÇA NEGRA EM JOINVILLE: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Angela Maria Vieira (Universidade do Estado de Santa Catarina)

angelamaria.historia@gmail.com

O trabalho está em andamento e tem como propósito oferecer aos docentes de história uma proposta de ensino direcionada ao Ensino Médio que contemple a lei 10.639/03. A pesquisa tem como locus empírico a cidade de Joinville. Como é comum nas cidades do sul do país a historiografia oficial enfatiza o mito fundador europeu, associando essa origem ao progresso e pujança da cidade. A presente pesquisa propõe problematizar a hegemonia branca e eurocêntrica, sobretudo alemã que atravessa a historiografia local e o ensino de História, evidenciando a invisibilidade a que foram submetidos os grupos sociais não brancos. Busca-se, assim, ressaltar a participação ativa da população afrodescendente na conformação histórica da cidade, de modo a desafiar narrativas oficiais e ampliar o repertório interpretativo sobre o passado local. Para isso, apresentamos como recurso pedagógico e discursivo, uma proposta de cartografia, concebida como instrumento de valorização e visibilização das territorialidades, memórias e identidade negras. Elencamos quatro espaços de memória e resistência para desenvolver a pesquisa e compor a cartografia: Comunidades Remanescentes Quilombolas Beco do caminho Curto, Ribeirão do Cubatão, Sociedade Beneficente Kênia Clube e Cenotáfio em memória a 14 negros sepultados no Cemitério dos Imigrantes. A metodologia empregada está sendo a análise crítica das seguintes fontes: jornalísticas, produções acadêmicas, decretos, sites, entrevistas, legislação educacional. A plataforma digital: Google Earth está sendo utilizada como recurso metodológico e pedagógico, possibilitando a construção da cartografia e das propostas de atividades para os docentes.

DESAFIOS DE TRABALHAR O ORIENTALISMO ENTRE TURMAS DE SEXTO ANO DO FUNDAMENTAL

Vitória Lindner (Universidade Federal de Santa Maria)

vitoria.lindner08@gmail.com

Francisco De Paula Sousa De Mendonça Júnior (Universidade Federal de Santa Maria)

Este resumo apresenta os resultados de uma intervenção, realizada no contexto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com uma turma de sexto ano do ensino fundamental, que teve como objetivo central fazer uma transposição didática sobre Orientalismo, a partir de Edward Said, abordando temas que permeiam o senso comum e estereótipos. O problema estudado foi a dificuldade dos alunos em identificar e questionar as narrativas hegemônicas e orientalistas presentes em produtos culturais que consomem, como filmes, desenhos animados, séries e novelas. O objetivo do trabalho foi utilizar o conceito de Orientalismo como uma ferramenta para desenvolver o pensamento crítico dos estudantes, ensinando-os a desconstruir o imaginário construído sobre o "Oriente" e a compreender as construções históricas por trás dessas representações. A metodologia empregada consistiu na análise de mídia popular (filmes como Aladdin e Star Wars, novelas como Caminho das Índias e memes popularizados na Internet), seguida por discussões que incentivaram a reflexão e o questionamento e, ao final, a elaboração de um breve resumo por parte dos alunos com suas reflexões sobre o assunto. Ao longo da atividade, percebeu-se os estudantes com uma capacidade notável de identificar estereótipos e de reconhecer que as imagens consumidas não representam a diversidade e a realidade das culturas retratadas. Concluiu-se que é possível e fundamental abordar temas complexos com estudantes do ensino fundamental, desde que a abordagem pedagógica seja adequada, abarcando o universo cultural deles. A intervenção foi pensada para contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de analisar representações e conhecimentos construídos na base de estereótipos.

DO CAIS DO PORTO À PRAÇA XI, TUDO É PEQUENA ÁFRICA? REDESCOBRINDO CAMINHOS, LUGARES DE AFETO E MEMÓRIAS E TRAÇANDO CURRÍCULOS E PRÁTICAS "OUTRAS"

Daniela Lemes Couto Cardoso (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

profdanicouto@gmail.com

Helena Maria Marques Araújo (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

helenamaraujo2023@gmail.com

A presente pesquisa tem como temática geral a educação antirracista através de Aula(s) de Campo, como possibilidades pedagógicas e complementares para o ensino de História escolar. Apresenta um debate teórico que entrelaça a pedagogia decolonial, a educação intercultural crítica, a pedagogia libertadora, memórias contra hegemônicas e o ensino de História. O percurso analisado ocorreu numa área da Pequena África, - nos bairros da Cidade Nova e Estácio, na cidade do Rio de Janeiro -, em geral não considerada pela historiografia tradicional como pertencente a essa região carioca. Portanto, o alargamento dessa territorialidade nos faz repensar os valores culturais, histórias e memórias afro diaspóricas da região e que foram e continuam sendo permeados por silenciamentos, invisibilidades e opressões sofridas e impostas aos grupos afro descendentes até aos dias atuais. Traz o debate através da Aula de Campo sobre os lugares de memória contra hegemônicos, invisibilizados, personagens históricos do povo negro não valorizados na sociedade e no ensino de história. Também abordamos brevemente projetos neoliberais presentes no sistema educacional brasileiro, que têm como objetivo a manutenção do pensamento colonial racista perpetuando colonialidades do poder, do saber e do ser. Apresenta as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 como marcos legais impulsionadores para o ensino de história se desenvolver em outras bases epistemológicas, com narrativas visibilizadoras das potencialidades do povo negro, seus ofícios e suas tecnologias, seus personagens, fazeres e saberes. Por fim, apresenta uma análise dos resultados da prática da Aula de Campo com os estudantes do Ensino Médio, onde defendo que deve ser incorporada como uma estratégia pedagógica permanente, especialmente no ensino de História.

ENSINO DE HISTÓRIA, E A VALORIZAÇÃO DA ANCESTRALIDADE NEGRA EM MARTINS PINHEIRO MARACANÃ PA

Leidison Oliveira Ferreira (Docente da Educação Básica)

leidisonof@gmail.com

Luiz Augusto Pinheiro Leal (Universidade Federal do Pará)

Este trabalho em andamento, faz parte da minha dissertação em construção, pelo Mestrado Profissional em Ensino de História. Em suma, o objetivo que proponho com essa pesquisa é trazer para o ambiente escolar uma abordagem histórica que privilegie os saberes e a ancestralidade da comunidade de Martins Pinheiro, Maracanã PA., ao ponto de que estes, apesar de presentes nas práticas culturais do lugar, como através das rodas de Carimbó ou do festejo de São Benedito, muitas vezes não são reconhecidos conscientemente entre os participantes e estudantes, como uma cultura afro-amazônica, que está intrinsecamente ligada a sua ancestralidade quilombola. Nesse sentido, abordar esse passado nas aulas de História, assim como construir significados para a vida prática do alunado a partir deste, é um dos objetivos centrais que tenho neste trabalho. Que tem também como intenção primordial a colaboração das discussões no contexto escolar da História e cultura afro-brasileira e africana, tal como aponta a lei 10639 de 2003. Entendo que a problemática em torno das dificuldades do reconhecimento de uma identidade negra presente na História Local de Martins Pinheiro/PA, está relacionada com a colonialidade, tal como é defendida por autores como Anibal Quijano (2010) e Catherine E. Walsh (2009). Assim, a fundamentação teórica que este trabalho tem proposto, procura trazer autores que fazem parte da epistemologia decolonial, e afrocentradas, afim de propor uma visão não eurocentrada do saber educacional, por exemplo, pensadores como Paulo Freire (1996), Nilma Lino Gomes (2017) e Hampaté Bâ (2010), são alguns dos autores que tem ajudado a pensar este trabalho.

MARCAS (IN)VISÍVEIS E DURADOURAS DA ESCRAVIDÃO: LEITURAS A CONTRAPELO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Julia Quezia Nunes Boina (Universidade Estadual do Paraná)

luliaquezia.jq@gmail.com

Cyntia Simioni França (Universidade Estadual do Paraná)

cyntiasimioni@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo produzir conhecimentos histórico-educacionais a partir de práticas de rememoração, tendo como eixo de reflexão o racismo no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2024, com estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola estadual localizada na cidade de Boa Esperança – PR. Os alunos foram instigados a narrar suas experiências e percepções sobre o racismo na sociedade brasileira. A metodologia adotada foi fundamentada nas reflexões do filósofo Walter Benjamin (1985), utilizando práticas de rememoração por meio de alegorias — músicas, obras literárias, fragmentos fílmicos, jornais e imagens — que estimularam as memórias dos estudantes na produção de narrativas escritas e iconográficas. Essas narrativas foram organizadas em mônadas, conforme o aporte teórico-metodológico benjaminiano, contribuindo com a reflexão crítica sobre injustiças sociais e preconceitos enfrentados pelos afro-brasileiros no país. Além disso, a pesquisa adota uma perspectiva decolonial, buscando superar visões unilaterais e promover diálogos mais inclusivos e plurais. Como resultado, foram elaborados materiais didáticos e produções dos estudantes sobre o tema, voltados ao ensino das relações étnico raciais, assim como um site intitulado Histórias a Contrapelo, no qual esses materiais estão disponíveis ao público.

MISSIONARISMOS E PROCESSOS EDUCATIVOS NA AMÉRICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS JESUÍTAS LUSO-FRANCESAS NA COLONIZAÇÃO DAS ALMAS (SÉCULOS XVI-XVIII)

Guilherme Lima Heide (Universidade Federal de Viçosa)

guilherme.heide@gmail.com

Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal de Viçosa)

angeloassis@ufv.br

Este trabalho analisa comparativamente as práticas missionárias jesuíticas desenvolvidas no Brasil e na Nouvelle France (séculos XVI-XVIII), com ênfase em seus efeitos pedagógicos e interculturais. Parte-se da compreensão de que a colonização das Américas não se limitou à conquista política e econômica, mas envolveu também a construção de um projeto educativo e catequético voltado à transformação dos povos indígenas. A pesquisa examina cartas missionárias, regulamentos coloniais e representações visuais, discutindo como os aldeamentos funcionaram como espaços de escolarização forçada e disciplinamento cultural. No Brasil, a catequese articulou-se à violência colonial e ao trabalho compulsório, reforçando a imposição de costumes europeus. Já na Nouvelle France, a fragilidade material da colônia levou a métodos mais dialógicos, registrando inclusive críticas indígenas à sociedade europeia. Essa comparação evidencia que a catequese foi, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e campo de negociação cultural, no qual os povos indígenas reinterpretaram e resistiram às investidas missionárias. Ao destacar a dimensão pedagógica do projeto colonial e a agência indígena, o estudo contribui para debates contemporâneos sobre ensino de História em perspectiva decolonial e intercultural, valorizando as vozes nativas como parte constitutiva da História da Educação e da memória indígena nas Américas.

O RIO ARARANGUÁ (SC) COMO SUJEITO HISTÓRICO: UM ITINERÁRIO DE MEMÓRIA AMBIENTAL PELAS CURVAS DO RIO

Carlos Renato Carola (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

crc@unescc.net

Matheus dos Santos Mathias (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

santosmatias99@gmail.com

Tainá Blasius Baggio (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

blasiusustaina@gmail.com

O rio Araranguá está localizado na região Sul de Santa Catarina. Sua importância regional se expressa no nome atribuído ao município, no percurso de seu trajeto em direção ao mar — que atravessa o espaço urbano central da cidade — e na denominação da bacia hidrográfica do Vale do Araranguá. O povoamento humano e a expansão urbana em suas margens se desenvolveram a partir do século XIX, sobretudo com o processo de emancipação política em 1880. Por meio de fontes documentais, orais e iconográficas, observamos diferentes visões e descrições do rio elaboradas por distintos grupos sociais em variados contextos históricos, bem como os impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos ligados ao “progresso” econômico, que ainda imperam em Santa Catarina e no Brasil. Este trabalho constitui um percurso investigativo orientado pelas seguintes questões: concebendo o rio como um ser vivo integrante do mundo de Pachamama, o que ele nos provoca a ver e a pensar? Que narrativas sobre as ações humanas ele nos convida a conhecer ao longo do tempo? Que tipos humanos e atividades de impactos ambientais ele nos dá a ver? Como os moradores das comunidades da Barranca, Hercílio Luz e Ilhas se relacionam com o rio? E como as crianças das escolas locais interagem com o Araranguá? Por meio de pesquisa de campo, documental e de história oral, buscamos reconstituir uma memória ambiental na perspectiva do rio como sujeito histórico, no período de 1880 a 2020. No evento, pretendemos compartilhar uma primeira versão dessa memória, por meio de depoimentos, imagens e saberes, propondo uma possível trilha de História Ambiental pelas curvas do rio Araranguá.

PROJETO: “NOSSA AMAZÔNIA, NOSSOS GOSTOS, NOSSO JEITO DE SER” NO CONTEXTO DO PIBID HISTÓRIA UFRR: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOCENTE NA CONJUNTURA DA TRADIÇÃO RIBEIRINHA

Edivan de Souza Nascimento (Universidade Federal de Roraima)

edivannascimento20@gmail.com

João dos Santos Cunha (Universidade Federal de Roraima)

josanacademicoufrr@gmail.com

Natália da Silva Cruz (Universidade Federal de Roraima)

nataliacruz521@gmail.com

O presente texto tem por objetivo comunicar o projeto: “Nossa Amazônia, nossos gostos, nosso jeito de ser”, realizado na Escola Estadual Santa Catarina, localizada na comunidade Santa Rita, zona rural do município do Cantá no Estado de Roraima. Faz parte de uma estrutura maior que é o PIBID/UFRR/HISTÓRIA, financiado pela Capes. O projeto foi efetuado com os/as alunos/as da turma da primeira série do ensino médio, juntamente com os/as pibidianos/as e tendo a supervisão da professora Natália Cruz. O foco do trabalho foi fazer os/as alunos/as refletirem sobre as peculiaridades da região amazônica, como a culinária e sua relação com social, cultural e o econômico. Objetivamos iniciar a discussão a partir da realidade local dos discentes e valorizar os seus saberes ancestrais dessa comunidade da região amazônica. No tocante à metodologia, as atividades foram divididas em três aulas, a primeira parte com intuito teórico, na segunda, produções de materiais que teve participação direta dos/as alunos/as nas fabricações de desenhos e na terceira e final com a culminância do projeto com explicações dos conteúdos e exposições dos materiais produzidos pelos/as alunos/as. O

trabalho foi pensado conforme a pesquisa dos autores (Silva et al. 2023) que lida com a questão de refletir sobre a educação escolar decolonial a partir das perspectivas de bell hooks e Paulo Freire, visando potencializar os saberes dos/as alunos/as para uma educação libertadora.

ZUNGUEIRAS DO LUBANGO E 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA O QUE IMPACTOU AS SUAS VIDAS!

Matias Eduardo Chimbalandongo (Universidade Estadual do Paraná)

chimbalandongomatias6@gmail.com

Cyntia Simioni França (Universidade Estadual do Paraná)

cyntiasimioni@yahoo.com.br

Este trabalho reflete sobre os 50 anos da independência de Angola a partir das experiências das zungueiras do Lubango, mulheres que atuam no comércio ambulante e que, apesar das adversidades, se consolidaram como protagonistas de resistência social e econômica. O artigo tendo a sua esteira a História Pública e na perspectiva decolonial, visa deslocar o foco das grandes narrativas oficiais e dar centralidade às experiências de quem sustenta a vida nas margens da economia informal, recuperar, documentar e socializar saberes que, muitas vezes, são vistos como periféricos, mas que na verdade são centrais para a compreensão da história Pública, social e urbana de Angola, daquelas pessoas que luta pelo direito à cidade. Inspirando-se em autores como Benjamin, Certeau, Quijano e Harvey, o estudo evidencia de como tem se dado a colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero, ainda presente no cotidiano angolano. Ao escutar e interpretar as memórias das zungueiras, este trabalho amplia o campo da História Pública em Angola, reconhecendo a memória como meio de produção de conhecimento historiográfico. Mais do que agentes econômicas, as zungueiras aparecem como sujeitos históricos que reinventam práticas e constroem alternativas diante das limitações impostas. O texto propõe, assim, a valorização das suas narrativas como parte essencial do patrimônio histórico do país.

A TEMÁTICA INDÍGENA NO CONTEXTO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Helga Karina Moreira (Universidade Estadual do Paraná)

moreira.helga@escola.pr.gov.br

Este trabalho, ainda em andamento, está vinculado ao Mestrado Profissional em História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – campus Campo Mourão, na linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar e vem sendo desenvolvido com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de evidenciar a presença indígena local desde tempos remotos, contrapondo-se ao discurso do “vazio demográfico”, que atribui aos pioneiros o papel de desbravadores de terras supostamente inabitadas e selvagáticas, conforme perpetuado pela história oficial. Diante disso busca-se investigar a presença indígena no território paranaense, com foco na microrregião do Vale do Ivaí, sobretudo na segunda fundação da vila espanhola, Villa Rica Del Espíritu Santo, visando desconstruir narrativas históricas que invisibilizam os povos indígenas e promover práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas, conforme previsto na Lei 11.645/2008. Para isso, venho adotando uma abordagem interdisciplinar que articula pesquisa bibliográfica e documental com base em estudos arqueológicos, históricos e antropológicos, discutindo a ocupação indígena desde tradições pré-históricas como Humaitá, Humbu e Sambaquis até os grupos Kaingang, Xokleng, Guarani e Xetá, e suas interações com colonizadores espanhóis, jesuítas e bandeirantes. Os resultados parciais apontam para a necessidade de reconhecer os indígenas como sujeitos históricos ativos e valorizar seus saberes e culturas como parte essencial da formação sociocultural da região, contribuindo para uma educação que respeite a diversidade e estimule o pensamento crítico.

OS CADERNOS ESCOLARES DE HISTÓRIA E AS PERMANÊNCIAS NO ENSINO PRATICADO NOS ANOS INICIAIS NA REDE MUNICIPAL CARIOCA

Patricia Coelho da Costa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

pcoelho@puc-rio.br

Lucas Matheus de Oliveira da Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

lmosestudos@gmail.com

O trabalho é resultado da pesquisa intitulada Cadernos escolares: presença, permanências e rupturas no ensino de História praticado nos iniciais do ensino fundamental no município do Rio de Janeiro (1975-2019) objetivou investigar as práticas pedagógicas que tinham como proposta o estímulo à construção do conhecimento histórico, em escolas da rede pública e privada localizadas no município do Rio de Janeiro entre os anos de 1975 e 2019. A investigação foi desenvolvida entre os anos de 2020 e 2023, e foi concluída em 2024. O recorte desta apresentação será o uso dos cadernos escolares para o ensino de história por professores da rede pública municipal. A pesquisa usou metodologia qualitativa com dados coletados a partir de questionários e de entrevistas semiestruturadas com 49 docentes lotados em 13 Coordenadorias Regionais de Ensino (CREs), docentes de escolas particulares e professores aposentados. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os pesquisadores também analisaram os livros didáticos, o material apostilado Rioeduca e os cadernos escolares, com objetivo de identificar as permanências no ensino de história praticado, especificamente, nos temas abordados pelos docentes. Foi analisado o conteúdo dos textos utilizados pelos professores em suas aulas tendo como referência os estudos de Orlandi. Os dados foram entrecruzados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Currículo Carioca. A pesquisa concluiu que persistem muitas práticas tradicionais no ensino de história dos anos iniciais. A maior parte dos professores percebem o processo de alfabetização de forma isolada do ensino de história. Quando consideram os alunos alfabetizados, utilizam o caderno para desenvolver conteúdos e atividades que não encontram nos livros didáticos e apostilas, uma vez que essas publicações estão referenciadas na BNCC. Foram identificadas práticas como questionários e o uso de imagens estereotipadas para comemoração de um calendário cívico. Com este trabalho pretendemos contribuir para o debate sobre os desafios do ensino de história nos anos iniciais.

PALAVRA QUE LIBERTA: LITERATURA NEGRA, INFÂNCIAS E FORMAÇÃO DOCENTE ANTIRRACISTA

Rejane Pererira Correia (Universidade Federal da Bahia)

rejanefazhistoria@yahoo.com.br

A escola é um dos principais espaços de disputa por memória, identidade e representação. Em um país marcado pela herança do racismo estrutural e do sexismo, a atuação docente precisa estar comprometida com práticas pedagógicas que promovam justiça social, equidade racial e de gênero. O uso de práticas pedagógicas como, por exemplo, das oficinas propõe a valorização da literatura infantil negra como ferramenta de empoderamento das infâncias e de formação crítica de educadoras/es nas aulas de história na educação infantil. Através da contação de histórias e mediação literária, é possível abordar temas como representatividade, autoestima, territórios, ancestralidade e identidade, partindo das obras Themba, o menino rei (Marcos Cajé) e Meu crespo é de rainha (Bell Hooks). Trata-se de um espaço formativo e político, guiado por uma pedagogia freiriana e horizontal, em que os saberes da sala de aula e das vivências docentes são valorizados como potências de transformação. Os objetivos: fortalecer o uso da literatura negra como prática pedagógica antirracista e antissexista; afirmar o protagonismo de crianças negras nas narrativas escolares; contribuir para a construção da autoestima

e do pertencimento nas infâncias negras; estimular reflexões sobre o papel do/a docente na promoção de uma educação para as relações étnico-raciais e de gênero. A metodologia da oficina pode ser conduzida de forma dialógica, com momentos de contação de histórias, roda de conversa, análise coletiva das obras, elaboração de propostas pedagógicas e construção de materiais educativos. A escuta ativa e o compartilhamento de experiências são centrais neste processo. A fundamentação teórica: Paulo Freire – pedagogia crítica e educação libertadora; Bell Hooks – educação como prática de liberdade e interseccionalidade; Resolução CNE/CP 1/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resultados esperados: produção de atividades pedagógicas com base na literatura negra; maior inserção de obras com protagonismo negro nas práticas docentes; fortalecimento de redes de educadoras e educadores comprometidos com a luta antirracista e antissexista; e, promoção da escuta, acolhimento e valorização das vivências das infâncias negras.

PARA ALÉM DA INVISIBILIDADE: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DA COMUNIDADE CALON NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE OURICURI

Débora Barros dos Santos (Docente da Educação Básica)

debora.barros1986@urca.br

Este estudo investiga a presença da comunidade cigana Calon no contexto da educação escolar na cidade de Ouricuri, estado de Pernambuco. A pesquisa traça um panorama histórico da presença cigana no Brasil, com ênfase nos movimentos migratórios rumo ao sertão nordestino e nas adversidades enfrentadas por esse grupo no ambiente educacional. A partir da disciplina de História, propõe-se o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que fomentem práticas educativas mais inclusivas e culturalmente diversas. A metodologia adotada contempla a realização de pesquisa bibliográfica sobre a presença cigana no território brasileiro, além da coleta de histórias orais, por meio de entrevistas com integrantes da comunidade Calon e profissionais da educação atuantes na região. O referencial teórico está ancorado nas discussões sobre modernidade/colonialidade, com destaque para os aportes da pedagogia decolonial e da interculturalidade, consideradas fundamentais para a análise em questão. Os desdobramentos da investigação resultam na elaboração de dois produtos educacionais: um e-book voltado para educadores, contendo estratégias didáticas para o ensino sobre a cultura cigana; e um jogo digital denominado Menino do Facão, desenvolvido na plataforma Fortnite, inspirado em narrativas tradicionais ciganas. Este recurso tem por objetivo promover a valorização da cultura cigana e enriquecer a experiência educacional com elementos da diversidade étnico-cultural. Assim, a pesquisa contribui para a implementação de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem a pluralidade cultural, favorecendo a construção de uma educação comprometida com a inclusão e a equidade.

CAMPEANDO AS ORIGENS: PATRIMÔNIO JESUÍTICO-GUARANI E REDES SOCIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Antonio Dari Ramos (Universidade Federal da Grande Dourados)

antonioramos@ufgd.edu.br

Este trabalho apresenta o projeto “Campeando as Origens”, em andamento na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que objetiva produzir e divulgar 100 episódios (programetes de rádio e vídeos para o YouTube) sobre a história das Missões Jesuítico-Guaranis. A proposta articula patrimônio material e imaterial, ancestralidade indígena e linguagem audiovisual, visando à popularização do conhecimento histórico acadêmico. A metodologia baseia-se na síntese de pesquisas prévias, roteirização, gravação e edição de conteúdos com linguagem acessível, veiculados semanalmente em

plataformas digitais. Fundamenta-se na premissa de que as redes sociais e as TDICs são ferramentas potentes para conectar memórias locais, patrimônio cultural e ensino de História, transcendendo os muros da universidade. O projeto busca fomentar uma consciência histórica crítica, valorizar a história indígena colonial e oferecer recursos paradidáticos para educadores e estudantes, promovendo um diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários em sintonia com as demandas decoloniais e curriculares contemporâneas.

O OCULTAMENTO DA AMAZÔNIA E DO AMAPÁ: ANÁLISES DE LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS

Bruno Rafael Machado Nascimento (Docente da Educação Básica)

professorbrunohistoria8@gmail.com

Cecília Maria Chaves Brito Bastos (Universidade Federal do Amapá)

ceciliamaria@unifap.br

Esta comunicação faz parte do projeto de pesquisa de doutorado intitulado “o ensino de História do ‘Amapá’ colonial existe/ (re)existe? Proposta de livro didático para ensinar História Local” que está em andamento no PROFHISTÓRIA – Universidade Federal do Amapá. O objetivo desta apresentação é discutir como livros didáticos brasileiros de História aprovados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) representam a Amazônia e o Amapá. Para tanto, analisamos 2 coleções do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental que foram aprovadas e distribuídas às escolas públicas do país em 2024, assim como, utilizamos como categorias de análises o conteúdo histórico, as abordagens pedagógicas e as representações presentes/ausentes. Na compreensão do que é um livro didático e suas características apoiemo-nos em Circe Bittencourt (2008) e Cuesta Fernandez (1998) para identificar este objeto como parte fundamental do “código disciplinar” do Componente Curricular História. Os principais resultados parciais foram: o apagamento da História da Amazônia e seus sujeitos.

OS SENTIDOS FORMATIVOS DOS OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS DO PNLD (2014-2024) NO ENSINO DE HISTÓRIA PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Taís Temporim de Almeida (Universidade Estadual de Campinas)

temporimtais@gmail.com

Em 2025 o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) completa 40 anos de implementação enquanto política pública oficial de fornecimento de livros didáticos às escolas da rede pública brasileira. Nessas quatro décadas, o Programa, naturalmente, passou por mudanças e reestruturações típicas de seu desenvolvimento, alinhadas às demandas socioeducacionais provenientes do período. Concernente ao ensino de História para as relações étnico-raciais e a produção de narrativas didáticas com essa finalidade, mesmas tessituras podem ser aliteradas. Especialmente, ao compreendermos os deslocamentos narrativos e/ou curriculares trilhados à luz desses eventos. Isso porque, ao passo que a inserção da obrigatoriedade do ensino das temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas, promovidas pela promulgação das leis nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, são critérios previstos nos editais do PNLD, os processos avaliativos dos livros didáticos em si se alteram, assim como as narrativas neles editoradas. Outrossim, concepções de mobilização podem ser lidas também nos múltiplos vértices que perpassam o ensino e os eminentes processos de polifonia associados a ele, verificados nas últimas décadas, mediante as discussões e aplicações de metodologias variadas nas salas de aula, associadas às tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs). À vista disso, face a tal panorama, neste

trabalho problematizo as alterações estruturais nas ofertas de materiais didáticos pelo PNLD entre 2014 e 2024, quando, além dos conjuntos de livros impressos (Objeto 1), os editais do Programa passaram contemplar, igualmente, o fornecimento de conjuntos de livros impressos acompanhado de conteúdos multimídias (Objeto 2). Considerando que o Objeto 2 dos referidos editais compreende as categorias audiovisual, jogo eletrônico educativo, simulador e infográfico animado, denota-se nesse ensejo acepções de deslocamento em torno do PNLD, suas diretrizes, trâmites avaliativos e das próprias premissas que tangenciam o ensino. As discussões são delineadas à luz das documentações oficiais vinculadas ao Programa – editais, guias do livro didático e os objetos 1 e 2, destinados aos anos finais do ensino fundamental. Outrossim, atravessam os campos do ensino de História, do livro didático, currículo e questões étnico-raciais.

PASSADOS SENSÍVEIS, FUTUROS POSSÍVEIS: NARRATIVAS MEMORIAIS DE INGRESSANTES DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFU

Gilberto Cezar de Noronha (Universidade Federal de Uberlândia)

noronha.gilberto@ufu.br

Diessika Costa Silva (Universidade Federal de Uberlândia)

costa.diessika@gmail.com

Esta comunicação discute as potencialidades do uso de memoriais acadêmicos como estratégias de formação inicial de professores de história. Para tanto, apresenta resultados da análise de memoriais de formação de estudantes ingressantes do curso de História da UFU, investigando sua reconstituição de lembranças pessoais desde o ingresso e as expectativas de permanência na universidade, com ênfase nos acontecimentos evocados como motivadores da escolha profissional. A metodologia combinou análise qualitativa (categorização temática) e quantitativa, com atenção especial às referências históricas mobilizadas pelos estudantes, em seus aspectos individuais e coletivos. Os resultados revelaram que, apesar da diversidade de experiências (trajetórias não lineares), as narrativas encontram lugares comuns de experiências associadas à escolha profissional: eventos como a pandemia de Covid-19, às questões políticas contemporâneas como a ascensão dos radicalismos políticos (ameaça de ditadura militar), ao seu envolvimento (direto ou indireto) com movimentos sociais. Destaca-se também a influência de figuras afetivas como mediadoras de suas escolhas como professores inspiradores da educação básica. As histórias familiares são evocadas como experiências relacionadas a acontecimentos e processos históricos como a redemocratização, a globalização, e a escravidão. A pesquisa sugere que a apropriação do passado seja estratégia relevante de autoidentificação e de formulação inicial de um projeto político-acadêmico. Do ponto de vista dos docentes do ensino superior, os memoriais atuam como dispositivos teórico-metodológicos que facilitam as abordagens narrativas e autobiográficas, permitindo a articulação de práticas e conhecimentos pedagógicos que valorizem a autoria dos estudantes desde as primeiras experiências na formação inicial.

CENAS DE LONDRES NO SÉCULO XIX: UMA EXPERIÊNCIA DE SIMULAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Isis Pimentel de Castro (Docente da Educação Básica)

isiscastro@gmail.com

Livia Rabelo Tereza (Universidade Federal de Minas Gerais)

liviaterezacv@gmail.com

A atividade “Simulação Histórica: Vozes de Londres” foi uma ferramenta didática voltada ao estudo da Revolução Industrial e dos movimentos sociais do século XIX, aplicada junto aos bolsistas do

PIBID/UFGM, com foco na aprendizagem ativa, no desenvolvimento da empatia histórica e no trabalho com diferentes perspectivas sociais. A partir do sorteio de uma combinação entre classe social e afinidade político-ideológica, cada grupo criou o perfil de um personagem fictício residente na cidade de Londres, do século XIX, como, por exemplo, operária anarquista, jornalista socialista, criança órfã, burguês liberal ou dona de pensão. Os grupos deveriam produzir uma breve biografia e, com base na personagem, redigir um pleito – denúncia ou reivindicação – a ser apresentado em plenária diante de uma autoridade fictícia, representada pelos bolsistas do PIBID, com mediação da professora supervisora. A simulação foi guiada por instruções claras e acompanhada de uma folha de resposta individual que permitiu a avaliação formativa da atividade, com questões sobre conteúdo histórico, envolvimento dos estudantes e reflexões sobre a aprendizagem. A proposta buscou integrar o estudo das lutas sociais do século XIX com uma abordagem lúdica e colaborativa, valorizando a construção de narrativas históricas a partir de vozes subalternas e múltiplos pontos de vista. A atividade foi planejada com o apoio da Inteligência Artificial (IA), que contribuiu na estruturação das etapas e na elaboração dos perfis, o que permitiu ao professor ampliar suas possibilidades criativas e didáticas e também marcou um debate sobre os limites do uso dessa ferramenta.

PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO FUNDO FOTO ELITE NO INSTAGRAM: ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA PÚBLICA

Giuvane de Souza Klüppel (Docente da Educação Básica)

giuvane_sk@hotmail.com

O presente trabalho apresenta as práticas de comunicação do projeto cultural Fundo Foto Elite – Memórias audiovisuais digitais: digitalização do acervo Foto Elite (1954–2018), desenvolvido em 2024 no Museu Campos Gerais (UEPG), com financiamento da Lei Paulo Gustavo. O projeto teve como objetivo a conservação preventiva, a digitalização e a disponibilização pública de parte de um acervo fotográfico composto por mais de um milhão de imagens, que documentam mais de seis décadas da história social, cultural e institucional da cidade de Ponta Grossa (PR). A comunicação se concentrará na análise do perfil do projeto no Instagram (@fundofotoelite), compreendido como uma prática de História Pública voltada à democratização do acesso à memória e à construção de sentidos históricos no espaço digital. O trabalho busca contribuir para o debate sobre os usos públicos do passado e os desafios contemporâneos do ensino de História em ambientes digitais, bem como sobre as relações entre história e projetos culturais. A proposta insere-se, assim, nas discussões sobre a interface entre História Pública e Didática da História, evidenciando o potencial dos acervos audiovisuais como fontes de ensino e como dispositivos de engajamento social com o tempo histórico. Em 12 meses de desenvolvimento, o projeto realizou 48 publicações no perfil do Instagram, com foco na divulgação dos aspectos técnicos da digitalização e na curadoria de fotografias representativas do acervo. Os resultados evidenciam o potencial das redes sociais como espaços de produção e circulação de sentidos históricos, mas também revelam a necessidade de desenvolver estratégias comunicacionais que dialoguem com as dinâmicas algorítmicas dessas plataformas, a fim de ampliar o alcance e a eficácia das ações de mediação histórica.

TAMBÉM COM MEMES SE ENSINA E SE APRENDE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-HISTÓRICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II

Cíntia Beñak de Abreu (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

cintiabenak@yahoo.com.br

A História e seu ensino vêm atravessando nas últimas décadas um processo de mudanças que, de certa forma, relacionam-se à afirmação de novas formas de se ler e comunicar histórias e memórias

do homem no tempo. Essas novas formas têm possibilitado um acesso ampliado de narrativas de sentido histórico em diferentes suportes, especialmente os digitais, que, produzidas em ambientes públicos, rompem os muros escolares e constituem sentidos na sala de aula. Esta pesquisa busca refletir aspectos das exigências que essas mudanças provocam no ensino escolar de História e se propõe a discutir o uso didático do meme, entendido como uma narrativa digital que circula pelo ciberespaço e com alto potencial de produzir narrativas históricas. O objetivo é apresentar reflexões que surgiram de experiências didáticas com a apropriação desse artefato cultural midiático em turmas do 6º e 8º anos do Ensino Fundamental II, de uma instituição privada do município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, visando promover uma aprendizagem histórica significativa. Na construção das experiências didáticas, a pesquisa fundamentou-se na Didática da História, em especial Rüsen e Cerri, em diálogo com outros pesquisadores do campo do Ensino de História no Brasil, como Caimi, Cainelli e Monteiro. A metodologia das aulas-oficina, a partir de Alves, Antunes e Barca, atendeu às perspectivas pretendidas pela pesquisa, pois possibilitou, apesar da condição excepcional de aulas remotas, a construção de espaços de trocas e diálogos com os alunos e a promoção da maximização da aprendizagem por meio da interligação entre teoria aplicada com a prática. Os resultados alcançados serviram de base para a elaboração de um Guia Didático on-line, artefato didático escolar, que objetiva orientar e motivar outros professores do Ensino Fundamental II a experimentarem os memes em suas aulas. Trata-se de uma pesquisa concluída em 2020 para a obtenção da titulação de mestre pelo programa do ProfHistória – UERJ, mas que no atual momento, tendo em vista, estar cursando o doutorado, a relação Ensino de História, memes e aprendizagem histórica retoma o cenário de estudos, a partir de novas perspectivas e possibilidades.

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER E SEU PROFESSOR NÃO CONTA: UMA ANÁLISE DOS CANAIS DE HISTÓRIA DO YOUTUBE MAIS VISUALIZADOS PELOS ALUNOS DO CEFET-MG

Gustavo Henrique Barbosa (Docente da Educação Básica)

gugabiazeti@gmail.com

Leonardo Carvalho Ferreira (Universidade Federal de Minas Gerais)

carvaleo.fe05@gmail.com

O presente trabalho, intitulado "Sobre aprender e ensinar História nas redes: os novos hábitos de estudos dos estudantes do CEFET-MG", apresenta os resultados de uma pesquisa do mesmo nome em que foi proposta a investigação da relação dos alunos da Educação Profissional e Tecnológica com o conteúdo de História disponibilizado em plataformas digitais, como o YouTube. Considerando as novas tecnologias não apenas como ferramentas, mas como reconfiguradoras dos espaços de aprendizagem, o estudo buscou a partir de mapeamento dos canais mais consumidos pelos alunos, analisar o perfil de seus produtores, identificar padrões nos formatos de vídeos e o impacto destes nos hábitos de estudo. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Anita Lucchesi e Dilton Maynard, que discutem como as novas tecnologias têm promovido uma reconfiguração das formas de aprendizado e da dinâmica de circulação do saber, e em Francisco Melo e Sonia Meneses, que abordam a História das redes como história pública. Os resultados preliminares indicam um consumo massivo de vídeos curtos, frequentemente utilizados em substituição ao livro didático, sobretudo como recurso de revisão "rápida" antes das avaliações. Em relação ao perfil dos produtores de conteúdo, observou-se o predomínio de homens brancos, em sua maioria com formação acadêmica em História. Também se destacou o uso de recursos de edição simples, bem como a exploração de elementos visuais nas capas dos vídeos (thumbnails), tanto para atrair a audiência quanto, em alguns casos, para sinalizar posicionamentos ideológicos. Conclui-se que a popularização desses canais de "história" impõe novos desafios ao professor, ao mesmo tempo em que oferecem riscos e potencialidades, demandam que o docente atue como mediador crítico, orientando os estudantes a discernir e avaliar o conteúdo consumido.

REESCREVENDO A CIDADE INDUSTRIAL: PATRIMÔNIO, GÊNERO E MEMÓRIA OPERÁRIA EM JOINVILLE

Eleni Lechinsky (Universidade da Região de Joinville)

eleni_lechinski@yahoo.com.br

Ilanil Coelho (Universidade da Região de Joinville)

ilanilcoelho@gmail.com

A proposta desta comunicação decorre de uma pesquisa em andamento, vinculada à minha tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE, com o título Patrimônio Industrial de Joinville: “trabalho de mulher” na indústria metalmeccânica (1970–2000). A pesquisa busca compreender e dar visibilidade às memórias de mulheres que atuaram como operárias no setor metalmeccânico de Joinville entre as décadas de 1970 e 2000 — trajetórias muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas históricas oficiais e pelas políticas tradicionais de preservação do patrimônio. Ao escutar essas vozes, nosso objetivo é articular suas experiências cotidianas com os processos de industrialização local, com as transformações no mundo do trabalho feminino e com as disputas simbólicas e materiais em torno da memória da cidade — frequentemente reconhecida como “cidade industrial”. A metodologia adotada é intencionalmente interdisciplinar, envolvendo aportes da história oral, da historiografia crítica e dos estudos em patrimônio cultural. Interessa-nos, sobretudo, refletir sobre como essas vivências operárias — frequentemente silenciadas — revelam formas de resistência, agenciamento e produção de sentidos dentro dos espaços fabris. Ao inserirmos os conceitos de interseccionalidade e identidade de gênero na análise, buscamos compreender como essas mulheres se inscrevem nos processos históricos e patrimoniais, reconfigurando os modos de narrar a história local. Trata-se, assim, de reinscrever essas experiências femininas no tecido da memória coletiva e disputar, ainda que de forma subterrânea, o direito ao reconhecimento como sujeitas históricas e produtoras de patrimônio — inclusive nos elementos (i)materiais que compõem o patrimônio industrial joinvilense. Essa comunicação se alinha aos debates aos quais submetemos este trabalho, especialmente ao discutir as interfaces entre Ensino de História, patrimônio cultural e memória operária feminina.

CATÁLOGO DE QUADRINHOS ANTIRRACISTAS: O QUESTIONAMENTO DA BRANQUITUDE NOS TRAÇOS DE QUADRINISTAS BRASILEIRAS(OS)

Paulo Cesar Rodrigues da Silva (Docente da Educação Básica)

paulohistor@gmail.com

Este trabalho apresenta um catálogo de histórias em quadrinhos voltado para o ensino de História, com o objetivo de subsidiar práticas antirracistas e problematizar a branquitude na sociedade brasileira por meio da utilização de HQs nas aulas de História. A proposta emerge da constatação de que, embora a Lei 10.639/2003 determine a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ainda há escassez de materiais pedagógicos que ofereçam representações críticas e positivas da população negra. O catálogo organiza-se como um recurso didático, comentado e orientado, que visa apoiar professores na seleção e utilização de HQs em sala de aula. Foram reunidas obras nacionais que abordam direta ou indiretamente o racismo, a resistência negra e a valorização da negritude. Entre as produções, destacam-se Jeremias – Pele e Jeremias – Alma, de Rafael Calça e Jefferson Costa, que tratam do racismo vivido na infância, e Cumbe, de Marcelo D’Salete, que ressignifica a memória da escravidão enfatizando a agência dos escravizados. Cada obra do catálogo foi acompanhada de uma análise crítica e de sugestões pedagógicas alinhadas à BNCC, possibilitando ao professor relacionar conteúdos históricos às vivências dos estudantes e ao debate contemporâneo sobre racismo estrutural. Mais do que um inventário, o catálogo constitui-se como

uma proposta política, que reconhece o papel da escola na desconstrução da branquitude e na construção de uma educação antirracista.

ESTÁ AQUI A MINHA HISTÓRIA - ENSINO DE HISTÓRIA NA EJA

Harian Pires Braga (Universidade Estadual de Campinas)

harian.braga@gmail.com

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade do ensino básico com características próprias, desde distintas vivências escolares, passando pela amplitude de recorte etário e até mesmo pelos itinerários formativos pretendidos pelas/os estudantes. Isso significa que não é possível pensar uma concepção curricular na EJA que apenas tente reproduzir o Ensino Fundamental de 9 anos. São outros os objetivos na modalidade, outros os tempos de aula e outras as relações metodológicas e afetivas constituídas. Para que o Ensino de História na EJA tenha significância, ele deve assumir uma concepção curricular específica, trazendo à tona as ideias dialógicas de Paulo Freire, mas também promovendo uma consciência histórica, nos termos propostos nos trabalhos de Jorn Rusen. Assim, este trabalho, um relato de experiência docente, busca debater algumas das experiências no ensino de história, na EJA, em uma escola municipal de Campinas-SP, apresentando práticas de uso de fontes, de atividades avaliativas, de estudos do meio, de temas de debate e, por fim, de organização do currículo. Além das vivências apresentadas no trabalho, busca-se refletir sobre as práticas, vistas como parte de um contexto maior de direito à educação, no qual a escola de EJA cumpre um papel social e desenvolver conhecimentos a partir das realidades estudantis, sempre com o rigor teórico metodológico e com as possibilidades de contatos interdisciplinares. Os exemplos apresentados buscam trazer justamente as dimensões de temáticas não necessariamente alinhadas a uma cronologia, a importância da leitura de diferentes tipos de fontes e construção de pontos de contato com o universo cotidiano das/dos estudantes.

COLONIALIDADE, RACISMO E ANTIRACISMO NO ESPAÇO ATLÂNTICO

Juçara da Silva Barbosa de Mello (Pontifícia Universidade Católica do Rio)

jsbmello@puc-rio.br

Esta comunicação tem como objetivo geral trazer à evidência situações de agência e de resistência frente ao projeto educacional imposto pelo Estado Novo em fins de 1960 e início de 1970 no Ultramar Português, bem como refletir sobre conflitos e tensões presentes no processo de ensino e aprendizagem no Brasil contemporâneo. Argumenta-se que o lusotropicalismo, doutrina que influenciou profundamente a ideologia colonial portuguesa, esteve em correspondência com a ideia de democracia racial no Brasil, permitindo-nos refletir sobre os impactos derivados da obra de Gilberto Freyre na história escolar no Brasil, em Portugal e nas então Províncias do Ultramar. Como objetivo específico intentamos identificar, por meio da análise de documentação da Divisão Geral de Ensino do Ministério do Ultramar, possível influência do pensamento lusotropical no projeto de educação português relacionando a documentação sobre a formação de professores com a entrevista realizada pela pesquisadora Cláudia Castelo (2010) com o ex Ministro do Ultramar, professor Adriano Moreira, personagem relevante para compreender a influência das ideias de Gilberto Freyre no meio acadêmico, a fim de contrastar os conceitos do sociólogo com exemplos apresentados nas fontes, revelando situações de resistência no ambiente escolar ao projeto educacional imposto pelo Estado português em fins de 1960 e início de 1970. Seguindo com a explanação da metodologia de análise, serão utilizados exemplos consultados em teses e dissertações defendidas no Programa de Mestrado Profissional do ProfHistória nos últimos 5 anos. Argumenta-se que após 22 anos da promulgação da Lei 10.639/03, modificada pela Lei 11.645/08, ocorreram transformações nas culturas históricas e culturas escolares forjadas sob a égide do mito da democracia racial, sendo a quebra do silêncio uma

das mais significativas. Contudo, constata-se que as hierarquias de lugares continuaram inalteradas. Nota-se a presença da história africana, dos sujeitos negros e negras e de suas culturas nas escolas, mas o eurocentrismo permanece hegemônico, garantindo que o lugar dessas temáticas continue secundário. Nesse sentido, buscar-se-á argumentar sobre o perigo de um reforço do simulacro de democracia racial ao não ser problematizada a forma como vem sendo feita a inserção de temas e conteúdos referentes à história da África e da cultura afro-brasileira (e indígena) nos currículos e livros e manuais didáticos escolares.

ENTRELAÇANDO PESQUISAS SOBRE O ENSINO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA

Juliana Kummer Perinazzo Ferreira (Docente da Educação Básica)

julianaperinazzo@yahoo.com.br

Aléxia Pádua Franco (Universidade Federal de Uberlândia)

alexia@ufu.br

O presente trabalho é um recorte de tese desenvolvida no âmbito da Linha Saberes e Práticas Educativas e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia e História (GEPEGH) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), que buscou analisar em que lugar se encontram as mulheres na História ensinada nas escolas públicas do município de Caldas Novas, GO. Para isso realizamos um levantamento no Catálogo de Teses & Dissertações da Capes para compreender em que lugar se encontram as mulheres nas pesquisas acadêmicas realizadas entre os anos de 2005 a 2021, no Brasil, sobre a representação feminina nos livros didáticos de História, a formação docente para abordar a temática, o que e como se abordou com as estudantes da Educação Básica sobre as relações de gênero na História, além das lacunas existentes que propiciam novas indagações a respeito da formação das professoras de História sobre a temática. Para este abordaremos como foi realizado esse levantamento e o que as pesquisas nos revelam sobre a presença feminina nos materiais didáticos de História.

A COMPREENSÃO LEITORA EM LIVROS DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO PNLD 2024-2027

Lisiane Sias Manke (Universidade Federal de Pelotas)

lisianemanke@yahoo.com.br

Sabrina Klug Thurow (Universidade Federal de Pelotas)

sabrinaklugthurow@gmail.com

Esta comunicação tem por objetivo compreender o papel dos livros didáticos de história para a formação da compreensão leitora dos estudantes da Educação Básica, frente a relevância desses suportes textuais para a aprendizagem histórica. Assim, analisa-se as propostas teórico-metodológica que constam na apresentação de duas obras do PNLD 2024, assim como, os indícios que apontam para estratégias de ensino-aprendizagem da competência leitora presente nas atividades do livro de 6º ano de ambas as coleções. Partimos do entendimento de que a compreensão leitora em História seja o conjunto de habilidades que envolve a capacidade de uso social da leitura e da escrita para o domínio de conhecimentos históricos que sirvam de orientação para a vida prática. A pesquisa analisou inicialmente o Guia Digital das coleções aprovadas na edição de 2024 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pois sabe-se que as obras inscritas no edital do PNLD passam pelo crivo de diversos profissionais da educação e, se aprovadas, são apresentadas a partir de resenhas que constituem o Guia do PNLD. A partir dessas resenhas foi possível localizar as coleções que indicam o propósito de contribuir para a formação leitora dos estudantes. Das 14 coleções aprovadas na edição

de 2024, duas resenhas se destacaram ao indicar que a coleção apresentava potencial para o desenvolvimento da competência leitora no Ensino de História, a saber: Coleção Jovem Sapiens da editora Scipione e Coleção Projeto Araribá Conecta da editora Moderna, ambas do PNLD 2024-2027. Nestas coleções é possível encontrar na apresentação das obras uma seção específica sobre competência leitora no ensino de história. A coleção Jovem Sapiens afirma ser importante a criação de estratégias de leitura para que os alunos possam extrair o significado do texto, saber reconduzir sua leitura e conectar novos conceitos com os conceitos prévios. A coleção Araribá Conecta indica que ao longo das unidades disponibiliza de forma transversal diferentes estratégias pedagógicas que incentivam as práticas da leitura, da pesquisa, da argumentação, da inferência e da identificação de falácias. Nas atividades dos livros de 6º ano de cada uma das coleções, buscamos indícios das propostas apresentadas no início das obras em relação as estratégias de formação para a competência leitora.

CANTOS DE EXALTAÇÃO E VOZES DE CONTESTAÇÃO: A MÚSICA COMO FONTE PARA ESTUDAR A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM SALA DE AULA

Karine de Fátima Almeida (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

karine.1228@outlook.com

Janaina de Paula do Espírito Santo (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

janainapes@gmail.com

Neste texto, se propõe uma reflexão sobre a prática docente a partir de fontes musicais, pensando, dentro deste recorte, no trabalho com canções sobre ditadura militar no Brasil. Para tanto, desenvolvemos os argumentos a partir da seguinte estrutura: num primeiro momento, resgatando as possibilidades que se apresentam no que tange ao trabalho com fontes em sala de aula, e o modo como essa perspectiva foi apropriada, tanto na discussão teórica sobre o tema, quanto em documentos oficiais, que, hoje, trazem essa distinção para o trabalho do professor-pesquisador de história no ambiente da sala de aula. Na sequência, desenvolvemos uma breve discussão sobre a canção popular, a canção popular no Brasil, seu universo de percepção e apropriação e o lugar que ocupa no universo da cultura histórica brasileira. Nessa perspectiva, a preocupação principal do presente texto é promover um diálogo entre os usos possíveis da canção em sala de aula e as diferentes possibilidades que se apresentam, no universo da prática docente, frente aos desafios do ensino da contemporaneidade. A pesquisa parte de um trabalho de campo desenvolvido em escolas da rede pública paranaense, no ano de 2023 a partir da análise de duas canções – Esse é um país que vai pra frente (Os Incríveis) e da canção Cálice (Chico Buarque), a primeira considerada de cunho laudatório e a segunda classificada como uma canção de protesto. No universo do presente artigo, nos questionamos de que maneira as canções escolhidas nos permitem trabalhar com os estudantes a complexidade da Ditadura Militar no Brasil. No desenvolvimento da atividade na escola, os alunos demonstraram uma receptividade positiva e o aprendizado foi considerado efetivo. No processo de trabalho com as canções, percebemos que a metodologia aplicada foi bem sucedida, mas no levantamento de respostas produzidos pelos alunos percebemos uma semelhança bastante presente entre a primeira aula de discussão dos conceitos e a última, depois do trabalho com a fonte musical. Tais resultados nos permitiram refletir como os alunos representam a Ditadura Militar no Brasil e as possibilidades e limitações no espaço que as canções ocupam, enquanto meio de se estudar este tema, e o papel da fonte musical na busca por uma percepção mais ampliada dos espaços de cultura e sentido históricos.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA PERSPECTIVA MATERIALISTA E DIALÉTICA DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA.

Luiz Otávio Correa (Universidade Federal de Ouro Preto)

Este artigo propõe um caminho de se pensar o ensino de História, centrado na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). O objetivo é propor uma forma de ensinar História que se contraponha ao construtivismo hegemônico. A PHC entende o trabalho educativo como base da cultura e da racionalidade humana. Através dele, transmitimos o conhecimento acumulado, humanizando as novas gerações. A consciência da agência no tempo e a percepção das mudanças e permanências dialéticas geram uma historicidade concreta. Assim, a PHC rompe com o dualismo cartesiano, defendendo um monismo da formação do pensamento e da consciência histórica. A História como ciência, a memória social e a educação formam uma tríade indissociável, impulsionando a práxis revolucionária. Do ponto de vista metodológico, busca uma pedagogia concreta, superando o empirismo e o idealismo. Baseia-se na Psicologia Histórico-Cultural, que vê a educação formando o ser humano através de categorias como as funções psíquicas superiores e a atividade humana. A historicização é método e conteúdo, partindo da prática, abstraindo e retornando à prática social. O trabalho educativo objetiva produzir a humanidade em cada indivíduo. A lógica dialética e a catarse gramsciana são essenciais para ir além das aparências, compreendendo a totalidade e a relação entre particular e universal, bem como a valorização dos conteúdos escolares como meio para a classe trabalhadora superar a alienação, combatendo o senso comum pelo conhecimento científico.

ENTRE OS "QUINTAIS DE CÁ E DE LÁ": USOS DO PATRIMÔNIO NEGRO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA ANTIRRACISTA

Jessicka Dayane Ferreira da Silva (Docente da Educação Básica)
profjessickad@gmail.com

A presente proposta originou-se de uma série de reflexões e experiências didático-pedagógicas formuladas a partir do projeto "Patrimônio cultural negro, ensino de história e educação antirracista", desenvolvido pelo Laboratório de Estudos em Ensino de História e Patrimônio Cultural (LEEHPaC) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Oficinas e propostas de aula foram formuladas a partir desse projeto, sendo escolhidas para esta reflexão: a oficina "Lá no meu quintal", realizada com alunos do primeiro ano do Ensino Médio de um colégio estadual na zona norte do Rio de Janeiro, e a atividade "Conhecendo a Ilha de Moçambique: Patrimônio Cultural da Humanidade", realizada com alunos do quinto ano do Ensino Fundamental - séries iniciais, em uma escola particular na zona sul carioca (Gávea-RJ). Considerando que as aulas de História devem resistir enquanto locus privilegiado da diversidade e conscientização política (sobretudo nos tempos atuais), o planejamento de atividades que promovam o protagonismo de sujeitos, lugares e histórias antes marginalizados pelas narrativas oficiais se mostra urgente para promover uma educação plural, democrática e que valorize cultural e historicamente povos indígenas e afro-brasileiros sobretudo. Através dos encontros promovidos pelo Laboratório, foi possível debater importantes autores que nortearam as formulações pedagógicas, delimitando nossa discussão teórica entre os campos abordados por: WALSH (2013) - para pensar a dimensão das brechas decoloniais no currículo hegemônico e as resistências epistemológicas; MIGNOLO (2007) - usos da desobediência epistêmica como ferramenta de luta contracolonial; SPIVAK (1988) - valorização de sujeitos/grupos e subjetividades subalternas; CATROGA (2001) - usos da memória e das ritualizações do passado para o aprendizado histórico de alunos em idade escolar.

PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO NOVO ENSINO MÉDIO, EM MARANGUAPE-CE

Yara de Oliveira Sales (Universidade Federal do Ceará)
yarasales2424@gmail.com

A proposta ora apresentada tem como objetivo central analisar a percepção dos professores de História perante o Novo Ensino Médio (NEM) tendo em vista a lei nº 13.415/2017, temática surgida por meio de uma lacuna bibliográfica centralizada no corpo docente como objeto de estudo neste contexto educacional. À vista disso, urge a problemática que será discutida neste artigo, em que medida se compreende a percepção do corpo docente frente as novas medidas da Reforma do NEM? Utilizaremos o conceito de formação continuada discutida pelo teórico Antônio Novoa, que compreende a atuação do professor no que concerne ao aprofundamento profissional durante a carreira docente. Para o desenvolvimento do trabalho, manuseamos um questionário realizado com cinco professores de História atuantes na Rede Estadual do Ceará, sob a ótica deste grupo na cidade de Maranguape, região metropolitana de Fortaleza.

DISCURSOS SOBRE O TEMPO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO CEARENSE: POLÍTICAS E PRÁTICAS EM DISPUTA

Thiago Alves Pereira (Universidade Regional do Cariri)

thiago.pereira@urca.br

Sônia Meneses (Universidade Regional do Cariri)

sonia.meneses@urca.br

Este artigo integra pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e analisa os discursos pedagógicos que orientam práticas e técnicas de tempo no Documento Curricular Referencial do Estado do Ceará para o Ensino Médio, cuja versão provisória e vigente é de 2021. Busca-se identificar sequências discursivas que estruturam os enunciados do currículo estadual, com atenção às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tanto na Formação Geral Básica quanto nos Itinerários Formativos, além das seções introdutória e de “Competências Socioemocionais”, que ganham destaque no documento. Utiliza-se o software AntConc para análise terminológica, localizando e catalogando ocorrências de conceitos ligados às temporalidades (como “passado”, “futuro”, “tempo” e “hoje”) e examinando suas associações ao ensino. A fundamentação articula Michel Foucault, para compreender as práticas enunciativas como disputas de poder e verdade; Rodrigo Turin, para refletir sobre a experiência temporal no presente; e Miguel Arroyo, para pensar a disputa curricular na produção de subjetividades. Espera-se que a análise evidencie como o currículo estadual conforma experiências temporais específicas e incide sobre modos de ensinar e aprender História no Ensino Médio.

INTERVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA AO LONGO DO SÉCULO XXI

Pâmela Maria de Carvalho Camelo (Universidade Federal de Pernambuco)

pam_holanda@hotmail.com

Este trabalho analisa a intervenção das políticas públicas no Ensino de História ao longo do século XXI no Brasil, considerando as principais reformas educacionais implementadas nesse período. O estudo apresenta um panorama geral dos impactos dessas reformas na prática de ensino, com especial atenção às transformações provocadas pela transição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A comparação entre esses dois documentos permite identificar continuidades, rupturas e lacunas nas diretrizes destinadas ao Ensino de História,

destacando desafios e possibilidades para a construção de uma educação histórica crítica, plural e democrática.

PROFHISTÓRIA EM ARAGUAÍNA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

Isabella Cristina Aquino Carvalho (Universidade Federal do Tocantins)

grupodepesquisa2022@gmail.com

Jocyleia Santana dos Santos (Universidade Federal do Tocantins)

jocyleiasantana@gmail.com

Este trabalho analisa a institucionalização do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) na Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, entre 2014 e 2018. A investigação insere-se no campo da História da Educação, tendo como objetivo compreender como a criação do programa impactou a formação continuada de professores de História da educação básica na região. A pesquisa, de natureza qualitativa, apoiou-se em análise documental e bibliográfica, considerando relatórios institucionais, dissertações produzidas no âmbito do programa e referenciais teóricos da historiografia educacional. Os resultados indicam que o ProfHistória em Araguaína se consolidou como espaço de formação situada, articulando saberes acadêmicos e práticas docentes no ensino de História. O estudo evidenciou a contribuição do programa para a valorização da profissão docente e para o fortalecimento de novas formas de ser pensar o ensino de História ao inserir a realidade sala de aula e de espaços amazônicos nas pesquisas sobre ensino de história. Conclui-se que a experiência analisada representa avanço significativo na democratização do acesso à pós-graduação no Norte do Brasil e na constituição de uma rede de mestres-professores. comprometidos com a escola pública.

GUGIE E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: CONHECENDO O PASSADO ATRAVÉS DO PRESENTE COM APOIO DE UM ROTEIRO DIDÁTICO

Idris Muriel Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina)

idrismvieira@gmail.com

Maria Cândida de Azambuja de Ávila (Universidade Federal de Santa Catarina)

candida.azambuja@gmail.com

Sabrina Thiem (Universidade Federal de Santa Catarina)

s.thiem.ufsc@gmail.com

Adriana Angelita da Conceição (Universidade Federal de Santa Catarina)

adriana.a@ufsc.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de criação de um material didático para os anos iniciais do Ensino Fundamental na relação com o Ensino de História constituído por um roteiro didático, compreendendo uma versão com orientações para professoras/es e outra para estudantes. A atividade foi realizada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), junto à disciplina "Fundamentos e Metodologia do Ensino de História", ministrada pela professora Adriana Angelita da Conceição, durante o primeiro semestre de 2025. A proposta teve critério de produção a seleção de uma mulher indígena ou afro-brasileira, afim de reafirmar o compromisso com uma educação anti-racista e feminista e estabelecer diálogo direto com as leis nº. 14.986, 25/09/2024, nº. 11645/2008 e nº. 10639/2003. A partir disto, elegemos a artista Gugie, uma mulher negra e muralista, e suas obras. A produção do material partiu da seguinte pergunta problematizadora: como as produções artísticas de Gugie podem promover a relação entre presente e passado, a preservação da memória e a compreensão das crianças quanto a sua condição de sujeito histórico? Então, partindo

da perspectiva da Nova História, que rompe com a abordagem tradicional, buscamos promover o desenvolvimento do pensamento histórico crítico, letramento histórico e noção de sujeito histórico de acordo com Fonseca (2003, 2009, 2000), e o papel de professor-historiador-pesquisador, baseando-nos em Cainelli (2006) e Silva (2005). Nesta apresentação em específico, será abordada a versão da professora, através de um material didático composto por apresentação da biografia e obras da artista, propostas de atividades acerca da conscientização de crianças como sujeitos históricos, promoção da compreensão das temporalidades históricas, da leitura crítica do mundo, entre outros. O material inclui roteiro guiado pelos principais murais da artista no centro da cidade de Florianópolis - SC, apresentação do Museu da Pessoa e conceituações de fontes e documentos históricos, além da caracterização de sujeito histórico de modo que a professora possa trabalhar o roteiro em diálogo com os conceitos meta-históricos. O desenvolvimento do material didático, portanto, expõe a importância da produção de materiais didáticos em ensino de História na formação da pedagoga.

AS POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: NARRATIVAS DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO NO TOCANTINS

Maria de Lourdes Leoncio Macedo (Universidade Federal de Tocantins)

malutocantins@gmail.com

Jocyleia Santana dos Santos (Universidade Federal do Tocantins)

jocyleiasantana@gmail.com

Tânia Suely Azevedo Brasileiro (Universidade Federal do Pará)

brasileirotania@gmail.com

O estudo é um recorte do estudo de tese do Programa Educanorte (UFT), objetivou analisar o ensino de História por meio das políticas públicas educacionais aplicadas ao ensino médio na rede pública estadual de ensino, na região amazônica, com foco no Estado do Tocantins, no período de 2000 a 2019. A metodologia adotada foi a Triangulação de Métodos, com base na História Oral Temática. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário para 81 professores da rede estadual de ensino que atuam na área de Ciências Humanas, além de entrevistas semiestruturadas com nove professores de três regionais de ensino do Estado do Tocantins, Araguaína, Gurupi e Palmas, e buscou compreender, ainda, a percepção de outros docentes que atuam na docência do ensino de História por meio da aplicação do questionário. Os estudos desenvolvidos evidenciam a importância do ensino de História e das políticas públicas voltadas a esse componente curricular. Os professores participantes da pesquisa destacam o valor do ensino de História na formação cidadã dos estudantes, apontam a necessidade de revisão da Reforma do Novo Ensino Médio e solicitam, no mínimo, três aulas semanais da disciplina.

O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: UM DIÁLOGO COM O POVO MACUXI SOBRE O MARCO TEMPORAL COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

André Nonato Alves King e Campos (Docente da Educação Básica)

andrenonato82@gmail.com

Criley da Costa Corrêa (Universidade Federal de Roraima)

crileycorreajj@gmail.com

Pedro Henrique de Menezes Ferreira (Universidade Federal de Roraima)

rap_mb@hotmail.com

Este relato de experiência descreve uma atividade desenvolvida com alunos da 3ª série do Ensino Médio da Escola Estadual em Tempo Integral Ayrton Senna da Silva, em Boa Vista - RR. O projeto, que teve duração de seis aulas, teve como objetivo aprofundar o conhecimento dos estudantes sobre os povos originários de Roraima e, em particular, sobre a questão do Marco Temporal das terras

indígenas, promovendo um diálogo entre a teoria e a realidade local. A metodologia consistiu na divisão da turma em grupos para pesquisar e apresentar sobre diversos povos indígenas de Roraima, como Macuxi, Wapichana e Yanomami dentre outros. O ponto central foi uma palestra com duas lideranças do Povo Macuxi, seguida de um questionário para diagnosticar o entendimento dos alunos sobre o tema. Para aprofundar a discussão, uma entrevista com as lideranças foi gravada, com o objetivo de ser transcrita e compartilhada com toda a escola. A fundamentação teórica do trabalho se alinha à necessidade de um ensino de História que dialogue com o presente e com as questões sociais e políticas. A Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, serve como base legal. Além disso, a presença das lideranças reflete a busca por uma história contada por seus próprios protagonistas, indo além dos livros didáticos e conectando o conhecimento com a experiência vivida. Os resultados da atividade foram significativos. As respostas dos alunos ao questionário mostraram a importância de se abordar o Marco Temporal em sala de aula, revelando a diversidade de opiniões e o engajamento com o tema. A entrevista com as lideranças, por sua vez, representou um resultado relevante para o trabalho, permitindo que a pesquisa fosse aprofundada e o material, que será transcrito, sirva como uma fonte de conhecimento para toda a comunidade escolar.

USO DE HISTÓRIA EM QUADRINHOS NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA

Amanda Cristina Amorim Silva Neves (Docente da Educação Básica)

manda_crys@hotmail.com

As Histórias em Quadrinhos sempre estiveram presente no cotidiano dos alunos, professores e sociedade em geral como um mecanismo de entretenimento e ferramenta de contato com a leitura na primeira infância. O caráter divertido dos desenhos em quadrinhos traçou um caminho que as manteve afastada das paredes da escola por muito tempo. Todavia, as reformas da BNCC e a possibilidade de inserção de novas ferramentas no ambiente pedagógico trouxeram as HQ's para dentro dos livros didáticos através das tirinhas e geralmente trabalhada na disciplina de Português. Nesse artigo, discutimos a contribuição desse instrumento nas aulas de História, com foco nas aulas de antiguidade romana e como essa seria um contributo para compreensão de um conteúdo que muitas vezes é visto como distante da realidade do alunado.

"EU ME SINTO MAIS HUMANA, PORQUE ANTIGAMENTE EU NÃO TINHA ESTUDO": MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE CAMPINAS - SP.

Cleyton Antonio da Costa (Docente da Educação Básica)

cleytoncac@yahoo.com.br

Este estudo visa analisar memórias e vivências sobre o espaço escolar a partir das narrativas orais dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da EMEF Edson Luís Lima Souto, que é mantido pela Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) ligada a Secretaria Municipal de Educação de Campinas - SP. Metodologicamente foi trabalhado com a prática da História Oral, que possibilitou ter o contato e depois investigar as memórias dos alunos que frequentam a modalidade da EJA, no período noturno. Desta maneira, podemos conhecer as histórias de alunos que narrando as suas memórias compartilhadas de um passado repleto de impedimentos para estar na escola na época da infância e, também, sólidas expectativas da construção do futuro sustentado pelo caminho trilhado pelo conhecimento escolar, na busca de melhores oportunidades para a vida e a efetiva valorização da educação.

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: DESVENDANDO AS CARTAS PERFIL DO JOGO “AMIGOS/AS DA LIBERDADE”

Mariana Dutra Moessa (Docente da Educação Básica)

maridutramoessa@gmail.com

Giovanna Mel Dantas Reis (Universidade Federal de Uberlândia)

giovanna.dantas@ufu.br

Samara Alves de Oliveira (Docente da Educação Básica)

samara.9326565@aluno.mg.gov.br

Isabella de Oliveira Gonçalves (Docente da Educação Básica)

isabellaoligon@gmail.com

Este painel objetiva apresentar as cartas perfil do jogo “Amigos/as da Liberdade: outras vozes que gritam pela Independência”, criado no âmbito da pesquisa sobre narrativas do Bicentenário da Independência do Brasil, financiada pela Fapemig e coordenada pela Profa. Alécia Pádua Franco (FACED/UFU). Foram pesquisados assuntos relacionados aos 200 anos de Brasil Independente e definiu-se que as cartas abordariam os movimentos pela independência do Brasil e as lutas ocorridas para combate de opressões, discriminações de classes, etnias e gêneros, em vários momentos dos séculos XIX, XX e XXI. As pesquisas foram feitas no Portal do Bicentenário e em fontes digitais e impressas, que abordam os temas de forma confiável. Diante das pesquisas produzidas, foram selecionados acontecimentos e movimentos sociais como o Acampamento Terra Livre, pessoas como Maria Felipa e Arissana Pataxó, músicas como “Triste, Louca Ou Má”, locais como Museu do Ipiranga, entre outros. Cada carta perfil tem dez dicas para o/a jogador/a descobrir seu tema. Portanto, o jogo contribui não apenas para a construção de um aprendizado lúdico e didático em espaços educativos formais e informais, mas também para compreender as lutas por liberdades silenciadas, que se desenvolveram em diferentes épocas e lugares do Brasil Independente.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS JUVENTUDES NEGRAS NO PNLD 2021

João Gabriel Santos Ramos Só (Docente da Educação Básica)

joao.so@alunos.ifsuldeminas.edu.br

Aline Barros Alves (Docente da Educação Básica)

aline.barros@alunos.ifsuldeminas.edu.br

Mirelli Gabriele Terra (Docente da Educação Básica)

mirelli.gabriele@alunos.ifsuldeminas.edu.br

Gabriel Amato Bruno de Lima (Universidade Federal de Minas Gerais)

amatolgabriel@gmail.com

Muitas vezes, a juventude é definida apenas por critérios etários e demográficos. Porém, não há uma única juventude, mas, sim, múltiplas juventudes, atravessadas por condições de classe, gênero, raça, território e cultura. Diante disso, esta pesquisa examina como os livros da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021 apresentam as juventudes negras por meio da análise qualitativa das edições e da revisão bibliográfica sobre sociologia e história dos materiais didáticos. Constatou-se que essas narrativas sobre jovens negros veiculam discursos específicos. Por um lado, o “discurso do protagonismo juvenil”, que retrata os jovens como atores numa malha de outros indivíduos que agem isoladamente (Souza, 2009). Por outro, reforça, embora nem sempre de forma explícita, a marginalização dos jovens negros, apresentando-os como sacrificados, criminosos, minorias ou inferiorizados (Oriá, 1996). Desse modo, compõe-se um quadro nos livros de CHSA do PNLD 2021 no qual os jovens negros do passado aparecem pautados no protagonismo juvenil e as juventudes negras do presente como agentes vitimados da sociedade.

A PRODUÇÃO DE MEMES COMO RECURSO DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IFPE.

Lázaro Tenório de Oliveira (Instituto Federal de Pernambuco)
lazinhosaldanha63@gmail.com
Juarlyson Jhones Santos Souza (Instituto Federal de Pernambuco)
juarlyson.souza@afogados.ifpe.edu.br

Com o advento da internet e a utilização em massa das redes sociais, verificou-se a criação e o crescimento em velocidades significativas da utilização de um produto cultural da sociedade web chamado "meme". Não diferente dos outros produtos culturais, o meme muitas vezes utiliza da História para criação de narrativas engraçadas, denominadas "memes Históricos". Juntamente ao crescimento das comunidades em redes sociais e da criação desses memes, as formas digitais de produção e disseminação de informações tornaram-se meios privilegiados para conteúdos revisionistas, negacionistas e falsificadores da história (Dora de Sá). Jörn Rüsen (2001) pensa a aprendizagem histórica como processo que ocorre em diversos meios de socialização, ressaltando a necessidade de investigar a circulação social do conhecimento histórico (CERRI, 2010). A análise de memes históricos mostra que frequentemente recriam narrativas distorcidas e superadas pela historiografia moderna, afetando a consciência e memória histórica coletiva a longo prazo. Atualmente, jovens ocupam grande espaço nas redes sociais, e ao consumir esses memes sem análise crítica, o ensino de História científica pode ser comprometido. A pesquisa busca analisar como memes históricos medievais se constroem, como distorcem o medievo e estigmatizam esse período, além de evitar que alunos do IFPE-CAFI tenham a consciência histórica prejudicada. Também visa inserir memes no ensino, incentivando produções autorais e refutação de narrativas falsas para preservar a consciência histórica.

AMIGOS/AS DA LIBERDADE: PERSONAGENS DE UM BRASIL QUE RESISTE

Ana Júlia Oliveira Rocca (Docente da Educação Básica)
roccanajuu@gmail.com
Anna Júlia Vieira de Souza (Docente da Educação Básica)
annajulia.udiii@gmail.com
Rebeca Borges Melo (Docente da Educação Básica)
becameloborges@gmail.com
Emerson Gama Furtunato Júnior (Universidade Federal de Uberlândia)
emerson.furtunato@ufu.br

Este painel objetiva apresentar as peças que representam os/as jogadores/as do jogo "Amigos/as da Liberdade: outras vozes que gritam pela Independência" criado no âmbito da pesquisa sobre narrativas do Bicentenário da Independência do Brasil, financiada pela Fapemig e coordenada pela Profa. Alécia Pádua Franco (FACED/UFU). A partir de experiências com outros jogos de tabuleiro, surgiu a ideia de que as peças do jogo rememorassem pessoas que lutaram por liberdade ao longo dos 200 anos de Brasil independente e, de alguma forma, tiveram suas memórias silenciadas. Dessa forma, optou-se por utilizar o termo "Amigos/as da Liberdade" para se referir aos personagens do jogo, pois, após discussões em grupo, entendeu-se que a expressão "peão" remete à pessoas submissas. Assim, foram escolhidas 20 personalidades, entre mulheres, negros, indígenas, representantes do movimento LGTQIAPN+ que representam estas lutas. Um destes personagens foi Ailton Krenak, que luta pelos direitos indígenas. Em síntese, por meio de suas peças, o jogo possibilita a valorização de pessoas que atuaram ou ainda atuam em movimentos sociais que buscam construir

uma sociedade igualitária, laica, democrática, antirracista, inclusiva e não violenta, conforme os princípios do Portal do Bicentenário que embasou a pesquisa.

DIREITOS HUMANOS E HISTÓRIA: JOGO PEDAGÓGICO SOBRE OS 200 ANOS DE BRASIL INDEPENDENTE

Thiago Cardoso Costa (Docente da Educação Básica)

thiagocardosocosta58@gmail.com

Khalil Elache Ribeiro Rolim (Docente da Educação Básica)

khalil.arte@gmail.com

Diego Pereira Stoque (Docente da Educação Básica)

diego.stoque@estudante.iftm.edu.br

Emilene Julia da Silva Freitas Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia)

emilenejsfreitas@gmail.com

Este painel apresenta o jogo "Amigos/as da Liberdade: outras vozes que gritam pela Independência" e sua contribuição para a Educação em Direitos Humanos (EDH). Criado no âmbito da pesquisa sobre narrativas do Bicentenário da Independência do Brasil, financiada pela Fapemig e coordenada pela Profa. Aléxia Pádua Franco (FACED/UFU), o jogo foi resultado de um processo educativo que permitiu refletir sobre os 200 anos de Brasil Independente sob uma perspectiva não oficial. Realizaram-se rodas de conversa e debates que culminaram na criação do jogo de tabuleiro, que simula a participação de personagens que lutaram por liberdades e direitos humanos no Brasil. Os primeiros resultados foram 200 Cartas-Perfil com temáticas de direitos humanos, como a carta sobre Lélia González, que lutou pela igualdade racial e das mulheres negras; a carta que aborda Abdias do Nascimento, defensor da cultura afro-brasileira; e a carta sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que busca esclarecer crimes da Ditadura Militar, promovendo memória e justiça. Conclui-se que o jogo articula as lutas por liberdade e direitos humanos ao longo dos 200 anos de Brasil Independente, promovendo empatia em relação a personagens que lutaram por seus direitos e são silenciados pela narrativa oficial.

DOCÊNCIA NOS SERTÕES: PESQUISA EXPLORATÓRIA E DESCRITIVA SOBRE COMPETÊNCIAS DIGITAIS ENTRE DOCENTES DE HISTÓRIA DA 10ª DIREC

Myria Izabele Alves de Carvalho (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

myria.carvalho.096@ufrn.edu.br

Vanessa Spinosa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

vanessa.spinosa@ufrn.br

Esta pesquisa, de caráter quali-quantitativo, busca mapear a realidade infraestrutural dos 53 docentes de História da 10ª DIREC, no Seridó potiguar, relacionando saberes digitais e ensino de História. Conta com apoio do PIBIC-EM/CNPq e utiliza dados do INEP, CIEB, SIGEduc e da própria regional. As bases teórico-metodológicas apoiam-se em Rüsen (2015), que destaca a consciência histórica como articulação entre passado, presente e futuro, fornecendo orientações para a vida prática e formação identitária, indispensável à leitura crítica dos processos sociais. Apoiar-se também em Sulzer (2018), que discute literacias digitais e discursos de poder nas redes, e em Lima e Loureiro (2019), que analisam a integração crítica das TDICs e a necessidade de superar práticas tradicionais. Os resultados indicam avanços na conectividade, mas a adoção das TDICs ainda é restrita, exigindo investimentos, formação continuada e projetos pedagógicos coletivos que articulem tecnologia, consciência histórica e pensamento crítico.

MEMETIZANDO A CULTURA HISTÓRICA DO CINEMA: UM ESTUDO SOBRE MEMES HISTÓRICOS E FÍLMICOS PARA A APRENDIZAGEM EM CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS NO IFPE.

José Eduardo Eufrazio do Nascimento (Docente da Educação Básica)

jeen@discente.ifpe.edu.br

Juarlyson Jhones Santos de Souza (Docente da Educação Básica)

juarlyson.souza@afogados.ifpe.edu.br

Esta Pesquisa teve como Objetivo explorar a eficácia do uso de memes do cinema como ferramenta para a Didática da História. Catalogamos cerca de 72 memes, de diversas fontes como Instagram e Blogs. Inspirados em 58 produções AudioVisuais, se destacando as obras da marvel e a obra de Edward Berger Nada de Novo no Front (2022) que retrata a primeira guerra mundial do ponto de vista alemão. Onde vemos um discurso nacionalista do czar com os soldados, vemos um cenário de devastação, tragédias e traumas por parte dos soldados alemães. Tivemos como foco memes que representam fatos históricos e sociais como a Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial e Estereótipos da Possível Terceira Guerra Mundial. Esses dados mostram que o uso de memes do cinema tem um enorme potencial para o ensino da Didática da História. pois os alunos já estão familiarizados com a linguagem memética e cinematográfica, facilitando a absorção do conteúdo apresentado. Porém, destacamos a grande quantidade de estereótipos presentes nestes memes, o que podem acabar refletindo possíveis estigmas do passado. A pesquisa destacou a importância de se utilizar o uso do cinema e os memes de forma crítica e analítica para debater história em sala de aula. apontando seus respectivos fins e meios narrativos.

PERSONAGENS HISTÓRICOS EM MEMES: A CULTURA HISTÓRICA NO CIBERESPAÇO E AS SUAS RELAÇÕES COM O ENSINO DE HISTÓRIA.

Bruna Marques Germano (Docente da Educação Básica)

bmg1@discente.ifpe.edu.br

Juarlysson Jhones Santos de Souza (Docente da Educação Básica)

O mundo digital atualmente vem se tornando uma “realidade paralela”, onde sentimentos, críticas e desejos são expressos de forma rápida e acessível. Com o avanço da internet, as redes sociais vêm se tornando espaços de ampla circulação, nesse meio surgem os memes como uma linguagem própria da internet, capaz de transmitir ideias e ideologias de maneira criativa e humorada. Atualmente, é possível considerar as últimas gerações como nativas digitais por estarem profundamente inseridas nesse universo, tornando os memes uma forma atrativa de aprendizagem. Outra questão frequente no uso de memes históricos como ferramenta de ensino é a falta de representação de personagens femininas e grupos marginalizados o que reflete a historiografia tradicional baseada em uma “história de homens” na qual mulheres não ocupam posição de destaque. Tendo em vista isso, o presente trabalho tem como objetivo principal avaliar a produção memética como uma fonte histórica contemporânea e como recurso pedagógico no ensino de história, analisando quantitativamente e qualitativamente os memes enquanto um recurso didático-pedagógico.

PRIMEIRAS IMPRESSÕES DA PESQUISA HISTÓRIA INTERATIVA

José Inácio Dias Verдум (Docente da Educação Básica)

ze.inacio.dias.verдум@gmail.com

O projeto de pesquisa História Interativa investiga o uso de jogos digitais no ensino de História com alunos da educação básica do IFMT, a partir de uma abordagem fundamentada nas metodologias ativas e na Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire. Com foco principal na experiência com o jogo Minecraft, analisamos o impacto dessa proposta no processo de aprendizagem, no engajamento discente e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e tecnológicas. O projeto também dialoga com os princípios da abordagem STEAM e considera evidências neurocientíficas sobre o papel dos games na motivação e atenção dos estudantes. Na apresentação, serão discutidos os resultados de uma pesquisa aplicada com alunos que participaram de atividades didáticas mediadas por Minecraft, com ênfase nas percepções dos estudantes sobre a aprendizagem histórica. A partir dessas impressões, refletiremos sobre as potencialidades pedagógicas dos jogos digitais para o ensino de História e a construção de práticas educativas mais inclusivas, interativas e conectadas com a cultura digital contemporânea.